

***O ESPAÇO URBANO NA TOSCANA
DURANTE OS SÉCULOS XIII E XIV***

Andrea de Marco Leite de Barros

**Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**

Área: Geografia Humana

Orientadora: Ana Fani Alessandri Carlos

São Paulo, fevereiro de 2002

Para meus pais,
com quem sempre pude contar.

Para Josep,
que fez a vida valer a pena novamente.

AGRADECIMENTOS

À Fapesp, pelo apoio financeiro e científico a este trabalho.

À *Università per Stranieri di Siena*, que me concedeu uma bolsa de estudos no ano 1996, onde estudei italiano e história medieval.

Ao Instituto Italiano de Cultura de São Paulo, especialmente a seus professores, que me ensinaram italiano.

Ao professor de História da Arte do Masp (Museu de Arte de São Paulo) Luciano Migliaccio, que discutiu comigo o trabalho, e ao crítico e estudioso de arte Rodrigo Naves, pelo curso que ministrou em 1998.

À Ana Fani Alessandri Carlos, orientadora desta dissertação. Agradeço-lhe a atenção, nesse período de muito trabalho e de diversas dificuldades pessoais. Foi de grande valor seu conhecimento e seu apreço pelo tema, assim como sua dedicação à Geografia. Mas gostaria de ressaltar que a sua compreensão foi o meu maior estímulo.

Ao Jaime T. Oliva, que muito contribuiu para o trabalho e que me socorreu nos momentos mais difíceis. Sem ele, este percurso não teria sido o mesmo.

Ao Flávio, pela companhia e pelo apoio permanente.

À Bete, Cintia, Luisa e Vima por terem estado sempre ao meu lado, incentivando-me com afeto e dedicação.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
I. INTRODUÇÃO	5
II. A TOSCANA DURANTE OS SÉCULOS XIII E XIV.	11
A. O ESPAÇO E O TEMPO TOSCANOS	11
i. <i>Desenvolvimento econômico a partir do século XI</i>	17
ii. <i>A situação política: o centro e o norte da Itália entre os dois poderes universais</i>	28
iii. <i>O processo de emancipação política das cidades</i>	37
B. A CRISE DO SÉCULO XIV	48
III. AS CIDADES TOSCANAS	51
A. A ATIVIDADE ECONÔMICA NAS CIDADES TOSCANAS.....	51
i. <i>O comércio internacional toscano: o exemplo de Francesco Datini</i>	59
B. ESTRUTURAÇÃO SOCIAL E SUA LOCALIZAÇÃO NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	61
i. <i>Nobreza e patriciado</i>	64
ii. <i>Clero</i>	70
iii. <i>A burguesia e as corporações de ofício</i>	73
iv. <i>Os excluídos: pobres, mendigos e doentes</i>	82
v. <i>A cidade como catalizadora da mobilidade social</i>	86
C. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS CIDADES TOSCANAS	93
i. <i>Formas de governo</i>	93
ii. <i>Centros de poder</i>	101
iii. <i>A configuração do espaço urbano</i>	110
iv. <i>A ordenação do território urbano</i>	127
v. <i>Espaço privado e espaço público</i>	140
vi. <i>Espaço desportivo, lúdico e festivo</i>	145
IV. AS CIDADES MEDIEVAIS E A REDE ESPACIAL	147
A. O <i>CONTADO</i>	149
B. REDES DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	161
C. RELAÇÕES COMERCIAIS E A CONFIGURAÇÃO DA REDE	167
V. A PERCEÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O HOMEM MEDIEVAL	170
A. O RENASCIMENTO E AS PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS DO SÉCULO XIII	170
B. SÃO TOMÁS DE AQUINO E O NEOARISTOTELISMO.....	187
C. AS ORDENS MENDICANTES E A NOVA PIEDADE	197
D. A VISÃO IDÍLICA DA NATUREZA	211
E. A PERCEÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELOS PINTORES ITALIANOS DO <i>TRECENTO</i>	219
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
VII. FONTE DAS ILUSTRAÇÕES	256
VIII. BIBLIOGRAFIA	259
RESUMO / ABSTRACTS	266

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho iniciou-se em meados de 1996, quando tive a oportunidade de realizar um curso de italiano e de história medieval na *Università per Stranieri di Siena*. Desde antes, no entanto, eu já nutria um grande interesse pelo período medieval, cujas cidades pude conhecer ainda quando criança. A permanência em Siena, uma das cidades italianas que mais cultuam o “passado de ouro” medieval, pôde propiciar um conhecimento mais concreto deste período e um sentimento de maior familiaridade com aqueles tempos remotos, que tanto marcam, até hoje, a paisagem da cidade e da Toscana de uma maneira geral. O curso deu contornos muito nítidos a esta vivência, ao fornecer um amplo quadro do contexto e do sentimento de mundo que estiveram presentes naquelas cidades. Por esta razão, a motivação para esta pesquisa deve-se, em parte, à contribuição que os professores dessa universidade deram à minha formação.

Por outro lado, minha então recente graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo contribuiu para que minha perspectiva a respeito do tema se constituísse principalmente em investigar os processos de produção das cidades toscanas. Meu interesse pela Geografia quase sempre esteve marcado pela indagação e pelo estudo da cidade, talvez pelo fato de minha vida ter se passado em uma grande metrópole ou ainda porque a cidade seja realmente um dos fenômenos sociais mais importantes e interessantes da história e da geografia do homem.

O meu objetivo a partir de então foi desenvolver, a partir do tema proposto, uma relação entre a Geografia e a História, o que não significou um caminho fácil, muito pelo contrário. Foram diversos os momentos de impasse e de dúvida sobre o verdadeiro papel da História e de seu peso neste trabalho, momentos que tornaram necessária minha constante reavaliação sobre os rumos da análise e a intervenção e o acompanhamento contínuo do trabalho por minha orientadora e pelo assessor da Fapesp, que sempre fez considerações no sentido de que eu tornasse mais denso o conteúdo histórico da pesquisa. O resultado está certamente imbuído desta questão, e não deverá deixar de suscitar diferentes indagações, pontos de vista e opiniões.

Acredito que, de todo modo, a história assumiu um papel muito relevante em todo o processo analítico, ainda que minha convicção seja a de que ela deve ser uma ciência auxiliar à Geografia, no sentido de fornecer dados e propiciar assim o entendimento de um contexto geral, ainda que muitas vezes bastante aprofundado, sobre o período considerado, os séculos XIII e XIV, e a região enfocada, a Toscana. O objetivo que guiou toda a pesquisa historiográfica foi a compreensão dos fatores e dos processos que estiveram envolvidos na produção do espaço das cidades. O foco da atenção e da análise sempre foi portanto a cidade medieval e seu espaço. Sem dúvida, muitas vezes, para analisar este objeto consideramos que era necessário o estudo de aspectos que podiam não estar diretamente, ou claramente, relacionados às cidades em si. Muitos destes aspectos foram incorporados a este trabalho e devem ser motivo de discussão. Era essencial a redação de um capítulo sobre as camadas sociais medievais, com inclusive algumas definições sobre os estamentos e o surgimento da classe burguesa? Esta problemática não consiste um objeto da sociologia? Assim sendo, como abordá-la num trabalho geográfico, já que está de qualquer forma relacionada ao contexto no qual as cidades medievais foram produzidas? Outra dúvida que poderíamos mencionar é a da necessidade ou não da explicação das disputas políticas entre o papa e o imperador que ocorreram na Europa ocidental medieval. Até que ponto elas devem ser tratadas de maneira histórica nesse trabalho de Geografia? Com esses exemplos, gostaríamos de demonstrar que a opção que realizamos não é a única plausível e muito menos a mais correta: trata-se de uma perspectiva e de uma das abordagens possíveis ao tema.

a. O trajeto da pesquisa

Nosso objetivo inicial, assim como formulamos no projeto de pesquisa aprovado pela Fapesp, era o de compreender a visão de espaço urbano que se engendrou durante o período da Baixa Idade Média. Para problematizar a questão, eu me propunha ter como base a análise da representação do espaço proposta por Giotto e Ambrogio Lorenzetti no século XIII na região italiana da Toscana, objetivando discutir em que medida as transformações que estes pintores empreenderam na representação pictórica expressavam uma visão da cidade que estava sendo produzida

nas cidades italianas. A hipótese que fundamentava este objetivo era a de que as transformações empreendidas na pintura estavam relacionadas ao processo de crescimento das cidades durante a Baixa Idade Média e que teria sido fruto também da humanização do homem.

Ao longo da pesquisa, o objetivo inicial foi reformulado. É claro que a problemática já possuía nuances que um breve parágrafo não conseguia, e não conseguiria, contemplar, mas foram vários os aspectos que tiveram que ser definidos com mais precisão para podermos conduzir a pesquisa de maneira criteriosa: quais as cidades mais importantes e que deviam ser estudadas; o período mais adequado no sentido de ser o mais revelador da constituição desta visão do espaço e, sobretudo, avançar rumo à caracterização, compreensão e análise do próprio espaço urbano produzido, para, somente a partir de então, interpretarmos qual a visão do espaço que era proposta pelos pintores da época. Por esta razão, como se pode perceber pela exposição do trabalho, dedicamo-nos primeiramente e durante a maior parte da pesquisa a obter dados, conhecer os fatos e analisar a constituição das cidades toscanas para, somente a partir daí analisarmos os quadros de Giotto e Lorenzetti, pois sem o entendimento do contexto espacial concreto das cidades não poderíamos analisar apropriadamente uma visão do espaço que as representações pictóricas apresentariam.

Uma outra característica portanto deste trabalho é a de que ele tomou por base a consulta às fontes historiográfica, geográfica e iconográfica. A fonte historiográfica era fundamental na medida em que visamos compreender um espaço que não existe mais tal como o queremos analisar. É evidente que nos dias atuais podemos observar as formas espaciais das cidades medievais que foram preservadas ao longo desses últimos séculos, mas o fato não nos permite aprofundar o tema. Se nosso objetivo fosse desenvolver uma análise da paisagem toscana e de como o passado medieval inscreve-se no espaço urbano atual, certamente a presença da fonte historiográfica seria menor. Mas trata-se aqui de uma análise que precisa recuar no tempo para compreender um espaço que foi superado; a importância do estudo da história emerge como evidente.

No que se refere à parte da consulta geográfica, devemos ressaltar que nos concentramos no estudo de questões teóricas, mais especificamente no

aprofundamento de categorias de análise próprias da Geografia, como a de sítio, posição geográfica e paisagem. Estas categorias estiveram presentes em todo o trabalho e através delas pudemos elucidar alguns dos aspectos constitutivos das cidades toscanas medievais. pois acredito que na análise daquela realidade sócioespacial estas categorias são uma contribuição relevante. No entanto, estas não elucidam por si só o fenômeno urbano da Toscana, pois os rumos que cada cidade tomou explicam-se por um complexo contexto social, sem o qual a utilização dessas categorias conduziria a um reducionismo da realidade.

Por último, é preciso esclarecer nossa opção pela consulta da fonte iconográfica, presente na própria formulação e concepção do projeto de pesquisa. Em primeiro lugar, gostaria de ousar dizer que o papel da arte na sociedade europeia parece-me especialmente marcante. Não é possível contar a história desse continente sem se lembrar ou se fazer referência a um quadro, a um estilo arquitetônico, a uma música. Na recuperação e presença do passado europeu, seja ele medieval, moderno ou antigo, a arte constitui um elemento-chave: as obras refletem uma concepção de mundo, evocam mudanças de comportamento e da sociedade e compõem um vasto conjunto de objetos materiais que resistiram ao tempo e trazem parte do passado europeu de volta, como que para lembrar o homem moderno de sua origem fundadora. Sabemos que é quase senso-comum para nós afirmar que a Europa valoriza mais o passado do que este nosso continente americano.

Mas para além deste dado, que também é importante, nosso objetivo de consultar as fontes iconográficas¹ reside no fato de que entendemos que as manifestações artísticas se constituem em uma fonte de análise social e espacial, pois fazem parte do processo de produção do espaço na medida em que veiculam uma visão de mundo. Esta visão de mundo por sua vez marca o mesmo processo de produção e, portanto, um se configura a partir do outro e vice-versa. Através da representação artística também o imaginário social, que se transforma junto com a sociedade e seu espaço, se expressa, na realização da criação de uma atmosfera, uma

¹ Para a dissertação, optamos por retirar as imagens iconográficas estudadas de sites de museus e órgãos públicos italianos, pois a qualidade dessas imagens é melhor do que a que poderíamos obter de fotocópias de livros de arte. A utilização dessa fonte também permite a inserção das imagens no texto de maneira mais organizada, além de deixar a apresentação do trabalho melhor acabada. Os sites de onde foram retiradas as imagens estão elencados no final do trabalho, no capítulo anterior à bibliografia.

realidade não concreta, mas que tem existência enquanto um universo de referências e atitudes perante o mundo.

Le Goff, autor no qual muito nos apoiamos, por exemplo, ao estudar a sociedade medieval, defende na análise histórico-social a união de uma história dita “pura” à história da literatura, da arte, do direito, das ciências e das técnicas. Segundo ele, todas essas “histórias” devem ser agrupadas para construir a análise do real. A partir do estudo de textos literários franceses, por exemplo, o autor concluiu quais as imagens e as concepções de cidade que predominavam no século XVI. O autor observou que dentro da ideologia guerreira a cidade era equiparada à figura feminina, pois era alvo de disputas e vitórias e objeto de observação e de admiração à distância. Da análise dos textos, ele entendeu que, na época, havia um bom conhecimento, por parte dos guerreiros que habitavam as florestas, das realidades que moviam a convivência e a produção do espaço citadino. O autor analisou por fim os elementos que lhe davam realidade: as muralhas e portas, os materiais empregados nas construções, a rede de ruas e praças, palácios e igrejas e o mercado como local principal do ambiente urbano. Ao longo de nosso trabalho iremos ver o processo de criação de todos esses marcos urbanos.

A criação e o desenvolvimento do conjunto de imagens por parte da sociedade medieval relacionou-se portanto intrinsecamente às transformações sócioespaciais em curso, e puderam ser elucidadas por sua vez a partir da análise das obras de Giotto e de Lorenzetti. Assim se explica e se justifica nosso objetivo de realizar o resgate dessas percepções do espaço através da análise da pintura do período, pois elas são um dos elementos daquela realidade que nos permitem por sua vez avançar no entendimento do fenômeno urbano na Toscana da Baixa Idade Média. Defendemos portanto que o próprio universo cultural que predomina em uma realidade interfere na produção e na transformação dos processos de produção do espaço, sendo de suma importância para o estudo geográfico, pois a cultura não se separa das esferas política, econômica e sócioespacial.

Como disse no início desta introdução, estabelecer uma análise a partir da relação entre a Geografia e a História não foi uma tarefa fácil. Por um lado, são poucos os trabalhos no Brasil que caminham no sentido de estabelecer os limites, os encontros e as divergências entre a História e a Geografia. Por isso, esperamos que

esta dissertação possa suscitar indagações sobre o método e o objeto de pesquisa da Geografia Histórica. Estimular o debate é a principal contribuição que este trabalho gostaria de aportar a este ramo do conhecimento.

II. A TOSCANA DURANTE OS SÉCULOS XIII E XIV.

a. O espaço e o tempo toscanos

A Idade Média, também conhecida por Idade das Trevas, caracterizou-se pelo sistema feudal, fundado na produção agrária e na hierarquização fixa e rígida da sociedade. Não cabe a este trabalho definir ou aprofundar as características do feudalismo e de seu sistema social, mas é necessário sublinharmos que este foi marcado pela predominância absoluta da concentração da população no campo e pelo ínfimo papel da cidade na configuração do espaço e na dinâmica da sociedade européia.

Mesmo tendo vivido o contexto do feudalismo durante a Alta Idade Média, que se estendeu do século V ao século X, a península italiana conquistou uma primazia econômica e comercial dentro da Europa a partir do século X. Alguns dos fatores que possibilitaram este fato merecem ser assinalados. Em primeiro lugar, foi decisiva sua situação geográfica (como podemos ver no mapa da página seguinte), no centro do Mediterrâneo, em contacto com todo o círculo comercial praticado entre Londres e Cairo e entre o Levante e a Escandinávia. A região da Toscana situa-se na parte noroeste da península italiana, compreendendo sobretudo o centro e o norte da Itália. Seu território consiste, em parte, na costa para o lado oeste do Mediterrâneo e, em parte, na região interior da península, onde as planícies predominam alimentadas pelo curso fluvial do rio Arno, que desemboca no mar.



Mapa da Itália com a localização da região Toscana segundo a atual divisão administrativa. Nos séculos XIII e XIV os limites da Toscana eram praticamente idênticos.
Fonte: Castaneda Library. University of Texas in Austin.

Em segundo lugar, devemos considerar alguns fatores da conjuntura histórica, que contribuíram para o seu rápido desenvolvimento econômico, político e social: a tomada de Constantinopla, que estreitou as relações entre os venezianos e os genoveses; a cunhagem dos ducados e dos florins de ouro, adaptados às necessidades do grande comércio e cuja estabilidade deu uma ampla garantia às transações monetárias realizadas nas cidades italianas; a reunião de capitais importantes por meio da comandita e dos depósitos bancários, que alimentaram a poupança de todas as camadas sociais e a entrada do capital conquistado pelo papado nas operações financeiras, confiadas a homens de negócios italianos, e o advento e a realização do crédito a curto prazo (Genicot, 1970).

Além desses fatores, vale ressaltar que a sua rede de caminhos era mais extensa e segura e nela a tradição dos ofícios urbanos estava mais enraizada do que em qualquer outra região do Império. O sistema da propriedade agrária com uma

economia quase auto-suficiente, e sua população de servos ligados à terra, nunca desenvolveu-se na Toscana em um grau comparável aos dos outros lugares da Europa. Consequentemente, as classes proprietárias de terras nunca abandonaram completamente as cidades para refugiarem-se nos feudos, o que fez com que nas cidades permanecesse um número suficiente de membros prestigiados na sociedade, que formaram uma elite urbana. Elas criaram a demanda de produtos da região, assim como também das mercadorias exóticas trazidas pelos mercadores italianos do Oriente ou de outras regiões da Europa. A cidade italiana, assim, talvez uma espécie de exceção nos períodos bélicos medievais, nunca deixou de ser o lugar do mercado e o foco da economia de intercâmbio (Pounds, 1981).

Finalmente, vale ressaltarmos outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento urbano toscano: a vitalidade e a permanência das tradições comerciais e urbanas na Itália, da qual uma expressão foi a diferenciação entre os verbos *laborare*, trabalhar, e *laborare*, trabalhar a terra; na independência precoce das cidades e as características dos comerciantes autóctones, como dinamismo, espírito de observação, sentido de organização e valorização de uma cultura ampla e sólida.

Por estas razões, a revolução econômica ocorrida a partir do século XI iniciou-se na Itália, pois, ainda que a guerra contra os godos e a invasão lombarda tenham produzido uma recessão em toda a Europa, ela foi menor na Itália do que na Gália e na Espanha.

Neste contexto sócioeconômico, a Toscana -junto com Flandres e a Itália do norte- destacou-se, pois suas cidades foram precursoras da institucionalização da autonomia política, do estilo de vida e da cultura cívica urbana. Nesta região, seus habitantes, depois do fim do mundo antigo, empreenderam novamente a tentativa de conviver em um espaço circunscrito, experimentando e criando novas formas de vida política, social e religiosa. Buscava-se assim que indivíduos diferentes, com hábitos diversos e convicções e objetivos variados, pudessem viver livremente em um território específico e movidos por um sentimento de solidariedade e de comunidade fundado na produção de espaços urbanos.

De maneira geral, o espaço urbano toscano caracterizou-se por adquirir no século XIII um aspecto medieval, pois da Antiguidade romana só se conservaram, e não em muitas cidades, algumas basílicas. Um aspecto característico das cidades

medievais era a sua topografia muito variada, refletindo as peculiaridades do surgimento, da localização e do desenvolvimento de cada uma delas. No entanto, todas as cidades medievais caracterizaram-se por possuir determinados elementos: um mercado, uma igreja, um recinto fortificado, chamado de *burgo* nas cidades italianas, *cit * nas cidades francesas e *castillo* nas espanholas, os edifícios-fortaleza dos grandes *magnates*, o edifício dos órgãos de administra o municipal e, por último, as muralhas urbanas que, com frequência,   medida que a cidade ia crescendo, iam sendo reconstruídas. Dentro das muralhas, a cidade apresentava uma trama confusa de ruas e ruelas estreitas, limitadas por edifícios dispostos sem nenhuma lógica aparente. Fora do recinto amuralhado encontravam-se por sua vez os arrabaldes ou a periferia, também chamada de *suburbia*. O subúrbio era formado por bairros e conjuntos de artesãos, pelas hortas e os campos cultivados pelos habitantes da cidade. Após a ocupa o do espaço da periferia estendiam-se os prados, os bosques e os pastos de propriedade comum; não obstante, com frequência, alguns destes elementos estavam situados dentro do recinto amuralhado (Samarkin, 1981).

Ainda no que diz respeito a uma resumida caracteriza o das cidades toscanas, vale mencionarmos introdutoriamente o plano geral sobre o qual a maioria delas foi construída: geralmente, no centro da cidade havia uma praça, para a qual dava a “prefeitura”, o palácio municipal e, não muito longe, encontrava-se a igreja principal. Devido   falta de espaço no início, o mercado encontrava-se fora do recinto amuralhado, mas   medida que esta crescia o mercado logo era incorporado à cidade. Além dos mercados periódicos, nas cidades existiam quarteirões e ruas inteiras repletas de oficinas e de lojas de artesãos dos mais diferentes ofícios. As torres das famílias senhoriais mais poderosas sobressaíam-se em rela o ao resto das edifica es urbanas e, finalmente, as pontes de pedra constituíram um elemento importante de algumas cidades toscanas, pois, devido à pequena largura dos rios italianos, as cidades situavam-se a princípio espalhadas pelas duas margens do rio, o que já ocorria com frequência na Antiguidade. As cidades toscanas mais importantes durante os séculos XIII e XIV, sobre as quais também há mais documentos, foram San Geminiano, Prato, Pisa, Florença e Siena.

San Geminiano situa-se sobre uma colina, a 334m, do Vale de Elsa. A cidade foi a sede de um pequeno povoado etrusco no período helenístico (III – II sec. a. C.) e

iniciou sua história por volta do século X sob o nome do santo bispo de Módena, San Geminiano, que teria salvado o povoado de uma invasão bárbara. A cidade desenvolveu-se muito durante a Idade Média por estar situada na beira da estrada Francigena, que na época ligava Roma a Paris. Devido à sua relevância econômica, San Geminiano abrigou uma série de obras de arte importantes, que decoraram igrejas e conventos. Em 1199, o povoado tornou-se uma comuna livre, ano marcado por lutas externas, contra os bispos de Volterra e as comunas a seu redor, e por lutas internas, que deram origem a duas facções: guelfa, comandada pela família Ardinguelli, e guibulina, encabeçada pela família Salvucci. Em 1300, a cidade hospedou Dante Alighieri, então embaixador da liga guelfa na Toscana, mas, mesmo tendo sofrido um importante desenvolvimento, a peste de 1348, a chamada Peste Negra, e o conseqüente decréscimo de sua população acarretou em uma situação de crise. Enfraquecida e afetada pelas baixas e a recessão provocadas pela peste, a cidade teve que se submeter a Florença, a cidade toscana mais importante.

Pisa por sua vez teve uma relevância considerável no desenvolvimento da região Toscana sobretudo nos séculos XI, XII e XIII, pois, localizada na confluência de dois rios, o Auser e o Arno, que desaguavam no mar Mediterrâneo, a cidade desenvolveu sua “vocaçãõ” de porto marítimo. Foi do porto pisano que produtos vindos do oriente começaram a chegar na Toscana e de onde também eram exportados os produtos realizados nas cidades toscanas.

A prosperidade de Pisa enquanto uma cidade marítima esboçou-se já entre os séculos IX e X, quando encontramos indícios de que já havia combates no mar entre frotas de navios pisanos e sarracenos, que naquela época controlavam o tráfego marítimo do Mediterrâneo, ocupando grande parte do sul da Itália, além das ilhas da Sardenha e Córsega. No século XI, os pisanos, afirmados na região em relação à rival terrestre Luca, foram protagonistas de diversas empreitadas marítimas que lhes permitiram ter o controle da Sardenha, da Córsega, das ilhas Baleares e empreender outras expedições que trouxeram muita riqueza à cidade. Durante o século XI e XII alguns decretos imperiais reconheceram a autonomia pisana. Seus navios percorreram o Mediterrâneo da costa da África à Catalunha, da Sardenha a Constantinopla, desenvolvendo atividades de pirataria e de comércio. A cidade então cresceu muito, o que fez com que em 1155 fosse iniciada a construção de uma nova muralha,

terminada em 1161. Das cidades européias da época, Pisa era uma das que tinha maior perímetro urbano.

A principal rival de Pisa, como mencionado, foi Luca, localizada muito proximamente à primeira. Acredita-se que Luca foi a primeira cidade toscana a adquirir importância na produção têxtil, pois documentos históricos atestam a presença do comércio de tecidos confeccionados em Luca e exportados à Europa já por volta do século X.

Sobre Prato vale mencionarmos que esta cidade originou-se quando, na segunda metade do século XI, dois núcleos habitados (o *Borgo al Cornio* e o castelo de *Pratum*, dos condes Alberti) uniram-se e formaram a cidade. Como parte do mesmo processo, a população constituiu um governo autônomo, a comuna, governada pelos cônsules e o *Podestà*. Entre o final do século XII e o início do século XIII, foram construídos dois círculos de muralhas para defender a cidade que havia se tornado importante devido à sua indústria da lã. Mas, no mesmo período, frente a um cenário de constantes disputas políticas internas, a comuna acabou submetendo-se ao governo florentino. No século XIV, após epidemias e misérias, sua população citadina diminuiu consideravelmente.

A cidade de Siena teve como principal característica de seu território circundante a presença de colinas: na região oeste, encontramos *Montagnola* e *Montes Maggio*, terrenos com inclinações arborizadas; a sudoeste estavam as maiores colinas, *Poggio Montieri*, importante local de extração de prata, e *Le Cornate*, e a sudeste de Siena encontramos *Creta*, *Val d'Òrcia* e *Amiata*, onde se ergue imponente o *Monte Amiata*, local simbólico a impor-se na paisagem porque era uma referência vertical importante para a localização dos comerciantes quando de sua saída da cidade. Na região havia também as planícies de *Sovicille*, *Rosia* e *Orgia*. Uma zona importante foram as termas de *Maremma*, lugares de exploração de salinas e de riquezas minerais. Havia ainda o porto de *Talamone*. Siena, estruturada pela produção artesanal de tecidos, constituiu-se talvez na terceira cidade mais importante da Toscana, estando atrás somente de Florença e Pisa. Além da produção têxtil, a cidade destacou-se pelo desenvolvimento dos bancos de crédito, patrocinado pelos comerciantes, pelo espírito urbanístico empreendedor de seu governo e pela rica produção artística em seu território.

No que diz respeito à Florença, esta cidade permaneceu atrasada em relação à Pisa, Luca e Siena durante o século XII, mas, a partir do século XIII, começou a aproveitar sua posição geográfica para desenvolver o comércio. O sucesso de suas tentativas derivava, primeiro, de um rápido crescimento dos atacadistas que em poucos anos acabaram com o monopólio dos empreendedores têxteis flamengos; em segundo lugar, da criação de produtos de alta qualidade pelos artesãos locais, graças ao aperfeiçoamento da especialização da produção. Logo a cidade tornou-se uma das mais importantes da Europa pelas suas peles, pelo trabalho de ourivesaria e pelas armas e armaduras, constituindo-se na cidade mais importante da Toscana, tanto no aspecto produtivo, comercial e bancário, como na formação de uma escola de pintura prestigiada em toda a Europa ou ainda na efetivação de projetos políticos ambiciosos, seja de tomada e dominação de cidades próximas, seja de propagação de uma estética urbanística que ganhou fama internacional. Seu crescimento foi assim considerável: no século XII, o perímetro urbano de Florença passou de 24 a 75 hectares e, no século XIV, Florença era uma grande cidade, possuindo 110 igrejas, 30 hospitais, 200 lojas e 40 indústrias, que produziam a cada ano de 70 a 80 mil peças de tecido (Gatto, 1995).

i. Desenvolvimento econômico a partir do século XI

A explicação sobre o crescimento e o desenvolvimento das cidades medievais toscanas deve contemplar um estudo sobre as relações cidade-campo que ocorriam na época. Primeiramente, entendemos que devemos focalizar o fluxo migratório do campo para a cidade, que sustentou em grande parte o crescimento populacional urbano na Baixa Idade Média. Para começarmos a abordar este fenômeno, retomamos a periodização apoiada nas fases conjunturais que se sucederam nas cidades medievais dos séculos VII ao XV, apresentada por Racinet (1996), e que se referem particularmente à Toscana. Este esquema evolutivo procura estabelecer uma correlação entre os fatores demográficos, sociopolíticos e urbanísticos. Assim, segundo esta teoria, para a qual o crescimento urbano teria se embasado essencialmente na migração, a fisionomia da cidade medieval em sua complexidade e especificidade teria sido fruto de três processos distintos. Tais processos estariam correlacionados às diferentes formas que a relação entre a natalidade e a mortalidade

assumiu nos diversos momentos da Baixa Idade Média. Quando havia durante a Baixa Idade Média o excesso de natalidade rural, este tendia a recair sobre a cidade, que se impregnava dos valores e comportamentos rurais. No caso da natalidade urbana ser mais intensa que a mortalidade, a sociedade urbana tinha a tendência a incrementar sua população local, crescendo e acentuando assim sua especificidade. Dessa forma, como apontam os documentos, ocorreu na Toscana, primeiramente, uma fase chamada patricia, definida pela afluência da aristocracia rural para a cidade. Num segundo momento, teria ocorrido uma fase plebéia, resultado da atração urbana do povo do campo e, mais tarde, uma fase senhorial, marcada pela mistura e união das camadas populares sob o poder da senhoria, que se instaurou nas cidades da Toscana a partir do século XIV.

Temos que levar em conta que esta periodização apoiada no crescimento das cidades esteve embasada, além dos dados demográficos, na observação da evolução do marco arquitetônico, considerando como aspectos importantes das cidades medievais a estratificação urbanística das torres patricias, a existência de espaços abertos, favoráveis às aglomerações populares, e, finalmente, os palácios senhoriais, que se multiplicaram nos séculos XIV e XV. De todo modo, esta interpretação é sem dúvida limitada, pois tende a privilegiar o argumento quantitativo e econômico, segundo o qual o renascimento urbano esteve em relação de causalidade com a recuperação do comércio no século XI, o que pode equivaler a converter a cidade em uma consequência do determinismo econômico (cuja base encontra-se no modelo de Pirenne). Esta teoria é portanto muito discutível, mas ela tem o mérito aqui de relevar alguns aspectos inerentes ao processo de crescimento urbano daquela época, que foi a importância da migração do campo para a cidade no sentido de incrementar a sua população. As características da cidade medieval toscana que estavam amplamente relacionadas a este movimento serão vistas mais aprofundadamente ao longo do trabalho.

O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

As pesquisas destinadas a calcular o número de habitantes na Itália e na Europa em geral, durante a Idade Média, são muito incertas, pois antes do século XIII

não havia um sistema de censo populacional. Os dados mais seguros remontam somente aos séculos XVIII e XIX. Muitos pesquisadores, no entanto, formulam hipóteses aproximadas sobre o número populacional nas principais cidades medievais, a partir dos séculos XII e XIII, com base nos registros de impostos que as comunas começaram a fazer nesta época. Como os impostos eram cobrados por residência, os chamados *fuochi* (os fogos que aqueciam cada moradia), e não por habitante, as estatísticas atuais baseiam-se em aproximações com relação ao número estimado de pessoas que devia haver em cada residência. Esta aproximação é uma das principais responsáveis pelas diferenças dos resultados dos cálculos obtidos por cada pesquisador. Outro indicador da densidade demográfica nas cidades medievais considerado pelos estudiosos é a transformação interna ocorrida nos espaços intramuros e a edificação progressiva das muralhas que delimitavam a área urbana.

Levando-se em consideração estes fatos, sabe-se que o crescimento demográfico intensificou-se no início do século XII até meados do século XIV. Pelo fato de na Itália o fenômeno urbano durante a Baixa Idade Média ter conhecido uma expansão intensa e, dado que esse crescimento foi acompanhado da constituição de sistemas administrativos para organizar a vida cidadina, há mais dados sobre sua demografia do que sobre a maioria das outras regiões européias, o que possibilitou a realização de numerosas pesquisas de história urbana e a formulação de hipóteses evolutivas e classificatórias sobre sua população.

Pounds (1981) apresentou em seu estudo sobre a economia medieval uma classificação das cidades européias segundo sua população. No ápice do crescimento demográfico medieval –no período compreendido entre 1275 e 1325– o autor dividiu-as em cinco grupos. Em primeiro lugar, encontraríamos um grupo muito reduzido composto pelas denominadas *cidades gigantes*, aquelas cuja população foi superior a 50.000 habitantes. Florença, se levamos em conta a estimativa de Giovanni Villani, pouco antes da Peste Negra tinha umas 90.000 “bocas”. As *cidades muito grandes* teriam uma população estimada em 25.000 habitantes. Havia mais destas do que *cidades gigantes*, mas não poderíamos enumerar mais de quinze ou vinte, das quais uma grande proporção encontrava-se na Itália. Entre elas estavam as lombardas: Pádua, Bolonha e, provavelmente, Verona e Pádua e, na Toscana, a cidade de Luca. A categoria das *cidades grandes* agruparia as cidades com populações compreendidas

entre 10.000 e 25.000 habitantes, sendo que estas eram bem numerosas. Entre elas encontramos Orvieto, Perugia, Siena, Pistóia e Pisa. As *ciudades médias e pequenas* tinham entre 2.000 e 10.000 habitantes (Pounds, 1981).

Os territórios onde o peso da população urbana era mais considerável durante os séculos da Baixa Idade Média estavam localizados na Itália, Flandres e Brabante, mas, na primeira, o tamanho das cidades era maior: mais de uma dezena de centros tinham por volta de 35-40.000 habitantes (como Verona, Pádua, Bolonha, Siena, Palermo, Nápolis, Roma e outras). As cidades maiores da Itália no século XIII e XIV eram Milão, Florença, Gênova e Veneza, que contavam com um número entre 50 e 100.000 habitantes; inclusive algumas décadas depois da Peste Negra, a população de Florença superava os 55.000 habitantes e a de Veneza os 65.000 (Samarkin, 1981).

De uma maneira geral, foi no século XIII que ocorreu o grande aumento da demografia das cidades italianas. Para dar um exemplo, Pádua, no final do século XII, possuía 15.000 habitantes, sendo que em 1320 chegou a ter 33.000. Mas a Toscana destacou-se por possuir uma das maiores concentrações populacionais em toda a Europa. Comparando os dados de proporção populacional entre a cidade e o campo da região da Lombardia e da região da Toscana temos um indicativo importante desse fato. Na Lombardia podemos citar diversos casos. Em Bolonha, por exemplo, 17 mil pessoas viviam dentro das muralhas numa proporção de 7 *cives* para 10 camponeses. Em Pádua, a relação era de 2 para 5, em Perúgia de 5 para 8 e em Pistóia de 1 para 3. Mas em algumas cidades da Toscana esta relação era inversa: em San Geminiano era de 3 cidadãos para 2 camponeses e em Prato de 13 para 10. Dessa maneira, quando, durante os séculos XIII e XIV, Florença consagrou-se como uma grande cidade, 26 por cento da população toscana vivia no seu espaço intra-muros. Já entre 1170 e 1290, Florença havia ampliado muito sua superfície até alcançar 630 hectares, mas durante todo o século XIII, de maneira espetacular, a cidade atraiu mais do que nunca a população de seu *contado*: em 1200 a população florentina era de aproximadamente 40.000 habitantes e, em 1300, este número cresceu para cerca de 110.000. Somente na região de Flandres poder-se-ia encontrar uma situação semelhante. No resto da Europa, 90 por cento da população e do território estava espalhada pelo campo, pois a sociedade organizava-se segundo os parâmetros da sociedade agrária feudal.

Como já mencionado, ainda que Florença tenha chegado a ser uma “cidade gigante”, esta grandeza de cidade não foi o que definiu o processo de urbanização da sociedade toscana. A característica principal desse período de “renascimento urbano” foi justamente a emergência de muitas cidades novas e a reativação das atividades nas cidades pré-existentes. Dessa forma, apesar de estar muito urbanizada, na Itália não havia, aos finais do século XIII, mais de 23 cidades que contassem com mais de 20.000 habitantes, estando a maioria delas entre 5.000 e 10.000. Estas cifras, calcula-se, podem ser aplicadas ao resto da Europa, provavelmente com algumas exceções (Racinet, 1996). Situando a Toscana num contexto mais amplo, vale ressaltar que na primeira metade do século XIV, as zonas mais densamente povoadas encontravam-se ainda nas regiões italianas da Lombardia e da Toscana e, ao norte europeu, em Flandres, Brabante, no nordeste da França e na Alemanha do norte. Nesta última região, a densidade da população era de 50 a 100 pessoas por quilômetro quadrado. (Samarkin, 1981).

A AGRICULTURA, A INDÚSTRIA E A CIDADE

Em linhas gerais, assim como o sistema de cultivo da terra mediterrâneo, predominante em toda a região ao sul do Loire, em quase toda a costa mediterrânea e em grande parte da península ibérica, o sistema prevalente na Toscana caracterizava-se pela grande liberdade que possuía o agricultor para escolher os produtos a serem cultivados e os métodos e recursos a serem empregados na produção e na colheita. A ausência da rotação obrigatória do cultivo e de outras regras rígidas permitiu a cada camponês escolher livremente os cultivos e especializar-se em determinados ramos da economia agrária, como, por exemplo, a viticultura, a horticultura, a criação de uma única espécie de animal etc. Este sistema pressupunha, via de regra, o pastoreio individual do gado, o que não impossibilitava o pastoreio coletivo; uma localização principalmente compacta das parcelas, sendo que predominava a tendência da concentração dos terrenos de um mesmo proprietário em um único lugar, e a presença de cercas permanentes de árvores e arbustos alinhados, uma característica que até hoje está aparente na paisagem dos campos toscanos. (Samarkin, 1981).

Com o crescimento demográfico verificado na região, a estrutura da comunidade rural recebeu, durante o século XIII, alguns estímulos contraditórios. Por um lado, as construções exigidas pelo aumento da população no campo provocaram a compressão do habitat e, talvez, a aproximação e a fusão das casas de campo. Mas, por outro lado, a adoção dos cultivos intensivos, que reclamam cuidados constantes, como no caso da vinha, levou a que, na Itália, o explorador se instalasse no meio de suas terras, para assim poder acompanhar de perto as plantações, individualizando e demarcando os domínios de cada feudo. Devemos somar a esses dois processos o de que a aragem realizada pela nobreza e pelas novas ordens multiplicaram as fazendas e os subúrbios.

Outro fato de suma importância é o de que muitas lutas feudais e o surgimento de novos tipos de contratos agrários, o chamado sistema de *mezzadria*, segmentaram muitos latifúndios e criaram a pequena propriedade. A *mezzadria*, forma de uso em parceria do solo agrário, veio acompanhada da situação de dispersão no campo, que prevaleceu sobre a concentração, pois surgiram mais povoados do que cresceram os já existentes, tanto que a grande maioria das aglomerações rurais não ultrapassou a cifra de 300 habitantes (Genicot, 1970).

O sistema de cultivo agrário por *mezzadria* contribuiu para diversificar a produção agrícola, dinamizá-la, sendo assim uma das bases da prosperidade da região, e, ao mesmo tempo, favorecer a atividade de troca nas cidades. Dessa maneira, a dispersão da população do campo foi acompanhada pelo grande crescimento de algumas cidades, que se destacaram por suas atividades produtivas ou comerciais e que se constituíram em verdadeiras cidades-satélites, ainda que houvesse, como vimos, uma hierarquia entre elas. Estas consolidaram uma rede de relações, nas quais eram os centros da efervescência econômica, política e cultural de toda a região. As cidades mais importantes foram Florença, Siena, Prato, Luca, Pistóia e Arezo.

Dessa forma, se dimensionarmos o crescimento populacional e econômico que estava acompanhando essas transformações no sistema agrário, poderemos concluir que, apesar do uso do solo em parceria implicar no movimento geral de dispersão dos camponeses pelo campo, isto não resultou na ruralização da sociedade, pois houve o incremento das agrupações sociais e o aumento da população produtiva, cujo excedente migrou, com muita facilidade e frequência, para os núcleos urbanos.

Outro aspecto deste mesmo contexto foi o de que no campo, devido ao crescimento demográfico, a busca de lugares para aragem ou para o pasto levou à delimitação entre as propriedades rurais e as comarcas. Com o crescimento econômico e o aumento populacional, os limites entre os territórios ganharam nitidez, sobretudo porque, no processo de criação das autonomias urbanas, a demarcação dos territórios sob cada poder era necessária. À medida que as cidades cresceram e as fronteiras encontraram-se mais delimitadas, as comunidades rurais aumentavam suas relações com suas comunidades vizinhas e com o burgo ou a cidade mais próximos. A comunicação entre as cidades mais pequenas, as maiores e a população rural passou a ser cada vez mais crescente, a princípio, porque certos laços individuais uniam os habitantes destes povoados. O pequeno tamanho das localidades e o rigor das prescrições canônicas sobre a consaguinidade obrigavam muitos cidadãos a buscar o cônjuge fora do limite do próprio povoado, aumentando o contingente populacional urbano. A multiplicação das transações imobiliárias conduzia por sua vez o cidadão a adquirir bens em várias comarcas e inclusive a passar de uma comarca a outra, o que provocou uma mobilidade das populações rural e urbana ainda maior (Genicot, 1970).

No decorrer destes processos, a dinâmica comercial e industrial dominante na cidade foi conquistando espaço e poder na sociedade. Como nesse período histórico a indústria era intimamente dependente da agricultura, fonte da matéria-prima, onde a riqueza e a fertilidade da terra e a proximidade dos mercados era propícia, os senhores e os camponeses incentivaram ou introduziram, a título subsidiário em suas terras, o cultivo de certas plantas destinadas à atividade industrial. Assim, na alimentação, o lúpulo abasteceu as cervejarias da Áustria, a cana de açúcar, as refinarias da Sicília e o açafraão instalou-se na Toscana e, especificamente nos arredores de Luca, nos finais do século XIII, foi introduzida também a amoreira (de cuja folha o bicho-da-seda retira seu alimento), para impulsionar o setor têxtil (Genicot, 1970). Como na Toscana este era o setor predominante, desenvolveu-se também na região, sobretudo nos arredores de Florença, a criação de ovelhas para abastecer as oficinas de fabricação da lã. O uso do tecido de algodão mesclado com a lã foi muito difundido nos séculos XII e XIII na Toscana, além do próprio algodão puro e do linho². Outro tecido muito fabricado na

² O cultivo do algodão foi introduzido no sul da Espanha pelos árabes, que em escritos agrícolas e geográficos deixaram as instruções para seu cultivo e colheita. No século XII, e talvez antes, cultivava-

Toscana foi a seda. Na região, além dos tecidos, fabricavam-se diversos artigos de joalheria, artigos de couro muito apreciados e objetos de arte. Das Maremas toscanas extraíam-se pequenas quantidades de metais não ferrosos (Samarkin, 1981).

Vale lembrarmos que, mesmo o campo sendo o principal provedor de alimentos para a população das cidades, dentro destas também havia uma produção agrícola destinada a satisfazer as necessidades locais. Assim, atividades importantes realizadas nas cidades medievais foram o cultivo de hortas, a criação de jardins e de animais na zona ao redor e o cultivo de produtos agrícolas nos fossos que delimitavam o perímetro urbano. Numerosos cidadãos possuíam terras livres nas cidades e exploravam pelo menos uma parte delas para este uso. Os jardineiros medievais que trabalhavam a terra na cidade ou nos seus arredores estavam a meio caminho entre a condição de camponeses e a de artesãos. (Racinet, 1996)

O COMÉRCIO E AS FINANÇAS

A principal mudança econômica ocorrida nos séculos XIII e XIV foi no âmbito do comércio. Nestes séculos, podemos dizer que uma verdadeira revolução comercial contribuiu para a criação de novas formas de organização da sociedade, tanto no campo político quanto no campo espacial. Para podermos dimensionar estas transformações, devemos primeiramente caracterizá-las. Esta revolução comercial caracterizou-se por uma forte mudança nas atividades dos mercadores, que despessoalizaram a atividade mercantil. Referimo-nos ao fato de o mercador deixar de ter que realizar todo processo de compra e venda do produto, entregando a responsabilidade do transporte e da venda de mercadorias a pessoas por ele contratadas, efetuando os pedidos e os pagamentos dos produtos por um sistema de correio. O grande mercador assim destinava seu tempo a gerir e controlar o andamento de seus negócios.

No geral, as feiras consolidaram-se como o principal local de realização das transações comerciais mais importantes, sobretudo nas da Champagne, que alcançaram o apogeu econômico devido aos comerciantes italianos e flamengos na

se o algodão também na Sicília e o porto de Gênova o expedia às cidades lombardas e toscanas, que passaram a produzi-lo posteriormente.

metade do século XIII. Foi por sua vez o crescimento das cidades e o estabelecimento de feiras periódicas que deram certa regularidade aos deslocamentos dos mercadores, que passaram a fixar suas bases nas cidades mais importantes e planejar suas viagens de negócios. Com uma base urbana, foi mais fácil para o comerciante acumular capital.

As feiras eram, em geral, associadas aos mercados, pois frequentemente estavam estabelecidas nesses espaços. No entanto, havia importantes diferenças entre ambos. A feira acontecia raramente e podia durar várias semanas; é possível que a frequentassem as pessoas dos arredores, mas as transações que nela se realizavam eram essencialmente com produtos de origem longínqua e entre comerciantes vindos de regiões distantes. Dessa maneira, elas envolviam uma rede de comércio de cunho internacional e negociavam produtos geralmente raros para as comunidades locais. Inevitavelmente, portanto, as mercadorias tinham um valor relativamente alto, sobretudo se considerarmos que, à raridade do produto, eram acrescentados ao seu valor os gastos com o transporte.

O mercado, ao contrário, servia às necessidades da comarca, ocorria geralmente uma vez por semana, durante todo o ano, e nele eram vendidos produtos baratos e perecíveis para abastecer a população da cidade. Ainda que com funções diferentes, as feiras e os mercados integravam-se em certa medida num mesmo sistema. Os comerciantes que vendiam seus produtos nas feiras haviam, em muitos casos, adquirido estes em uma visita a mercados semanais. E, inversamente, os cidadãos tinham a possibilidade de adquirir nas feiras os poucos produtos exóticos que jamais poderiam encontrar em seu mercado regional, sendo que às vezes tais produtos exóticos podiam ser comprados pela população local com o dinheiro obtido da venda a um bom preço do seu grão ou animal (Pounds, 1987).

É duvidoso no entanto que a margem de lucro obtida em se tratando exclusivamente da produção e do comércio de tecidos, vinhos e de outros artigos de demanda generalizada tenha sido grande, ainda que, às vezes, alguns mercadores conseguiram enormes lucros através do comércio de artigos de luxo, pois a concorrência sempre foi alta e o risco comercial muito elevado. Os lucros obtidos apenas desta atividade dificilmente podiam, portanto, serem excepcionais. Assim, o dado importante a ser ressaltado é o de que as grandes fortunas foram, no geral,

obtidas da especulação da terra e, sobretudo, do empréstimo de dinheiro. Era muito comum que o comerciante próspero tivesse adquirido riqueza ao dedicar-se às atividades financeiras através do incremento da pequena fortuna ganha mediante a prática corriqueira do comércio (Pounds, 1987).

Por isso, podemos dizer que a revolução comercial dependeu em grande parte da criação de um mercado financeiro, onde o dinamismo do comércio encontrava novas fontes de aplicação do capital e riqueza. Dessa maneira, esta revolução também veio assinalada pelo desenvolvimento de novas formas de associações (companhias), pela aparição da letra de câmbio, que eliminou a necessidade de mover grandes quantidades de dinheiro, assim como pela criação do mecanismo para liquidá-las ou descontá-las, e pelo crescente uso do crédito, possibilitado pela letra de câmbio. Todos estes avanços na prática do comércio produziram-se pela primeira vez na Itália, principalmente nas regiões da Lombardia e da Toscana, possibilitando a acumulação de capital na cidade (Pounds, 1987).

Estes progressos tão diversos transformaram o comércio que, de ambulante, passou a ser sedentário. O mercador já não estava obrigado a ir de mercado em mercado, pois lhe bastava confiar seus bens a um especialista em transportes e ter em cada lugar um agente a quem enviar instruções escritas e arrecadar fundos para a expedição de letras de câmbio, sendo que as operações deste agente eram facilmente controláveis através do exame da contabilidade. No entanto, esta modificação dos métodos exigia uma organização importante e somente era rentável se os gastos fossem repartidos em muitos negócios. Dessa maneira, somente algumas associações puderam adotá-la, instalando agentes no estrangeiro ou contratando os serviços de pessoas que se tornavam também responsáveis pelos negócios. De todo modo, quanto mais dinheiro tinha um homem de negócios do século XIII mais ele diversificava seus ramos de investimento e menos dedicava-se somente ao comércio: cada vez mais ele era um empresário, mercador e banqueiro. Era muito comum portanto que esse homem de negócio possuísse suas fábricas ou seus empregados trabalhando em casa, vendesse sua produção no atacado e no varejo e comanditasse e emprestasse dinheiro a juros (Genicot, 1970).

Infra-estrutura, mercados e capitais: nesse momento os comerciantes e os banqueiros –que se confundiam à medida que conquistavam riquezas e poder-

pesquisaram e desenvolveram os meios para reunir mais capital que no passado. De um lado, nos portos italianos, definiram as modalidades de *societas mari* e, logo, do *cambium maritimum*, ou seja, uma sociedade em comandita agrupada para empreender negócios em um prazo muito curto, quase sempre o de uma só viagem. O mercador costumava associar-se a um navegador, que se comprometia a transportar com seu navio e seu trabalho a mercadoria fornecida pelo mercador. O lucro obtido das vendas além-mar era repartido com o comerciante quando o navegador retornava de sua viagem. O mercador assim não precisava envolver-se em uma viagem arriscada e podia aproveitar o tempo que esta demorava para dedicar-se a outros negócios. O proprietário do barco podia por sua vez ganhar dinheiro sem ter que desempenhar sozinho toda a cadeia de compra e venda da mesma mercadoria, além de não assumir isoladamente os custos e os riscos do negócio.

De outro lado, nas cidades do interior da península foram fundadas *companhias*, que hoje qualificaríamos, com bastante semelhança, como sociedades coletivas. Eram familiares a princípio, mas logo acolheram membros estrangeiros e aceitaram diversificar, para aumentar, a proveniência dos depósitos. Os *banchieri* (os banqueiros) também recebiam depósitos, consentiam adiantamentos a seus clientes e investiam no comércio ultramar. Os homens de negócios do mar Tirreno e do Adriático, da Lombardia e da Toscana conseguiam a partir de então dinheiro facilmente. (Genicot, 1970). Para o sistema comercial efetivar-se foi necessário portanto o desenvolvimento de um novo sistema financeiro que pudesse viabilizar e tornar mais lucrativas as novas formas de transação comercial.

Todos esses processos correlacionados tiveram como resultado um fato essencial, que demonstra o dinamismo que a atividade comercial alcançou na Itália: a cunhagem de moedas regionais. Até o século XIII, os países da Europa Ocidental não possuíam uma moeda de ouro própria, sendo que nas grandes operações mercantis eram empregados pedaços brutos de metais preciosos e, no comércio mediterrâneo, circulavam apenas as moedas de ouro árabes (*mancusos* e *maravedies* ou *morabetinos*) e as bizantinas (*hyperperon*). Mas, entre os séculos XIII e XIV, iniciou-se a cunhagem de moedas de ouro européias, sendo todas elas italianas: os florins (Florença), os genovins (Gênova) e os ducados (Veneza) (Samarkin, 1981). Esta é uma comprovação a mais de que nesse momento estava ocorrendo nas cidades da

Toscana, e do norte da Itália de uma maneira geral, o processo de acumulação de capital.

ii. A situação política: o centro e o norte da Itália entre os dois poderes universais

A coroação do rei dos francos Carlos Magno como imperador do Ocidente, em Roma no ano 800, trouxe consigo a *Renovatio Imperii*, teoria política segundo a qual o império romano renascia 224 anos depois sob o poder da dinastia franca. Tal renascimento foi promovido pelo Papa de Roma, o único poder universal até aquele momento, sendo justamente o Papa Leão III quem pôs sobre a cabeça do monarca germano a coroa imperial no dia de natal daquele ano.

A *Renovatio Imperii* supunha a coexistência no Ocidente católico de dois poderes, também chamados de duas espadas da Cristandade: o poder temporal do imperador, que encontrava sua origem na Roma imperial, e o poder espiritual do Papa, legítimo sucessor de São Pedro e, conseqüentemente, de Jesus Cristo. A coexistência dessas duas espadas foi durante os períodos carolíngio e otôniano relativamente pacífica, sem que nenhuma controvérsia tivesse levado os dois poderes a enfrentarem-se. Porém, a situação mudou a partir da segunda metade do século XI, durante a época da dinastia Sália.

No ano 1056 faleceu o imperador Henrique III, que deixou como sucessor Henrique IV. Foi durante o reinado deste último que aconteceu uma das primeiras lutas entre o Papa e o Imperador por causa das investiduras. O elemento desencadeador do conflito foi a vaga na arquidiocese de Milão em 1076, a partir do momento em que Henrique IV quis fazer prevalecer seus direitos como imperador e eleger livremente um candidato seu que defendesse seus interesses na Itália. Encontrou, não obstante, o obstáculo no Papa Gregório VII, quem proibiu a intromissão do poder temporal na eleição de cargos eclesiásticos, pregou a superioridade da Igreja sobre o Estado e rejeitou a validade dos bispos simoníacos (aqueles que compravam o cargo episcopal). O resultado desse desencontro foi o início de uma guerra entre os dois poderes, que derivou na excomunhão de Henrique IV e na eleição de um antipapa por parte do imperador. Somente depois da morte dos

dois protagonistas foi possível uma solução pacífica, que chegou por meio do Concordato de Worms (1122), a partir do qual a investidura religiosa dos bispos passava a ser uma competência exclusiva do papado, enquanto a atribuição de poderes temporais corresponderia somente ao imperador.

Foi neste contexto da guerra das investiduras que ocorreram alguns dos experimentos comunais na Itália central e setentrional. Até aquele momento as cidades estavam reguladas pela dupla ordem jurídica feudal-vassalática das estruturas do império carolíngio e pelo poder dos bispos. No entanto, o poder episcopal foi afirmando-se nas cidades na medida em que as estruturas carolíngias foram enfraquecendo-se.

Dessa forma, a emergência de governos autônomos na maioria das cidades da Toscana esteve relacionada, em grande medida, aos aspectos que envolveram o conflito político entre as esferas do poder temporal e do poder espiritual. No contexto de desenvolvimento das atividades comerciais e de crescimento das cidades e de sua importância na dinâmica social, uma das tarefas mais desafiadoras que os governos citadinos tiveram que enfrentar para conquistar uma autonomia própria era justamente consolidar seu poder frente aos poderes feudais e eclesiásticos. No entanto, ocorreu que os incipientes governos citadinos aproveitaram-se muitas vezes da conjuntura política conflituosa para conseguir benefícios de ambos os poderes supremos e, conseqüentemente, sua autonomia (Racinet, 1996).

Um exemplo de como as cidades toscanas usufruíram do contexto das disputas entre os dois poderes para adquirir benefícios, favorecendo assim a constituição das comunas, é o da cidade de Pisa. Neste caso, o imperador Henrique IV procurou conquistar a cidade como sua aliada por meio da concessão de alguns privilégios ao seu governo: ofereceu aos pisanos o privilégio de enviar doze representantes à corte imperial para colaborar na eleição da nova marquesa da Toscana, garantindo o imperador que nenhuma nova marquesa seria eleita sem a aprovação dos emissários dessa cidade. Através dessa oferta, o poder imperial fortalecia de duas maneiras a consolidação de um governo comunal forte em Pisa: em primeiro lugar, afirmava a liberdade da cidade acima de qualquer direito feudal que pudesse pertencer à marquesa da Toscana; em segundo lugar, dificultava que o critério de escolha para este cargo nobiliárquico fosse a hereditariedade (Hyde, 1999).

É preciso ressaltar que a emergência do poder comunal em muitas cidades não significou a revolução das estruturas políticas urbanas, pois antes da criação da *comuna* os bispos já haviam formado conselhos de *boni homines* que tinham a função de assessorar o bispo e exercer inclusive algumas competências através de uma delegação. Estes *boni homines* eram geralmente juizes, notários ou comerciantes de grande experiência na negociação de conflitos. As comissões de *boni homines* foram em certa medida as porta-vozes da cidadania e prefiguraram a formação de uma estável magistratura de cónsules, que, posteriormente, seria a representante da cidade em seu exercício do poder executivo.

Ainda que tais estruturas existissem havia décadas, a guerra das investiduras serviu de catalizador do movimento comunal. O desenvolvimento de enfrentamentos entre o bispo, os vassalos maiores e os vassalos menores, acirrados com o desenvolvimento das economias urbanas, provocaram um período de graves desordens nas cidades. A violência do enfrentamento motivou que as diversas forças em jogo (bispo, *milites*, proprietários de terras, comerciantes, artesãos, profissionais) procurassem uma forma de “pacto” capaz de restabelecer e fortalecer uma situação de ordem e de normalidade da vida cidadã e, ao mesmo tempo, proteger os diferentes interesses sociais e políticos presentes no tecido urbano. Foi justamente da vontade de criar mecanismos de organização que promovessem uma certa estabilidade dentro das cidades que nasceu a *comuna* como organismo de autogoverno cidadão, o que voltaremos a tratar no próximo item deste capítulo.

A cronologia da instituição do consulado demonstra o caráter pioneiro das cidades da Toscana e de outras regiões do Centro e Norte da Itália na emancipação política das cidades: antes do ano 1100 já haviam sido constituídas instituições consulares nas cidades de Pisa (1081), Biandrate (1093), Asti (1095), Milão (1097), Arezzo (1098) e Gênova (1099). No início do século XII o consulado chegou às cidades toscanas de Pistóia (1105), Luca (1115) e Siena (1125). Dessa forma, a Toscana foi uma das regiões italianas onde o consulado desenvolveu-se mais rapidamente.

A luta das investiduras trouxe às cidades medievais não somente o reconhecimento público de sua autonomia política e alguns privilégios que até aquele momento eram reservados só aos estamentos aristocrático ou eclesiástico, mas

também toda uma série de enfrentamentos dentro da própria cidade. Partidários do Papa e do Imperador conviviam dentro das mesmas muralhas e ocasionavam contínuas disputas. O próprio partido de cada *comuna* em favor do *regnum* ou do *sacerdotium* estava em função dos grupos hegemônicos presentes na assembleia cidadã. Era normal que uma mesma cidade trocasse várias vezes seu partido, tanto por interesses puramente estratégicos quanto pela mudança das elites que gerenciavam suas instituições políticas.

Essas lutas políticas entre diferentes famílias apresentavam-se abertamente nas principais instituições municipais: na assembleia, no conselho e, sobretudo, na eleição dos cônsules, magistratura colegiada, de número variável dependendo das cidades e do momento histórico, encarregada de exercer as tarefas próprias do poder executivo. Mesmo que a duração do cargo de cônsul fosse breve a princípio, terminou estipulando seu período de vigência em de um ano, depois do qual a atividade dos magistrados era avaliada.

A chegada ao poder do imperador Frederico I “Barbarossa” da dinastia sueva dos Hohenstaufen no ano 1152 reavivou o conflito entre Império e Papado. Neste caso, o imperador optou por um controle direto e muito mais estreito do Reino da Itália, território sucessor do reino longobardo, conquistado por Carlos Magno na segunda metade do século VIII. O Reino da Itália, que integrava, entre outras, as regiões do Piemonte, Ligúria, Lombardia, Vêneto, Toscana, Emilia Romana, Lácio, Marcas e Úmbria, fazia parte em teoria do Sacro Império Romano Germânico e, portanto, estava sob o controle do imperador. Na realidade, a situação era bem diferente. A distância geográfica do poder transalpino, somada à lentidão e à dificuldade das viagens, devido à precariedade das estradas e sobretudo ao obstáculo orográfico que representavam os Alpes, assim como as contínuas lutas internas dentro do próprio território germânico, derivaram numa situação de prática independência política das cidades do centro e do norte da Itália. O imperador constituía-se assim, em realidade, em um poder longínquo que devia ser objeto de uma intangível fidelidade de vassalagem, mas que, no entanto, não desempenhava nenhum poder efetivo sobre o dia-a-dia dos italianos.

A vontade de Frederico I de reestabelecer o controle imperial sobre o território italiano, que pelo menos no papel lhe correspondia, motivou até seis descidas do

suevo à Itália com o fim de recuperar a fidelidade das até há pouco independentes cidades. Os desejos do imperador causaram inquietude na cúria pontifícia. O Papa Alexandre III colocou resistência aos desígnios do monarca e reabriu-se a luta entre os dois poderes universais. Frederico I optou por nomear antipapas e negar a legitimidade de Alexandre III; este último encontrou o apoio de outros soberanos europeus e também da Liga Lombarda. Esta liga era um agrupamento de algumas das cidades situadas no vale do Pó, que, sob a liderança de Milão, detiveram o avanço das tropas imperiais. Após muitos enfrentamentos, alianças, movimentos diplomáticos e mudanças de bando, Frederico I foi derrotado na batalha de Legnano (1176). Sem possibilidades de exercer o controle militar nas regiões padanas, o imperador teve que aceitar as condições da Paz de Constança (1183).

Foi precisamente durante esta luta de Frederico I “Barbarossa” contra o Papa e as comunas italianas que surgiram os termos *guelfo* e *ghibellino* para denominar, respectivamente, os partidários do Papa e os partidários do Imperador. A origem desses vocábulos reside nas palavras alemãs *Weiblingen* (castelo que formava parte do patrimônio da família Hohenstaufen e do qual derivou o adjetivo “guibelino”) e *Welf* (nome da dinastia de Baviera, principal inimiga dos suevos em território alemão, que na Itália derivou em “guelfos”).

De maneira geral, os guibelinos eram sobretudo os aristocratas, em parte imigrados em Florença da Toscana. Os guelfos eram compostos pela grande burguesia cidadina: juizes e notários, comerciantes e mercadores ambiciosos e a comunidade eclesiástica. A grande maioria dos florentinos operários, jornaleiros e artesãos não integrava estes partidos, pois, segundo o direito medieval, todos eles não eram cidadãos plenos (Beuys, 2000). Embora algumas cidades tenham mantido durante bastante tempo a fidelidade a um partido ou a outro, como foi o caso das guibelinas Luca e Pisa e da guelfa Florença, as trocas de facção foram freqüentes, oscilando de acordo com os grupos de cidadãos que detinham o poder político em cada momento específico. Se resgatamos ainda o fato de que as relações políticas e de poder estavam associadas na Idade Média, em grande medida, à ascendência e à fidelidade ao núcleo familiar, poderemos compreender porque lutar e morrer por uma ou por outra facção não era privilégio de algumas pessoas, mas de famílias inteiras.

Dessa maneira, a Paz de Constança significou a clarificação dos poderes que correspondiam ao Imperador e aqueles que eram competência exclusiva e única das comunas. Para definirem claramente os direitos que pertenciam ao monarca, utilizaram-se do Direito Romano: discípulos do prestigioso jurista Irnério ofereceram a Frederico I uma relação exhaustiva dos *iura regalia* na dieta de Roncaglia (1158). Contudo, o imperador teve que renunciar a alguns desses direitos na Paz de Constança em favor dos poderes municipais, sendo que as comunas conseguiram então o reconhecimento de seus poderes para administrar a justiça, formar exércitos, impor tributos, construir fortificações para sua própria segurança e usufruir dos recursos da terra, como água, florestas, pastos. No plano político, o imperador reconheceu ainda o direito das cidades de escolher os próprios magistrados, sem pôr limites nem a seu raio de ação nem a sua competência no exercício do governo. Frederico I reservou-se, no entanto, o poder de apelação para as causas maiores. Aliás, os exércitos comunais deviam enquadrar-se na estrutura militar do Império e as cidades mantinham obrigações de fornecer suprimentos às tropas imperiais e de conservar em bom estado as infra-estruturas necessárias para o bom funcionamento do exército, tais como pontes e estradas.

O resultado da Paz de Constança para as cidades italianas, do ponto de vista jurídico, era a aceitação por parte do Imperador da plena autonomia organizativa das comunas. Entretanto, elas continuavam a integrar o Sacro Império Romano Germânico e estavam obrigadas a respeitar a autoridade imperial como base de todo poder público. Assim, legitimavam-se as liberdades comunais e as cidades tinham um caminho livre para expandir seu território e constituir cidades-estados dotados de leis e instituições próprias (Occhipinti, 2000).

Na organização jurídico-administrativa, as cidades italianas, agora com sua autonomia plenamente reconhecida, inspiraram-se no direito consuetudinário. As regras não escritas, transmitidas de uma geração a outra e que haviam orientado a atividade de juízes e magistrados foram a base do *corpus* jurídico das comunas. Mas, paralelamente, percebe-se uma paulatina introdução do Direito Romano na versão contida no *Corpus Iuris Civilis* do imperador bizantino Justiniano (século VI) e “redescoberta” no Ocidente cristão a partir do século XI. O Direito Romano justiniano foi tornando-se o direito comum para resolver as controvérsias de tipo mercantil,

especialmente à medida que as relações comerciais entre estados diversos foram multiplicando-se.

O último enfrentamento grave entre os poderes universais aconteceu durante o século XIII. Seu protagonista foi Frederico II, neto do imperador Frederico I “Barbarossa” e herdeiro do Reino de Sicília, patrimônio de Costanza d’Altavilla, mãe do primeiro e última sucessora da dinastia normanda. O fato de Frederico II ter o *domínio* do Reino da Itália no Norte e do Reino de Sicília no Sul fez com que o papado se desse conta de que estava com um poder muito restrito. Para combater esse domínio imperial, o papa declarou-se o tutor do seguinte monarca, Frederico II, que foi designado para o cargo depois da morte de seus pais. O anterior imperador, Henrique VI, faleceu em 1198, quando Frederico tinha só três anos. Assim, o Papa Inocêncio III, conhecido pelo seu caráter forte de estadista e pela defesa que empreendeu dos poderes pontifícios, encarregou-se da educação do menino na tentativa também de adquirir um aliado.

Frederico II começou a exercer seus poderes de monarca em 1214, após ser nomeado Rei de Germânica. Para conseguir a nomeação, o rei teve que prometer a Inocêncio III que renunciaria ao trono de Sicília. No entanto, a promessa não foi cumprida e, quando Inocêncio III morreu, em 1216, Frederico II assumiu o cargo de rei da Sicília. Em troca, ele se comprometeu com o novo Papa Honório III a organizar uma cruzada à Terra Santa, lutar contra a heresia e confirmar o caráter não hereditário da união das coroas imperial e do reino da Sicília. Mas esses acordos tampouco foram cumpridos e, como se não bastasse, Frederico II coroou-se imperador do Sacro Império Romano-Germânico no ano 1220. Concomitantemente, o imperador procurou estruturar o Reino da Itália segundo o modelo de estado centralizado que estava em funcionamento no Reino da Sicília, além de tentar romper com a Paz de Constança, o que contrariou a independência das cidades do centro e do norte da península. O temor da reafirmação do poder imperial levou à reorganização da Liga Lombarda, apoiada pelo Papa, também temeroso e descontente com o excessivo poder que o imperador estava adquirindo. Ciente da falta de preparo militar de suas armadas, Frederico II não considerou oportuno, naquele momento, um enfrentamento com as cidades, voltando atrás e dedicando-se somente a centralizar os poderes no sul da Itália.

O conflito reabriu-se um ano depois, com a chegada ao território pontifício de Gregório IX. Uma das primeiras medidas do novo Papa foi exigir o cumprimento por parte do imperador da promessa de organizar uma cruzada à Terra Santa. A falta de interesse de Frederico II no projeto levou a que este fosse excomungado. Finalmente, o suevo empreendeu uma viagem até o Egito, onde entrou em negociações com o sultão que terminaram com a concessão pacífica da cidade de Jerusalém (1229). Não obstante, Gregório IX ficou irritado com a atitude diplomática e condescendente do imperador cristão com os infiéis muçulmanos e convocou uma cruzada contra o excomungado Frederico II, que estava instalado naquele momento novamente na Sicília. No entanto, as tropas papais foram derrotadas em 1230 e Gregório IX viu-se obrigado a suspender a excomunhão do imperador. Em troca, o Hohenstaufen renunciou a qualquer forma de controle de eleição de bispos e reconheceu a plena imunidade jurisdicional e fiscal do clero do Reino da Sicília.

Apesar deste acordo com o Papa, as lutas entre guelfos e guibelinos continuaram nas cidades do norte da Itália. No partido imperial estiveram os potentes senhores feudais e aquelas cidades cujo governo estava controlado pelas camadas sociais aristocráticas. Do lado do papa colocaram-se as cidades onde prevalecia o componente popular. O conflito entre guelfos e guibelinos continuou durante o pontificado de Inocêncio IV, até Frederico II morrer em 1250.

Com a morte de Frederico II pôs-se fim a uma época de contínuas lutas entre as duas espadas da Cristiandade. Dois séculos de desencontros entre o Papa e o Imperador saldaram-se com o desprestígio das duas instituições. Entre 1250 e 1273, o cargo de imperador ficou desocupado, deixando de ser hereditário para ser obtido através de eleições. As normas para esta eleição foram estabelecidas na Bula de Ouro (1356), que afastou por completo o Papa da decisão e que formou um colégio de sete príncipes, todos eles alemães e três dos quais bispos. Embora o Reino da Itália continuasse, no papel, integrando o Sacro Império Romano Germânico, a realidade foi que, desde finais do século XIII, os imperadores focalizaram seus interesses em solo germânico e não mostraram grande interesse pelas questões italianas.

O papado também por sua vez entrou em uma grave crise. A Igreja saiu debilitada de todos os conflitos ocorridos no século XIII e XIV. Após a morte de Inocêncio IV, nenhum papa esteve em condições de empreender a necessária reforma

das estruturas eclesiásticas e o papado viu-se imerso nas lutas locais italianas, tendo que pedir auxílio às potências exteriores. Isso evidenciou-se em 1305, data em que o Papa Clemente V decidiu abandonar Roma e estabelecer sua corte na cidade francesa de Avignon, onde passou a ser protegido e, ao mesmo tempo, controlado pelos Anjou.

Do exílio em Avignon derivou o Cisma de Ocidente, ocorrido entre 1378, data da morte de Gregório IX, e 1417, com o reconhecimento de Martim V como o *único* papa por todas as nações católicas. Foram quase cinquenta anos de divisão no seio da Igreja, marcados por momentos em que chegaram a coexistir até três papas diferentes: um em Roma, outro em Avignon e o terceiro em Pisa. Cada um desses papas teve o apoio de distintas potências, que emergiram com força graças à decadência dos poderes universais.

Para compreendermos mais aprofundadamente a relação entre o processo de emancipação política das cidades toscanas e a situação política da Itália dos séculos XI ao XIV, período de constituição das comunas e do crescimento das cidades toscanas, devemos ainda mencionar o papel que tiveram as Cruzadas na consolidação da dinâmica econômica das cidades autônomas, pois elas contribuíram para a abertura de novas vias comerciais entre a Toscana e o Oriente.

No movimento das cruzadas havia interesses diversos. Para alguns setores da Igreja era uma forma de renovação espiritual que conduziria os crentes cristãos à recuperação dos territórios onde Jesus Cristo havia morado mil anos antes. Algumas famílias nobiliárquicas viram nas cruzadas uma boa oportunidade para expandir seus domínios de ultramar e dar um destino elogioso aos filhos não primogênitos. Os comerciantes das cidades mais desenvolvidas encontraram, por sua vez, nas cruzadas uma oportunidade para abrirem novas rotas comerciais e empreender prósperos negócios, tanto com os cristãos assentados na Terra Santa quanto com os infiéis que controlavam o tráfico de alguns produtos caros, como seda, tintas, especiarias.

A primeira Cruzada foi convocada pelo Papa Urbano II no Concílio de Clermont (1095) e atraiu cavaleiros de diversos pontos do Ocidente cristão. Deve destacar-se a presença de um importante exército lombardo sob o comando do arcebispo Anselmo de Milão. Na segunda cruzada (1146-1147) participaram alguns dos monarcas mais destacados do momento, como o imperador Conrado III ou o rei da França Luís VII, assim como na terceira (1189-1191), na qual participaram o

imperador Frederico I Barbarossa, que faleceu na campanha, Ricardo Coração de Leão da Inglaterra e Felipe II Augusto da França.

Embora essas três primeiras cruzadas tivessem como objetivo a recuperação para a Cristandade da Terra Santa, o termo cruzada foi rapidamente aplicado a qualquer combate empreendido contra infiéis (Cook, 1985). Assim, foram qualificadas de cruzadas muitas guerras de reis cristãos da Península Ibérica contra seus vizinhos muçulmanos do Sul; as guerras contra a heresia, como a cruzada contra os albigenses ao início do século XIII ou a cruzada que o papa Inocêncio III lançou contra o imperador Frederico II. Também os pisanos organizaram sua própria cruzada em 1113 contra as Ilhas Baleares, que eram então um reino almorávide independente. Aliados do conde de Barcelona, os pisanos ocuparam e saquearam Madina Mayurqa (hoje Palma de Mallorca) durante o inverno de 1114-1115, regressando pouco depois à Itália com os navios cheios de produtos. Os feitos desta cruzada catalano-pisana são relatados no *Liber Maiolichinus de Gestis Pisanorum Illustribus* (Hyde, 1999).

iii.O processo de emancipação política das cidades

“Se a cidade como estrutura sóciopolítica se caracteriza pela vontade de colocar em marcha os órgãos públicos para melhorar as relações entre as pessoas, isto era devido, em primeiro lugar e, sobretudo, ao fato de que a violência dos costumes e das condutas é um dado permanente da vida social em todas as épocas. A Idade Média não é uma exceção a esse fato. Em suas fases iniciais, as desordens que acompanhavam as crises de poderes e a gênese da feudalidade fixaram as práticas que se prolongaram e que provocaram como reação movimentos de paz que, sem dívida, foram, pelo juramento, um dos elementos fundadores da comuna. Os interesses e apetites de poder estimulados pela expansão urbana dos séculos XII e XIII, especialmente pela concepção autonomista da cidade, superpuseram-se às tradições militares e nobiliárquicas, sempre ativas.”³

³ *“Si bien la ciudad en tanto que estructura sociopolítica se caracteriza por la voluntad de poner en marcha los órganos necesarios para mejorar las relaciones interpersonales, ello es debido, en primer lugar y sobre todo, porque la violencia de las costumbres y de las conductas es un dato permanente de la vida social en todas las épocas. La Edad Media no es una excepción en este aspecto. En sus fases*

O movimento comunal medieval foi um fenômeno que se iniciou na Itália, principalmente na região da Lombardia e da Toscana, a partir de princípios do século XI. É difícil afirmar com certeza as causas desta anterioridade, mas há estudos que defendem a existência de algumas razões para explicá-la. Primeiramente, na península, a tradição da organização urbana já estava fortemente enraizada na organização da sociedade, uma herança das *civitates* do Império Romano. Um segundo fator foi o de que, nesta zona da Europa, o comércio a longa distância reativou-se precocemente, a princípio baseado nas rotas pelo mar Mediterrâneo, e as cidades eram o lugar onde eram realizadas a venda dos produtos. Em terceiro lugar, como já dissemos anteriormente, o feudalismo na Itália foi sempre marcado pelo fato de a aristocracia rural, proprietária das terras, ter o hábito de se deslocar do campo, durante uma parte do ano, para as cidades, constituindo dessa maneira, já muito precocemente, uma espécie de elite urbana. A confluência desses fatores configurou um contexto mais favorável ao surgimento de um espírito de cidadania cidadina que só se desenvolveu na Europa posteriormente. Poderíamos definir introdutoriamente este espírito citadino como uma crença e uma busca da população em gerir coletivamente a cidade, espírito este movido, na maioria dos casos, pela expectativa da obtenção de ganhos econômicos e ampliação do poder político através da conquista de cargos e poderes públicos. (Pounds, 1987)

O movimento comunal ao qual nos referimos diz respeito ao processo de organização de um governo coletivo para as cidades a partir do momento em que estas adquiriram a permissão do poder temporal do imperador para exercerem sua própria autonomia, concessão que lhes permitia gerir seus próprios assuntos. O movimento comunal foi portanto um movimento importante de independência política e econômica da cidade, através do qual esta era responsável por criar um corpo administrativo que gerisse seus assuntos e interesses. Tratava-se portanto de um processo de emancipação política da cidade conquistado pelas populações urbanas,

iniciales. los desórdenes que comportan la crisis de poderes y la génesis de la feudalidad fijaron las prácticas que se prolongaron y que provocaron como reacción movimientos de paz que sin duda fueron, por el juramento, uno de los elementos fundadores de la comuna. Los intereses y apetitos de poder estimulados por la expansión urbana de los siglos XII y XIII, especialmente por la concepción autonomista de la ciudad, se superpusieron a las tradiciones militares y nobiliarias, siempre activas-” (Racinet. Philippe; Jehel. Georges. *La ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos I-XV)*). Barcelona. Omega. 1996. pgs. 448 e 449).

graças, em grande medida, à crescente importância que a cidade estava adquirindo na economia e na organização da sociedade da Toscana. Esta emancipação contribuiu por sua vez ainda mais para o crescimento das cidades e para a criação de uma nova forma de gestão pública.

Num sentido mais amplo, a emancipação política das cidades medievais teve sua origem relacionada à liberdade que era conferida ao habitante cidadão. De fato, o movimento comunal nos séculos XI, XII e XIII surgiu a partir do momento em que as populações cresceram em tamanho e em riqueza e os burgueses começaram a almejar liberdades mais amplas. As primeiras cidades que experimentaram este movimento “revolucionário” foram as episcopais, pois no século XI as maiores cidades eram justamente aquelas onde se localizavam as sedes dos bispados. Devemos considerar que à medida que as cidades cresceram, os burgueses começaram a contestar o poder do bispo, pois este consistia uma autoridade que podia potencialmente discordar das decisões e ações tomadas pela comuna. Além disso, com o fortalecimento do governo comunal, seus representantes não desejavam que nenhum poder constituísse um perigo iminente à autonomia política e econômica da cidade.

A princípio, em relação às comunidades rurais, a organização comunal significava maior liberdade da população para defender seus próprios interesses. Com o governo comunal, a maioria das aglomerações urbanas importantes obtiveram os seguintes direitos: o de julgar os infratores que infringissem sua ordem, o de construir muralhas, o de recrutar tropas, o de aliar-se a outras cidades ou agentes, o de cobrar impostos diretos e indiretos de seus cidadãos, o de administrar os hospitais, o comércio de mercadorias, o preço e a duração do trabalho e o de cunhar moedas. O caso de Pisa, uma das primeiras das cidades da Toscana a constituir o governo comunal, revela-nos a aquisição de algumas das liberdades às quais nos referimos.

No item anterior vimos como as bases do direito comunitário pisano, os princípios jurídicos do regime consular, foram estipuladas por Enrique IV em 1081 a partir das franquias e dos privilégios adquiridos nas épocas pré-comunitárias. Os compêndios de *statuti*, *consuetudines*, *Usatges* e outros *Codices* resumiram as várias estipulações que passaram a regulamentar a vida urbana. Segundo as *consuetudines maris*, por exemplo, protegiam-se em primeiro lugar os bens prediais que o cidadão possuía na cidade e eventualmente nos burgos que dependiam da mesma. Depois se

reconheceu a capacidade de apelação perante os tribunais, a livre circulação de pessoas, a liberdade para a comuna subir os impostos, a liberdade recíproca de escolher os cônjuges e a promessa da comuna de não confiscar os terrenos de pastagem comuns. O imperador comprometeu-se também a considerar a opinião de um conselho de 12 homens eleitos na cidade antes de enviar um marquês à Toscana. A antiga proibição de se construir a uma altura superior a 36 braços foi abandonada e estabeleceu-se o direito de naufrágio entre Gaete e Luni (Racinet, 1996).⁴

No entanto, ainda que certas liberdades tenham sido estipuladas em todas as cidades, havia também uma gradação de liberdades entre as diferentes cidades, obtidas através das cartas pelas quais constituíam-se as cidades e que lhes garantiam seus privilégios. As diferenças das liberdades gozadas por cada uma delas constituem a pauta de distinção entre o burgo e a cidade. O primeiro era um núcleo urbano que possuía uma ampla liberdade, mas a cidade caracterizava-se por nutrir, além da liberdade para seus cidadãos, a ambição de dominar o *contado* circundante e a capacidade de aguentar as tensões e as reivindicações sociais que surgiam dos seus processos de organização política e social.

As cartas de liberdade cidadinas eram concedidas geralmente pelo imperador e dotavam o núcleo urbano de uma autonomia política e econômica para gerir seu território. Houve vários motivos para a concessão de cartas de liberdade às cidades. Podia-se outorgar uma carta de liberdade a cidades que existiam somente de forma embrionária, assim como também, em muitos casos, estas cartas significavam apenas a confirmação e um reconhecimento legal de privilégios que já existiam de fato dentro do território urbano. Em outros casos ainda, a outorga de uma carta precedia o crescimento de uma cidade com o objetivo de estimular a vinda de mais pessoas para esta. O dado importante a ser ressaltado é o de que não havia uma regra para a outorga da carta e, portanto, provavelmente foi comum tanto um assentamento urbano constituir-se antes de receber a carta quanto o contrário.

Os senhores que outorgavam a carta de constituição de novas cidades na maioria dos casos permaneciam com o direito, perante a população, de receber as

⁴ Por direito de naufrágio entende-se a permissão para as tropas ou navios pisanos derrubarem navios inimigos ou estrangeiros em uma área pré-estabelecida. Isso fazia muito sentido nessa época, pois as frotas pisanas estavam em plena atividade no mar Mediterrâneo, mas tinham uma grande rival: os navegadores genoveses.

rendas de *burgage*⁵, os impostos de mercado e os lucros obtidos das ações nos tribunais, possuindo assim o privilégio de dispor da renda urbana habitual. Obviamente a concessão das cartas de liberdade vinha acompanhada muitas vezes pelo interesse da elite dominante em usufruir do poder político e ter acesso a esta renda comunal.

Uma das principais tarefas e interesses das comunas foi criar e aplicar um sistema fiscal, que era, de toda forma, a base econômica de onde o governo retirava os recursos para empreender a administração. O sistema fiscal na Toscana estava fundamentado sobre dois tipos de impostos: as fontes de ingresso municipal consistiam normalmente tanto em impostos diretos aos cidadãos quanto em impostos indiretos sobre o que estes consumiam. Nas cidades toscanas, como na maioria das outras regiões da Itália, estes últimos tendiam a predominar: representavam geralmente de 80 a 85 por cento dos ingressos. Sabe-se com pouca precisão o montante dessas taxações, mas os poucos exemplos dos quais se dispõe indicam que o volume do dinheiro arrecadado era importante e aumentou bruscamente no século XIII. O de Pisa, por exemplo, elevou-se de menos de 2.400 libras no ano de 1230 para 40.000 libras em 1288⁶ (Pounds, 1981). Os impostos diretos fixavam-se geralmente em proporção à riqueza calculada do contribuinte, ainda que as propriedades dos mais ricos fosse subvalorizada. A Igreja, no geral, parece que contribuía pouco no montante das somas arrecadadas pela cidade.

Desde o princípio, os governos comunais mostraram ter o objetivo de investir nas estruturas urbanas e desenvolver projetos de organização da sociedade e do espaço urbano, não se restringindo apenas a gerir os assuntos públicos da cidade. Por isso, logo nos primeiros anos as comunas começaram a pedir dinheiro emprestado para financiar suas obras e projetos. As cidades toscanas que conseguiram as primeiras autonomias comunais no século XI receberam, por exemplo, amplas obras de saneamento, sobretudo na região do vale do Arno, o que ajudou a transformar sua situação econômica e social. Assim, principalmente os governos comunais das grandes cidades passaram a cobrir seus gastos extraordinários através de empréstimos fornecidos pelos cidadãos mais endinheirados. Muitas cidades italianas adquiriram

⁵ *Burgage*: pedaços de terra ou casa em uma cidade que o senhor oferece em troca de um pagamento anual.

dívidas elevadas e o pagamento destas acabou constituindo-se em um dos principais destinos do dinheiro arrecadado dos impostos, assim como também grandes somas de moedas foram destinadas a subvencionar ou cobrir as despesas decorrentes das situações de guerra (Pounds, 1981).

Assim, para contextualizar o fenômeno ao qual nos referimos, recuperamos a obra de Guidoni, que estabelece uma periodização que abrange, em linhas gerais, a história da consolidação do poder das comunas. O primeiro período, que o autor não data, teria sido marcado pela intensa migração da população rural para as cidades, pela decrescente importância do bispo nos assuntos políticos e pela intervenção das comunas no território, através da construção e reparo de estradas, canais, muralhas e primeiras praças públicas. No segundo período, compreendido entre 1210 e 1226, teria ocorrido um maior distanciamento do poder político em relação ao bispo e uma maior participação de artistas e suas escolas em obras públicas. De 1226 a 1250, a conjuntura teria sido marcada pela importante fixação de ordens mendicantes nas periferias das cidades. Começaram a ser realizadas algumas intervenções urbanísticas, no sentido de melhor “organizar” o espaço da cidade para o desenvolvimento das atividades sociais, como, por exemplo, a construção de ruas mais retilíneas, intervenção espacial que não ocorreu durante a Alta Idade Média.

Devemos considerar que, nos séculos XIII e XIV, a guerra tornou-se uma situação constante e um perigo iminente sobretudo para o habitante cidadão, pois a cidade se fortaleceu como o principal foco de poder político e econômico bem como de conflitos sociais. A cidade italiana, nesse sentido, constitui um modelo complexo de interferências sociais, políticas e econômicas. A sociedade italiana medieval esteve vinculada à emergência da cidade como entidade política autônoma e manteve sempre relações ambíguas com o poder urbano. Em primeiro lugar, este era a fonte de onde a elite extraía seus aliados. Também, através do sistema de fiscos, o poder urbano era a fonte dos empréstimos e das apropriações de terrenos, a instituição através da qual o mesmo extraía os recursos para empreendimentos, entre os quais a guerra era um dos mais relevantes. Mas devido às suas divisões internas, às rivalidades dos clãs e dos partidos que a constituíam, a sociedade urbana italiana era também o principal fator de desestabilização do poder que a dirigia. Paralelamente à autonomia política,

⁶ Os dados são fornecidos por Pounds (1981).

ocorriam muitas lutas internas, que tornavam a situação política e econômica das cidades muito instável. Pairava sempre no ar a incerteza sobre o futuro da maioria delas, o que explica a oscilação dos domínios e da força política de cada uma. Apenas Florença, que foi uma exceção, continuou sendo, após seu crescimento, uma potência hegemônica na região toscana, podendo até ser identificada como uma “metrópole medieval”. No entanto, a hegemonia política e militar da região da Toscana foi desempenhada por diferentes cidades em diferentes momentos, pois a instabilidade política fazia com que elas entrassem facilmente em uma situação de decadência e crise. Citamos por exemplo o caso de Luca, que foi ultrapassada por Pisa, e o caso de Siena, que, no auge de momentos de prosperidade, riqueza e expansão, foi derrotada militarmente por Florença. É através portanto do entendimento de uma contradição que se situa a explicação dos governos comunais. Eles significaram um incontestável triunfo administrativo, jurídico e econômico da Itália urbana, mas resultaram no fracasso político de uma forma de gestão coletiva historicamente nova (Racinet, 1996).

Um dado essencial a ser considerado para a compreensão da instabilidade política nas cidades é o de que elas estavam, como também vimos no item anterior, no centro dos conflitos entre guelfos e guibelinos, que afetaram fortemente a vida política das cidades da Toscana, sobretudo nos séculos XIII, XIV e XV. Retomando a explicação sobre a situação política da região da Toscana no período, lembramos a existência do poder imperial e do poder papal que dominavam a Itália. Ao mesmo tempo em que ocorria o processo de emancipação política das cidades, que passavam a ser uma unidade política, jurídica e econômica autônoma, desenvolvia-se a configuração desses territórios políticos amplos e as cidades passaram praticamente a exercer uma função de intermediárias entre os conflitos de uma ordem mais distante e os de uma ordem próxima. Ou seja, à organização social e política de cada cidade, com seus problemas internos e histórias locais, intercalaram-se os interesses e as disputas da ordem mais distante, a dos poderes centrais supremos, o poder espiritual do papa e o temporal do imperador. Embora fossem poderes a princípio concomitantes e não-excludentes, desde o século XI até o século XV, eles disputaram maior esfera de atuação, acarretando a emergência de sérios conflitos urbanos. A elite dominante inseria-se nesse universo assumindo e defendendo as posições de cada um

destes poderes, dividindo-se em favor dos guelfos ou dos guibelinos. Dessa maneira, a cidade medieval toscana consolidou-se como um grande centro de conflitos, pois no espaço urbano passaram a objetivarem-se os interesses locais e os distantes: o entrelaçamento destes configurou e marcou o espaço de cada cidade. Consequentemente, predominava uma violência exarcebada. Eram fatos cotidianos para a população citadina: raptos de mulheres, assassinatos em igrejas e praças públicas, em Florença, Siena e Orvieto; casas arrasadas e torres abatidas, também em Bolonha, Pádua e Verona. As guerras chegaram a afetar também o campo, mas a cidade afirmou-se cada vez mais como o centro por excelência da política e dos conflitos sociais.

Assim, a Toscana, entre os séculos XI e XIV, consolidou-se como a terra de afirmação das comunas e também como um centro de desenvolvimento lingüístico, cultural, civil e político da Itália, tanto que Dante preocupou-se em escrever sobre a unidade histórica e moral dos italianos. O ideal de liberdade afirmou-se então como uma das características mais proeminentes da Toscana, o que contribuiu para destacá-la no conjunto da Europa de então. Um bom indicador deste fato é que a comuna florentina chegou a abraçar traços democráticos, mantidos até a segunda metade do século XIV. Nesta cidade, somente em 1431 o modelo comunal cedeu espaço ao sistema da senhoria dos Médici.

O EXEMPLO DA CIDADE DE FLORENÇA

Veremos mais adiante como o espaço da região da Toscana foi marcado, no decorrer dos séculos, pela constituição de uma espécie de rede espacial interna, na qual sobretudo uma cidade consolidou-se como o centro das experimentações e, mais tarde, da hegemonia política, econômica e cultural da região: a cidade de Florença. Cabe entendermos neste momento do trabalho alguns aspectos de sua comuna, até mesmo porque o regime comunal da Toscana esteve dominado pelo sistema florentino. Nesta cidade, uma organização comunal já se esboçava entre 1115 e 1138, pois a partir desse período o consulado aparece mencionado nos textos, sendo reconhecido por Frederico Barbarossa em 1154. O consulado era um colégio formado por 12 membros, sendo cada três pessoas provenientes e representantes de um bairro,

que se afirmava como a principal instância de divisão espacial da cidade. Além deste, havia um conselho, associado ao governo, de 100 ou 150 *boni homines*, designados pelo *arengo* (assembléia do povo). As assembléias gerais, o parlamento, realizavam-se uma vez por mês para ratificar a ação dos cônsules ou para realizar eleições. Posteriormente, em 1193, surgiu em Florença o *Podestà*, personagem público que tinha a incumbência de representar a cidade. Concomitantemente, o *arengo* foi suprimido em benefício de um conselho maior, composto de 300 membros, e de um conselho menor formado por 90 cidadãos.

Primo popolo foi o nome dado aos primeiros anos de república florentina, quando em 1250 a burguesia da cidade decretou a independência. Durante a primeira metade do século XIII, o Imperador Federico II lo Svevo, de origem nórdica, manteve uma guerra incessante com o Papa para garantir seu poderio sobre o império, recebendo Florença a influência desta disputa, pois estava internamente movimentada por guerras entre os próprios cidadãos que se confrontavam em nome dos guelfos e dos guibelinos. Durante todos os séculos de consolidação do governo comunal, a cidade sofreu as repercussões desta disputa, vivendo em uma situação de permanente instabilidade, sobretudo política. Na beira do Rio Arno, não surgiu uma república na qual predominavam ideais democráticos: durante a primeira república na cidade comandava apenas uma pequena minoria, a camada mais alta que havia ascendido devido à sua origem e riqueza. Eles tinham um objetivo bem claro: não deixar o governo da cidade e manter uma certa paz dentro dela.

Uma das principais funções da comuna foi, assim, sempre a de proteger a cidade de invasões e a de criar mecanismos de controle das guerras internas. Obviamente, com a elite dominante no poder, a própria comuna via-se a mercê dos conflitos internos, que sempre implicavam em mudanças nas pessoas encarregadas de exercer a autoridade comunal. Dessa maneira, ainda que o governo tenha criado muitas formas de punição para atos que iam ao encontro dos interesses coletivos, dentro do próprio governo as disputas implicavam em uma constante guerra política. Nesse contexto, o principal fator de coesão social da cidade foi a proteção do território urbano e do *contado* ao redor contra as invasões externas, na tentativa também de garantir a hegemonia da cidade na região e na busca de garantir que as atividades econômicas não sofressem em demasia com a instabilidade política.

Assim, um dos principais êxitos da comuna foi a criação das milícias urbanas, composta em Florença por todos os homens com idade entre 15 e 70 anos, e a instituição de normas de emergência para as situações de intenso conflito. Durante os momentos de guerra, por exemplo, foram criados mecanismos de sustentação da população cidadina: nesse caso, deviam permanecer na cidade o guardião da jaula do leão, animal escolhido como o símbolo da comuna, os médicos, para cuidarem dos doentes, e, em um esquema de revezamento, um moleiro para trabalhar nos moinhos do Arno, garantindo assim a provisão de farinha aos habitantes. A milícia urbana, a prioridade do governo comunal, foi organizada, por sua vez, em 20 *gonfaloni*, as companhias de bairros. Seus soldados eram equipados com um capacete, um escudo e uma espada, e cada companhia tinha um emblema: um dragão verde em um fundo vermelho, uma escada branca em fundo preto, uma serpente verde em um fundo amarelo etc.

Tendo em vista a instabilidade política e, em contrapartida, um certo consenso tácito por parte da elite dominante de que a prioridade nesta situação era a manutenção das atividades econômicas, é que podemos compreender o alto grau de coesão e de importância que as corporações de ofício possuíram neste período. Elas praticamente permitiam a reprodução da hierarquia social paralelamente à atuação e à esfera de poder da comuna; elas praticamente serviram como um contrapeso da instabilidade política observada na gestão pública da cidade, garantindo, de todas as maneiras que, mesmo que no governo comunal certos setores poderosos não exercessem poder, na economia e na hierarquia social, que estavam em relação direta, eles permaneciam fortes e a elite dominante permanecia assim inabalável.

As corporações de ofício cidadinas tinham portanto grande influência no cenário político, fato que se pode constatar se consideramos que foram estas que sufocaram a revolta dos Ciompi em 1378. Em Florença, o regime comunal permaneceu até a consolidação da senhoria familiar dos Médicis, em 1434.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar a respeito do contexto das comunas é o de que o nível da complexidade da gestão administrativa da cidade de Florença levou à criação de novos ofícios: as magistraturas financeiras, judiciais e militares. Nas comunas italianas, por exemplo, o título de gonfaloniero era dado aos magistrados com funções executivas. Em Florença, havia em 1289 16 gonfalonieros

de bairro e 12 *boni homines*, que estavam abaixo das ordens do gonfaloniero de justiça. Multiplicaram-se também o número de notários públicos, escrivães, tesoureiros e *massarii*, que cuidavam dos registros e redigiam as atas oficiais. Os empregados nestes ofícios públicos constituíam um segmento da população que acabava por elevar o nível intelectual médio da sociedade urbana (Racinet, 1996).

Ainda que a comuna de Florença tenha abrigado sangrentas lutas internas entre os partidos dos guelfos e dos guibelinos, na cidade também se fortaleceu um espírito de luta da população com vistas a superar as situações mais difíceis. Em 1256, por exemplo, o Papa, que havia aceitado a independência da cidade seis anos antes, declarou uma guerra tácita à comuna, impondo na cidade um interdito, segundo o qual seus habitantes passavam a ter proibições de ordem religiosa. Tratava-se de uma verdadeira excomunhão, que para o homem medieval pesava como uma grande rocha, já que a fé indubitável da igreja e de seus meios de salvação fazia completamente parte de sua existência. Uma cidade excomungada levava a um estado vegetativo dos seus habitantes laicos, pois o sentido de suas vidas praticamente lhes havia sido negado. As pessoas podiam continuar indo à missa, mas não podiam manifestar-se, comungar e se confessar; as procissões estavam proibidas, os sinos não tocavam e os mortos deviam ser enterrados sem receber a benção dos padres.

Mas nessa época o governo comunal demonstrava muitos sinais de força: a excomunhão não foi aceita e os mensageiros do Papa que chegavam à cidade para proclamar o interdito eram imediatamente levados presos. Ainda que em Florença estivesse a sede central da inquisição toscana, os franciscanos, num ato de coragem, uniram-se aos cidadãos e renegaram a excomunhão papal. Florença rapidamente mandou representantes para dialogarem com o papa e pedirem a suspensão do interdito. Vinte meses depois, em setembro de 1257, o papa e a comuna reconciliaram-se, uma demonstração de que a comuna unia forças também para combater os ecos da crise da Igreja e do Império que movimentavam toda a região norte e central da Itália. As lutas internas, no entanto, continuaram, e em Florença, durante todo o século XIII e XIV, guelfos e guibelinos banharam as ruas da cidade com o sangue de seus inimigos. Em 1258, por exemplo, dois membros da família Uberti, poderosa defensora dos guibelinos, foram assassinados, um em plena praça pública.

b. A crise do século XIV

Como temos visto, durante o século XIII, na região toscana houve um alto e acelerado crescimento econômico marcado grandemente pelo fortalecimento das cidades. A população aumentou consideravelmente, o que requeria que a produção de alimentos e bens de consumo necessários para a vida acompanhasse este crescimento. A colocação em cultivo das terras pantanosas da Toscana foi contínua, mas a população ultrapassou a capacidade do campo italiano para produzir alimentos. Desta maneira, já no início do século XIV, eram visíveis os sinais de que uma depressão econômica estava aproximando-se. Havia, por exemplo, um alto nível de desemprego, como podemos deduzir do elevado número de pobres que habitavam a Florença descrita por Villani. O índice populacional por sua vez, antes do final do séculos XIII, estagnou-se e seguramente iniciou a tendência decrescente antes do ataque da Peste Negra, sobre a qual nos deteremos a seguir. O período de crescimento da economia medieval já mostrava, portanto, no início do século XIV, estar chegando ao seu final. Outro fator importante a ser considerado na redução da taxa de crescimento econômico na Itália foi a alta incidência dos impostos, que eram um peso enorme para a população. Pounds acredita que os elevados impostos evitaram a aplicação de uma parte importante do capital privado na economia e contribuíram para o anúncio de uma situação de crise econômica (Pounds, 1981).

Um outro indicador do decréscimo da atividade econômica sobretudo depois do início do século XIV foi o fato de que poucas cidades foram fundadas neste período, e as já existentes deram poucos sinais de crescimento. O século anterior, como vimos, caracterizou-se pelo rápido desenvolvimento dos centros comerciais de grande importância, crescimento refletido no aumento da edificação total, dentro do recinto das muralhas, e na edificação de sucessivas linhas de muralhas conforme iam sendo incluídos mais subúrbios dentro do perímetro urbano. Ambos incrementos na construção são, como já dissemos, indicadores importantes do aumento populacional ocorrido nas cidades durante o século XIII. No entanto, somente em poucos casos sabemos de ampliações importantes do recinto amuralhado depois do ano 1300, e não

há nenhum caso depois da irrupção da Peste Negra. Um dos exemplos mais tardios é justamente a construção das muralhas de Florença entre os anos de 1284 e 1333 – descrita por Giovanni Villani. Acredita-se entretanto que esta construção foi resultado de uma fraca percepção pelos patrícios florentinos do que estava ocorrendo na cidade, pois esta já recebia os ecos da invasão da peste bubônica. Tanto isso é verdade que o território urbano então ampliado só foi completamente ocupado durante a época moderna.

Desta maneira, aos aspectos econômicos mencionados devemos acrescentar aquele fato que foi o principal responsável pelo decréscimo populacional e pela situação de profunda crise na Europa durante a segunda metade do século XIV: a Peste Negra. De uma maneira geral, as epidemias sempre foram as principais responsáveis pelos elevados decréscimos da população medieval, pois o número de mortos era muito alto devido ao rápido contágio propiciado pelas escassas condições higiênicas e pelo pouco conhecimento dos métodos de cura. Eram várias as doenças difundidas na Europa, como a tuberculose, a malária e a lepra, mas o que mais dano causava à população eram obviamente as doenças endêmicas.

Houve dois ciclos de peste na Europa: o primeiro no século VI e o segundo no século XIV. No século VI, a peste veio do norte da África, estendeu-se por quase toda a Europa e durou quase meio século. No entanto, a peste mais terrível foi a do século XIV, chegando ao continente através da Criméia, de Constantinopla e das cidades sírias do Levante. Foi comprovado que se tratava da peste bubônica. Esta instalou-se em toda a Europa; calcula-se que, no ano de 1400, a população européia sofreu uma redução de cerca de 40%. Na Itália, os períodos de maior expansão da Peste Negra foram: 1360-1363, 1371-1374, 1381-1384 e 1400 (Samarkin, 1981).

Assim, a partir de 1348, a Peste Negra reduziu consideravelmente a população das cidades toscanas. Florença, que no tempo de Dante contava com aproximadamente 100 mil habitantes, depois de 1348 chegou a ter apenas um quarto de sua população, que só chegou novamente ao número de 100 mil depois de 1864 (Gatto, 1995). Pistóia, que possuía em 1310 dentro do perímetro urbano e do seu *contado* 36 mil habitantes, passou a contar com 19 mil em 1390. Em Orvieto, se em 1292 foram inscritos 2816 fuochi, em 1402 a cidade possuía apenas 1381 e, em Prato, finalmente, 70% da população foi dizimada após o ano de 1348.

Diante destes dados, tem-se a certeza de que sobretudo a segunda metade do século XIV foi marcada por uma produção muito escassa, um baixo nível de vida e um mal estar generalizado devido ao medo e ao terror combinado da peste e da guerra. As cidades viram-se amplamente afetadas por esta realidade, sobretudo porque elas concentravam a maior parte da população e, portanto, foram elas também as que contaram com os maiores índices de mortalidade. Diante da Peste Negra, a economia comercial esmoreceu em meio a uma escassa produção agrícola e artesanal, e a cidade viu-se impelida a permanecer como um lugar de abrigo e cuidado para doentes. As ruas curvêneas escondiam os habitantes temerosos que fugiam da sombra da morte, e são incompletas as teorias que tentam explicar como o pré-renascimento artístico poderia ter brotado neste cenário urbano. Pounds, por exemplo, pergunta-se se o nível da criatividade dos pintores, escultores e arquitetos do Renascimento poderia ter acontecido somente mediante uma situação de intensa atividade econômica. O autor considera pouco coerente a realidade da crise econômica e social que ocorria na Itália nesse período com o aumento quantitativo e qualitativo da produção artística italiana. Primeiramente, não teria sido necessário a alta remuneração e o patrocínio da arte para que o Renascimento artístico pudesse acontecer? E, em segundo lugar, considerando a situação de depressão econômica italiana, como poder-se-ia explicar a vivacidade e a alegria das pinturas de Giotto e da escola sienense? (Pounds, 1981). Sem dúvida, num período de crise, o economista não encontra muitas explicações para a permanência de uma arte tão inovadora e produtiva como foi a da escola florentina e sienense durante o século XIV. Se o momento era tão obscuro e a atmosfera mortífera, como entender as cores vivas da pintura de Giotto e a vivacidade da cidade de Siena representada por Lorenzetti? Sem dúvida, não nos cabe responder esta pergunta, mas ela deverá aparecer posteriormente, quando tentarmos interpretar as mensagens que as imagens de Giotto e Lorenzetti deixaram sobre a cidade toscana.

III. AS CIDADES TOSCANAS

a. A atividade econômica nas cidades toscanas

“ Num tempo em que o aquecimento e as estufas são desconhecidos e mesmo as casas dos ricos, sem vidros nas frestas, não proporcionam abrigo, quanto não vale um bom pano de cobertura na vida? Quando alguém é rico o suficiente para poder prover as primeiras necessidades, e fome e miséria não são mais hóspedes permanentes, despertam-se novos sentimentos: o gosto pela beleza, a paixão pelas cores e pelas formas, o desejo do supérfluo.”⁷

Sem dúvida, a principal atividade econômica que proporcionou o desenvolvimento da economia toscana e a forma como as cidades dessa região foram constituídas e organizadas durante os séculos XIII e XIV foi a produção e o comércio de tecidos. Esta atividade, no entanto, não teria ocasionado um crescimento econômico e político dentro das cidades e do *contado* toscanos se a constituição de um mercado financeiro pela elite local não tivesse ocorrido. O processo foi marcado pela organização da região em uma rede comercial, financeira e social, da qual a cidade de Florença consolidou-se como o centro econômico, político e espacial.

A vitalidade que a economia toscana apresentava já início do século XIII era tão presente que em 1247, em Florença, cunhou-se o *fiorino d'oro*. A moeda era até então uma responsabilidade exclusiva do Imperador. Mas, em pouco tempo, o fiorino tornou-se a moeda mais corrente em toda a Europa, permanecendo assim por séculos.

O centro têxtil maior da Toscana era o de Florença. A produção têxtil era a base da economia desta cidade, o que podemos comprovar se consideramos que, segundo os dados de G. Villani, tal indústria empregava, em meados do século XIV,

⁷ “*In un tempo in cui riscaldamento e stufe sono sconosciute e le stesse case dei ricchi, senza vetri alle finestrelle, non offrono riparo, che cosa non vale un bel panno caldo intorno alla vita? Quando uno è ricco abbastanza da poter provvedere alle prime necessità, e fame e miseria non sono più ospiti fissi, si risvegliano i nuovi sentimenti: il gusto della bellezza, la passione dei colori e delle forme, la voglia del superfluo.*” (Beuys, *Firenze nel Medioevo: vita urbana e passioni politiche (1250- 1530)*, Milão, RCS Libri, 2000, pg. 27).

cerca de 30.000 trabalhadores, sendo que, segundo o mesmo investigador, a cidade possuía, neste mesmo período, cerca de 90.000 habitantes.

A indústria têxtil florentina alcançou seu apogeu no século XIII e início do século XIV. Em 1307, por exemplo, a produção da *Arte della lana*, corporação dos trabalhadores envolvidos na produção e no mercado da lã, foi de cerca de 100.000 peças de tecido. A matéria-prima desta produção era a lã importada da Sardenha, Algarve (extremo sul de Portugal), Languedoc e Inglaterra, cuja parcela de 12% de lã exportada destinava-se a Florença.

Ligada à indústria têxtil, havia também a corporação de *Calimala*, que era especializada no acabamento dos gêneros importados da Inglaterra, Flandres e norte da Itália. Tal corporação dispunha de oficinas onde os tecidos eram tingidos nas cores púrpura e carmesim, muito apreciadas tanto na Europa Ocidental quanto no Oriente. As tintas de boa qualidade eram trazidas a Florença do Levante e o alume de vários lugares do Mediterrâneo, como da ilha de Focea, da Ásia menor, da Síria e Tunísia e da costa do Mar Negro. Grandes centros de fabricação de tecidos eram também as cidades de Siena, Pisa e Prato, localizadas na região da Toscana. Outras cidades italianas importantes na produção de tecidos foram também Milão, Verona, Bolonha e Pádua. Nenhuma dessas, no entanto, podia competir com Florença a partir de finais do século XIII. (Samarkin, 1981)

A seda, que permaneceu até meados do século XIII difundida apenas nas terras dominadas pelos árabes -o sul da Espanha e a Sicília- começou a ser fabricada na Toscana primeiramente em Luca, que havia se consolidado como o maior centro produtor de gêneros caros e de alta qualidade da Itália, abastecendo os mercados da Europa e do Oriente Médio. No entanto, o nível geral da produção da seda diminuiu paulatinamente nesta cidade e, no ano de 1337, por exemplo, Florença já havia ultrapassado a produção da seda em Luca. Na maior cidade toscana, fabricavam-se 80.000 peças de seda e, com o correr dos anos, a escala de produção de tecidos em tela diminuiu e a lã foi preterida em favor da seda (Samarkin, 1981).

A cidade de Luca desenvolveu-se, assim como Florença, a partir sobretudo da produção e do comércio de tecidos. Não há hoje em dia documentos anteriores ao século XI que se referem ao trabalho da tessitura, mas sabemos que já neste século os tecidos luqueses eram exportados para toda a Europa. De fato, há fragmentos de

tecidos desta época em museus da Europa, principalmente em Lion. O fato de que os comerciantes de Luca exportassem a seda no século XII leva à conclusão de que a arte da tessitura era conhecida desde muito antes nesta cidade e permite que se deduza também que havia capital investido no setor têxtil e grandes e potentes companhias em condições de exportar os produtos naquela época. Calcula-se portanto, que por volta do ano mil, Luca vivia uma fase de importante florescimento econômico e social.

À medida que as cidades toscanas cresceram e dedicaram-se ao comércio, a sociedade, sobretudo apoiada pela autoridade dos governos comunais, desenvolveu vários sistemas de controle e de regulamentação da atividade comercial, sempre com o objetivo de potencializar esta atividade ao garantirem mínimas condições de trabalho e de direitos aos trabalhadores, comerciantes e consumidores.

A organização comercial na cidade de Luca é um bom exemplo deste fato. O artesanato e o comércio eram as principais atividades desenvolvidas nesta cidade até o início do século XIII e, a partir desse século, predominaram os mercados em torno dos tecidos da lã e da seda. Trabalhava-se também o ouro, a prata, as peles, o couro; outras profissões comuns eram a dos médicos, notários, taberneiros, carneiros, açougueiros e vendedores de peixe.

Assim, para assegurar esta dinâmica social, estabeleceram-se várias normas de conduta. Todas as profissões estavam sob as normativas da *Curia del Fondaco*, um órgão que tinha poder administrativo e judiciário e que devia garantir aos compradores que os produtos à venda possuíam uma qualidade mínima. Combinava-se por exemplo que os carneiros (em italiano *macelaio* ou *beccaio*, de onde proveio o nome da rua *Beccheria*, onde estavam localizadas todas as carnicerias de Luca) deveriam vender uma carne saudável, ou seja, uma carne que não proviesse de animais mortos havia muito tempo e que esta fosse vendida, durante o verão, no mesmo dia em que era feito o corte. Os vendedores de peixe, por sua vez, deveriam vender o produto ao ar livre, precisamente em uma praça destinada a este comércio (*Piazza di San Pietro in Cortina*, atual *Piazza Napoleone*). As tavernas deveriam conservar as garrafas limpas e o vinho tinha que ser vendido a um preço previamente estabelecido. As oficinas e as lojas de couro e de peles, como a produção destes materiais envolvia um odor muito desagradável, foram alocadas em uma dada zona da

cidade que hoje ainda conserva o nome de *La cuoiara*. Os mercadores, por sua vez, estavam submetidos à *Corte dei Mercanti*, órgão que tutelava as companhias luquesas.

Em Prato e no vale de Bisenzio, por exemplo, a fabricação de tecidos desenvolveu-se também no século XIII. Os comerciantes têxteis pratenses trabalhavam sobretudo com a lã, especializando-se em rendê-la mórbida, e associaram-se à corporação florentina de *Calimala*. No século XIV, os comerciantes reuniram-se na corporação da *Arte della Lana* e passaram a regular, através de estatutos que eram periodicamente atualizados, a fabricação e o comércio do tecido. O principal promotor do desenvolvimento do setor têxtil em Prato foi o comerciante Francesco di Marco Datini.

Como dissemos a princípio neste capítulo, a atividade comercial na Toscana não teria proporcionado os lucros obtidos se não houvesse sido desenvolvido um sistema financeiro na região que possibilitasse a aceleração do processo comercial. Um dos segredos da prosperidade da economia florentina foi justamente o aguçado espírito empreendedor de sua elite, que criou sistemas de crédito e de débito que foram utilizados em toda a Toscana e, posteriormente, em quase todo o resto da Europa.

Antes de mais nada, os mercadores florentinos destacaram-se porque compreenderam rapidamente que enriqueceriam se potencializassem a produção e a venda de tecidos, artigos de primeira necessidade. Como evoca a citação do início deste texto, o tecido era concomitantemente um artigo de primeira necessidade, tendo que ser adquirido por todas as pessoas, quanto um material de adorno que se afirmava também como um diferenciador social. Ao valor de uso deste produto somava-se portanto o valor de troca, que elevava seu preço segundo o *status* social que ele suscitava. Assim, acreditando na fonte de lucros que era a indústria e o comércio de tecidos, em Florença, primeiramente, os mercadores começaram a investir na lã. No início, eles importavam a lã crua e sem tingir da Champagne e realizavam seu acabamento na cidade. Depois de tratada e tingida, a lã era revendida a um alto preço em todo o mercado europeu. Durante o século XIII, tal comércio suscitou novas idéias e projetos por parte dos comerciantes, que aproveitaram por sua vez a experiência dos artesãos e os lucros obtidos na indústria da vestimenta. A demanda cada vez maior por tecidos finos e trabalhados foi respondida pelos florentinos, que tiraram proveito da

situação, primeiro, começando a criar as ovelhas no *contado* de Florença e a produzir às margens do rio Arno os tecidos procurados e, posteriormente, investindo na produção e na exportação da seda, que se afirmava como um artigo de luxo muito valorizado. (Beuys, 2000)

A tentativa de dominar todo o processo de produção da lã e realizá-lo dentro dos domínios florentinos requeria investimentos que não eram habitualmente planejados e realizados pelos comerciantes da época. Basta pensar que os florentinos investiram: na importação da lã ou, mais tarde, na sua produção no *contado* florentino, no financiamento de laboratórios de tingimento na cidade, na construção de barracões para lavagem e secagem da lã, na distribuição da mercadoria entre os especialistas depois da primeira fase de produção, na compra do óleo e da tinta para a corporação dos comerciantes da lã e, finalmente, na exportação do produto acabado para a Europa, África e Ásia menor. Os comerciantes e donos de indústrias em Florença transformaram-se portanto em empreendedores, categoria profissional característica do sistema capitalista que se consolidaria poucos séculos depois. Vale ressaltar que nesta empreitada dois fatores também embasaram o sucesso da indústria e do comércio têxteis: a necessidade de muita água podia ser resolvida devido à localização da cidade nas margens do Rio Arno e a grande demanda de mão-de-obra para realizar todo o processo de produção da lã foi correspondida pela migração da população do campo para a cidade. Perante a possibilidade do trabalho livre na cidade, os camponeses do *contado* florentino migraram em abundância. Muitos deles foram trabalhar nas margens do rio Arno, onde foram construídos grandes barracões onde os artesãos podiam estender e enxugar os tecidos tingidos. Finalmente, em Florença, um terceiro fator possibilitou o amplo desenvolvimento industrial e comercial da cidade: a forte organização dos mercadores e dos artesãos em torno das duas principais corporações de ofício (*della lana* e *Calimala*) sedimentou as bases de um comércio organizado e normatizado.

Mas a astúcia da mentalidade empreendedora dos mercadores florentinos não se restringiu ao campo da produção e do comércio, razão pela qual o sucesso e a fortuna destes foram tão elevados. Ainda na década de 1250, concomitante à instauração do *Primo Popolo*, iniciou-se a escalada da sociedade florentina rumo ao primado do sistema bancário europeu. Os mercadores florentinos colocaram em

prática sistemas de mercado financeiro que permaneceram até o século XX. Os banqueiros de Florença não se utilizaram apenas do capital obtido do comércio da lã e de outros tecidos para sustentar suas movimentações e aplicações financeiras, mas souberam aproveitar sua inteligência para tornarem-se os principais consultores e financiadores do papa e dos reis.

Os comerciantes-banqueiros italianos apareceram em Londres até o ano de 1224. Até meados do século XIII, seu número e seus métodos comerciais surpreenderam o cronista inglês Matthew Paris, que denunciou suas práticas usureiras. Seu número ia aumentando à medida que mais e mais casas italianas de comerciantes-banqueiros estabeleciam negócios no noroeste da Europa. As primeiras destas casas de âmbito internacional radicavam-se em Piacenza, Luca e Siena. Nestas cidades, foram criados e aplicados os primeiros sistemas de crédito, mas foram os banqueiros florentinos e sieneses que elevaram estas técnicas a um âmbito internacional. Assim, até finais do século XIII o centro da atividade bancária deslocou-se para Florença. Foi fundado na cidade um elevado número de bancos. A maioria parece que eram de âmbito familiar, ainda que pudessem admitir pessoas alheias à família. As maiores foram as dos Bardi, Peruzzi e Acciaiuoli, companhias centralizadas, nas quais todas as operações eram controladas a partir de um centro de contabilidade que se localizava na cidade onde o banco tinha sua sede. Também eram companhias de responsabilidade ilimitada e, quando em 1341, Eduardo III de Inglaterra deixou de pagar suas dívidas, os Peruzzi (1341) e os Bardi (1346) logo foram a bancarrota. (Pounds, 1981)

A princípio, como dito, os agentes comerciais florentinos residiam em Londres, Paris e cidades flamengas e ofereciam serviços de venda e compra de produtos, o que era apreciado pois facilitava o trabalho dos comerciantes locais. Por volta de 1250, a corte pontifícia confiou a estes agentes o recebimento dos impostos naquelas regiões, dando a chance para estes usufruírem da situação para benefício próprio. Os florentinos, quando os “clientes” não tinham condição de pagar em moeda, recebiam dos devedores a lã de suas ovelhas ou propunham-lhes que pagassem os impostos através de um empréstimo (a altos juros) que eles ofereciam. O lucro obtido destas atividades financeiras era incomensurável e foi utilizado para fomentar e incrementar os sistemas de acumulação e especulação monetária.

O sistema empresarial constituiu-se assim, segundo algumas características, e tornou-se a forma predominante dos principais operadores econômicos toscanos organizarem-se no final do século XIV. As características deste sistema eram basicamente três. Em primeiro lugar, o sistema articulava várias unidades empresariais -empresas individuais ou coletivas, descentralizadas, com filiais, ou especializadas- que se agrupavam para formar uma empresa única, dotada de autonomia jurídica e recursos próprios. Em segundo lugar, no entanto, cada uma destas unidades era dominada necessariamente por um único empreendedor, que possuía e aportava ao negócio mais capital, participação e influência. A função diretiva era portanto centralizada. O caso do comerciante pratense Francesco Datini, como veremos a seguir, que desenvolveu grande parte de seus negócios em Florença, é um bom exemplo desta centralização de uma companhia com capital e trabalho internacionais. Por fim, todas as empresas relacionavam-se intrinsecamente e constituíam um verdadeiro sistema que objetivava, obviamente, obter lucro; assim as empresas articulavam-se visando aproveitar as oportunidades que iam aparecendo. Tal sistema visava também contemplar as empresas estrangeiras, pois na sua órbita podiam operar, tanto ocasionalmente como permanentemente, não apenas empresas italianas. Este foi o principal caminho que possibilitou que os mercadores toscanos penetrassem nos mercados internacionais.

Um outro dado importante para explicar a prosperidade da economia florentina e toscana é o de que, na Itália, o direito romano não foi totalmente arquivado, mesmo com séculos de existência do sistema feudal agrário. Nesse período de crescimento econômico e construção da autonomia política das cidades, o direito romano contribuiu para regular racionalmente a vida das comunidades cidadinas, tanto dos grupos familiares poderosos quanto dos cidadãos comuns. Os cidadãos toscanos assim facilmente podiam dispor de documentos e contratos para os inúmeros fatos da vida, tanto cotidiana e política quanto comercial. A função notarial desenvolveu-se então rapidamente, regulamentando cartas privadas, atos de compra e venda e testamentos. Os notários também eram responsáveis pela redação, autenticação, convalidação e interpretação de contratos. O conhecimento a respeito das transações mercantis, como dados sobre produtos fabricados e vendidos, seus preços etc, que se realizavam na Idade Média deve-se aos atos notariais, aos atos governativos e aos

registros das propriedades que foram redigidos no período. Estas fontes também foram úteis para a realização de um censo aproximado da população e das atividades às quais ela dedicava-se.

Dentro de toda esta efervescência comercial e financeira, um entrave forte e persistente foram os padrões de conduta religiosos que haviam se consolidado no período de ausência de comércio e de ruralização da sociedade. A vida e a dinâmica das cidades não se assemelhava em nada ao tempo e às atitudes do homem camponês medieval, o que certamente causou importantes conflitos. Durante a Alta Idade Média, a Igreja havia condenado formalmente o empréstimo de dinheiro a juros; e Graciano formulou, no início do século XII, sua rígida doutrina sobre a usura. Baseava-se no preceito bíblico, reforçado pelos escritos dos padres e cânones da Igreja primitiva, que definia a usura como "*o receber mais que a quantidade emprestada, não só em dinheiro como também em qualquer espécie.*"⁸. Assim, com o surgimento das atividades financeiras de crédito, foram necessárias boas doses de engenho e vontade, por parte dos canonistas e dos comerciantes, para reconciliar as práticas comerciais mais elementares com os ensinamentos da Igreja.

As artimanhas para possibilitar a convivência entre a religião, o comércio e o mercado financeiro tinham portanto que ser criadas, pois, afinal, seria possível negar os dois movimentos sociais mais presentes naquele período, a religiosidade, a sacralização da vida, e o comércio, a dimensão prática da vida? Com o tempo, os canonistas foram ampliando uma permissividade, consolidando uma teoria religiosa que se ajustava minimamente ao novo processo social. Na prática, a igreja traçou uma separação entre o empréstimo por negócio e o que se poderia denominar de empréstimo por calamidade. No primeiro caso, quem tomava dinheiro emprestado normalmente sabia que o credor o fazia para obter lucros com o dinheiro do empréstimo; por isso parecia razoável para a doutrina católica que o devedor pagasse para dispor de um dinheiro que não era seu. O empréstimo por calamidade, por sua vez, fazia-se a alguém que havia sido prejudicado por um acidente ou por uma desgraça. Segundo a Igreja, esta pessoa devia ser ajudada, ou seja, devia receber um

⁸ "*el recibir más que la cantidad prestada, no sólo en dinero sino también bajo cualquier especie*" McLaughlin. "The teaching of the canonists on usury", In Pounds, Norman J. G. *Historia económica de la Europa medieval* (Trad. Josep Maria Portella). Barcelona. Editorial Crítica, 1981. pg. 470.

dinheiro que poderia ser pago depois, mas sem juros (Pounds, 1981). Dessa forma, um primeiro gesto de reconciliação com a nova ordem foi feito pela igreja. Veremos no decorrer do trabalho como as ordens mendicantes interferiram neste processo e resolveram melhor ainda este problema.

i. O comércio internacional toscano: o exemplo de Francesco Datini

Francesco di Marco Datini nasceu em Prato por volta de 1335. Filho de um mercador inscrito na corporação dos taverneiros, seus pais morreram na cidade devido à peste negra de 1348. Francesco, depois de ter frequentado diversas oficinas em Florença, onde aprendeu o ofício da contabilidade e do comércio, transferiu-se em 1350 a Avignon, cidade que então era a sede papal e constituía-se em um promissor centro comercial. Em 1376, Francesco casou-se com Marguerita di Donato Bandini, filha de um mercador florentino que residia em Avignon.

Até 1363, Francesco continuou aprendendo a arte do comércio e apenas neste ano tornou-se sócio subordinado de uma companhia, desarticulada em 1367. Depois, associou-se a dois florentinos e em 1373 apareceu como titular de uma empresa individual, cujo capital foi estimado em 4.500 florins. Em 1378, Avignon começou a perder importância, pois a sede papal foi transferida para Roma. Dessa forma, Francesco confiou sua companhia de Avignon, em 1382, a dois mercadores que permaneceram na cidade na qualidade de sócios, enquanto Francesco retornou a Prato. Já nesta época o mercador possuía a fama de ser um homem rico, sobretudo devido a seu contato e amizade com os maiores comerciantes florentinos de então. Assim, na tentativa de homenagear o cidadão Francesco, a comuna de Prato ofereceu-lhe o cargo de conselheiro e, mais tarde, o de *gonfaloniere* de justiça. O mercador aceitou apenas por formalidades, pois acreditava que as tarefas públicas iriam tomar parte do tempo que ele desejava dedicar apenas aos seus negócios pessoais.

Quando voltou a Prato, Francesco vivia uma fase muito promissora, pois seu sistema empresarial havia sido consolidado e já dava grandes lucros. Tal sistema consistia em constituir empresas em cidades diferentes, geridas por colaboradores ou sócios, que no entanto reuniam-se em um único capital, o do dono. Assim, a

companhia de Francesco estava espalhada por 4 cidades: Avignon, Pisa, Florença e Prato. Foi em 1398, com a criação em paralelo de uma companhia de banco que os negócios de Francesco alcançaram seu maior prestígio e amplitude. O mercador não permanecia, no entanto, fixo na cidade de Prato: frequentava muito Pisa e Florença, matriculando-se na *Arte di Por Santa Maria* florentina. Sua ligação com esta última cidade era tão estreita que, em 1394, transferiu-se para lá.

Francesco movimentava-se muito dentro da Itália também para fugir das pestes e epidemias: em 1390, passou com a família meses em Pistóia e, em 1399, um ano em Bolonha. Para a cidade de Bolonha também fugiram muitos operadores econômicos toscanos, que chegaram a manter uma individualidade na cidade e constituíram aí uma “colônia toscana”. Francesco e sua família conseguiram salvar-se da peste, mas quando voltou a Prato, em 1401, muitos de seus principais colaboradores não haviam tido a mesma sorte, o que acarretou no fechamento de duas de suas indústrias e de sua companhia bancária. As outras empresas permaneceram até 1410 apenas para auxiliarem seus herdeiros a arcar com as despesas da liquidação dos negócios. Em 1410, Francesco morreu, sendo enterrado na igreja pratense de San Francesco.

Como vemos, a história pessoal de Datini contém muitos aspectos das várias dimensões da vida medieval no século XIV. Em sua biografia entrelaçam-se: a constituição de uma empresa ao mesmo tempo produtiva, financeira e comercial; o fácil acesso do rico comerciante a cargos públicos; a mobilidade espacial que caracterizava a atividade dos empreendedores medievais que, ao contrário do que muitos pensam, viajavam muito, inclusive pela Europa; o sistema empresarial caracterizado pela concentração do capital e pela descentralização das atividades de produção e de comércio; a ligação do mercador com uma corporação de ofício; a identificação do mesmo com uma cidade, ainda que tenha mudado muito de residência, no caso, Florença; as verdadeiras viagens de fuga dos habitantes das cidades com medo da Peste, e, por fim, a crise econômica provocada por esta. A história pessoal desse comerciante e mercador medieval foi portanto permeada de momentos de riqueza e prosperidade, ainda que ao final tenham se anunciado tempos de incerteza, morte e destituições.

b. Estruturação social e sua localização no espaço geográfico

Foi na Itália urbana que a cidadania em seu fundamento jurídico e sua extensão enquanto uma consciência cívica alcançou toda sua amplitude, especialmente com a constituição das comunas. Com as comunas apareceram as formas de responsabilização do corpo político que as sustentavam, pois era necessário estabelecer as prerrogativas que fundavam e possibilitavam a vida em comunidade. Dessa maneira, se consideramos a relação existente entre as palavras *civitas* – civilização – cidadão, poderemos entender melhor a dimensão do problema. Na língua latina, *cives* é aquele que pertence a um Estado, que, no contexto medieval, era o *cives urbanus*: o cidadão era aquele que tinha direitos específicos em comparação com o habitante do campo (em italiano, designado pela palavra *contadino*, o habitante do *contado*). Ou seja, na Baixa Idade Média, a cultura urbana era a que dava sentido à concepção de uma cultura cívica, no sentido de que unicamente a cidade era entendida como uma comunidade política. Dessa maneira, nos séculos XIII e XIV, o homem que morava na cidade possuía direitos políticos dos quais o homem do campo não gozava (Beuys, 2000).

A princípio esta distinção era quase que exclusivamente territorial: para obter a cidadania o homem medieval tinha que morar na cidade. Uma sentença consular de Milão, em 1184, por exemplo, definiu como uma das principais condições do exercício da cidadania a residência e, sobretudo, a posse de uma casa na cidade, assim como a participação nas responsabilidades coletivas, especialmente a defesa, ou seja, a participação na milícia urbana. É preciso ressaltar que o exemplo de Milão é quase modelar, valendo para toda a região da Lombardia e da Toscana no século XII.

Para citarmos um caso na Toscana, em Luca, o estatuto de cidadão concedia-se a todos os *rustici* que exercessem na cidade um ofício como *magistri*. A alternativa da moradia na cidade começou a ser muito visada pelos camponeses a partir do momento em que as cidades começaram a mostrar seus sinais de desenvolvimento. No campo, a situação mais corrente era a pobreza ou a miséria, enquanto que no território urbano o cidadão tinha liberdade de circulação e podia desempenhar uma gama de trabalhos muito mais variada: diversos tipos de artesanato, comércio e cargos

publicos. Dessa forma, na região de Luca, os simples operários de origem rural, *famuli*, *discipuli* ou *manentes*, introduziram-se na hierarquia dos ofícios para aceder à condição de cidadão.

Entretanto, essa diferença, direitos do campo e direitos da cidade, tendeu a se atenuar nos séculos XIII e XIV. As terras que circundavam as cidades passaram a ter uma crescente importância econômica e social para sustentar o crescimento urbano, pois era delas que provinha grande parte do alimento e do contingente populacional urbano que habitava a cidade. Assim, à medida que estas cresceram e se tornaram autônomas, as comunas objetivaram assegurar uma área de domínio nos seus arredores, dando origem ao *contado*. Dessa forma, o forte desenvolvimento industrial que ocorreu a partir do século XIII multiplicou as relações entre o campo e a cidade e também os critérios de concessão da cidadania. A necessidade de obtenção de mão-de-obra para trabalhar nas atividades comerciais e industriais urbanas levou a que vários governos comunais, por exemplo, criassem certos regulamentos, como cláusulas especiais, que permitiam aos habitantes do *contado* gozar de plenos direitos, além de demonstrarem também a tendência de considerar os habitantes dos burgos periféricos como possíveis candidatos a receber o estatuto de cidadão. Há que se relevar o fato de que esta classificação sóciojurídica variou bastante, como também em Flandres, entre as cidades toscanas: a delimitação do território onde se exercia diretamente o direito urbano variava consideravelmente, às vezes entre um e cinco quilômetros a partir das muralhas citadinas.

Como contrapartida, o afrouxamento das restrições para a obtenção da cidadania e o extenso movimento populacional do campo para a cidade fez com que alguns governos comunais criassem outros tipos de normas para controlar o processo migratório, pois eles estavam preocupados com a iminente falta de mão-de-obra para trabalhar na agricultura, que era a fonte de provisão para a cidade. Especificamente nos casos de Florença e Siena, no século XIII, o governo comunal tentou conter o êxodo rural através da imposição, aos moradores do campo dos seus arredores, de um número mínimo de indivíduos que deveriam residir ou permanecer por pelo menos 8 meses nas propriedades rurais.

Sem dúvida, é importante lembrarmos que a essa camada recém-integrada no mercado de trabalho urbano somou-se uma massa de fugitivos e vagabundos que

abandonavam o campo pela cidade e que constituíram nestas a base de uma população que engordou a plebe urbana, cuja gênese, como costuma-se pensar, produziu-se nos séculos XII e XIII (Racinet, 1996).

Paralelamente ao problema das diferenças sócio-jurídicas entre os habitantes da cidade e os do campo, cresceu o dos vários níveis de cidadania dentro da própria cidade, num processo marcado pela criação de outros níveis de discriminação sócio-jurídica. Em Siena, por exemplo, encontrávamos os *cives assiduales*, que dispunham de um direito mais extenso que os cidadãos “simples”. Em Orvieto, distinguia-se no século XIII entre os cidadãos considerados de pleno direito, quer dizer, os que podiam apelar frente às jurisdições correntes e aceder a ofícios e magistraturas, e os *comitatenses*, que dispunham apenas de direitos reduzidos; a discriminação nesse caso fazia-se mediante critérios residenciais e feudais. Naquele período, dessa forma, devido às circunstâncias históricas, o estabelecimento de critérios para adquirir uma cidadania significava, sobretudo, uma forma de estabelecer uma hierarquização da população segundo critérios econômicos e sociais, que acabavam assim por definir as aptidões necessárias para uma pessoa poder exercer cargos públicos. Por outro lado, o acesso à vida política da comuna era o que estava em jogo ao se falar em cidadania, seja através da participação na vida política porque o indivíduo podia associar-se a uma corporação de ofício, seja porque conseguia exercer o controle político na cidade.

Devemos lembrar que a nobreza, de origem feudal, que se esforçava para implantar-se na cidade conservando sua autonomia em meio ao povo “comum”, demonstrou uma tendência a acentuar o critério discriminatório relacionado ao reconhecimento da cidadania. Mas a comunidade urbana mostrou-se, em linhas gerais, oposta aos interesses exclusivamente nobiliárquicos e buscou fazer predominar a dinâmica da mutabilidade e da mobilidade social que estava caracterizando a cidade naquele período histórico. Podemos constatar esta tendência no fato de que se foi reduzindo a nobreza a um estatuto igual a outros no que dizia respeito à obtenção da cidadania, através da ampliação do direito de cidadania mediante o juramento ou mediante outras formas, como o reconhecimento da propriedade a novos residentes que se comprometessem a permanecer na cidade *ad eternum*.

i. Nobreza e patriciado

Caracterizar as camadas sociais que existiam na Baixa Idade Média e precisar suas especificidades não é uma tarefa simples, sobretudo porque esta questão ainda não foi resolvida pelos especialistas em sociologia e história medieval. No entanto, gostaríamos de expor nesse momento algumas das noções sobre o assunto que nos parecem mais pertinentes, com o intuito de criarmos um quadro geral da hierarquia social que compôs as cidades toscanas dos séculos XIII e XIV. Isto nos parece importante pois elas demonstram como a cidade medieval constituiu-se como uma forma-conteúdo dinâmica, reunindo em seu espaço uma sociedade que se transformou hierarquicamente, criando por sua vez um novo ritmo econômico e político e uma nova maneira de viver o cotidiano.

Gostaríamos de resgatar a caracterização da nobreza de L. Genicot. Como explica o autor de *La noblesse dans L'Occident Médiéval*, na formação e crescimento da nobreza ao longo da história, os dados essenciais para a sua identificação eram a herança sanguínea, a propriedade de uma terra e, sobretudo, o exercício de uma espécie de soberania, vale dizer, o domínio pleno da justiça, da vida dos servos sob o seu comando, e o privilégio de ter uma milícia própria. O nobre era assim detentor de todos os poderes sobre os seus vassallos, dentro da sua terra. Diz o autor: “No conjunto, a nobreza da Alta Idade Média aparece como um grupo jurídico caracterizado por dois traços: gozo de uma liberdade que carrega consigo imunidade da pessoa e do patrimônio e direito a uma armada, que confere assim um papel público, político, judiciário e militar; transmissão destes privilégios por nascimento e a condição talvez de que este corre paralelo com a posse de um alódio.”⁹. Segundo essa caracterização, na Alta Idade Média, o nobre não exercia portanto nenhuma função na cidade, e era, a princípio, alheio à sua dinâmica¹⁰.

⁹ Genicot, Leopold. *La Noblesse dans L'Occident Médiéval*. Londres. Variorum Reprints, 1982. pg. 55. Entretanto, é essencial ressaltar que no período de sua constituição, na Alta Idade Média, a relevância da cidade na economia e na política da sociedade era praticamente nula.

¹⁰ Um dos problemas complexos no âmbito sociológico, especialmente no entendimento da Idade Média, é o da definição, pelo menos no nível comportamental, da população urbana com relação à população rural, cuja diferenciação nem sempre é feita com clareza. No entanto, em nosso caso

Além disso, segundo Genicot, pertencer à nobreza significava possuir o espírito e a atitude desse grupo, que eram o orgulho de sua classe, concretizado na recusa ou restrições em se unir a membros de outra casta ou classe, e o valor da generosidade, que se traduzia por sua vez no desapego aos bens materiais (Genicot, 1982).

Apesar de existir na Idade Média uma camada nobre, dentro desta, que estava no topo da hierarquia social, havia nobres de diferentes escalões, pois fazia-se uma distinção entre os nobres primogênitos que herdavam o patrimônio, e eram assim ricos, e os nobres apenas no título, os outros filhos, que tinham poucos recursos econômicos. Os primeiros eram chamados de chefes de linhagem e exerciam de fato os direitos sobre os vassalos que residiam e trabalhavam no seu domínio feudal. Já os filhos não-primogênitos herdavam dos pais apenas o título de nobre e, assim, costumavam dedicar-se ao combate: tornavam-se cavaleiros.

No período de crescimento das cidades, os nobres de “segundo escalão” tenderam a ir buscar a sorte no território urbano, usufruindo do título nobiliárquico para destacarem-se e exibirem *status* social. No geral, foi esta fatia da nobreza que participou da dinâmica urbana e praticou o comércio com o objetivo de adquirir recursos econômicos. Cabe pensar, em primeiro lugar, que aqueles nobres que não herdavam de seus pais o alódio interessaram-se em migrar para as cidades, pois nela eles poderiam desempenhar uma função social, já que sem a posse da terra no campo o nobre encontrava-se em desvantagem em relação a seus iguais. Nas cidades, no entanto, a dinâmica do comércio e da gestão pública da comunidade inspirava e contemplava ambições e projetos de poder e enriquecimento. Com o desenvolvimento econômico, a cidade chamava e acolhia pessoas do campo a cada geração e, antes do século XIII, cavaleiros membros de uma nobreza de segundo escalão, iniciados na ministerialidade, instalaram-se nas cidades sob a vaga etiqueta de “pequena nobreza”.

Os chefes de linhagem, no entanto, na grande maioria dos casos, como a sua identidade havia sido construída, na realidade, da produção feudal da terra, recusaram-se a se inserir nas práticas comerciais, permanecendo nos feudos, pois desejavam gozar de fato de todas as liberdades a que tinham direito e perpetuar os

específico. é certo que a nobreza tradicional e feudal, a partir do século XIII, viveu em solo urbano sob o controle da comunidade e conservou seus modos de vida e seus interesses vinculados ao *contado*

valores transmitidos pela tradição medieval. Na região da Toscana ainda, a partir de 1200, o número de nobres que foram para as cidades foi bem mais considerável que nas outras regiões européias. Em Barcelona, por exemplo, no final da Idade Média, havia apenas 25 *caballeros* em uma população de 35.000 pessoas. A nobreza nestes lugares continuou sendo inseparável da fortaleza, do domínio e do campo (Genicot, 1970).

Assim, nos séculos XIII e XIV nas cidades toscanas, alguns *nobiles* e *milites*, assim como os *caballeros* na Espanha, passaram a adquirir uma propriedade na cidade e ocupar os cargos públicos, com o que conseguiam dispor do capital indispensável em um mundo em expansão. Num primeiro momento ainda, os nobres não se dedicaram pessoalmente ao comércio, mas o alimentaram com seu dinheiro.

A penetração de nobres do “primeiro escalão” na economia mercantil foi especialmente intensa na cidade de Florença. Os nobres florentinos, ao verem a vitalidade da economia cidadina de Florença, abriram-se frente à possibilidade de rápido acesso a grandes somas de dinheiro. E os burgueses não tinham motivos para os criticarem, pois eles consumiam e fomentavam assim o comércio e a indústria, trazendo muitas vezes as rendas obtidas no *contado* e aplicando-as nos negócios da cidade. Assim, os nobres que viviam dentro das muralhas e não desdenhavam o trabalho da população foram acolhidos como mercadores e banqueiros nas corporações, sobretudo na de *Calimala*. Com o passar de algumas gerações, viu-se a união de duas camadas sociais em Florença, sendo que a união de uma burguesia urbana com a nobreza em vias de se fixar na cidade fez-se sobretudo através do casamento e da participação dos nobres nas corporações de ofício. No decorrer do processo, cidade e campo trocavam mutuamente homens, produtos e idéias; cavaleiros e mercadores, burgueses e nobres encontravam-se e cumprimentavam-se pelas ruas.

Gostaríamos de ressaltar ainda que a burguesia associou-se em alguns casos à casta dos nobres para obter *status*, adotando os valores estamentários para adquirir maior poder político. Da mesma forma, a nobreza também atuou no sentido de lucrar com a prática comercial, de unir-se à alta burguesia através de alianças políticas ou de matrimônio e interferir e compor os governos das cidades, estabelecendo e abrindo até a possibilidade para que vínculos entre escalas distintas da hierarquia social fossem

(Racinet, 1996).

criados. É importante salientar que termos como *nobreza comerciante*, *associações senhoriais* e *exercício coletivo do poder aristocrático* evidenciam de maneira explícita a inserção do nobre no universo de produção citadino e a relação da nobreza com a realização do comércio e com o poder político urbano. Por isso, ao estudarmos a produção do espaço das cidades medievais toscanas, muitas vezes, o limite que separava nobres e burgueses no espaço urbano mostra-se tênue.

A convivência nas cidades entre nobres e burgueses configurou assim uma realidade urbana complexa, movimentada por associações e conflitos entre membros de diferentes camadas sociais, pois, ao fazerem negócios, os interesses dos nobres e burgueses podiam mostrar-se radicalmente opostos e a concorrência podia ser muito dura, além do fato de que os diferentes valores e costumes marcavam importantes diferenças entre o modo de vida nobiliárquico e o modo de vida burguês. As lutas incessantes entre as famílias rivais na Toscana têm sua explicação assim nessa relação conflituosa entre nobres e burgueses.

Dessa maneira, se, no norte da Europa, a burguesia e a nobreza não se misturavam, este fato também era acompanhado de uma relativa “paz”: longe um do outro, fechados em seus castelos ou nas muralhas urbanas, acabavam criando uma situação de um estéril isolamento. Obviamente, este isolamento era sobretudo aparente, pois as ambições e os projetos de ambas as camadas eram marcadamente distintos. Mas na Toscana, a situação nas cidades foi, em muitos momentos, especialmente conflituosa, pois as duas camadas disputavam constantemente maior espaço no topo da hierarquia social dentro do contexto urbano. Tratava-se também da necessidade de fazer predominar na dinâmica social os valores e os interesses econômicos de cada camada, que, muitas vezes também podiam coincidir.

Essa dimensão da realidade fez com que, para regularizar e controlar a rivalidade entre nobres e burgueses, o *Primo popolo* florentino instituisse normas que previam punições para as possíveis situações de conflito. Primeiramente, logo que a comuna foi estruturada, o governo estabeleceu um limite máximo para a altura das torres urbanas, construídas geralmente pelos nobres para ostentar seu poder econômico e político. O conselho dos *Anziani*, por sua vez, resolveu tomar outra medida, sempre na tentativa de impor limites à prepotência dos nobres na cidade e deixar claro que a população cívica era soberana: os nobres que ofendessem um

citadino deviam reparar o insulto pagando à comuna uma alta multa em dinheiro. E se algum nobre atirasse uma pedra em um cidadão, deveria ser levado ao carrasco para que este cortasse a sua mão. Os cidadãos tampouco não podiam intrometer-se nas lutas entre os nobres. Vemos assim como, aos poucos, foram criando-se formas de organização da vida em comunidade na cidade, onde uma estruturação social própria estava se consolidando.

No seio dos novos rearranjos da estrutura social especificamente urbana, cabe entender como a nobreza começou a mudar-se para as cidades. A ida à cidade iniciou-se através do patrocínio pelas comunas do povoamento urbano, que se dedicou, no princípio, a incentivar a vinda dos nobres à cidade através de um contrato, realizado pelas mesmas comunas, que garantia a presença constante desses nos atos solenes e políticos mais importantes da cidade. Posteriormente, passou-se a conceder terras no perímetro urbano aos nobres feudais que se comprometessem a participar da vida cidadina, residindo no perímetro urbano por um dado período ou construindo no terreno uma moradia. Esta foi a principal forma através da qual os nobres passaram a contar com a propriedade privada da terra na cidade, pois essa concessão não consistia em uma permissão de moradia, mas na doação efetiva de parcelas do território urbano aos nobres. A comuna conquistava assim habitantes urbanos que enriqueciam a cidade com seu patrimônio e *status*. A nobreza obtinha, em troca, a segurança de que estaria protegida em caso de guerras ou invasão de suas propriedades, refugiando-se na cidade. Além dessas vantagens oferecidas pelas comunas toscanas, o nobre que residisse na cidade contava com um outro grande privilégio: o fácil acesso ao mercado.

Outro aspecto importante do processo de fixação do nobre na cidade era a obtenção de cargos na administração pública, que estava condicionada a uma dada situação social e econômica. Todos os burgueses, por exemplo, gozavam das franquias de ordem privada inscritas em suas leis ou fixadas por *consuetudines* e todos estavam protegidos igualmente contra a arbitrariedade senhorial, mas apenas uma minoria social conseguia obter os privilégios de ordem pública. Os humanistas denominaram esta minoria com um termo tomado da Antiguidade clássica, o de patriciado. No entanto, quando tratamos dos textos medievais, a referência a ela faz-se mediante várias denominações: os *potentes*, *nobiles*, *magnates*, *meliores*, *cives*,

gestachtlieden, caballeros villanos ou riches hommes. Acreditamos que tais denominações revelam as duas condições que eram necessárias para o exercício de cargos comunais: o estatuto e a riqueza. Tanto um como a outra, na realidade das cidades toscanas, podiam ter sido fruto da condição herdada pelos nobres de segundo escalão, agentes e soldados, *ministeriales e milites*, como podiam ter sido fruto dos negócios. O primeiro caso constituiu a norma na Itália e, de maneira geral, nos países mediterrâneos: os chefes das grandes estirpes permaneceram, aí como em outros lugares, fiéis ao campo, mas os outros descendentes dos nobres e os cavaleiros emigraram para as cidades e conquistaram nelas suas próprias rendas e patrimônios, acedendo assim a cargos públicos (Genicot, 1970).

Para caracterizar mais detalhadamente a camada governativa da sociedade dos séculos XIII e XIV, é preciso retomar portanto que o termo patriciado engloba a minoria que tinha privilégios de ordem pública. Cinco características permitem definir melhor os patrícios: eles eram os amos das cidades, as personalidades mais prestigiadas ou conhecidas; sua atividade econômica não era o artesanato, pois eles estavam desvinculados diretamente da produção dos bens industriais e empregavam outras pessoas para trabalharem para eles, pois costumavam ser chefes de empresas; a atividade econômica, mais comercial que artesanal, converteu-os muitas vezes em mercadores internacionais; eram proprietários de residências na cidade e de domínios no campo; com seus capitais transmitiam poder e riqueza a sua descendência, constituindo linhagens que às vezes chegaram a ter caracteres dinásticos, já que o marco que agrupava esta camada dominante era a família (Racinet, 1996). Formavam-se assim, especialmente na Itália, verdadeiros clãs aristocráticos que, rodeados por sua clientela, dominavam a vida pública cidadã, pois a sociedade urbana, fortemente hierarquizada, estava delimitada também por uma estreita rede social.

Ainda que a família não fosse a única responsável pelas agrupações, elas eram uma de suas principais motivações nos meios aristocráticos, e tenderam a se estender aos meios populares posteriormente. Tratava-se de uma forma de solidariedade que ultrapassava inclusive o marco estrito da cidade; mas que, no entanto, estava estruturada tendo a cidade como o seu centro de gravidade. Em Florença, as ruas estavam margeadas por casas onde residiam os membros do mesmo clã (Racinet, 1996). As agregações em torno dos laços de parentesco estavam embasadas na

comunicação: durante as épocas de guerras ou de eleições, como também no caso em que se desejava obter um serviço especial, a comunicação movimentava em série um elevado número de pessoas.

Enquanto nos meios aristocráticos a ampla tendência endogâmica fortalecia economicamente os nobres e tornava-os uma espécie de estrutura poderosa capaz de resistir à adversidade em tempos difíceis, a estreitez da família dos artesãos, ao contrário, deixava-os vulneráveis às pestes, epidemias e outras calamidades que preenchiam o cotidiano naquela época, como o infortúnio de ter uma incapacidade física para desenvolver uma atividade profissional. As camadas mais pobres da população asseguravam-se assim mediante “parentescos fictícios”, ou seja, laços de solidariedade criados nas sociedades de ajuda mútua cuja coesão era dada por um juramento, como as fraternidades e as confrarias. Existiam assim na cidade estruturas de coesão de caráter moral e humanitário que foram originadas dos meios religiosos mas que, pouco a pouco, tornaram-se também características do mundo laico.

ii. Clero

A partir principalmente do século XIII a posição e o papel do clero na sociedade medieval sofreram importantes alterações. Neste século, um objetivo dos assim considerados radicais no século XI foi plenamente alcançado: a partir de Inocêncio III, o papado foi verdadeiramente, e cada vez mais, o “pontificado universal” do qual havia falado o *Dictatus Papae*¹¹, no sentido de que seu poder e área de atuação na sociedade fortaleceu-se e ganhou maior clareza. Verificou-se no período iniciado no século XI e acelerado no século XIII que os papas e principais representantes da ordem eclesiástica, por serem na sua maioria juristas, dedicaram-se a definir, detalhar e estender suas competências e regular a organização e as atividades da igreja. No plano superior, no topo da camada eclesiástica, ocorreu que o direito canônico desenvolveu-se enormemente a partir do século XI, fortalecendo o papel do papado como o de legislar e julgar: seus decretos encheram as coleções canônicas e, na doutrina, remetiam aos escritos dos padres -autores que escreveram no

¹¹ Documento que defendia a supremacia do papa sobre o imperador.

início do cristianismo; suas bulas -ato normativo estabelecido pelo Papa- concederam isenção ao direito comum; seus auditores, que formavam a instância suprema da Igreja em Roma, foram destinados a resolver os assuntos mais difíceis, enquanto que seus juizes delegados ocupavam-se, em toda a cristandade, de uma multiplicidade de causas.

Ao papado correspondia também a função de tributar os clérigos e autorizar os príncipes a fazê-lo. Era o papado também quem devia criar e vigiar as universidades eclesiásticas, que ilustravam e propagavam a verdade, e propor novos santos para serem venerados e servirem de modelo de conduta para os fiéis. O papado também devia modificar as estruturas e regular o funcionamento do conclave; erigir dioceses e permitir a divisão das paróquias; fazer, cada vez com mais frequência, as nomeações para todas as funções ou decidir entre os candidatos quando surgia uma dificuldade de um cargo vago em uma sede episcopal. Deste modo, o papado participou na designação de seis dos sete arcebispos de Cantorbéry do século XIII e na de todos os bispos de Lieja a partir de 1239. E era o papado que devia também reconhecer as novas ordens religiosas e obrigar as antigas a rever suas estruturas. Em uma palavra: o papado era, segundo os termos do Canon 46 do IV Concílio de Latrão, quem devia *providere communibus utilitatibus* (Genicot, 1982).

A organização dentro da ordem eclesiástica não progrediu somente no plano superior. Através dos decretos de Latrão IV, cuja função foi ampliada e prolongada pelo papado e seus enviados, os poderes e os deveres ficaram mais precisos em todos os escalões da hierarquia eclesiástica, sem contar que os contatos multiplicaram-se e os controles ficaram mais estreitos. Os habitantes das grandes cidades foram obrigados a convocar anualmente um sínodo provincial e a velar pelo respeito de suas decisões através de inspeções pessoais ou por intermédio de inquisidores enviados às dioceses pelos bispos. Os bispos também estavam obrigados a reunir todo ano o clero ao seu redor e a visitar pessoalmente, com regularidade, todas as dioceses. Nos países novos, a rede dos arcebispos e das paróquias foi criada e, em todos os povos e territórios dominados pelo papa os limites destas circunscrições e as funções de seus titulares ganharam maior clareza. Finalmente, as velhas abadias independentes foram convidadas a agrupar periodicamente –em capítulos regionais ou nacionais- seus superiores e a abrir suas portas aos visitantes escolhidos por estas assembléias ou pela

Santa Sé, enquanto que os religiosos de Santo Agostinho repartiam espontaneamente suas casas em províncias e os mendicantes outorgavam-se uma estrutura mais forte do que todas as outras famílias religiosas que existiram até então. Por outro lado, uma Constituição de Lion I impôs uma regra aos bispos e aos abades segundo a qual estes deviam prestar contas de sua gestão, sobretudo em matéria temporal, de seu governo na cidade, aos canônicos e monges interessados. Dessa maneira, podemos identificar em todos estes fatos que uma tendência religiosa no período de desenvolvimento da economia mercantil e crescimento das cidades foi a da consolidação do poder central e institucionalização de seu controle mediante corpos representativos. No plano da sociedade civil, como temos visto, a mesma tendência delineou-se (Genicot, 1970).

É preciso ressaltar que, como podemos constatar das informações acima relatadas, a centralização do papado em Roma não se caracterizou como um movimento contrário à autonomia das paróquias e das dioceses, pois foram institucionalizados muitos instrumentos de controle das atividades realizadas no âmbito local e regional por parte do poder central. Além disso, a centralização romana não sofreu grande oposição, pois também as intervenções pontificias foram muitas vezes acatadas pelas autoridades locais, que se mostravam assim satisfeitas por não terem que resolver por si mesmas assuntos espinhosos, como o descontentamento dos fiéis com a doutrina católica ou a contestação de muitos candidatos que almejavam participar da ordem eclesiástica. Estes temas mais delicados, que envolviam também conflitos locais, eram muitas vezes resolvidos pelas autoridades máximas, mais distantes e menos diretamente envolvidas (Genicot, 1970).

Na Itália, e, de maneira geral, em todo o Ocidente, vale ressaltarmos que o bispo assumiu um papel determinante no renascimento da cidade a partir do século X. Sua função pastoral, seu nível de cultura, o apoio que oferecia à instituição eclesiástica e seu carisma pessoal fortaleciam-no como uma das autoridades máximas, que podia tranquilizar a população urbana em casos de conflito e guerras e incentivar movimentos de ocupação e organização do espaço das cidades.

iii. A burguesia e as corporações de ofício

A burguesia foi um fato inteiramente novo na sociedade medieval na medida em que sua identidade como segmento social era dada pela aquisição de bens, por uma condição de vida obtida através da prática do comércio no seu sentido amplo, vendendo produtos ou desenvolvendo atividades correlatas, como os serviços bancários ou a administração de terras para obtenção de renda, e por construir e reproduzir um modo de vida urbano.

Na origem da constituição da burguesia esteve o mercador. Ele disseminou um novo modo de pensar, de relacionar-se socialmente e de constituir o espaço das cidades. Originariamente era um errante empreendedor de uma caravana a viajar e percorrer longas distâncias: comprava produtos que eram abundantes em uma região e vendia-os onde eram raros. A classe dos “errantes” começou a compor-se a partir daqueles que não conseguiam fixar-se em uma propriedade como servos e viviam das esmolas dadas pelos monastérios ou trabalhavam na época da colheita em algumas propriedades ou participavam quando muito de exércitos em tempos de guerras e combates. A constituição de uma caravana, ou seja, de um grupo unido em torno de um objetivo comercial, era essencial, pois as estradas durante quase toda a Idade Média ofereciam muitos riscos de acidentes e eram muito suscetíveis a saques e roubos realizados por grupos de bandidos.

O mercador foi, assim, um fato novo naquela sociedade que se caracterizava sobretudo por ser fixa e presa à terra, pois ele introduziu o ganho através do lucro, conquistando-o à custa do planejamento e do aprendizado do cálculo (Pirenne, 1963). O fato de o mercador tornar-se sedentário deveu-se também à vantagem dessa condição estar relacionada ao progresso das técnicas de crédito nos séculos XII e XIII. Elas consistiram no aperfeiçoamento de contratos e associações, através dos quais comerciantes dividiam perdas e lucros da atividade comercial. Tratava-se num primeiro momento de uma “divisão de responsabilidades”: enquanto um comerciante investia seu dinheiro, outro colocava à disposição o meio de transporte (caravanas ou navios) que possuía e outro fazia parte do negócio contribuindo com sua força de trabalho. Portanto, em linhas gerais, o mercador medieval constituiu-se em um pré-

capitalista. Seu contexto era o feudalismo, mas era ele quem contribuía para arruiná-lo (Le Goff, 1991).

Juridicamente, os mercadores eram considerados livres, pois não tinham contrato com uma entidade superior. O crescimento dessa classe também introduziu uma mudança importante nos procedimentos da atividade profissional, pois eles desenvolveram um direito suficientemente ágil para acompanhar a execução de penas e punições. Os mercadores também conquistaram um espaço junto às autoridades públicas, que os protegiam, e interessavam ao governo comunal por trazerem produtos às cidades e pagarem o *teloneo*. Vimos no capítulo anterior como os impostos indiretos sobre os cidadãos constituíram a principal fonte de ingresso municipal. Os mercadores inseriram-se e contribuíram assim para efetivar os processos econômicos e os de transformações sócioespaciais na sociedade medieval.

A cultura mercantil instalou a trapaça como condição de sua atividade, transformando os traços das relações e da cultura feudais e originando o que poderíamos chamar de uma “religiosidade” do universo comercial. A princípio, esta religiosidade manifestava-se no fato dos comerciantes, constantemente, doarem parte de suas riquezas à igreja, além de haver uma grande gama de casos nos quais o comerciante deixava sua fortuna aos pobres ou à instituição eclesiástica quando de sua morte. Foi nesse contexto que se configurou o “ideal da pobreza”, do qual São Francisco de Assis foi o maior representante. Por outro lado também, com a atividade comercial, o modelo ideal para a igreja do habitante urbano consolidou-se como o do trabalhador médio, ou seja, o artesão ou o pequeno mercador que cumpria seus deveres sem deixar por um instante de cuidar de suas tarefas e dedicar-se aos compromissos religiosos. Assim, estamos falando, portanto, ao lado de mudanças sociais, econômicas, políticas e espaciais, de uma mudança cultural.

No campo ainda da cultura, devemos pensar que uma série de preocupações advindas do processo de produção das cidades contribuíram para a constituição de uma cultura laica do mercador, que se desenvolveu sobretudo na cidade. Entre elas, podemos destacar: a do domínio da escrita, que dava a possibilidade ao mercador de redigir os documentos comerciais e escriturações; a do ensino e desenvolvimento das técnicas de cálculo, relacionada também com a atividade mercantil e as finanças públicas; a da busca de conhecimentos geográficos amplos que facilitassem o

transporte de mercadorias e a circulação inter-cidades; a do domínio das “línguas vulgares” (não oficiais, numa época em que existia grande distinção entre os “cultos”, que dominavam as línguas oficiais, e as classes populares, que se expressavam em dialetos), para que os comerciantes pudessem se comunicar diretamente com os compradores; e a da apropriação e divulgação por parte dos cidadãos de um calendário que não variasse como o das festas religiosas, que unificasse as referências temporais, de maneira a facilitar aos comerciantes o registro de suas compras, vendas e datas das principais feiras de comércio da Europa.

Além disso, a valorização das atividades profissionais no ambiente citadino burguês foi acompanhada do desenvolvimento do ensino laico, sobretudo das universidades. Na Toscana, os burgueses que queriam instruir-se não deviam necessariamente recorrer a instituições eclesiásticas: podiam estudar nas universidades urbanas locais. Enquanto que em Paris, Oxford, Colônia ou Cambridge formavam-se sobretudo teólogos, na região sob o domínio direto do Papa as faculdades laicas foram muito frequentadas. Para tornar-se um bom médico, recomendava-se ir a Pádua, e os juristas deviam formar-se na universidade de Bolonha para saírem com um prestígio assegurado.

Outra transformação que a cultura do comércio e da cidade trouxe consigo foi a criação das corporações de ofício, de essencial importância para a realidade da cidade medieval. No século XIII, sobretudo na sua segunda metade, as corporações proliferaram em muitas cidades e entre muitas profissões, por iniciativa da autoridade e dos interessados. A autoridade geralmente representava os interesses da alta burguesia, da qual emanava, e dos consumidores, os que ela estava obrigada a defender, agrupando os trabalhadores com o objetivo de controlar sua atividade e, em menor grau, com o objetivo também de integrá-los melhor nas milícias da cidade. Os trabalhadores ingressavam nas corporações geralmente para poderem interferir nos preços dos produtos ou dos seus serviços, tentando assegurar o monopólio da fabricação, a organização da produção e a limitação da concorrência interna (Genicot, 1982). Para termos uma dimensão do poder de regulamentação e de controle sobre as atividades profissionais que as corporações exerciam, podemos lembrar um dos inúmeros casos que vêm da cidade de Florença. Segundo os estatutos da *Arte dei Legnaiuoli* (corporação dos artesãos da madeira), todos os móveis deviam ser

construídos respeitando uma detalhada série de disposições estipuladas pelos estatutos. Os estatutos do século XIV impunham a utilização de uma única qualidade de madeira para cada móvel. A altura, o comprimento e a largura dos móveis eram estabelecidos pelos *Rettori dell'Arte*. O artesão que tinha que construir, sob encomenda de um cidadão rico, um móvel com medidas não estipuladas pelas normas, tinha que obter uma licença e pagar uma taxa à corporação.

O objetivo das corporações era portanto o de proteger de seus concorrentes os artesãos que se dedicavam à produção de determinado gênero. Em linhas gerais sua hierarquia foi caracterizada pela existência dos *mestres* - detentores dos meios de produção e dos lucros conseguidos - e dos *aprendizes* - que, como o termo aponta, aprendiam com seus mestres e para eles trabalhavam como artesãos. As corporações praticamente organizaram e foram fruto da consolidação de novas relações de produção, caracterizadas, como já explicitado, pelo incremento da divisão do trabalho apropriado pela classe dominante, para garantir seus interesses e a consequente reprodução de sua condição social. A concretização das novas relações de produção em desenvolvimento, intermediadas pelas corporações, institucionalizou-as publicamente como uma prática e regra da sociedade medieval, perante, sobretudo, os governos municipais. Assim, na esteira da discussão sobre a associação desse processo com a consolidação do poder da classe dominante, entendemos porque o poder municipal logo passou a interferir nas corporações, seja fiscalizando os produtos, para garantir sua qualidade junto aos compradores, seja estabelecendo privilégios ou facilidades para determinados grupos corporativos. Essa associação explica-se devido à vinculação entre o processo de consolidação do poder político na cidade e a defesa, por parte deste, dos interesses da classe dominante.

É portanto importante compreender que o respeito à hierarquia no processo de produção estava na própria essência da corporação de ofício. Sendo um instrumento de força do burguês, não existia nenhuma possibilidade de luta social em seu interior, nenhuma transformação da hierarquia social, pois esta lhe era inerente. Por essa razão, inclusive, ela deve ser entendida como um instrumento de conquista e expansão do poder econômico e político da burguesia. Através das corporações, da regulamentação do processo de produção e do comércio, os burgueses encontraram formas de controlar e regular o mercado. Referimo-nos, por exemplo, ao estabelecimento, pela

corporação, de preços baixos para a compra da matéria-prima e de preços altos para o produto final a ser vendido e, também, à proibição do exercício da profissão aos estrangeiros recém-chegados na cidade. Uma outra forma de controle do mercado pela classe dominante burguesa, possibilitada pela regulamentação das atividades produtiva e comercial nas corporações de ofício, foi a dos horários de trabalho, de maneira que nos feriados e durante o período noturno os artesãos não podiam trabalhar, limitação que visava evitar a superprodução. Com essas regulamentações, a burguesia aumentava e fortalecia o monopólio da produção e da venda de seus produtos, aumentando sua porcentagem de lucro.

Outro dado fundamental para entendermos melhor a inserção das corporações de ofício na dinâmica da sociedade medieval é o de sua origem, que remonta à organização social e espacial realizada pelas confrarias religiosas. A reunião de pessoas em uma coletividade iniciou-se na Idade Média em função das práticas religiosas, como a união para organizar uma festa santa, para conservar e manter o oratório na esquina de uma rua ou em uma encruzilhada de estradas ou para realizar procissões, sobretudo a da Semana Santa. Outras atividades sociais de cunho assistencialista estavam associadas a essas iniciativas e contribuíam para fortalecer os vínculos comunitários, como a ajuda aos doentes da confraria, a reparação e a reconstrução de moradias danificadas nos incêndios, a ajuda a viajantes e peregrinos que partiam e chegavam a uma cidade bem como a organização de banquetes após os funerais, tradição remanescente do Ocidente pagão. O forte peso das associações religiosas na dinâmica social e espacial das cidades medievais devia-se à grande importância da religiosidade na configuração das relações sociais na Idade Média.

O sentido principal dessas reuniões religiosas e sociais era dado pelas relações de vizinhança, pela proximidade no espaço. Nas cidades, as confrarias, já em sua origem, constituíram bairros fechados, agrupando-se em torno da igreja mais próxima, sendo que em muitas cidades foram construídas muralhas para separar esses grupos coesos, praticamente isolados em seus territórios. É esse quadro de relações que nos permite compreender a importância e a repercussão prática e simbólica da constituição das milícias para defender os agrupamentos sociais e espaciais do bairro na sociedade da época, pois eram elas que representavam e individualizavam formalmente cada bairro. Além disso, o principal motivo do agrupamento próximo era

a relação familiar. A princípio, a existência de divisões internas nos espaços das cidades ocorreu, em primeiro lugar, devido às relações familiares, à convivência pela proximidade no espaço objetivada pelos membros da mesma família. Foram estas divisões que deram origem e sentido aos bairros das cidades medievais toscanas, pois elas garantiam a coesão e a identidade familiar. Esta unidade espacial serviu por sua vez de base para a organização dos assuntos de âmbito governativo. Já mostramos como as milícias urbanas eram compostas por grupos de cavaleiros representantes de cada bairro. Logo, às relações familiares somaram-se os laços de vizinhança, que completaram o quadro de uma fragmentação do espaço urbano.

Os laços de vizinhança adquiriram por sua vez um novo conteúdo e novas nuances com o desenvolvimento da atividade produtiva e do comércio. Com a prática crescente do comércio e da indústria¹² no espaço urbano, ao conteúdo anterior estritamente religioso e familiar das associações religiosas foi acrescentada a função de organização do trabalho e de hierarquização das atividades produtivas e empreendedoras, dando origem às corporações¹³. Assim, a seleção de seus membros estava associada à atividade profissional, hierarquicamente organizada, e à proximidade no espaço, o bairro. O agrupamento espacial por ofício ocorreu portanto a partir das relações de vizinhança e de parentesco (os parentes, como já dissemos, costumavam habitar próximos uns dos outros), sendo estas relações alimentadas pela prática religiosa. Segundo Jacques Heers, a constituição de bairros fechados nas cidades explicita a coesão dos clãs familiares na Idade Média, coesão à qual superpôs-se a hierarquia social e política, dando origem também a associações e bairros por camada social¹⁴, sendo que a estratificação seguia a princípio as determinações de sangue, ou seja, de ascendência familiar.

Mas devemos ressaltar ainda que um segmento importante da burguesia nos séculos XIII e XIV foi o pessoal administrativo. A cidade, antes de mais nada, teve

¹² É preciso esclarecer que não houve na Idade Média a indústria com o sentido da reunião de trabalhadores em um lugar destinado apenas para o trabalho, pois nesse período o trabalho era realizado em um espaço vinculado à casa do artesão. O termo indústria refere-se à realização da atividade artesanal destinada ao comércio (em muitos casos, o grande comércio).

¹³ Vale lembrar que o nome *corporação* é posterior à Idade Média. As associações medievais eram chamadas de *Chandelle* ou *Candaille* na França (uma referência à vela que iluminava as cerimônias religiosas e que simbolizava a devoção a Deus), *Grêmios* na Espanha e *Arti* na Itália.

¹⁴ O autor dá o exemplo da Sociedade das Portas (integrada pelos cidadãos comuns) e o da Sociedade das Torres (da nobreza urbana) que compunham dois bairros na Toscana.

estruturar um aparato de regulamentação e de controle das atividades nela realizadas que requeria a existência de um corpo de funcionários que trabalhassem para o funcionamento dos órgãos deliberativos (que começaram a aparecer no século XI). Na consolidação do poder das comunas este era um dado fundamental. Esta parte da população era tão expressiva que, por exemplo, em Florença, uma das corporações com maior poder político era a dos juizes e notários.

Para podermos compreender melhor a espacialidade da relação das corporações de ofício com a religiosidade no espaço urbano, gostaríamos de examinar o exemplo da cidade de Florença, onde a sede das corporações estava concentrada em sua parte central. Em primeiro lugar, por muito tempo, a maior parte das corporações não teve uma sede própria, sendo que seus integrantes reuniam-se para tratar de seus próprios assuntos nas igrejas, particularmente nas que estavam entre o *Mercato Vecchio* e a *Ponte Vecchio*. Este fato por si só já explicita a correlação imediata que existia entre a esfera religiosa e a esfera laica, a do mundo do trabalho, e que adquiriu portanto sua própria espacialidade. Mas é importante dizermos que a dissociação entre estes dois mundos, no entanto, foi um dos processos importantes que ocorreram nas cidades medievais: somente algumas das corporações mais importantes antes da metade do século XIII chegaram a ter uma modesta sede própria, mas, depois de 1300, muitas no entanto já possuíam. Entre aquelas que permanecem até os dias de hoje, lembramos a da *Arte della Lana*.

Para além da relação entre a religião e a organização em corporações na origem das mesmas, existiram outras formas de imbricação nas cidades medievais entre estas duas esferas. *Orsanmichele* é um bom exemplo de outras imbricações nos espaços das cidades entre o aspecto religioso e a dinâmica laica durante a Baixa Idade Média. O edifício foi construído em Florença com a função de ser o mercado e a loja para os grãos, mas a partir do final do século XIII o lugar começou a ser o destino de muitos peregrinos que vinham a *Orsanmichele* para ver uma imagem da Madona. Pessoas afluíam para a *loggia* com a intenção de rezarem e prestarem homenagem à imagem, transformando o edifício em um centro religioso, que se misturava com o mercado. Assim, de 1367 a 1380, Simone Talenti empreendeu obras para fechar as arcadas da loja e permitir que a função religiosa pudesse ser melhor abrigada. No final do século XIV, o mercado foi transferido e *Orsanmichele* assumiu na prática a função

de igreja das corporações. Podemos perceber assim que, se na origem das corporações estiveram as associações religiosas, no cotidiano da cidade esta associação sofreu novos estímulos, que reativaram o ciclo de relações a partir do marco espacial, no caso, a sede de uma corporação.

O caso de *Orsanmichele* também é um bom exemplo de um outro papel desempenhado pelas corporações de ofício: o patrocínio da arte pelos seus membros, pois elas estavam estreitamente vinculadas às manifestações artísticas da época, já que chegaram a constituir-se em uma das principais instituições da sociedade medieval urbana e nelas era grande o montante de capital circulante. O campanário da catedral e da sede da corporação de Orsanmichele, por exemplo, assim como de sua loja, foram decorados por grandes artistas da época, como o próprio Giotto. A importância da edificação de *Orsanmichele* reside também no campanário projetado por este artista. A torre, isolada, como era comum na tradição italiana, competia em altura (85 m.) com a torre de Arnolfo di Cambio (94 m.), superando a função de acessório da catedral para afirmar-se como uma estrutura simbólica, constituindo-se em um importante ponto de referência para os habitantes de Florença, pois podia ser vista tanto do chão como de todas as partes da cidade. Sua base era adornada com relevos e com uma refinada policromia (branco, verde e vermelho), e tinha uma verticalidade marcante, característica da época e da cidade. Sua concepção arquitetônica - linearidade da superfície e realização de desenhos organizados proporcionalmente - transformou-a em um dos maiores expoentes da arquitetura florentina dos séculos XII, XIII e XIV.

Dessa maneira, a participação dos artistas nas obras laicas e religiosas da cidade acabou por definir também um padrão urbanístico. Temos visto como foi marcante a constituição de uma verticalidade de um grupo de torres na configuração de uma estrutura simbólica que tinha a dupla função de demarcar o poder da cidade em seu conjunto, ao mesmo tempo em que demonstrava o alto grau de organização comunitária -religiosa e corporativa- conquistado pela sua população. Assim, antes da construção da cúpula de Brunelleschi, em Florença já existia na cidade uma "arquitetura urbana" própria, que serviu inclusive como uma forma de propaganda do poder e da coesão de sua população. Obviamente, o patrocínio das pinturas e das construções arquitetônicas por artistas considerados na época devia-se também ao

montante de riqueza que se localizava e se produzia na cidade e mais especificamente nas corporações de ofício, sendo que a consolidação de uma unidade arquitetônica da cidade foi um dos fatores importantes de sua afirmação como um dos principais centros da região Toscana. Esta unidade arquitetônica podia ser comprovada sobretudo se o observador se encontrasse na colina da qual se podia ter uma vista do conjunto urbano, que também servia para a constituição de uma imagem da cidade que expressava sua unidade política, econômica, jurídica e cultural. No caso de Florença, esta arquitetura caracterizava-se pela combinação no tecido espacial de edifícios volumetricamente amplos –os das grandes fábricas, sobretudo as de tecidos– com as torres verticais, das famílias gentílicas ou das associações religiosas e corporativas.

O edifício do *Palazzo Vecchio* florentino, que se tornou um edifício com uma presença relevante na então paisagem da cidade, também é um outro exemplo desse aspecto que acabamos de ressaltar. Sua construção foi planejada com cuidado e acabou sendo também uma das grandes obras-primas da arquitetura florentina. A concepção das dimensões e das proporções do edifício bem como a qualidade dos materiais empregados foram aspectos ressaltados pelos estudiosos. A própria construção de *Orsanmichele* e de outras grandes lojas de Florença do século XIV, sobretudo a da *Signoria* e do *Bigallo*, revelam, pela proporção das arcadas e pela clareza do desenho e das estruturas, que estas estavam em harmonia com a concepção espacial que havia sido afirmada no interior das grandes igrejas e das fábricas civis.

Para finalizar, no seio ainda do entendimento do papel das corporações na construção de uma nova realidade social e espacial na cidade medieval toscana, gostaríamos de ressaltar que, concomitante à definição de espaços públicos na cidade, como a praça e o palácio municipal, também consolidou-se nesse período uma nova medida do tempo devido, sobretudo, à crescente influência do mundo trabalho e do universo laico na dinâmica social urbana. Com o trabalho, cresceu a necessidade da percepção do tempo não apenas pelo transcorrer das estações do ano e dos intervalos entre o dia e a noite, como também pelo passar das horas, a medida do tempo de trabalho. Assim, no final da Baixa Idade Média, por volta do século XIV, foram criados e construídos os primeiros relógios mecânicos, colocados primeiramente nas igrejas e, posteriormente, nos palácios municipais. Esta medida do tempo passou a

conviver com o tempo da natureza e o tempo espiritual, e a cidade foi se regendo e se orientando, cada vez mais, pela divisão entre o horário do trabalho e o do repouso. Os relógios municipais passaram a ocupar um lugar central no cotidiano do homem medieval: nas praças públicas os relógios determinavam um ritmo cotidiano normatizado.

iv. Os excluídos: pobres, mendigos e doentes

Nosso quadro geral sobre a estrutura social preponderante nas cidades medievais toscanas não estaria completo se não mencionássemos a camada dos excluídos. Foi durante os séculos XIII e XIV que Racinet observou a origem do que mais tarde designariamos como plebe urbana. Ela era nesse período composta pela população pobre do campo, recém-imigrada na cidade, que não conseguia inserir-se no setor produtivo e comercial. Convivendo com o mundo dos “economicamente ativos” (artesãos, comerciantes, taverneiros, mão-de-obra qualificada ou não), cresceu nas cidades medievais o número de pessoas que não conseguiam participar da economia, sobrevivendo graças à ajuda das entidades de caridade da igreja ou dos parentes ou graças às esmolas dadas pela população citadina. Essas pessoas não trabalhavam nem dispunham de uma renda própria por duas razões: possuíam alguma deficiência física ou simplesmente não encontravam emprego.

O motivo do aumento da camada dos excluídos nas cidades medievais foi sobretudo o crescimento da migração do campo para a cidade. Sem dúvida, devemos considerar que seu número permanece uma incógnita nos estudos a respeito da Idade Média, pois eles não constavam nos mais diversos registros municipais e privados, pois tampouco realizavam contratos ou associações (Genicot, 1970).

Outro aspecto que deve ser considerado é o de que, com o crescimento da pobreza nos finais da Idade Média, consolidou-se nas cidades uma certa atitude que tendia a diferenciar os pobres “vagabundos”, que eram vistos como aqueles que não queriam trabalhar, e os pobres sacrificados por algum infortúnio na vida, que queriam inserir-se no mercado de trabalho mas que não encontravam espaço, muitas vezes porque possuíam alguma deficiência física. Desde sempre, a Igreja foi a principal instância que se dedicava a cuidar destas pessoas através de ações de caridade. No

entanto, de todo modo, a pobreza nos séculos XIII e XIV consolidou-se paulatinamente como uma questão mais social do que puramente religiosa. Observou-se então uma maior especialização dos estabelecimentos destinados a cuidar da camada excluída, como, por exemplo, o surgimento de instituições voltadas para acolher as crianças abandonadas e as mulheres grávidas carentes ou para cuidar de enfermos¹⁵.

O perfil das estruturas de hospedagem e de cuidado de doentes, os chamados hospitais, que na Idade Média agrupava toda a camada dos necessitados e não apenas os doentes, foi basicamente o mesmo em toda a Itália norte e central: eram instituições que prestavam assistência aos desprotegidos através sobretudo da caridade e caracterizaram-se por serem quase sempre religiosas, variando este dado dependendo da força das instituições municipais de cada cidade.

Outro dado fundamental do processo de configuração das camadas sociais nos séculos XIII e XIV é o de que a pobreza era muito mais evidente nos espaços urbanos, pois no campo ela era a condição habitual da imensa maioria da população. A pobreza era a situação econômica normal dos servos da gleba, ligados por vínculos de servidão a uma terra que pertencia a um senhor feudal e que lhe dava apenas o necessário para a sobrevivência. No entanto, nas cidades em florescimento, onde se estava desenvolvendo um novo sistema econômico baseado na indústria e no comércio, sustentado pela circulação de moedas, os contrastes eram maiores entre aqueles que conseguiam sua fortuna e aqueles que eram condenados à exclusão. Além da diferenciação do poder aquisitivo entre a camada mais alta e a mais baixa da população, o pobre na cidade tinha que conviver com o sentimento de desenraizamento da terra, já que a maioria dos pobres urbanos eram constituídos pela massa da população camponesa expulsa do mundo rural. O camponês pobre, por sua vez, ao menos sentia-se ligado pessoal e tradicionalmente à terra onde trabalhava, seu espaço era considerado como quase inerente à sua própria personalidade; na cidade, o pobre padecia inclusive da ausência deste sentimento de pertença e identificação com um espaço. Além disso, na cidade, os pobres eram o segmento populacional mais atingido pelas épocas de fome e pela especulação na venda dos alimentos nas cidades.

¹⁵ Apareceram também nesse período as primeiras casas que acolhiam pessoas apenas mediante pagamento, uma espécie de casa de retiro para os burgueses.

No campo, o camponês pobre podia lutar para produzir uma pequena quantidade de alimentos, enquanto que na cidade ele estava distante do meio necessário para a sua sobrevivência, podendo apenas contar com a caridade humana e religiosa.

Vale ressaltarmos também que, de todos os excluídos, os que apresentavam as piores condições de vida eram os leprosos. Aflitos por uma doença que conduzia lenta e inexoravelmente à morte, os leprosos eram marginalizados por uma sociedade que desconhecia seu método de cura, padecia de poucos recursos para a higiene pública e, por isso, temia enormemente o contágio. O leproso via-se condenado a uma vida de pobreza, não podendo exercer nenhum tipo de trabalho, e de solidão, pois alijado do convívio social, podendo, no máximo conviver com outros doentes. A lepra marcava por completo a vida do indivíduo, afastava-o da sociedade, obrigava-o a morar longe dos núcleos urbanos ou dos locais frequentados por pessoas sadias e limitava-o a viver da caridade da população até o momento de sua morte.

Em alguns casos, a camada marginalizada da vida econômica, política e social da cidade tornou-se protagonista de alguns movimentos sociais. Um caso emblemático foi o da cruzada pregada por Pedro o Eremita (1095), que congregou um grande número de pobres e dirigiu-os até a conquista dos Santos Lugares. De igual modo, os movimentos heréticos acharam nas camadas mais humildes das cidades uma boa fonte de seguidores. Esse foi o caso, por exemplo, da heresia valdense, que se espalhou sobre tudo na Itália septentrional. Na Toscana, no entanto, há poucas notícias de rebeliões populares contra a situação de pobreza, pois a associação coletiva, praticamente durante toda a Idade Média, geralmente padecia de um cunho político, no sentido da manifestação popular social. O mais comum era a organização em torno de movimentos religiosos, que defendiam, geralmente, o desenvolvimento, pela igreja, de novos valores espirituais, como a valorização da caridade, por exemplo, pois a pobreza estava associada nesta época mais a questões de ordem individual, espiritual, do que a problemáticas sociais e práticas.

Assim, na Toscana, considerando que o problema da miséria não constava entre as questões prioritárias dos governos municipais, a única entidade assistencial que existia nas cidades era a Igreja. Com escreve Mollat, já desde a Alta Idade Média o bispo consagrou-se como o “pai dos pobres”. A atuação episcopal em benefício dos excluídos dividiu-se então em dos âmbitos: o espiritual e o material. No campo

espiritual, o bispo dava apoio moral às pessoas de condição humilde, por meio de sermões sobre a vida de Jesus, o Juízo Final, a bondade de Deus e o paraíso do Céu para os oprimidos, além de defender e pedir esmola entre as camadas mais favorecidas como a maneira do homem rico desfrutar de uma das virtudes cristãs, a caridade. No âmbito material, por sua vez, a Igreja efetuava a distribuição periódica de alimentos, como trigo, vinho, toucinho, peixe, azeite, queijo e legumes aos pobres, o que sem dúvida amenizava a mísera situação dos indigentes.

A partir do século XII, e principalmente do XIII, entretanto, os pobres, de alguma forma, foram mais favorecidos, pois consolidou-se um sentimento de piedade entre a burguesia. O desejo de imitar Cristo e de ganhar o paraíso eterno após uma vida de pecado fez com que muitos comerciantes, chegada a hora de sua morte, doassem boa parte dos seus bens aos pobres, como uma forma de redenção. Alguns inclusive foram mais longe e, movidos pelo ânimo de levar uma vida humilde e tentar assim aproximar-se à figura do Salvador, deram todos os bens em vida e empreenderam uma vida de pobreza (Mollat, 1989). Este conceito de “salvação da alma através da pobreza” foi uma idéia presente em alguns movimentos heréticos, como os de valdenses e albigenses, mas também foi o fundamento das ordens religiosas mendicantes, tal e como será exposto mais adiante.¹⁶ Gostaríamos de mencionar aqui somente que as ordens mendicantes tiveram um papel importante na articulação de um regime assistencial para as classes marginalizadas a partir do século XIII.

Devemos ainda registrar que as peregrinações a Roma, Santiago e Jerusalém e as Cruzadas contribuíram para ampliar a oferta assistencial da Igreja. Ao longo dos caminhos que levavam aos centros de peregrinação criaram-se centros de acolhida de peregrinos, onde lhes eram oferecidos hospedagem, comida e auxílio médico, se necessário. Na Toscana abriram-se vários destes centros em diversos pontos da estrada Francigena, como o hospital localizado na cidade de Siena e o de Alopascio.

Não ficaria completo este quadro da estrutura social toscana se não mencionássemos o fato de que a sociedade desta época era uma sociedade masculina. Em Florença, inclusive no período do Renascimento, as possibilidades de uma mulher

¹⁶Há de se notar que a pobreza era entendida como purificadora do espírito desde os tempos do cristianismo primitivo. Este conceito está na base do movimento eremita e também do monacato.

adquirir a independência e personalidade jurídica autônoma era mais remota que nas cidades de Colônia ou Paris. Uma atividade profissional feminina de alto escalão e independente, como comerciante, mercadora ou testa de uma corporação, era impensável. O papel das mulheres nas camadas inferiores era o de contribuir na renda familiar como tecelã ou fiadora assalariada e, nas camadas abastadas, dedicar-se a cuidar da casa e dos filhos, instruir-se, lendo obrigatoriamente o Virgílio, por exemplo, e engrandecer o prestígio social da família, vestindo-se suntuosamente e adornando-se com belas jóias.

v. A cidade como catalizadora da mobilidade social

Como temos visto, as cidades medievais toscanas nos séculos XIII e XIV consolidaram-se paulatinamente como um território de proteção comunitária, pois seu governo e sua elite dominante empenharam-se em organizar as milícias urbanas para a defesa da população e, baseada na autoridade comunal, sedimentou-se a visão da cidade como um espaço mais resistente às pressões e invasões externas. Dessa maneira, esta visão da cidade como um marco de proteção, devido também às estruturas de acolhimento que ela possuía, exerceu maior atração ainda frente à população que se encontrava isolada nos domínios feudais e jogadas à própria sorte. Assim, tanto nos períodos de expansão e desenvolvimento, quanto nos períodos de recessão e de perigo iminente de guerras e invasões, acirradas no Ocidente no século XIV, o meio urbano suscitou espessas ondas de migração em sua direção.

Devemos considerar também que, com o desenvolvimento do comércio e da indústria, a cidade passou a ser o *locus* principal das oportunidades de ascensão social e econômica, pois a liberdade dos habitantes citadinos repercutia em uma maior mobilidade para inserir-se num mercado de trabalho em expansão. O crescimento da camada livre da sociedade no espaço urbano refletiu e redefiniu uma nova dinâmica social, que passava a ser quase uma exclusividade dentro do cenário estático e estamentário da sociedade estritamente feudal. Assim, a cidade medieval toscana constituiu-se nos séculos XIII e XIV como uma unidade territorial muito mais rica em possibilidades do que os domínios do campo.

Dentro desse perfil, poderíamos caracterizar melhor as cidades da Toscana segundo suas funções e as realidades sociais que estavam associadas aos contextos espaciais específicos. Referimo-nos ao fato de que, por exemplo, as cidades que possuíam eixos de comunicação observaram a potencialização das atividades industriais e comerciais em seus domínios. Havia os eixos terrestres e os fluviais: Florença encontrava-se à beira do Rio Arno, o que facilitava e possibilitava o intercâmbio comercial e cultural entre ela e várias cidades da Toscana; Siena sofreu um rápido desenvolvimento por constituir-se em ponto de parada para os viajantes e comerciantes que transitavam na estrada Francigena para ir de Paris a Roma, e Pisa destacou-se pelas suas atividades portuárias, pois o mar conectava-a a uma ampla rede de mercados nacionais e internacionais. Analisando este último caso, vemos como os grandes portos marítimos, ávidos por mão-de-obra para o transporte ou para compor as tripulações, exerceram uma atração populacional local e regional. As oportunidades oferecidas no mercado além-mar, associadas à importante exportação de uma parte da produção toscana, atraíram para Pisa uma parcela grande da mão-de-obra que estava ociosa no campo.

O desenvolvimento político e econômico das cidades medievais fazia com que, por sua vez, tanto nas oficinas como nos canteiros de construção das grandes catedrais ou dos palácios públicos ou privados quanto nos arsenais dos grandes portos marítimos, que requeriam trabalho na construção de navios, na manutenção, no trabalho a bordo, surgissem e se incrementassem as oportunidades de trabalho, que, mesmo assim, dificilmente conseguiram ser totalmente supridas¹⁷. Dessa maneira, por meio do trabalho e da aprendizagem nas oficinas, propostos a todos aqueles que não estavam satisfeitos com as oportunidades oferecidas no campo, a cidade medieval toscana criou uma dinâmica promocional que mesclava muitas vezes as camadas sociais, originando assim um fator de renovação social, que por sua vez estimulava o processo de dinamização da hierarquia social.

Devemos compreender também que no meio urbano desenvolveu-se uma tendência de fusão social, vale dizer, de uma maior estandardização e “massificação” de comportamentos sociais. Referimo-nos por exemplo ao mimetismo que acabou

¹⁷ Muitos dos trabalhadores nos portos eram temporários: moviam-se para trabalhar tendo como centro fixo seu lugar de origem, ou tornavam-se itinerantes, deslocando-se de porto em porto.

ocorrendo da classe média italiana com o modelo nobiliárquico e cavaleiresco, ou seja, verificou-se uma certa simbiose do patriciado e dos “povos menores”, que passaram a demonstrar uma certa atitude aristocrática comum, além de causarem uma certa homogeneização da imagem de seus habitantes e de sua unidade sócioespacial.

As implicações culturais desta atração são consideráveis em seus diversos níveis. O cosmopolitismo advindo do recebimento de populações com diferentes destinos, seja para viver na cidade seja para trazer em seu território certos produtos para o comércio, fez também da cidade nesse período um centro de aglomeração e maior diversificação sócio-cultural. O cosmopolitismo por sua vez favorecia a migração graças aos contatos étnicos e culturais que os emigrados mantinham com suas terras de origem. Por outro lado também, a função política do meio urbano exerceu uma pressão frente à elite dominante da sociedade feudal no sentido de atraí-la a participar da vida cidadina, já que, como vimos, a moradia na cidade passou a representar inúmeras vantagens para uma parte dos nobres. Trata-se neste caso de um outro tipo de migração, que exerceu de todas as formas uma influência social e demográfica importante no sentido de incrementar e diversificar a população urbana.

Não se pode dizer, no entanto, que o mundo da cidade constituísse nada mais que alguns enclaves no seio da sociedade feudal, pois esta dedução corresponderia a eliminar os contatos e a influência que a cidade tinha na transformação da sociedade feudal e vice-versa. O que sim defendemos é que, pela transmissão dos padrões sociais, pelas promoções e transformações que oferecia, tanto através do campo profissional quanto através de alianças matrimoniais, que incluíam estratégias de parentesco e linhagem, muito mais comprometidas com o meio urbano, no espaço urbano observou-se uma tendência ao desenvolvimento de formas novas de mobilidade social e de aceleração da transformação social, que até então eram desconhecidas na dinâmica feudal de produção da terra. Para o setor da população identificado como mão-de-obra não qualificada, trabalhadores e artesãos das corporações médias e pequenas e para aqueles do *contado* que migravam famintos para a cidade, a conjuntura urbana acenava, sem dúvida, com maiores possibilidades de trabalho (Beuys, 2000). Este fenômeno causou um conflito cada vez mais considerável da cidade em relação ao campo, sem que ela tenha cortado totalmente os laços com ele. O fenômeno de acumulação econômica, cultural e política que constitui

a essência da vida coletiva, nas solidariedades de bairro ou de outro tipo, permitia exercer pressões eficazes contrárias à dispersão e ao isolamento do meio rural. Nesse contexto podemos compreender a frase: “*O ar da cidade te faz livre*”¹⁸. A cidade medieval não poderia deixar assim de crescer como um foco de atração populacional.

Poderíamos caracterizar assim o mundo urbano medieval como um espaço onde se gerou uma nova mentalidade. O homem da cidade caracterizava-se pelo seu ânimo e espírito empreendedor e por nutrir um certo gosto pelo que se mostrava arriscado. A ascensão social era relativamente constante: os *migliori*¹⁹ podiam chegar ao poder, sobretudo aqueles que contavam com uma certa dose de oportunismo. As pessoas das cidades, comprometidas nas relações sociais e nas suas atividades, estavam também em contato com o exterior: seu horizonte era mais vasto e seu conhecimento sobre as notícias e novas invenções era muito mais amplo, desenvolvendo em seus habitantes uma valorização particular pelo conhecimento e pela investigação. Para finalizar, na cidade cada pessoa tinha suas próprias responsabilidades e, neste sentido, para Racinet (1996), o meio urbano era um foco de individualismo, pois seus habitantes usufruíam de maiores possibilidades de ocuparem os postos de trabalho de seus vizinhos, dando origem a uma certa situação de incerteza. Esta seria a explicação, segundo o autor, para o fato das principais formas de associação, como a confraria e as corporações, terem sido objeto de um desenvolvimento muito mais intenso nos espaços urbanos do que no campo. No meio rural, os indivíduos sentiam-se mais seguros, possuindo a segurança de um lugar pré-estabelecido e fixo na hierarquia social, enquanto que na cidade a dinâmica comercial e urbana tornava a organização social, num certo sentido, mais instável.

Florença é um bom exemplo das influências pró-crescimento urbano que foram fruto da diversificação populacional e da abertura da cidade para receber novas dinâmicas. Ainda que limitadamente, em Florença consagrou-se uma realidade marcada pela diversificação produtiva, comercial e social, fato que fez com que a cidade assumisse um papel preponderante naquela época, que, era de certa maneira,

¹⁸ “*El aire de las ciudades te hace libre.*” Racinet, Philippe; Jehel, Georges. *La ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos V-XV)*. Barcelona, Omega, 1996, pg. 166.

¹⁹ *Migliori* era o nome dado aos membros da aristocracia urbana, ou seja, as famílias que controlavam o poder nas comunas italianas. O termo deriva da tradução para o italiano do conceito aristotélico de aristocracia, o governo exercido por poucos a favor do bem comum.

na intensidade que acontecia nesta cidade, algo inusitado no mundo de então. Ali, como já vimos, a inquisição interveio menos que em outras grandes cidades; os artistas estrangeiros foram sempre muito bem-vindos, ao contrário do que ocorria em Siena, onde, por exemplo, eles somente podiam trabalhar se pagassem uma taxa à comuna. Arnolfo di Cambio, escultor e arquiteto do Duomo florentino, ou Giotto, vinham de fora da cidade e mesmo assim gozaram de alta reputação e honra. Esta abertura foi uma semente plantada pelo desenvolvimento da atividade industrial e política na cidade e repercutiu em seu crescimento e desenvolvimento enquanto um pólo econômico e político da região da Toscana.

Com as repercussões do crescimento econômico e do aumento das cidades toscanas, observou-se também na cidade uma mudança do sentido do trabalho para o homem medieval, decorrente em larga medida do novo papel que ele passou a desempenhar no processo produtivo que se desenvolvia na cidade e que logo se caracterizou por seus elevados níveis de especialização, sobretudo no caso da indústria da lã. Esse fato foi potencializado pelo crescimento das atividades comerciais e, como temos visto, conseqüentemente das cidades, e significava que, à diferença do que ocorria no campo, o trabalhador urbano passava a desempenhar uma função específica dentro do processo produtivo, no qual sua atividade estabelecia-se em relação à tarefa desenvolvida pelos agentes das outras esferas do sistema econômico.

O trabalhador claramente vivenciava o fato pela experiência de seu trabalho estar sempre vinculado ao trabalho realizado por outros artesãos, no processo segmentado de produção, e pela dependência em relação ao nível de demanda dos compradores. De um lado, cada trabalho dependia da expectativa do mercado e dos objetivos políticos e comerciais da classe dominante para poder efetivar-se e ter um *valor*, diferentemente da dinâmica da auto-subsistência que predominava no feudo. De outro, o trabalho inseria-se em um processo produtivo mais amplo, porque estava mais especializado e porque a dinâmica social era mais complexa. Devido a esses fatos, o trabalho passou a ser visto como um meio possível para a sobrevivência, deixando de significar a condição ou a tarefa natural para o homem realizar, como acontecia no campo. No processo, a auto-subsistência deixou de ser algo *imediato*, já que o dinheiro passou a mediar as relações de produção, desvinculando o trabalhador

do produto final. Nesse sentido, o trabalho ganhou uma dimensão eminentemente social, porque inserido e dependente das relações de produção e dos mecanismos de controle político-sociais para efetivar-se.

Assim, podemos dizer que a atividade do artesão chegava a se opor em determinados momentos à atividade do camponês, que vivenciava, como dito, no seu dia-a-dia, a busca pela auto-suficiência, fechado como estava na propriedade feudal e sem ter seu trabalho inserido num processo produtivo especializado. É nesse contexto também que podemos compreender porque nos séculos estudados originou-se o que chamaríamos mais tarde de plebe urbana: uma ampla camada de artesãos ou trabalhadores que desempenhavam trabalhos pequenos e mal remunerados.

Especificando melhor, duas transformações marcaram a realidade própria das cidades medievais. Uma delas seria a da passagem, no espaço urbano, do trabalho de uma *condição* para um *contrato* social. Ou seja, se antes o servo acreditava que o trabalho era uma obrigação quase espiritual ou religiosa, na Baixa Idade Média, o trabalho realizava-se com base em um acordo: a prestação temporária de um serviço ou uma tarefa previamente estabelecida. Outra transformação seria a novidade do sistema comercial que deixa de ser o da troca e passa a ser o do dinheiro (Mumford, 1965). Ambos os movimentos estiveram, como não poderia deixar de ser, social e historicamente vinculados. Portanto, a divisão do trabalho instaurada com a economia comercial, baseada sobretudo na troca e na busca de desenvolvimento tecnológico e produtivo para efetivá-la e maximizá-la, transformou o sentido do trabalho, que, de constituir-se na razão central da vida, como se fosse uma predestinação, passou a ser um meio de vida, processo também fruto da mudança ocorrida na religiosidade.

Para explicarmos melhor esta afirmação, devemos lembrar que o início da Idade Média, como já visto, havia sido caracterizado pela destruição da antiga estrutura social instituída pelo Império Romano e pela profunda crise econômica e política que derivou desse fato, conjuntura que parece ter deixado o homem desse período como que envolto por uma atmosfera de rendição e luto. A sociedade era movida por uma religiosidade profunda, cuja base consistia na crença em um Deus onipotente e justiceiro, um Deus desprovido de sentimentos humanos, como a piedade e a compaixão, e que não dava a possibilidade aos homens senão da resignação frente a uma ordem celestial onipresente. Era essa a mentalidade e a concepção de vida que

predominavam nos tempos da Alta Idade Média. Assim, a vida terrena, essencialmente estática, numa sociedade sem a divisão do trabalho, aparecia apenas como um reflexo do mundo celestial e não continha em si mesma uma liberdade de ação ou a possibilidade da realização de buscas individuais, pois estava atada a estritos valores morais que amarravam o homem a uma rede de costumes fixos e estabelecidos. O medo de castigos, provações e penitências era perene, porque as relações estavam previamente determinadas pelos hábitos e costumes. O trabalho nesse contexto significava a sobrevivência e representava uma atividade à qual o homem estava destinado, como se fosse uma maldição. Em muitos casos, aparecia enquanto um dever instituído por Deus para exorcizar o mal que o rondava. No entanto, vimos que a conotação à qual o trabalho havia estado vinculado durante a Alta Idade Média, assim como escreve Le Goff, transformou-se: "*O trabalho-penitência, o trabalho castigo da Alta Idade Média, concepção nascida de uma leitura bíblica focalizada no Gênesis e na queda, cede lentamente lugar à idéia de um trabalho útil aos homens, capaz de conduzir os trabalhadores à salvação.*"²⁰

Assim, como estamos vendo neste capítulo, no processo de organização e criação do espaço urbano na Toscana, a hierarquia social transformou-se substancialmente. Neste caso, a atividade da indústria e do comércio têxteis constituíram a base principal sobre a qual as relações sociais criaram-se e produziram sua espacialidade. A presença dessa hierarquia social no espaço revelou-se também de uma forma muito evidente, tendo sido inúmeros os marcos espaciais construídos pela sociedade urbana: a muralha, o palácio público, a igreja, a praça e, finalmente, as torres patricias, que até hoje são identificadas como o principal símbolo da região toscana. No item seguinte deste capítulo, trataremos desses marcos espaciais e traremos imagens contemporâneas de uma paisagem que resgata o passado medieval. As pinturas de Giotto e Lorenzetti parecem evocar estas imagens preservadas ao longo dos séculos.

²⁰ Le Goff, *O apogeu da cidade medieval*, (Trad. Antonio de P. Danesi). São Paulo. Editora Martins Fontes. 1992, pg. 101.

c. A produção do espaço nas cidades toscanas

i. Formas de governo

Tendo em conta a diversidade das origens e as circunstâncias nas quais se formaram os sistemas de governo nas cidades do centro da Itália, como Pisa e Florença, não parece possível desenhar um único esquema do conjunto das estruturas municipais e da tipologia político-administrativa que configuraram as comunas. Mesmo quando encontramos uma terminologia que costuma ser idêntica, esta abarca realidades geralmente um pouco diferentes (Racinet, 1996). Tentaremos, no entanto, denominar as principais autoridades que governaram as cidades medievais toscanas e suas competências.

A primeira magistratura comunal foi chamada de *Consolato*, sendo a partir de então que se formou a comuna enquanto uma instância jurídica (Pisa, 1081; Siena, 1085; Arezzo, 1098). Dentro das novas normas *sóciopolíticas*, o poder residia no *Parlamento* ou *Arengo*, uma assembléia geral dos *cives*, que eram os cidadãos dotados de poder público. O *Parlamento*, no geral, nomeava os *consoli*, que eram auxiliados, para desempenharem as funções governativas, por um restrito conselho, o *Consiglio di anziani*, chamado também de *Credenza*. Vale lembrar que o pedido de liberdades mais amplas por parte dos governos comunais não significou que as comunas não reconhecessem a autoridade do bispo e do imperador, mas que estas tinham o intuito de requerer junto a estes o poder de escolherem seus próprios magistrados (Gatto, 1995). Assim, mesmo com a instituição das comunas, as funções governamentais e administrativas das cidades italianas eram desempenhadas por duas instâncias básicas de poder: um detentor do poder executivo, como o bispo, o conde, ou o *Podestà* e uma estrutura colegiada, o parlamento ou o *arengo*.

A história das instâncias governativas das comunas toscanas é comumente dividida em três períodos. Na primeira fase de consolidação do poder comunal, foi importante o chamado *Governo dei Consoli*. Idealmente relacionado à tradição da

Roma republicana, formou-se nas cidades um colégio consular, que variou no número de membros, na forma de eleição de cidade para cidade e no período das mesmas, sendo que os mandatos tinham a duração de um ano. Essa variação é entendida como uma prova de que a nova forma de governo permaneceu um pouco indefinida durante suas primeiras décadas. Entretanto, ainda que houvesse esta variação, o mesmo não acontecia com a definição das competências dos *consoli*: elas foram sempre de caráter executivo e judiciário. Assim, mediante juramento no início do mandato, eles assumiam as seguintes responsabilidades: tutelar o bem da cidade e das suas instituições políticas e religiosas, prover a segurança e a defesa comum e resolver os problemas locais. Dessa forma, eles trabalhavam para manter a ordem pública, tendo como tarefa o controle dos setores-chave da economia da cidade, como assegurar a provisão de alimentos para a população, proporcionar as trocas, cuidar dos meios de transporte e regulamentar as atividades produtivas.

Os *consoli* eram geralmente eleitos por uma assembleia. A esta podia aceder apenas uma parte da população urbana: os membros da família que haviam lutado para a constituição da comuna, os proprietários de terras, os ricos comerciantes e os artesãos. O resto da população estava completamente alijado da vida política da cidade.

Entre a assembleia que elegia os *consoli* e os mesmos, com o tempo, foi criado o *Consiglio*, que aos poucos tomou o lugar do antigo *Parlamento*. Este não desapareceu, mas foi relegado a um plano apenas formal, o de ratificar as decisões tomadas pelo *Consiglio*. Na maioria das cidades ainda estabeleceram-se dois *Consiglio*, o maior e o menor: o primeiro contava com muitos membros, chegando às vezes a ter por volta de cem, e tinha um poder deliberativo; já o segundo devia auxiliar os *consoli* no exercício do poder executivo.

A segunda fase marcante de organização do governo comunal iniciou-se no início do século XIII quando, após ter obtido reconhecimento legal do imperador, as comunas puderam dedicar-se mais a especificar e consolidar melhor suas instâncias governativas e legislativas. Dessa forma, se durante os séculos XI e XII as comunas não possuíam estatutos que regulamentavam claramente as normas da cidade, a partir desse período os governos estipularam seus estatutos governamentais, delineando assim um verdadeiro modelo normativo de convivência civil.

Os responsáveis por redigir as normas estatutárias eram geralmente doutores em direito e jurisprudência, homens com experiência que estavam a disposição das comunas também para redigir com frequência novos estatutos ou as mudanças que eram feitas para readaptar as leis aos contextos políticos e sociais que estavam em permanente transformação, tal era a mutabilidade da dinâmica política e social daquela época, o que por sua vez demonstra o grau de complexidade das relações sociais e da organização da vida coletiva que as cidades chegaram a ter no século XIII. Os magistrados dedicados a essa tarefa jurídica deviam assim enquadrar, de maneira apropriada no ordenamento jurídico em vigor, as instâncias político-institucionais, sociais e econômicas produzidas em uma situação de constante movimento.

Um outro fato que marcou a segunda fase de organização comunal foi o surgimento do *Podestà*. De um governo caracterizado pela força de um colégio nas decisões políticas, passou-se para uma comuna com seu poder centralizado em uma autoridade única, um funcionário que concentrava todo o poder executivo. O *Podestà* foi um passo importante da organização comunal no sentido de tentar que o poder público obtivesse maior independência dos interesses políticos das famílias mais influentes e dos conflitos que eram gerados dessa situação de permanente embate e lutas sociais. Tal independência estava relacionada à principal prerrogativa do *Podestà*: ele devia ser estrangeiro, para que não fosse influenciado por seus vínculos familiares ou pessoais com a população da cidade. Sua criação derivou assim de uma necessidade de uma representação que tivesse um maior distanciamento em relação aos interesses locais mais imediatos. Dessa forma, se a comuna consular não se pautava em um conjunto de regras previamente codificadas e sim em um instável entrelaçamento de normas provisórias definidas segundo as relações de força vigentes na sociedade, a comuna do *Podestà* destacou-se por uma maior autonomia das suas instituições e de suas responsabilidades políticas (Occhipinti, 2000). Tal autonomia adquiriu, no decorrer do século XIII, uma importância progressiva, pois, com o desenvolvimento das cidades, as tensões e os conflitos acirraram-se com a emergência de novas personalidades no cenário social. Estes eram grandes mercadores e operadores financeiros enriquecidos, antigos proprietários feudais que se deslocavam para as cidades e artesãos que se enriqueciam ao combinar sua atividade produtiva

com interesses fundiários. Este novo setor social, externo à antiga camada dominante, exercia pressão e empreendia esforços para entrar e interferir nas decisões políticas.

A criação do *Podestà* deve ainda ser entendida dentro de uma relação intrínseca com o crescimento das cidades e dos órgãos municipais: o governo comunal via-se diante da necessidade de tomar decisões e medidas mais rapidamente, já que com a estrutura colegiada a reunião de todos os membros e a chegada a um consenso implicava em um processo muito mais demorado. A autoridade do *Podestà* representou, portanto, uma tentativa da comuna de adequar o sistema governativo à dinâmica sempre mais ágil e complexa das cidades, que trouxe a necessidade de maior velocidade na tomada de decisões.

As incumbências do *Podestà* eram basicamente duas: representar a cidade em seus assuntos externos e garantir a paz urbana. Ele vivia em uma casa alugada e devia escolher pessoalmente seus funcionários mais próximos, devendo estes também serem estrangeiros. Pode-se especificar melhor suas funções dizendo que seu papel era, em primeiro lugar, tornar operativas, através de atos concretos, as deliberações do conselho. Assim, ele desempenhava um importante papel político-institucional: presidia as reuniões do conselho, contribuindo para definir as principais linhas do governo; coordenava os escritórios municipais e realizava decretos com valor de lei. Além disso, o *Podestà* encarregava-se de administrar a justiça, comandar as milícias e cuidar para que os acordos civis fossem cumpridos. Por isso, tinha também como tarefa cuidar para que as instituições desempenhassem bem suas funções, manter a ordem pública, inspecionar a manutenção da infra-estrutura, relativa a estradas, pontes, canais etc, e regular o desenvolvimento urbanístico.

Ainda que com o *Podestà* a estrutura dos governos tenham se alterado, este fato não significou um rompimento com a estrutura do conselho, pois este não foi eliminado e continuou interferindo nas questões públicas. Além disso, sabe-se que houve nas cidades uma tentativa de fazer a transformação na hierarquia política de forma gradual, sem romper com uma tradição organizativa que já havia se delineado nos dois séculos de constituição das comunas. No decorrer do século XIII, cada vez mais o *Podestà* tornou-se um profissional empenhado em tempo integral a gerir a esfera pública urbana, podendo fazer sua própria carreira e estar à frente da organização comunal de várias cidades em períodos diferentes.

O aspecto mais relevante do surgimento do *Podestà* para o entendimento do processo de produção das cidades medievais toscanas talvez seja a consituição de uma rede de relações políticas inter-comunais que ele empreendeu. Na maioria dos casos, o *Podestà* era escolhido pelo Conselho, por meio do voto, depois de uma lista de candidatos ao cargo ter sido sorteada. O interessante é que em muitos casos o conselho indicava a cidade de proveniência do *Podestà*. O fato de o conselho de cidadãos indicar o nome da cidade de onde o *Podestà* deveria provir expressa a preocupação crescente das elites dominantes cidadinas na promoção de alianças com outras cidades. Observou-se que se formaram lugares preferenciais de recrutamento dos *Podestà* e através de fluxos de funcionários, geralmente itinerantes, pois a cada ano era eleito um novo *Podestà*, ganhou corpo, gradualmente, um sistema de relações entre cidades, que favorecia a influência das cidades mais potentes. Na região da Toscana, predominaram os *Podestà* provenientes de Milão; em toda a região da Itália comunal o mesmo ocorreu. Este fato denota a forte ascendência milanese na Toscana, mas, sobretudo, demonstra como uma rede de relações inter-urbanas foi tecida concomitantemente ao processo de crescimento e desenvolvimento das cidades e de seu corpo social, econômico e político. O desenvolvimento das economias urbanas não acontecia sem a construção de laços e relações entre as cidades emergentes, o que também veio acompanhado da criação de alianças e disputas políticas entre as mesmas.

Ainda no que diz respeito ao entendimento da rede de relações entre as cidades medievais toscanas, devemos considerar também que a consolidação do governo comunal foi acompanhada de uma crescente capacidade de gestão e de controle da elite política sobre todos os assuntos de ordem pública das cidades, que, a partir do espaço urbano, e tendo este como seu centro, procurou irradiar-se pelo território circundante e dispor de poder sobre os habitantes do *contado*. Em seu esforço de expansão para além dos espaços urbanos, as comunas tiveram que enfrentar os poderes rurais locais e o das comunas limítrofes. Assim, com os governos comunais tentando ampliar seu raio de atuação, originou-se uma série de longos conflitos inter-cidadinos e de processos de submissão das cidades mais fracas às mais fortes, como no caso da invasão e conquista da cidade de Siena por Florença.

No processo de crescimento das cidades, de sua população e de sua capacidade organizativa, delineou-se um outro movimento: a transformação permanente das camadas sociais, que foi o fator principal de desestabilização da ordem governamental pautada na figura do *Podestà*. Este movimento transformatório culminou no terceiro período da história das organizações comunais na Toscana, definido como o momento de criação e ascensão de uma nova autoridade: o *Capitano del popolo*. Ele também era, obrigatoriamente, um estrangeiro. Em meio às lutas por poder na comuna ele tinha a tarefa de garantir o respeito à constituição e aos novos direitos dos cidadãos e, quando necessário, comandar as companhias militares nas guerras (Beuys, 2000). Mas para compreendermos a novidade social e política que veio acompanhada de sua aparição devemos aprofundar a questão do surgimento da camada do *popolo*.

Esta denominação é válida, durante a Idade Média, apenas para a sociedade urbana italiana. Sua origem reside, primeiramente, no seio das agrupações que deviam opinar nas responsabilidades políticas durante os séculos XII e XIII: certas *societates populi* que serviam como apoio aos *consilia populorum*, um conselho cujo papel era o de eleger os responsáveis pelas magistraturas e pelos cargos públicos. Nas assembleias que ocorriam dentro desta instância não participavam apenas membros da aristocracia ou da nobreza, e é neste sentido que o termo *popolo* surge para designar uma fatia da vida política da Itália central que não era formada em sua maioria por membros da nobreza. Em Florença, por exemplo, vemos como a instituição representativa da nobreza estava separada da representação do *popolo*: na primeira república, estavam excluídos do *Consiglio degli Anziani* os membros da nobreza da cidade, que tinham reservas perante o governo e a constituição burgueses. Os nobres eram ouvidos no *Consiglio Generale dei Trecento* e no *Consiglio dei Novanta*.

E, em realidade, através *degli Anziani*, quem possuía as rédeas da cidade eram as sete principais corporações de ofício de Florença, de onde provinham os membros que compunham a Assembleia dos *anziani*. As sete corporações eram chamadas de *Sette Arti Maggiori*. A mais importante e poderosa era a *Arte de Calimala*, composta pelos grandes mercadores e empreendedores que importavam para Florença os tecidos crus e, depois de trabalhá-los e tingi-los, exportavam para o mercado europeu. Em geral estes grandes mercadores eram também banqueiros. A corporação dos juizes e notários era mais importante que a *Calimala* apenas em termos de prestígio social. Em

seguida, havia a *Arte di Cambio* (troca de moedas), que montava suas bancas de negócio no *Mercato Vecchio* e no *Mercato Nuovo* e, posteriormente, foram fundadas a *Arte della lana* e a *Arte della Seta*, também conhecida por *Arte di Por Santa Maria*. Os médicos e os farmacêuticos integravam a sexta arte e a sétima era composta pelos confeccionadores e comerciantes de peles.

Ao contrário dessa realidade, como vimos, nas primeiras décadas de existência das comunas, não participava desta nenhum membro dos assalariados, dos colonos ou artesãos que residiam no subúrbio das cidades. Com o decorrer do tempo, no entanto, o poder de participação na política urbana de uma camada da população que se enriqueceu com a prática do comércio e da produção cresceu consideravelmente, culminando no surgimento de instâncias governativas por esta formadas. No entanto, não se pode dizer tampouco que as assembleias do *popolo* fossem encontros políticos populares, pois elas não eram expressão de uma ideologia anti-nobiliárquica (Racinet, 1996).

Procurando encaminhar uma conclusão para este item -tendo sempre como objetivo compreender as transformações na estrutura política das cidades e sua relação com o processo de produção das mesmas- cabe entender o termo *popolo* dentro das considerações que fizemos anteriormente sobre o “alargamento” das camadas sociais que compunham a sociedade urbana toscana. Como dissemos, sob o governo do *Podestà*, a base social que se referia à comuna mudou consideravelmente com o crescimento das cidades, tornando-se muito mais heterogênea e conflituosa que anteriormente. Por outro lado, esta base social tornou-se também mais dinâmica e demonstrou nutrir a intenção de participar mais ativamente da vida pública e política das cidades. Desta luta por maior poder, vemos que, com o decorrer do tempo, começou a estabelecer-se na sociedade urbana italiana uma distinção entre a camada ampla do *popolo*, ou seja, os habitantes da comuna, e o *popolo* em um sentido mais restrito: as forças profissionais e produtivas, externas ao círculo do antigo grupo dirigente, que aspiravam a um papel de protagonista na vida pública cidadina devido ao prestígio econômico e social que as diferenciavam de uma “massa” populacional sem prestígio algum. O valor social que essa camada emergente conquistou deveu-se, em grande parte, ao desenvolvimento das organizações corporativas. As corporações

foram um poderoso agente transformador, pois os vínculos associativos fortaleceram a capacidade de organização e manifestação pública desta nova camada da população.

Deve-se ressaltar novamente, portanto, a importância da proximidade no espaço nos processos de transformação social relacionados ao crescimento das cidades medievais, pois foi justamente a partir da proximidade no espaço que as atividades associativas desenvolveram-se. A repartição territorial do espaço urbano foi originada, como já mencionamos anteriormente, das áreas de atuação de cada paróquia: os bairros foram demarcados e reconhecidos com base na população que circundava cada paróquia, e sua delimitação no espaço foi reforçada com o enraizamento da identidade da população com o seu bairro. Para os governos comunais, inclusive, o valor dos impostos era estipulado em função do bairro: os vizinhos eram taxados em uma cota única, sendo que cada membro do bairro devia pagar, igualmente, uma certa quantia para totalizar o valor requerido pela comuna. No plano militar, cada bairro devia organizar turnos de guarda para as ruas e as casas. Além disso, surgiram as *societates armorum*, companhias armadas que agrupavam os homens de uma vizinhança, organizando-os para desempenhar as tarefas de guarda local, de defesa das muralhas citadinas e combate nas milícias comunais em caso de guerras contra outras comunas. A paróquia, uma vez reconhecida, assumia a função de lugar de encontro das pessoas do bairro, o que ratificava ainda mais os vínculos já existentes, marginalizando das atividades os membros das outras paróquias. Foi dentro desse conjunto de relações entre a proximidade no espaço, a constituição do bairro e da identidade espacial, cujo centro de reunião eram as paróquias, que as atividades corporativas tiveram sua origem e adquiriram importância social.

Assim, devemos compreender que não foi por acaso que uma nova autoridade ganhou um peso político muito importante, sobretudo nos finais do século XIII, o *Capitano del popolo*, pois ele representou e foi um fruto da importância social que uma camada recém-enriquecida passou a ter nas cidades toscanas. Esta camada continha sobretudo um elemento “inovador”, porque seus integrantes haviam ascendido econômica e politicamente através de práticas e estratégias diferentes das que haviam vigorado durante toda a Alta e início da Baixa Idade Média. Suas conquistas eram fruto do trabalho, da astúcia e do ganho sobre o tempo -elementos da

lógica capitalista- e não da herança sanguínea da riqueza e do título nobiliárquico - elementos da lógica feudal.

Dessa maneira, observamos que, a partir da segunda metade do século XIII, a reivindicação de maior participação no governo por parte dessa camada recém-constituída tornou-se cada vez mais insistente. Eram sobretudo homens que haviam se destacado no comando de corporações e adquirido assim experiência política. Com uma certa regularidade eles passaram a inserirem-se nas instituições públicas, conquistando maior poder e prestígio. Assim, ao lado do *Consiglio generale*, composto de membros da aristocracia, funcionava um *Consiglio del Popolo* que, junto com o *Capitano del popolo*, representavam os interesses mais populares. Em geral, foram estas instâncias que demonstraram maior preocupação e atitudes no sentido de defender os direitos civis da população no seu sentido mais amplo. Mas, de maneira geral, é preciso sublinhar que a injustiça social e a opressão reinaram impunes e soberanas no cenário político da Baixa Idade Média. Somente uma minoria gozava de fato de direitos civis, o que fica evidente se considerarmos que pouco se escreveu e se documentou sobre a vida, os bens e as atividades da grande maioria dos habitantes das cidades daquele período.

ii. Centros de poder

Durante as primeiras décadas de constituição das comunas, nas principais cidades da Toscana, como Florença, Siena e Pisa, as assembleias e os encontros públicos eram realizados em aposentos alugados nas próprias igrejas, pois a construção dos palácios públicos municipais não foi empreendida logo que as comunas foram instituídas, ou seja, nos séculos XI e XII, mas somente durante os séculos XIII e XIV. Em Florença, os locais inicialmente alugados foram chamados de *loggia* e, em Siena, *parvis*, que, à diferença do governo comunal das outras cidades, não chegou a alugar as salas do *Duomo*. Em Siena, quando o palácio comunal foi erigido, recebeu o nome de *Palazzo Pubblico* e, em Florença, foi chamado primeiramente de *Palazzo del Popolo* e, posteriormente, de *Palazzo della Signoria*. A

diferença nos nomes foi devido às distintas formas e sistemas de governo exercidos nessas cidades, que variou segundo o contexto e a história local de cada uma delas.

De maneira geral, todos os edifícios municipais caracterizaram-se por possuir uma estrutura que prezava a proteção, tendo altas paredes e poucas janelas, e espaços internos que viabilizavam as reuniões políticas e a comunicação da administração com a população, realizada através de salas de reunião e de sacadas, de onde o governo proferia seus discursos. A sede da administração pública era, geralmente, um edifício composto por dois andares. No térreo estava o local de armazenamento dos produtos que não podiam ser comercializados livremente e que eram controlados pelo governo comunal. Este era o caso do sal, por exemplo. O andar superior estava destinado a reuniões do conselho municipal, festas e recepções. Vemos assim mais um exemplo de que a esfera política interferia na dinâmica econômica das cidades, exercendo um controle que regulava, em grande medida, o mercado interno urbano. Ocorria que, devido às suas funções administrativas, a cidade incluiu à sua função de produção, destinada para seu próprio consumo ou para exportação, a de deixar um excedente e gerir adequadamente os recursos com o intuito de prevenir a penúria na cidade, ter provisões no caso de saques ou simplesmente poder patrocinar as atividades públicas e a distribuição de produtos. Neste último caso, tratava-se de regular o mercado e responder às urgências sócioeconômicas de âmbito urbano. Esta gestão, que se fazia essencialmente mediante coletas fiscais prévias, efetuadas diretamente ou através de arrendamentos, afetava sobretudo o ramo dos cereais, base alimentícia de conservação relativamente simples (Racinet, 1996).

A construção do *Palazzo Pubblico* nas cidades exigiu o empreendimento de algumas intervenções urbanísticas por parte dos governos municipais, que tinham o poder de transformar intencionalmente o espaço, em muitos casos, através da desapropriação de moradias, pois o poder político dispunha nos séculos XIII e XIV de uma ampla liberdade de ação para interferir na dinâmica espacial da cidade em defesa de seus próprios interesses. Em Siena, por exemplo, o poder da comuna instalou-se fora do âmbito antigo da cidade, próximo ao *Duomo*, em uma parte baixa, sujeita a inundações, num local onde antes havia casas privadas e jardins, desapropriados por ordem do governo municipal. Dessa forma, com a consolidação do poder público das comunas, observou-se, em linhas gerais, a partir do final do século XII, um processo

de interferência sempre mais decisiva e atuante do planejamento do espaço pelos governos comunais, no sentido de arregimentá-lo de maneira a favorecer as atividades das administrações locais, do comércio e da indústria. Vale lembrar também que, à diferença do que se pode pensar, os palácios comunais não se localizaram em lugares especialmente estratégicos, como no alto de colinas ou em bairros nobres.

Como dissemos também, comumente o edifício do governo não estava espacialmente subordinado à igreja principal, exceto no caso de Florença, porque quando eles foram construídos nas cidades toscanas a autonomia política da comuna já havia sido consolidada. Esse processo de enfraquecimento do poder político da igreja associado à consolidação do governo comunal iniciou-se relativamente cedo, se considerarmos que, já no século XI, como Lopez ressaltou, havia um primeiro sintoma da perda do caráter político da catedral com a troca de local de realização de assembleias populares: as igrejas foram preteridas em favor das praças públicas.

A consolidação e a independência da esfera política como uma esfera laica ficou ainda mais evidente dois séculos depois, quando foram construídos os palácios municipais, que simbolizaram ainda mais o domínio do território por parte das comunas, ou seja, da instância laica e não da religiosa. Se, a princípio, o bispo havia sido a principal autoridade das cidades, tendo sido um dos principais promotores de seu crescimento no início da Baixa Idade Média, a autonomia que cedo as *comunas* desenvolveram ultrapassou a figura do bispo e relegou-a a um segundo plano, assim como o sentido da praça apenas enquanto sede da igreja foi desaparecendo.

O EXEMPLO DE FLORENÇA

O *Palazzo dei Priori*, chamado posteriormente de *Palazzo della Signoria*, em Florença, começou a ser construído num lugar próximo ao edifício chamado de *Palazzo del Capitano del popolo*, fundado em 1255, onde permanecia o *Capitano del popolo* da cidade. Dessa forma, existiu em Florença, na segunda metade do século XIII e durante o século XIV, mais de um palácio público, pois as instituições que deviam reunir-se eram muitas, já que as instâncias de poder do governo comunal, como mostramos no capítulo I, não assumiam nessa época um campo de atuação muito definido ou específico, o que perdurou até o século XVIII.

Como dissemos, antes destes edifícios, os assuntos da comuna eram tratados em edifícios alugados, casas privadas, como uma na praça Orsanmichele, ou igrejas, sabe-se de *Santa Reparata*, *Santa Trinità* e na Abadia. Até 1058, quando o marquesado da toscana foi estabelecido em Florença, a autoridade máxima que tratava dos assuntos da cidade era o bispo, que possuía também um poder laico. Nesse período, a própria residência do bispo era considerada a sede do governo de então, fato que marcou a sociedade, pois acredita-se que alguns elementos da tipologia dos edifícios públicos de Florença dos séculos XIII e XIV tenham sido uma influência do antigo palácio do bispo.



Na vista do *Palazzo dei Priori* de Florença, podemos constatar a importância da torre na edificação.

O *Palazzo dei Priori* constitui-se em um modelo geral dos palácios comunais das cidades toscanas e a sua característica mais impactante com relação ao espaço urbano, e que queremos explorar aqui, era a torre²¹. Obra do importante arquiteto da época Arnolfo di Cambio, que nele trabalhou de 1229 a 1315, o edifício é um dos expoentes representativos da arquitetura medieval toscana, sobretudo na ressonância que sua torre tinha na constituição de uma harmonia e de um padrão urbanístico da cidade de Florença da época. Um dos aspectos configuradores da paisagem da cidade era justamente o mosaico que as torres desenhavam em seu perfil: em Florença, na

metade do século XIII, havia por volta de 300 torres. Elas não eram exclusividade da arquitetura pública, mas sim uma transferência dos símbolos agrários da ordem feudal para a cidade por parte da nobreza do *contado* florentino emigrada em gerações anteriores. Muitas outras cidades da Toscana apresentaram a mesma característica, pois as torres eram de fato uma herança do simbolismo e da arquitetura do feudalismo da Itália norte e central. As torres, obviamente pensadas como recurso militar, transformaram-se também nas cidades em verdadeiras fortalezas, servindo de abrigo para as famílias por semanas e às vezes até por meses nas situações de guerras internas e externas, de invasões ou saques: delas muitas famílias atiravam pedras ou

²¹ Como já mencionamos anteriormente, este edifício possuiu a torre mais alta da cidade (94 m) até a realização da cúpula de Brunelleschi.

projéteis nos inimigos (Beuys, 2000). Vale ainda citarmos o caso de Arezzo, onde o *Palazzo Comunale*, do ano de 1333, foi inicialmente sede dos *Priori*.

Tratando ainda dos palácios municipais, gostaríamos de citar os exemplos de San Geminiano, Prato e Siena, que também possuíam edifícios com características semelhantes e com um impacto na paisagem de suas cidades considerado, até os dias de hoje, como marcante das cidades toscanas. O *Palazzo Comunale di San Geminiano* possuía uma torre de 54 metros de altura, construída em 1311, que também se destacava na vista aérea da cidade, além de abrigar pinturas de artistas muitos famosos na época, como a *Maestà* de Lippo Memmi e obras de Filippino Lippi e Benozzo Gozzoli. O *Palazzo Pretorio* em Prato é também um dos edifícios públicos mais imponentes da Itália central medieval e o dado interessante a ser mencionado sobre ele é o de que sofreu diversas obras de ampliação a partir da segunda metade do século XIV, pois o governo comunal foi adquirindo mais poder e responsabilidades a partir desse momento. O edifício, assim como outros dessa mesma época, continha emblemas das famílias dos *Podestà* que ali governaram assim como dos vigários da cidade.

Há também o exemplo de Livorno, onde o Palácio Comunal de Luveretto data do século XIII. O edifício foi erigido no topo do centro histórico da cidade, de onde se tinha uma vista panorâmica do espaço, em razão da concessão da carta de liberdade que o conde Ildebrandino VIII concedeu ao *Sindacus populis de Subereto, Baroncello*, conferindo a autonomia político-administrativa ao burgo.

O DUOMO

O Duomo, a catedral de uma cidade, também era um edifício que abrigava um alto poder nas cidades, o poder religioso e espiritual. O Duomo de São Geminiano terminou de ser construído em 1148 e possui afrescos da escola sienense (Taddeo di Bartolo) e florentina (Ghirlandaio e Jacopo della Quercia). Outras igrejas em São Geminiano eram: *San Bartolo*, *San Jacopo*, *San Piero*, *San Francesco* e *San Lorenzo in Ponte*. Em Arezzo, a catedral começou a ser erigida em 1277, na área de uma igreja paleocristã, e sua realização durou até o ano de 1510.

O Duomo de Pisa, dedicado a Santa Maria Assunta, é uma das construções medievais italianas mais importantes devido às suas qualidades artísticas e arquitetônicas e à sua inserção no complexo urbano de então, pois sua monumentalidade fazia com que o edifício se destacasse no conjunto da paisagem da cidade. Foi construído entre 1064 e 1110 e ampliado no transcorrer do século XII. A igreja situa-se no centro de uma grande praça, onde também se encontram outros importantes edifícios medievais: o Batistério, o Camposanto²² e a Torre Pendente. O Duomo foi construído na parte norte-ocidental da cidade, no mesmo lugar onde se encontrava a catedral precedente, da qual não restou nenhum vestígio no espaço²³. Era uma área originariamente fora do perímetro urbano, mas integrada posteriormente, chegando a pertencer ao interior do círculo de muralhas. O Duomo é mais um exemplo da prática corrente na Toscana medieval de construir a nova catedral no mesmo lugar onde havia anteriormente a igreja principal do que então era um vilarejo. Esta prática ocorria devido ao fato de a população e de as autoridades eclesiásticas entenderem que a localização dos lugares de culto devia ser sempre a mesma, pois acreditava-se que o local dos mesmos impregnava-se dos sentidos e dos valores simbólicos sagrados, adquirindo portanto um valor social e religioso perante a população. Assim, os templos romanos foram construídos sobre as ruínas dos templos pagãos e as catedrais romanas e góticas sobre os restos romanos. No caso de Pisa, por exemplo, supõe-se que a pequena igreja tenha sido construída por volta de 748; está documentado, no entanto, que em 313 havia um bispo em Pisa, o que leva os estudiosos a supor que já naquele momento existisse um edifício de culto com função de catedral. A área encontrava-se naquele período nas proximidades de uma estrada, uma provável via de acesso romana.

²² *Camposanto* é o nome dado à catedral de Pisa.

²³ Sabe-se apenas que foram aproveitados alguns elementos escultóricos da antiga igreja nas paredes do Duomo.

As inscrições na fachada do Duomo da época da Baixa Idade Média testemunham que a catedral foi erigida a pedido do bispo e dos cidadãos no momento em que a cidade estava no ápice de seu desenvolvimento político, econômico e militar. Já mencionamos anteriormente que Pisa foi uma das primeiras cidades da Toscana a vivenciar o renascimento do comércio, cujo marco histórico é reconhecido como a vitória pisana sobre os sarracenos em 1064 e que culminou na construção do Duomo como um ato comemorativo. Pisa afirmava-se então como a principal potência marítima do Mediterrâneo, e, justamente devido ao crescimento da cidade e de sua população, foi construída uma nova catedral. Em primeiro lugar, era necessário



Batistério, *Duomo* e torre do campanário (esq. para a dir.), Pisa.

que a igreja mais importante da cidade tivesse um espaço suficiente para abrigar toda a população cidadina. A construção da catedral adquiriu também uma função social, política e econômica, pois ela era fruto e representava o poderio que a cidade vinha adquirindo. A catedral tornou-se, portanto, o símbolo maior do poder cidadão. Em sua fachada, foram inseridas inscrições que relatam os nomes dos arquitetos, dos escultores, dos promotores, a data da fundação e as razões históricas e ideológicas da construção do edifício. Seus promotores foram o bispo, a condessa Matilde Di Canossa e os cidadãos pisanos, e tal fato foi um dos agentes organizadores dos pisanos em torno da coletividade, sendo, portanto, o primeiro passo rumo à constituição da comuna.

Para se ter uma idéia da importância da catedral naquele período, ressaltamos que o início da ampliação da catedral (por volta de 1118) foi celebrado com uma cerimônia presidida pelo Papa Gelasio II. O edifício possuía, além de uma importância arquitetônica, um significado político: nesta ocasião o Papa confirmou ao bispo de Pisa os direitos metropolitanos sobre a diocese da Córsega. O Duomo de Pisa era assim o símbolo do poder militar, político e econômico do mais importante centro toscano da época.

Juntamente com a catedral, foi construído também o Batistério, um edifício destinado a acolher as cerimônias de batismo dos cidadãos pisanos. Sabe-se que, para custear sua construção, iniciada no ano de 1163, estipulou-se uma taxa mensal em dinheiro, a ser paga por cada núcleo familiar. Outro indicador da mobilização da população local no sentido de incentivar e acreditar na importância do edifício é o de que as oito colunas que circundam seu espaço central terem sido confeccionadas, cada uma, por cada bairro da cidade. Estes bairros eram chamados na época de portas, já que sua delimitação seguia as diretrizes espaciais marcadas pelas portas da muralha cidadina.

Na construção do Batistério de Pisa prevaleceu a intenção de torná-lo um símbolo, ulterior ao Duomo, do orgulho cívico pisano. Sua edificação estrutural durou de 1152 a 1163, mas o edifício foi fruto de intervenções artísticas e arquitetônicas até a segunda metade do século XIV. Acredita-se também que a decisão do governo pisano de promover sua construção foi devido, muito provavelmente, à necessidade de dotar a catedral de uma edificação que se adequasse à sua posição, amplitude, material e estilo arquitetônico. Este fato é facilmente reconhecível através da observação da paisagem: o Duomo, o Batistério e a Torre Pendente formam uma unidade arquitetônica, tanto pelo seu estilo, linhas, formas e material empregado, como por suas dimensões.

No que se refere à Torre Pendente, é preciso ressaltarmos que, para além do caráter pitoresco que ela assume nos dias de hoje, é importante compreender sua importância na realidade de Pisa nos séculos XIII e XIV. De fato, sua estrutura e projeto arquitetônico possuíam uma originalidade singular e acredita-se que sua forma circular deva-se, sobretudo, a uma tentativa de continuar um jogo perspectico com os

outros edifícios da praça e de adequar suas linhas às do Batistério, que também tinha uma forma circular²⁴. Houve muitos campanários com uma planta redonda na Toscana desses séculos, mas o de Pisa destaca-se, de todo modo, por ser uma estrutura independente e com uma arquitetura diferente da que então existia. Provavelmente, uma das razões para esta originalidade reside na influência que os pisanos receberam de outras culturas devido ao seu comércio com toda a civilização mediterrânea. Além disso, a forma circular estava impregnada no imaginário histórico da população cidadina de Pisa (como, por exemplo, na forma da urbs da tumba de Cecilia Metella), sendo constantemente revisitada em muitas obras arquitetônicas da cidade. No caso do campanário, destacamos o jogo de luzes e sombras, que fazem com que a forma exterior imponha-se como elemento dominante e peculiar, e as escadas elicoidais, que conferem à arquitetura uma condição geral de contínuo movimento.

Em Pisa, lembramos ainda a igreja de São Francisco, construída pela ordem mendicante dos frades menores. Estes estabeleceram-se na cidade em 1219, sediando-se em 1228 em um pequeno oratório próximo à igreja *de Santa Trinità del Sopracastello*. À medida que a ordem mendicante foi ganhando importância e reconhecimento na cidade, chegando a fazer acordos com o governo comunal, conseguiu ampliar o oratório e também obteve uma permissão do papa Alessandro IV para dar indulgências a quem ajudasse a financiar a empreitada. Foi assim que as dimensões da igreja aumentaram e a igreja de Santa Trinità foi destruída para dar lugar ao convento franciscano.

²⁴ Parece que o Batistério foi uma espécie de reavistação, na época, da *Anastasis* de Jerusalém.



Igreja de São Francisco, Pisa.

iii. A configuração do espaço urbano

A preocupação com a defesa explica em parte o processo de produção das cidades medievais toscanas. No campo, esta preocupação também existia, como é de se pensar, mas na cidade este aspecto tomou algumas formas que valem ser enfocadas. O objetivo de produzir um espaço que proporcionasse maneiras de organizar a população para esta conquistar um certo grau de segurança era uma das prioridades da população urbana medieval. Tal característica manifestou-se na paisagem das cidades sob diversos elementos configuradores dos espaços urbanos, sendo o principal deles a muralha.

Não há dúvida de que o recinto amuralhado não se limitava a demarcar uma linha divisória entre o campo e a cidade –ainda que este aspecto deva ser considerado; mas sim que ele constituía-se também em um sistema de fortificação que deixava mais protegida a população urbana. Consolidava-se através da muralha, ainda que não apenas por ela, um sentimento de adesão a um grupo social movido por uma preocupação geral, a de construir um espaço dotado de recursos no sentido de garantir a proteção de sua população. Consequentemente, os laços de solidariedade e de associação fizeram-se mais presentes a partir dessa necessidade primeira (Racinet, 1996).

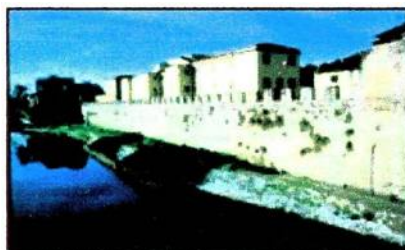
A exaltação da unidade e da identidade urbanas propagada pelos governos comunais era também uma testemunha da contradição que estava no cerne da organização da sociedade urbana medieval e que era um dos motivos de sua fragilidade: por um lado, a população unia-se em torno da idéia da dominação de outras cidades e da pujança da comunidade cidadina com relação ao seu entorno; por outro lado, os partidos dos guelfos e dos guibelinos provocaram fortes situações de ruptura e de polarização da população em duas facções que, no enfrentamento, acabavam muitas vezes associando-se a forças exteriores para derrotarem o partido contrário dentro da própria cidade. Dessa maneira, se a muralha propiciava um certo grau de coesão da população, ela também se inseria no contexto da vulnerabilidade da própria coesão social, ameaçada durante o processo de desenvolvimento e exercício da autonomia governativa das cidades. (Racinet, 1996)

Mas é preciso explorarmos o aspecto da importância que a muralha tinha na formação de uma unidade espacial e da expressão do próprio crescimento da cidade e de sua consciência cívica. A cidade de Luca oferece-nos um bom exemplo deste aspecto. A data aproximativa do início da construção do primeiro círculo de muralhas de Luca é 1081, tendo este sido ampliado de 1350 até o início de 1400. Seus financiadores foram os bispos, apoiados por sua clientela e pelos primeiros governantes citadinos que eram sustentados pela elite dominante.

Em primeiro lugar, o crescimento da cidade de Luca foi marcado pela construção de igrejas e, depois, pelo aumento da densidade demográfica. Na época de sua construção, devido à recente tomada de poder por parte da comuna, e tendo em vista que as muralhas romanas estavam muito degradadas, o governo procurou expressar o florescimento da cidade através da reconstrução dessas. Além disso, os muros tiveram também a função de englobar uma parte da cidade que estava fora do muro romano. As muralhas possuíam um corredor interno, uma espécie de caminho sustentado por arcos suspensos, para permitir que os soldados percorressem todo o círculo. Ao início havia quatro portas que davam acesso ao núcleo e, posteriormente, foram construídas mais quatro.

Em Prato também o primeiro círculo de muralhas foi pensado para abrigar e proteger o burgo que havia se desenvolvido e se tornado importante pelo comércio da lã, estando também separado, assim como em Luca, em duas áreas distintas: o *Borgo*

al Cornio e o *Borgo al Prato*. As muralhas foram construídas de 1175 e 1196, com 8 portas.



Um exemplo de muralha medieval. No geral, a técnica de construção dos muros era diferente na parte interna e na parte externa: na primeira era mais importante a qualidade estética, sendo por isso utilizado o tijolo, e no externo a prioridade era a defesa, sendo escolhida a pedra, pois esta oferece maior resistência. A foto reproduz uma vista da cidade de Prato.

Ainda que as muralhas possam dar, aos nossos olhos, uma impressão de reclusão ou de fechamento da população citadina em relação a seu entorno, tal imagem é enganosa, pois uma das funções das muralhas era justamente proteger a população urbana para que sua comunicação com o campo pudesse ser mais segura e, assim, menos ameaçadora, tornando-se mais frequente. Por isso, a porta é outro elemento essencial na configuração e na realização da vida social urbana, pois era através dela que a dupla função da muralha podia se manifestar: a proteção e a comunicação com o externo. Assim, quando seus habitantes desejavam fechar-se aos inimigos, a porta era fechada e os guardas colocavam-se próximos às muralhas; mas, quando a população urbana aguardava o abastecimento alimentício ou esperava receber ilustres visitantes, a porta era aberta.

Para dimensionarmos a intrínseca relação entre a dinâmica e a importância da porta e da muralha, vale considerar o processo de construção deste conjunto arquitetônico. Na construção das muralhas, em geral, era primeiro estabelecido onde estariam as portas. Em Luca, próximo às portas mais importantes havia pontes elevadiças que se sobrepunham ao fosso e asseguravam o trânsito entre ela e seu entorno. As portas eram colocadas primeiramente, depois as pontes e, por último o muro, que ligava todas as portas. É significativo também o fato de que as unidades de recrutamento para as milícias urbanas nas cidades toscanas fossem as portas, o lugar onde os cavaleiros encontravam-se quando tinham que pegar em armas (Racinet,

1996). Elas foram, originariamente, o marco da divisão da cidade medieval em zonas de ocupação. A organização do espaço no interno das muralhas de Prato, por exemplo, era definida, primeiramente, pelas principais portas que compunham a muralha. Havia 8 portas, que dividiam o solo urbano em 8 circunscrições homônimas. Aliás, a subdivisão em “oito partes” pode ser considerada como o panorama urbano da Toscana nos séculos estudados.

Vale esclarecer que dois marcos caracterizaram a administração urbana medieval: a morfologia urbana e a estrutura sócio-profissional. As partes do território urbano eram denominadas através de diversos vocábulos: *parrochia*, *pleberium*, *territorium*, *pieve* ou ainda *districtus*. Ainda que houvesse pequenas diferenças entre estas denominações, todas elas remetiam a uma segmentação territorial de cunho administrativo, fiscal, jurídico, religioso ou militar. Estas divisões enriqueciam a coesão já existente. No entanto, a unidade territorial que mais representava e incrementava os vínculos da população a ela pertencente era a do bairro (ou *sestieri*), que repartia o espaço no nível do dia-a-dia, mais próximo da realidade dos habitantes do território urbano.

Como vimos anteriormente, a divisão da cidade em bairros configurou, a partir do desenvolvimento comercial e econômico, a segmentação do espaço urbano em áreas marcadas pela presença de uma única atividade produtiva ou comercial²⁵. Assim, um dos traços importantes dos espaços urbanos toscanos é o de que os bairros eram definidos, na maioria das vezes, pela concentração de sua população em torno de algum ramo produtivo ou comercial e em torno da divisão morfológica do espaço existente. Com esta afirmação não queremos dizer que não havia a segregação espacial da população segundo a camada social à qual cada família pertencia. Apenas queremos ressaltar que, diferentemente de hoje em dia, a segregação espacial por camada social não era o principal fator que dava sentido e que explica a configuração e a reprodução da unidade territorial do bairro medieval. Assim, em Florença, por exemplo, as diversas camadas sociais não viviam isoladas a ponto de formarem guetos. Em algumas zonas da cidade, sobretudo ao redor de *Santa Croce* e *San Frediano*, concentrava-se um maior número de casas de trabalhadores, mas, no

²⁵ Vale lembrar que as corporações tiveram um papel determinante na produção e na reprodução da especialização funcional de várias partes da cidade.

conjunto, ricos e pobres distribuíam-se igualmente nos bairros urbanos. Além disso, é importante ressaltarmos também que a especialização funcional dos locais das cidades medievais toscanas não significava uma situação de desintegração social, pois a especialização dos ofícios ocorria concomitante à integração, no mundo cotidiano, entre a residência e o local de trabalho. Esta associação começou a desaparecer a partir do século XV.

O aspecto da concomitância no mesmo espaço entre o mundo doméstico e o mundo do trabalho merece ser focado, pois ele era um dos principais traços das cidades medievais. Essa característica insere-se no contexto social de uma incipiente e ainda limitada divisão do trabalho. A atividade produtiva estava associada nos séculos XIII e XIV, em grande medida, à realização de um trabalho cotidiano e inerente à condição social de cada indivíduo. Ou seja, foi apenas à medida que o crescimento comercial e urbano ganhou dimensões maiores que o processo de divisão social do trabalho começou a ser concebido como tal, dando origem assim à dissociação entre o mundo e o espaço do trabalho e o mundo doméstico, da vida privada. É por esta razão que, apenas nos séculos XIII e XIV, as casas começaram a ser dotadas de banheiros e áreas de uso privativo.

As edificações mais características da Toscana na época medieval foram as torres, as casas-torres e a *domus a vita*. Historicamente, observa-se que a torre, erigida para a defesa, inspirou a construção de casas-torres pelas famílias nobres, que combinavam a função do habitat, da defesa e, sobretudo, do comércio, e que, depois, evoluíram para o surgimento da *domus a vita*.

De uma maneira geral, todas as residências citadinas nos séculos XIII e XIV possuíam mais de um andar, sobretudo na Toscana, e as casas nobres procuravam competir em altura com a torre urbana. A função inicial da torre, como já dissemos anteriormente, era de caráter militar, especialmente defensivo. Depois, ela se tornou um símbolo da nobreza na cidade: assinalava o poder político, impondo-se na paisagem desde um ponto de vista longínquo, e fazia com que a família se distinguisse, elevando seu reconhecimento social ao introduzir uma ruptura na homogeneidade horizontal do entorno. Além disso, a torre também era um símbolo da

ordem feudal e representava a presença desta no interior da cidade²⁶, já que a construção da torre começou a ocorrer no domínio feudal com o intuito de assinalar a presença do castelo na paisagem e propiciar um lugar de abrigo, em caso de ataques às terras, para o senhor feudal. O início da prática de construção de torres nas cidades pelos nobres fez por sua vez com que os governos comunais começassem a tomar medidas estatutárias para impedir que as casas-torres possuíssem mais que 7 metros, altura reservada somente à torre do palácio municipal. As disposições estatutárias a respeito da altura máxima das torres foram encontradas nas cidades de Pistóia, Volterra, Luca e Florença entre 1143 e 1325 (Racinet, 1996).



A atual Torre Guinigi, em Luca, erigida no final do século XIV, tinha uma função muito evidente: impunha-se para demonstrar a potência da família de Paolo Guinigi.

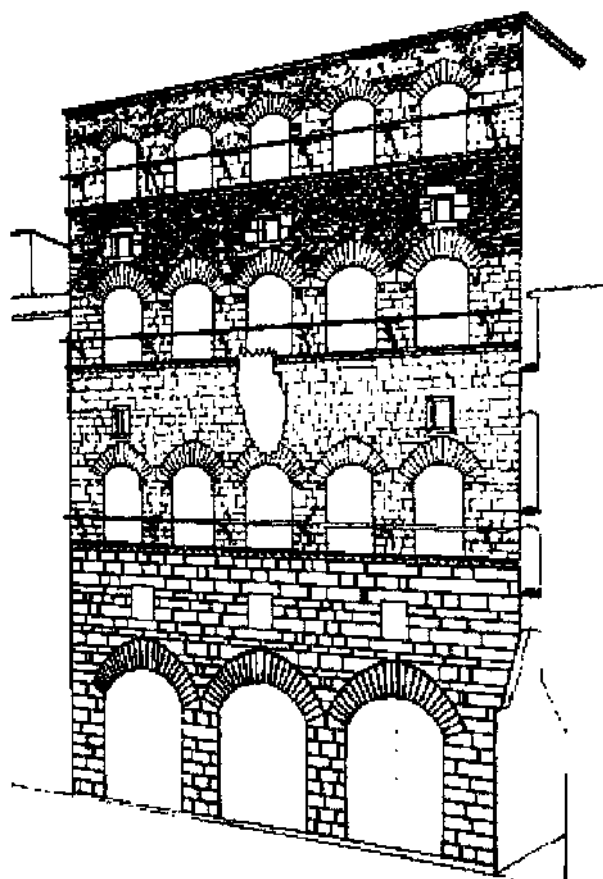
Nas casas-torre havia geralmente 5 ou 7 quartos: os aposentos mais importantes estavam no primeiro andar, no térreo havia os depósitos ou uma loja e nos andares superiores localizavam-se os diversos serviços (salas de reunião, cozinha, banheiro etc). As casas pisanas foram muito estudadas e permitem exemplificar como elas eram organizadas. Geralmente, o piso mais baixo servia como armazém ou oficina. Uma estreita escada lateral permitia chegar aos outros andares. O andar do meio era alugado e destinado aos trabalhadores, que podiam ou não trabalhar para o proprietário. Acima, havia um salão, onde estava a lareira, que servia como uma sala

²⁶ Há que se considerar também que as torres foram características de um período de turbulências políticas dentro das cidades, sobretudo devido à luta entre guelfos e guibelinos.

comum. Nos andares superiores estavam os quartos e para sua construção era utilizada preferencialmente a madeira ao invés da pedra. As ligações às vezes entre as casas e as torres explicam a dimensão alongada do retângulo das aberturas nos andares superiores.

Em Florença, por exemplo, no final do século XI, foi documentada a existência de 5 torres e, em 1180, já havia 35. Nessa época prevalecia o uso militar da torre: ela servia como um refúgio para a família em casos de guerras e foram, portanto, construídas contíguas às residências. No século XII, no entanto, surgiram as sociedades das torres, que eram uma associação entre as famílias nobres mais importantes que se reuniam para construir um complexo residencial conjunto, no qual uma torre pertencia ao conjunto das famílias. Tal associação culminou no surgimento do chamado “isolato”: uma estrutura edificada única, onde diversas residências davam para um centro fechado, delimitado por estas e por um conjunto de torres, que se comunicavam entre si, constituindo um espaço “ilhado” onde as famílias nobres encontravam-se protegidas e afastadas de um convívio mais amplo com a população urbana. Os edifícios pertenciam a membros da mesma *consorteria* e,

dentro do complexo residencial, costumava haver um poço e uma capela, na tentativa de fazer do conjunto um organismo praticamente auto-suficiente.

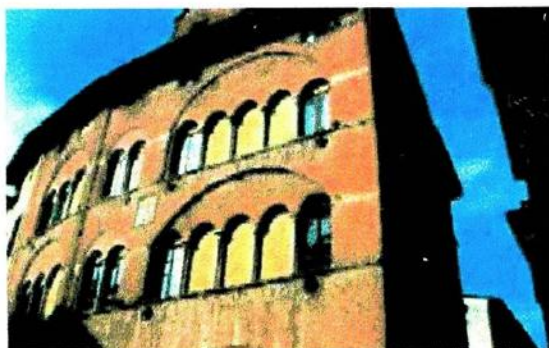


Os Palácios-fortaleza.

O desenho ilustrativo procura retratar a tipologia geral dos Palácios-fortaleza existentes na Toscana por volta do início do século XIV. Podemos observar que sua arquitetura é resultado da combinação do recurso da verticalidade, para destacar o edifício na linha horizontal que marca o perfil da cidade, e do uso da pedra e da disposição simétrica das janelas e portas, muito comum nos palácios comunais.

Além do aparecimento dessas sociedades de torres, observou-se que durante o século XIII as torres foram perdendo seu caráter puramente bélico e a arquitetura das construções da elite dominante urbana começaram a apresentar características que combinavam a tipologia da torre com a dos palácios públicos.

Concomitante à tendência de apropriação da tipologia arquitetônica cívica pelas famílias das cidades medievais, a opção pela verticalidade, no decorrer do século XIV, foi aos poucos sendo substituída pela valorização da horizontalidade como uma forma de agrupar, uma ao lado da outra, as residências dos membros da mesma família. Foi então que se originou a *domus a vita*. A construção de casas urbanas mais altas a partir do século XII não havia se dado devido à densidade demográfica. É verdade que os palácios que eram erguidos no centro da cidade tinham dimensões menores, com ambientes menos numerosos e frequentemente sem pátio; já aqueles que se localizavam em áreas menos centrais, onde o terreno era menos escasso e custoso, eram mais amplos e podiam até contarem com um espaço verde²⁷. Mas os outros fatores mencionados, como a necessidade de demonstrarem poder ou a de defesa foram mais importantes. Além disso, a função comercial também influenciou na edificação de casas mais altas, com o objetivo de a população poder identificar o estabelecimento desde uma certa distância. No decorrer do século XIV, entretanto, a tendência à verticalidade enfraqueceu-se, talvez devido à diminuição da necessidade do nobre reproduzir na cidade a tradição feudal. Esta, aos poucos, foi sendo preterida em favor da nova dinâmica social e burguesa que se expandia no espaço urbano.

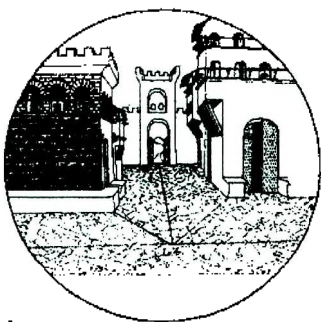


a vita: ali cada membro vivia durante toda sua vida. A foto é a de um *Palazzo* em Luca, mas não sabemos o nome da família proprietária.

Após a dissolução do costume de demonstrar o poder através da verticalidade, concretizada, sobretudo, na edificação de uma torre alta e isolada, os mercadores que haviam feito fortuna procuraram demonstrar sua potência aumentando suas residências horizontalmente. Este dado devia-se à valorização da largura da construção, que estava associada à posse de uma grande parcela do solo urbano, cada vez mais caro. Foi então que se originou o hábito da família adquirir casas uma ao lado da outra, dando forma à *domus*

²⁷ De qualquer forma, o pátio só passou a predominar nas casas maiores a partir do século XV.

No caso das residências das famílias da camada média, formada por empreendedores ou mercadores que não tinham o título nobiliárquico, possuíam geralmente uma fachada estreita mas comprida em profundidade, onde, também neste caso, a função residencial, a artesanal e a comercial estavam integradas. As



construções tinham entre 3 e 5 andares e sua fachada devia ter no mínimo, segundo disposições do estatuto comunal, 5 metros. A fachada era composta pela abertura da loja e pela escada que dava acesso aos pisos superiores. Na figura ao lado, temos um exemplo ilustrativo dessas residências. A ilustração foi retirada do site referente à Florença, mas ela procura representar o aspecto geral dessas casas e sua inserção nas cidades toscanas. Vale repararmos na porta e na muralha que aparecem ao fundo. Ainda procurando caracterizar essas residências das camadas médias, lembramos a consideração de Roberto Lopez, que observa que as lojas que vendiam produtos artesanais eram geralmente ocupadas por um balcão, uma porta e a oficina, cenário que está presente no afresco de Lorenzetti e que poderá ser visto mais adiante. A maioria das edificações no período estudado possuíam sacadas, que eram geralmente de madeira por uma razão militar. As sacadas eram construídas para aumentarem o espaço do piso superior ao térreo, mas costumavam ser de madeira porque, em caso de guerras, podiam servir de acesso para a invasão das residências. Assim, quando o perigo parecia iminente, o proprietário incendiava a saliência de madeira e impedia que o intruso pudesse subir na sacada e utilizá-la como uma via de acesso à residência. Nas casas onde não havia sacadas seus moradores tinham o hábito de construir um pequeno e estreito teto saliente para a rua, com o objetivo de proteger da chuva os transeuntes e, sobretudo, a entrada do estabelecimento. Havia casos também em que esses pequenos tetos eram construídos para ampliar a área do primeiro andar. Como estes impediam a passagem de luz nas lojas, casas e oficinas, foram confeccionados com pequenas aberturas, uma espécie de janelinha.

As casas da população mais pobre eram geralmente de madeira e eram por isso muito suscetíveis a incêndios, tanto que, nas casas das famílias das camadas mais

altas, a madeira foi substituída pela pedra, mais resistente e segura²⁸. Aos poucos, entretanto, nas moradias da população pobre foi prevalecendo o uso de tijolos para a edificação da fábrica ou dos pisos acima do térreo. Além do perigo que a madeira apresentava, houve a criação, pelos governos comunais, de uma política de desvalorização estética de seu uso, pois os edifícios públicos iam impondo um estilo arquitetônico caracterizado, entre outras coisas, pela utilização do cromatismo de diferentes pedras, entendido como um recurso de embelezamento das fachadas.



As saliências de madeira e de pedra (respectivamente, no primeiro e segundo plano da pintura) nas construções civis medievais foram consideradas pelas autoridades comunais como incompatíveis com a dignidade arquitetônica dos edifícios públicos e as autoridades locais preocuparam-se em eliminá-las da paisagem urbana. A pequena pintura, de autor desconhecido, retrata uma cena na cidade de Luca e foi retirada do site referente a tal cidade.

Outro dado que vale a pena mencionar é o de que não havia uma especialização dentro do mundo doméstico, pois, como Mumford ressaltou, na casa homens e mulheres tinham os mesmos espaços íntimos, não havendo ainda o quarto privado. Socialmente, a mulher acompanhava o trabalho do marido e responsabilizava-se pelo cuidado das crianças e dos alimentos. Além disso, era na casa que os moradores encontravam energias para consolidar as relações sociais (Zumthor, 1995).

No que diz respeito às ruas, devemos entender que elas eram um dos principais locais da vida comercial e cotidiana dos habitantes citadinos. Como as cidades geralmente localizavam-se nos pontos mais altos devido à necessidade de

²⁸ Era muito comum que, no andar térreo das construções, houvesse arcos de madeira em cujo interior encontravam-se fileiras de tijolo, que tinham um baixo custo econômico e eram facilmente confeccionados. Sua produção estava geralmente na parte imediatamente externa à cidade. Os arcos costumavam estar apoiados em tijolos ou pedra, pois estes ofereciam solidez ao edifício.

defesa, as ruas caracterizaram-se por serem geralmente curvilíneas e estreitas. Para Roberto Lopez, haveria ainda um motivo intuitivamente prático e estético para explicar a existência do traçado tortuoso das ruas. Para o autor, as ruas tortuosas reforçavam os aspectos majestosos dos edifícios, conferindo-lhes maior visibilidade. Além disso, elas serviriam também para aplacar a força do vento e para bloquear de modo mais eficaz as invasões, sendo que simbolicamente este fato foi marcado especialmente pela imponência do edifício público, sede do poder, na trama espacial, o que significou muitas vezes a destruição de residências e ruas das cidades. A relevância do *sítio* fica clara, portanto, nesse contexto para explicar as formas de produção de espaço das cidades medievais toscanas.

As ruas eram o lugar do encontro, do passeio e do lazer, como hoje o entendemos, pois a rua era um lugar público destinado a todos, sem sugerir, produzir ou ser fruto concretamente de um espaço segmentado pela divisão social. No entanto, no processo de organização da sociedade urbana e de desenvolvimento das políticas de controle do território por parte das administrações comunais, desenvolveu-se uma espécie de hierarquia do tamanho das ruas. O exemplo da cidade de Luca ilustra este processo, pois sua rede viária foi sendo constituída a partir da integração e do enriquecimento do tecido viário formado na época romana, caracterizado por percursos ortogonais dispostos em distâncias fixas, sendo que, dentro dos blocos delimitados por estas diretrizes, originou-se uma rede de percursos menores, constituída por ruelas e pátios intercomunicantes, que permitiam aos passantes atravessar o “isolato” (o ilhado, que mencionamos anteriormente) e deslocar-se dentro dele, diminuindo o tempo de percurso nas cidades. Como estas cresciam, o processo econômico e político influenciava no sentido de incentivar a criação de eixos de circulação que possibilitassem o trânsito dos cidadãos e o transporte dos produtos.

No afresco de Lorenzetti veremos como as ruas estavam sempre repletas de pessoas. A circulação nas ruas estreitas da cidade era dificultada pelo montante dos habitantes que circulavam e que realizavam nelas suas atividades. Havia vendedores ambulantes, mendigos, os arautos da comuna que transitavam a todo momento para transmitir notícias e comunicados. Pelas ruas também estavam espalhados muitos poços: na vizinhança das 57 paróquias da cidade de Florença, por exemplo, existia um poço, que servia para abastecer de água a igreja e a população, constituindo-se em um

verdadeiro ponto de encontro, pois todos os dias mulheres ou empregados iam até o poço para garantir o fornecimento de água nas residências. Em muitas residências privadas havia poços também, que estavam nos pátios internos às mesmas. Durante o dia, a circulação nestes locais era aberta à população, mas, pelo fato dos pátios serem um ambiente privado, eles costumavam ser fechados durante a noite por portões, onde eram colocadas imagens sacras na esperança de que protegessem o lugar de perigos e ataques²⁹.

O suprimento de água nas cidades ficava por conta dos poços, dos rios e da fonte pública, local que se tornou ponto de encontro, o “jornal da cidade”, como escreve Mumford. Estava ela situada ao longo das ruas ou no centro das praças, exercendo também a função de lugar de encontro que viabilizava a comunicação e a troca de informações entre a população. Segundo Frugoni (1983), a fonte na Idade Média era vivida como um símbolo de agregação social.

Na cidade de Siena a importância das fontes públicas teve um peso especialmente considerável. A água na Baixa Idade Média era utilizada em diversas atividades: no trabalho artesanal, para moagem de grãos, trabalhar o couro e as peles e pisoar a lã; na alimentação, para beber, cozinhar e dar de beber aos animais; na agricultura e na higiene. Especialmente na Idade Média, a água era também muito utilizada para apagar o fogo, que era um perigo iminente. Um dos principais fatores de concentração da população no período era portanto a proximidade a um rio.

Enrico Guidoni, por exemplo, urbanista italiano, ao caracterizar as cidades medievais, apontou o que para ele são elementos-chave para sua definição: o autor ressalta o fato de a maioria delas estar próxima a um curso d’água, que corresponderia a uma linha divisória entre dois núcleos, constituídos de uma zona maior, onde se concentrariam as atividades da vida pública, e de uma zona menor, a qual poderíamos chamar subúrbio, e que se caracterizaria por ser menos importante do ponto de vista político-econômico. Esta caracterização, se lembramos o exemplo de Prato, Luca e Florença, condiz com a realidade de algumas cidades italianas. O dado interessante também é o de que ela revela a importância do sítio na existência e na configuração das

²⁹ Luca, por exemplo, era abastecida da água proveniente de um aqueduto até por volta do século XIV, que se desintegrou, tornando fundamental a presença de uma grande quantidade de poços nas cidades, escavados abaixo das cozinhas.

idades medievais. A relação entre o surgimento da cidade e seu desenvolvimento, observada por Guidoni, vinculada diretamente com o *sítio*, ainda que não apenas a ele, comprova a importância dessa categoria de análise geográfica para o entendimento do fenômeno urbano nos séculos XII e XIII.

Siena é um exemplo importante nesse sentido, pois sua localização no topo de três colinas beneficiava a população ao facilitar a defesa. No entanto, a cidade estava distante de cursos de água, o que fez com que sua população fosse buscar meios de amenizar este fato. Por um lado, a cidade exemplifica a relevância dos locais altos para a escolha e desenvolvimento do processo de produção das cidades medievais. Cidade construída no topo de uma colina, Siena encontrou em seu *sítio* a possibilidade de se proteger mais eficientemente contra invasões. Por outro lado, a dificuldade de obtenção de água mobilizou sua população a resolver o problema. Seu abastecimento só pôde ocorrer devido a enormes gastos por parte da comuna para construir as fontes. Isso significa que com a superação das dificuldades práticas proporcionadas pelo *sítio*, o abastecimento de água pôde ser viabilizado e a cidade pôde crescer, graças ao conteúdo das relações sociais que se modificavam com o desenvolvimento da atividade comercial ocorrendo na cidade. Em Siena, a *Fonte Branda*, a *Fonte Nova*, a *Fonte Follonica* e a *Fonte Oville* tornaram-se referências espaciais importantes.

A obtenção de água foi conseguida através da construção de novas fontes próximas ao núcleo citadino e do reaproveitamento de antigas fontes ou poços da época romana ou etrusca. A água das fontes também era retirada do lençol freático, através de aquedutos subterrâneos, que compreendiam uma vasta área. Assim, inicialmente as fontes estavam situadas fora das muralhas, mas devido ao crescimento verificado, com o tempo elas foram incorporadas ao perímetro urbano. Mesmo assim, a maioria das atividades artesanais que envolviam um uso abundante de água teve que ser empreendida a uma certa distância da cidade, permanecendo nela apenas as pequenas oficinas. O fato de a água das fontes ser utilizada para diversas finalidades fez com que estas se caracterizassem pela sua funcionalidade: cada uma era dividida em três bacias, uma para o uso alimentar, outra destinada aos animais e a terceira para a lavagem de tecidos. As águas mais sujas eram depois aproveitadas para lubrificar os instrumentos de artesanato ou para regar os campos.

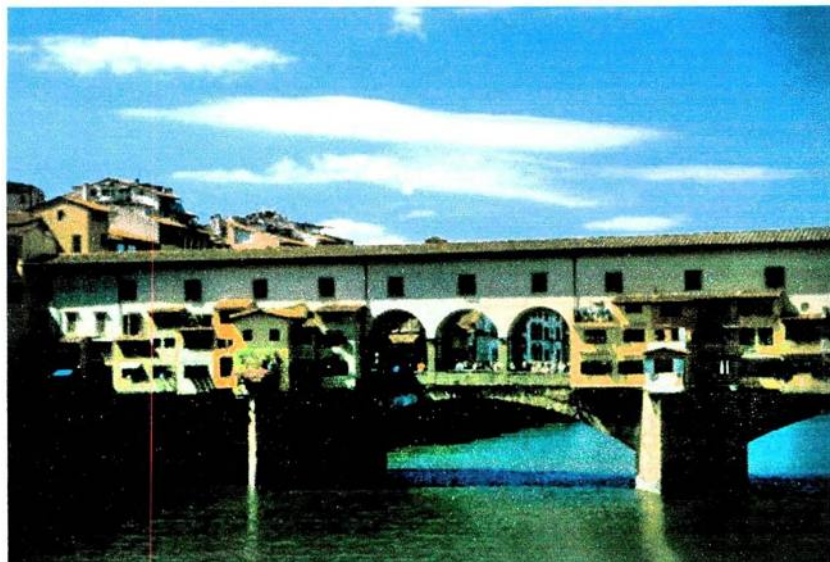
Devido à sua máxima importância para a sobrevivência da população, as fontes de Siena passaram a ser vigiadas como um bem público que podia sofrer ataques estrangeiros, tanto que a comuna recrutou um grupo de soldados para proteger todas elas. Além disso, uma parte da receita da comuna era destinada ao cuidado das fontes e havia leis severas a serem cumpridas, como a proibição de sujar água, de fazer um uso impróprio das fontes, de jogar resíduos nestas etc. Houve inclusive alguns casos de aplicação da pena de morte para quem infringisse estas normas.

Deveríamos ainda mencionar, neste nosso percurso pelas cidades medievais toscanas, a importância da ponte na vida pública e comercial das cidades e sua relação com a localização preferencialmente próxima a cursos de água. O desenvolvimento urbanístico de Florença durante o século XIII, por exemplo, pode ser medido pela construção de pontes novas: a *Ponte Nuovo*, depois chamada de *Alla Carraia*, 1218-20, a ponte *Rubaconte*, depois *Alle Grazie*, 1237, e a ponte *Trinità*, 1252. As quatro pontes tinham a função de ligar as duas partes da cidade que estavam separadas pelo rio Arno, pois o crescimento de Florença ocorreu apoiado na utilização do curso fluvial, seja para o transporte dos produtos a serem exportados, seja para abastecer de água a cidade³⁰. Assim, ao invés do núcleo urbano crescer em uma margem do rio, a ocupação ocorreu paralelamente às suas duas margens, tornando necessária, posteriormente, a construção de pontes novas para conectarem a população separada pelo curso fluvial. Assim, algumas pontes eram apropriadas exatamente como se elas fossem uma rua, o que explica a construção de lojas sobre essas. O caso mais conhecido deste dado é a *Ponte Vecchio* florentina, que até hoje conserva a forma de apropriação da população medieval desse marco urbano. Mas, além da *Ponte Vecchio*, também sobre a ponte de *Rubaconte* e *Santa Trinità* em Florença havia oficinas e pequenas casas.

Vale ainda mencionarmos que os trechos da margem que podiam ser percorridos eram muito curtos se compararmos aos dias de hoje: somente em 1246, encontra-se a primeira menção de um trecho para pedestres que margeava o rio. Este dado explicita também a forma de apropriação do rio pela população florentina, que

³⁰ O Arno era utilizado como via fluvial para o transporte de materiais, sobretudo de madeira, para ativar os moinhos e para necessidades industriais, principalmente as relacionadas com o processo de produção da lã, como tintura, lavagem, secagem etc.

ainda não concebia a passagem do curso fluvial como um elemento natural a ser contemplado durante uma caminhada planejada, tal como acontece atualmente nas cidades europeias. O rio na Idade Média tinha uma função muito mais prática e concreta do que apenas prazerosa.



A *Ponte Vecchio*, a primeira ponte a ser realizada em Florença, foi reconstruída em 1345 com o objetivo de torná-la mais larga. A reconstrução foi realizada graças aos rendimentos obtidos do aluguel das lojas que ficavam sobre ela, 43 ao todo, e foi caracterizada também pela transformação das mesmas, que de madeira passaram a ser de pedra, material mais resistente, seguro e duradouro. Foi realizado então um plano urbanístico para a disposição das oficinas, que foram colocadas simetricamente. A *Ponte Vecchio*, tal como a vemos hoje, tomou esse aspecto somente a partir do século XV, quando as lojas cresceram em altura e em caimento em direção ao rio.

O exemplo do *sítio* da cidade de Pisa é também revelador da importância da via fluvial para o desenvolvimento das cidades medievais da Toscana. Além da cidade ter se desenvolvido economicamente a partir da proximidade em relação ao mar, a presença dos rios Arno e Auser também foi decisiva para seu crescimento, pois ambos forneciam a água necessária ao consumo da população e serviam também para as mercadorias da Toscana serem transportadas ao porto pisano. Para ilustrar o fato, durante o período de intenso crescimento econômico em Pisa, o bairro de *Cittadella Vecchia* foi o principal reduto das novas construções. Na época, era conhecido por zona *Tersana* ou *Tersanaia* e estava próximo ao mosteiro de São Vito, uma importante instituição religiosa de inícios de 1200. A zona contava com uma

considerável infra-estrutura portuária, pois por ali passava o rio Auser, atravessando a cidade até desembocar no Arno. As embarcações podiam atracar nesse porto. A partir do século XIII foram erigidas várias torres no bairro, entre elas a torre guibalina, construída em 1290, que adquiriu sempre maior importância. Com o acirrar das disputas entre guelfos e guibelinos, em 1394, o governo procurou transformar o bairro em uma *cittadella* defensiva munida de torres, inserindo em seu interior um presidio militar. Por isso a zona recebeu posteriormente o nome de *Cittadella Vecchia*. Esta evolução foi favorecida pela proximidade em relação ao curso de água e, como já mencionamos, pela existência do mosteiro, que alimentava a vida religiosa do bairro.

Como as relações entre o mundo laico e o religioso eram muito estreitas, a igreja era, além do lugar da prática religiosa, um lugar tanto de grandes reuniões públicas quanto dos mais pequenos encontros cotidianos. O bairro de *Santa Croce*, em Florença, localizado entre os dois últimos círculos de muralhas, era um bairro operário, cuja principal atividade era a indústria da tintura, muito marcado pela igreja dos franciscanos de *Santa Croce*. O culto, as rezas, as músicas eram o mundo aparente de uma comunidade extremamente religiosa, pois o bairro na época já se destacou como o local da cidade onde a esfera religiosa mais perpassava a vida laica da população. O sino da igreja era naqueles tempos um importante meio de comunicação, chamando com seu som a população para a colheita ou para a transmissão de notícias. A zona próxima ao convento dominicano de *Santa Maria Novella* também era muito marcada pela dinâmica religiosa, por ser dotada de um complexo estrutural muito desenvolvido para a época. O convento dispunha de um refeitório, salas capitulares, dormitórios, biblioteca e enfermaria, constituindo um verdadeiro organismo social. Ele é um dos maiores exemplos do papel decisivo que tiveram as igrejas, conventos e mosteiros para o crescimento das cidades, atraindo e educando a população no seu processo de criação de um convívio diário urbano. O convento de *Santa Maria Novella* em Florença também é um bom exemplo da concepção planificadora daquele momento, pois o próprio bairro seguiu diretrizes de ocupação, possuindo ruas que se dispunham em linhas ortogonais.

A única instituição religiosa que se caracterizou por estar mais afastada da vida citadina foram os hospitais de isolamento, que faziam parte do complexo do mosteiro, mas que eram geralmente destinados a regiões afastadas do perímetro

urbano, para evitar o perigo de contágio da população pelos seus hóspedes: o hospital de isolamento era um edifício destinado a abrigar os estrangeiros que chegavam às cidades e que deviam permanecer um tempo em quarentena para os médicos poderem diagnosticar suas possíveis doenças e pestes. Tanto a aglomeração social que a cidade medieval promovia como a segregação social que ela abrigou, e que está na sua origem, foram produzindo espaços de exclusão, ou, no mínimo, de marginalização social. Não é por acaso que as prisões e hospícios, analisados por Foucault, tiveram origem nesse período da história e no contexto espacial da cidade. No ano de 1299, por exemplo, os historiadores acusam a construção de uma prisão na cidade de Florença.

No que diz respeito aos espaços livres, devemos dizer que o aspecto apertado e sinuoso que marca nossa imagem das cidades medievais não é totalmente verdadeiro. Esta imagem resulta do povoamento que se verificou com o crescimento nos séculos sucessivos. A título de exemplo, veja-se a segunda muralha construída em Florença, datada do ano de 1333, que sextuplicou o perímetro urbano. Essa grandeza traduz o quanto naquela época esperava-se que a cidade crescesse. Entretanto, até o final do século XVIII, o espaço citadino não havia ainda sido completamente ocupado. Havia, assim, nas cidades medievais muitos espaços verdes e livres, fato que auxiliava a não comprometer aspectos relativos à higiene. A falta de lugares para higiene dentro das casas era compensada pela existência de locais públicos para tal atividade: os banhos, os hospitais e o forno. Os restos dos mortos, por exemplo, eram geralmente depositados nos próprios jardins das cidades e os restos de comida eram dados aos animais.

Por último, gostaríamos ainda de ressaltar a existência de outra instituição em algumas cidades medievais: a universidade. O termo *universitas* designava, no princípio da Idade Média, o local das guildas onde os mestres transmitiam o conhecimento da prática de um ofício aos seus aprendizes, revelando que, neste momento e espaço histórico específicos, havia uma indissociabilidade entre o conhecimento e a prática, entre o saber e o fazer. No entanto, foi durante a Baixa Idade Média que surgiram as primeiras universidades enquanto instituições “autônomas”, ou seja, entidades dotadas de um edifício próprio e entendidas como lugares de transmissão do saber teórico, depositárias do conhecimento mas

desvinculadas do ensinamento prático. Assim deu-se o início do processo de desvinculação da atividade prática e teórica. As primeiras a sistematizarem esses ensinamentos foram as vinculadas à jurisprudência, medicina e teologia. Na região norte da Itália, a primeira e a mais importante universidade era a de Bolonha, que se destacava na área do Direito.



O aprendizado dos ofícios passou a ocupar um lugar central na vida dos moradores das cidades. Ele envolvia o gosto pelo trabalho manual e a expectativa de um futuro promissor.

iv. A ordenação do território urbano

No processo de produção dos espaços urbanos na Toscana, o governo comunal adquiriu um papel determinante. Analisamos no capítulo anterior como a ascendência da cidade no plano político, econômico e social dentro do regime feudal esteve estritamente vinculada à conquista da autonomia da cidade. Esse processo não prescindiu da consolidação de uma política espacial por parte das comunas, que se empenharam na direção de torná-la efetiva na medida em que era necessária para sua própria reprodução. Intitulamos este capítulo *Ordenação do território urbano* pois foi a busca da normatividade e a concepção da organização que perpassaram a política comunal toscana.

Em primeiro lugar, diante da necessidade de se preservar intacto diante das resistências de origem feudal, o regime comunal começou precisando em seus

estatutos as zonas onde sua autoridade se exercia com o intuito de defender os interesses públicos. Interessava-lhe garantir, antes de mais nada, a liberdade de circulação e a segurança das pessoas e de seus bens, pois era este o dado que tornava possível a afirmação de uma soberania do governo sobre a sociedade urbana em seu processo de produção do espaço. A regulamentação dos direitos ao espaço público, ocorrida especialmente em Siena e Pistóia, por exemplo, não comportava apenas uma *ordenação* concreta das formas de apropriação do espaço mas também a criação de uma nova moralidade. Neste item, explicaremos e aprofundaremos esta afirmação.

Nas primeiras fases de constituição das cidades medievais, a renovação urbana estava muito atada à necessidade da proteção e da subsistência, tanto é que os principais focos de construção nesse período foram as muralhas, os depósitos de comida e as igrejas. As muralhas, como já vimos, eram a forma concreta da unidade cidadina e afirmavam-se como um marco de delimitação da cidade e da segurança das pessoas que viviam no intra-muros. Os depósitos de alimentos constituíram, por sua vez, um dos primeiros edifícios a serem construídos. E como as igrejas eram, a princípio, o marco espacial por excelência de qualquer cidade, tendo afirmado-se séculos antes como o espaço dos encontros familiares, sociais e culturais, elas não podiam estar ausentes na cidade, sendo, no processo de produção urbana, o principal ponto de referência, o edifício que se destacava no horizonte e na paisagem, chamando os habitantes para participarem de seus eventos. Não é por acaso que sempre foi considerada, durante toda a Idade Média, como o lugar por excelência dos encontros.

A partir dessas três prioridades, foram se consolidando outras diretrizes de intervenção espacial por parte do governo comunal toscano. A primeira foi a de abrir ruas que ligassem as partes principais do sítio urbano e garantir que estas fossem bem cuidadas. A segunda consistiu em dotar as cidades de novas muralhas, de acordo com as necessidades das mudanças que se operavam rapidamente no espaço, e em construir duas vias circulares, sendo uma para rodear o perímetro urbano e outra para ordenar a disposição dentro da muralha. A terceira preocupação referiu-se à construção de ruas que servissem para ocupar terrenos vagos ou “ilhas de habitação” (Heers, 1984). Estas três preocupações intervencionistas estavam embasadas na ânsia por proporcionar uma maior potencialização da capacidade produtiva, comercial e de

desenvolvimento da sociedade urbana. Além disso, como já dissemos, as administrações comunais objetivavam fortalecer seu poder e controle sobre a população sob seu comando, interesses que se relacionavam à intenção da classe dominante em viabilizar e potencializar o crescimento das atividades produtivas e comerciais na cidade.

Outras preocupações, advindas do processo de criação de uma “*mentalidade coletiva urbana*” pelo governo comunal e a população que o apoiava eram: a garantia de terrenos para jardins, a preservação da limpeza e o cuidado com a saúde dos habitantes. Para tanto, em Siena, por exemplo, cada terço da cidade elegia uma pessoa para fiscalizar ruas e praças, sendo os moradores obrigados a limpá-las, sob o risco de aplicação de multa. Havia a regulamentação da hora em que o lixo podia ser jogado, não podendo este ser depositado em terrenos religiosos, num período em que o poder da igreja interferia na regulamentação das normas da sociedade. As latrinas, por exemplo, só podiam ser limpas à noite, após o toque de recolher, assim como as indústrias têxteis estavam proibidas de usar a rua ou nela jogar materiais usados na tintura. Os leprosos eram impedidos de circular no território citadino, constituindo-se em um setor já marginalizado na política, na econômica e no espaço, e havia profissionais dedicados a zelar e aplicar leis sanitárias. Na praça em frente ao palácio público de Siena, não podia haver pedras, madeira, sujeira e restos de animais. Ali tampouco se permitia vender grãos, palhas e ferro. Em Florença, os estatutos do século XIV estabeleceram que o lixo não podia ser jogado diretamente nas ruas e que as latrinas deviam ser descarregadas pelos próprios proprietários das casas nas fossas externas à cidade ou no rio Arno. Um encarregado público vigiava estas operações. As águas dos canos e o lixo eram depositados em um poço subterrâneo ou eram jogados nas ruas menores da cidade até alcançarem as estradas que davam para fora do perímetro urbano. Todas estas eram normas para uma convivência na cidade que possibilitasse a realização das atividades que davam sentido a ela: o da centralidade das relações sociais, dirigida nesse período por um poder político constituído a partir da divisão do trabalho e da hierarquização da sociedade em classes e que se realizou produzindo o espaço das cidades medievais.

Outro fator que exigia esforços por parte da comuna no sentido de desenvolver a organização espacial urbana eram as disputas entre os guelfos e os guibelinos. As

guerras urbanas desencadeadas por estas duas facções no século XIII provocaram muitas vezes a destruição de inúmeras casas particulares, que, ao serem reconstruídas, acabavam por recondicionar a estruturação espacial, através da intervenção do governo comunal no sentido de recompor o tecido social. Este passava a contar então com novas praças, fontes, aquedutos e pontes. As guerras urbanas faziam com que as comunas tivessem que desenvolver uma ampla capacidade de readaptação a novos contextos e necessidades políticas e, sobretudo, no caso, sociais, pois eram estas que interferiam mais na criação de espaços públicos. Era muito frequente assim a constante remodelação de bairros através de demolições massivas, o alinhamento de edifícios, a edificação de palácios, o reacondicionamento de portas e a nova pavimentação dos espaços de circulação. Florença, Siena e Luca foram cidades especialmente afetadas por este dado da realidade. Para realizar estas obras intervencionistas no espaço, era assim frequente que o governo das comunas solicitasse doações privadas para financiar os trabalhos de utilidade pública, já que estas medidas visavam facilitar e viabilizar o desenvolvimento do comércio e das atividades produtivas na cidade. O governo de Siena pôde construir as fontes públicas através dessas doações.

Após uma primeira fase, durante o século XII, na qual o governo das comunas toscanas investiu na segurança e na criação de um sistema eficiente de provisão de alimentos para as cidades, e levando em consideração que a consolidação de uma identidade urbana havia fincado em solo urbano suas próprias raízes, iniciou-se um período de ambições e projetos urbanísticos maiores. Referimo-nos aqui à deliberação, por parte dos governos comunais, do início das obras para construir o palácio municipal e, principalmente, a praça pública. Sem dúvida, durante o século de crescimento quase que desordenado das cidades medievais, a sociedade urbana que se criava, movida pela nova dinâmica comercial e econômica e pelas novas perspectivas políticas e mudanças culturais, criou, dentro dos espaços urbanos, novos marcos espaciais, condizentes e reveladores das novas práticas sociais, como as fontes públicas, os mercados, as casas-torre, os edifícios municipais, os hospitais de isolamento etc.

Foi assim que entre 1232 e 1302 Florença sofreu intervenções urbanísticas propostas por Arnolfo di Cambio, importante artista da época. Arnolfo procurou formular um projeto de redefinição da disposição no espaço das novas áreas ocupadas pela cidade, pois consolidou-se no período uma nova concepção da unidade organizativa e formal urbana.

O espaço proposto pelo artista distinguia-se do aspecto compacto do centro já existente, no qual os únicos edifícios públicos monumentais eram o Batistério de Santa Reparata e o então recente *Palazzo del Podestà*, que vemos na ilustração ao



A torre mais alta que se vê no desenho foi projetada por Arnolfo di Cambio. O palácio foi concluído em 1302 e sua torre 8 anos depois, em 1310. O edifício recebeu diversos nomes: primeiro o de *Palazzo dei Priori*, depois *Palazzo del Popolo* e, no século XV, o de *Palazzo della Signoria*. O nome *Palazzo Vecchio* foi dado a partir de 1549, e assim permanece até os dias de hoje. A mudança nos nomes acompanhava as mudanças das formas de governo.

lado. Arnolfo entendeu que seria fundamental a recuperação de elementos anteriores na construção dos novos edifícios e a recriação desses elementos em uma escala mais adequada à imponência que a cidade havia adquirido como centro da Toscana. O artista defendeu a antiga ordenação do espaço urbano, empreendida da segunda década do século XIII em diante, em pólos funcionais. Então, o complexo catedral-batistério foi coligado pela Via Calzaiuoli, que havia adquirido relevância nos anos anteriores. A cúpula da catedral, que depois foi projetada por Brunelleschi, e que se constituiu no principal símbolo de Florença, já estava prevista por Arnolfo e deveria ser o próximo ponto de referência do tecido urbano.

Assim, para que os governos comunais se empenhassem em investir em formas e arranjos espaciais novos foi necessário, sobretudo, uma mudança na mentalidade: *“Esta evolução passa por várias fases concomitantes, durante as quais ocorre a maturidade de uma consciência política, cuja referência material é a cidade com seus lugares de representação coletiva, a igreja, o palácio e a praça pública. Trata-se, em primeiro*

lugar, da necessidade de assinalar os lugares de poder e, logo, de proclamar sua legitimidade e sua autoridade mediante a solenidade arquitetônica que impõe respeito e representa a adesão. Aqui é onde intervêm a estética da propaganda, com o advento de todas as alegorias da prosperidade, da justiça e da imortalidade extraídas da lenda ou da história da cidade. Fachadas de palácios, sala de conselhos, praças e fontes públicas, armazéns, mercados e outros lugares que permitem expandir a mensagem cívica sublimada pela arte. Continua sendo a Itália o lugar de onde se pode apreciar a passagem para uma visão mais generosa da civilização urbana.”³¹

Os governos comunais apropriaram-se portanto dos espaços de encontro e de reprodução da vida social para expressarem e reforçarem seu poder, consolidando uma estética própria da comuna. Ela consistia na criação de formas e linhas arquitetônicas próprias, que apareciam somente nos edifícios do governo ou sob seu poder. Criou-se assim uma imagem urbana que visava contribuir para o fortalecimento do próprio governo, sob o lema da construção da identidade e do surgimento do sentimento de devoção à cidade de origem e vivência. Proliferou-se assim uma arquitetura e uma espacialidade normatizada, controlada e regida pelo governo comunal, mas que era, ao mesmo tempo, e em parte, uma expressão do movimento social empreendido por ele mesmo. No processo, foram muitos os heróis que conquistaram o coração dos habitantes das cidades medievais: os santos patronos, alguns heréticos ou alguns membros das camadas sociais mais admiradas que dominavam a cidade por possuírem riquezas, títulos ou por terem se destacado em alguma batalha, cruzada ou viagem. Eram estes últimos, geralmente, nobres de primeira linhagem ou bravos cavaleiros que se arriscavam em terras desconhecidas. As personagens de admiração coletiva tinham origens mais diversificadas, pois a

³¹ “Esta evolución pasa por varias fases concomitantes a lo largo de las cuales tiene lugar la madurez de una conciencia política, cuya referencia material es la ciudad, con sus lugares de representación colectiva, la iglesia, el palacio y la plaza pública. Se trata, en primer lugar, de la necesidad de señalar los lugares de poder, y luego la de proclamar su legitimidad y su autoridad mediante la solemnidad arquitectónica que impone el respeto y que conlleva la adhesión. Aquí es donde interviene la estética de la propaganda, con la puesta en marcha de todas las alegorias de la prosperidad, la justicia y la inmortalidad extraída de la leyenda o de la historia de la ciudad. Fachadas de palacios, sala de consejo, plazas y fuentes públicas, almacenes, mercados, y otros lugares que permiten expandir el mensaje cívico sublimado por el arte. Sigue siendo Italia desde donde se puede apreciar el tránsito hacia una visión más generosa de la civilización urbana.” (Racinet, Philippe; Jehel, Georges. *La*

sociedade urbana havia se libertado do referencial puramente religioso. É neste contexto que entenderemos melhor no próximo capítulo a importância das ordens mendicantes, com seus heróis “reais”, como Francisso de Assis, que ganhou voz e uma imagem através das pinturas de Giotto. É neste contexto também que inserimos a pintura de Lorenzetti, cujo título é Alegoria do Bom Governo.

Sobre a redefinição do papel da religiosidade na sociedade urbana medieval, assistimos a um processo espacial de dimensões importantes, pois foi uma expressão da transferência do poder da catedral ao mundo dos negócios e da vida pública: o surgimento da praça pública como um lugar de reunião em detrimento da igreja. Esta mudança foi sem dúvida patrocinada pelas comunas, que arcaram com as despesas e o cuidado das obras realizadas para a construção das praças. Para entendermos este movimento vale considerar diversos fatos.

Primeiramente, é preciso lembrar que a igreja e a catedral tinham, por princípio, uma importância social no plano simbólico e espiritual e no plano litúrgico, pois ela também era um lugar de reunião. A catedral, assumindo também a função de centro de encontro, contribuiu para fortalecer o poder centralizador da cidade com relação à população. Como um edifício fortificado, era apropriada para servir de refúgio e, sobretudo, de referência nas cidades arruinadas por guerras e conflitos, assinalando o centro da cidade, que era, para toda a população citadina, seu ponto instintivo de agrupação (Racinet, 1996). No decorrer do processo de desenvolvimento das cidades medievais, a catedral foi perdendo a exclusividade deste papel, pois as esferas econômica, política e social sofreram mudanças que apontavam na direção contrária à definição da igreja como o único lugar de encontro social. Assim, foi justamente nos séculos XIII e XIV que esta transformação começou a dar seus frutos e a materializar-se, dando origem à praça.

Uma das necessidades da população urbana que explica o surgimento das praças públicas foi a de dotar a cidade de espaços abertos. Num primeiro momento, estes espaços tornaram-se o lugar, por excelência, do agrupamento da comunidade religiosa diante da igreja. Com as transformações sociais em curso, a praça passou a ser também o *locus* da comunidade cívica reunir-se em assembléias deliberativas e

ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos V-XV). Barcelona, Omega, 1996. pg. 578.

reuniões populares e o local escolhido pelas ordens mendicantes para professarem suas palavras. Assim, na praça reuniam-se pessoas tanto para debaterem temas políticos, como temas religiosos. Le Goff, ao se referir a Francisco de Assis, afirma: *“Seu apostolado o leva a utilizar ou a criar novos espaços comunitários nas cidades, em particular para a pregação. Esse novo lugar da palavra urbana é frequentemente a praça, recriando um espaço cívico ao ar livre, sucedendo a desaparecida ágora e o fórum antigo.”*³² Dessa forma, devemos entender que a praça pública das cidades toscanas possibilitava e acolhia a reunião da população urbana quando esta via-se diante da necessidade de discutir os temas e os problemas específicos da coletividade. A praça abarcava, dessa forma, o sentido do espaço livre pronto e destinado a ser ocupado pela comunidade. No entanto, a hierarquia social e o poder comunal não estiveram ausentes desse processo, ocupando os espaços que circundavam a praça e direcionando sua construção na cidade. Por esta razão, todos os palácios comunais situavam-se nas praças, assim como as famílias mais ricas costumavam habitar em sua proximidade. A ascendência do poder da comuna não ocorria apenas nesse nível: os regulamentos urbanos dos séculos XIII e XIV continham artigos muito rigorosos que proibiam a livre circulação ou a utilização das praças para o jogo, determinando também que os mendigos e vagabundos que pudessem importunar o público deveriam ser expulsos delas. Regulamentando as atividades que poderiam acontecer nas praças, o governo comunal exercia assim, diretamente, seu poder sobre a população. A intenção que motivava as comunas a empreenderem a construção das praças era a de poder reunir a população em um espaço sobre o qual ela tinha um controle, pois a praça encontrava-se em um espaço central, aberto e livre para a circulação, podendo ser visitada e vigiada pelos membros dos governos. Como um lugar de vivência, de expressão e de adesão por parte da população cidadina, a praça adquiriu uma significação eminentemente política, na medida em que toda ação do cidadão passava a ser controlada. A partir desse momento, se a praça pública era, por princípio, um espaço cívico maior, ela também era um lugar de exercício, expressão e afirmação do poder comunal (Racinet, 1996).

³² Le Goff, Jacques. *São Francisco de Assis*. (Trad. Marcos de Castro). Rio de Janeiro, Record, 2001. pg. 189.

Pelas razões expostas, os “grandes” acontecimentos da história medieval, como o surgimento do regime comunal, a luta contra as heresias, a difusão da mensagem das ordens mendicantes³³ e a afirmação dos poderes comunais encontraram ali seu principal respaldo e ponto de apoio e referência, tornando-se, portanto, o atributo por excelência do fenômeno urbano na Baixa Idade Média.

Por razões de clima, de tradição e de conjuntura, foi nos países mediterrâneos, e especialmente na Itália, onde a praça adquiriu toda sua dimensão, sem que, não obstante, se possam definir características arquitetônicas ou topográficas comuns a todas elas, pois a praça adaptava-se ao espaço disponível. Devemos considerar também que a praça era complementada pela presença do palácio comunal ou da catedral, o que acentuava sua capacidade de atração. A complementariedade da praça pública e do palácio da comuna é um dado típico do urbanismo italiano, cuja marca está conservada na paisagem atual de Florença e Siena.

Na tarefa de abertura das praças, a cidade teve que sofrer um amplo acondicionamento de seu espaço, pois a praça pública, convertida no centro do espaço urbano quando foi instaurado o poder comunal, condicionou a planificação da rede urbana das principais cidades da Toscana, como Pádua, Siena e Luca. A organização do espaço na Baixa Idade Média era definida, num primeiro plano, pelas

vias de circulação. Com o condicionamento do espaço com vistas à construção das praças, foi necessária a reordenação das vias secundárias, às vezes privadas, em benefício do espaço público.



Piazza del Campo, com vista para a Torre del Mangia (1348), parte integrante do Palácio Comunal, Siena.

A *Piazza del Campo* de Siena nos fornece um bom exemplo do trabalho e da reorganização espacial que estavam implicados na construção das praças públicas. Primeiramente, devemos notar -como podemos ver na foto ao lado- a relação espacial de poder que foi estabelecida pelo governo comunal em relação aos cidadãos através da edificação dos palácios municipais nas praças. No caso da cidade de Siena aparece muito evidente o controle que a

³³ Na Toscana seu papel na difusão dos ideais das ordens mendicantes foi primordial.

comuna obtinha através da construção do palácio nesta área pública: a *Torre del Mangia* impunha-se no espaço aberto, permitindo assim que de seu piso superior os funcionários do governo pudessem ter uma ampla visão do que ocorria na praça, concretizando a relação de domínio da população citadina pelo governo.

É preciso compreender também a inserção dos edifícios comunais e das praças no espaço da cidade e, mais especificamente, do bairro. Focalizando historicamente o caso de Siena, vemos que a *Piazza del Campo* nasceu, provavelmente, para conter as águas pluviais e beneficiar o terreno, já destinado a abrigar o mercado. Com o tempo, o local assumiu a função de uma praça, ou seja, de um lugar público de encontro, de vida social, citadina e religiosa. Nela foi construído o *Palazzo Pubblico*, após os magistrados e os representantes dos cidadãos residentes na área próxima à praça terem decidido, em uma reunião em 1297, pelo início das obras. Estes estabeleceram que auxiliariam os proprietários das casas próximas ao palácio a adequarem-se arquitetonicamente ao conjunto do edifício municipal. O governo comunal teve que terminar assim por redigir algumas normas edilícias rigorosas, e os proprietários das edificações da área deveriam cumprir a obrigação de não tentarem competir em grandiosidade, elegância e muito menos originalidade com as ambições arquitetônicas do *Governo dei Nove*. Esta foi uma forma do governo inserir o edifício e a praça no bairro. O Palácio terminou de ser parcialmente construído em 1308, faltando a *Torre del Mangia*, que consiste em uma das torres comunais mais admiradas desde o período até os dias de hoje.

A construção da praça pública em Siena esteve embasada, portanto, em primeiro lugar, na reorganização de uma área urbana e na criação e aplicação de uma série de normas e restrições impostas pela comuna às pessoas que habitavam no entorno da praça. Esta tarefa não poderia ter sido realizada se a população da cidade não estivesse envolvida neste projeto. Além disso, a praça foi fruto da consolidação do poder comunal e da necessidade deste construir uma imagem da cidade de Siena, que de fato apresentava, durante a Baixa Idade Média, uma trama espacial e uma unidade arquitetônica específicas. Não é por acaso que as cidades medievais da Toscana são consideradas, paisagisticamente, muito diferentes entre si, justamente por esse processo de criação e efetivação de uma imagem que identificasse a cidade e sua população e que a distinguísse das outras cidades vizinhas.

Uma política de modelação da paisagem urbana também foi empreendida em Florença. Nela, a partir de 1388, foram colocadas em prática diversas deliberações comunais no sentido de definir as modalidades das construções que estavam em uma área próxima à catedral, como, por exemplo: as casas deveriam ter no andar térreo um certo tipo de arcadas e as janelas do primeiro andar deveriam ter uma altura máxima de 12 braços e apresentar um desenho estabelecido pelos operários da *Opera del Duomo*. Outros bairros da cidade também receberam ordens no sentido de se consolidar uma unificação ambiental urbana e houve casos de residências privadas que procuraram interferir em seu complexo para adequarem-se a um estilo arquitetônico próprio da cidade de Florença³⁴. Ao mesmo tempo em que se consolidava a busca da uniformização, perdurava a intenção da construção dos edifícios das principais instituições da época, como a igreja e o palácio, em dimensões



Il Duomo (conjunto formado pelo batistério, a basílica e o campanário),
Florença.

monumentais, com o claro objetivo de destacá-los na paisagem urbana. Na foto que se segue podemos ver um exemplo desta grandiosidade arquitetônica.

Dessa forma, para a gestão urbana não importava apenas a funcionalidade da cidade, ou mais especificamente da praça, mas também seu embelezamento. O

³⁴ Observou-se também que, nos séculos XIII e XIV, estava difundido um certo gosto comum a todas as principais instituições pelo cromatismo no interior dos espaços dos grupos eclesiásticos, nas salas dos edifícios públicos, tanto nos palácios como nas sedes das corporações ou oficinas, e nas habitações.

utilitarismo das funções que ela centralizava devia estar associado à criação de uma imagem urbana que correspondesse aos mesmos serviços que a cidade oferecia e ao espírito urbano que sustentava a mentalidade da identificação dos indivíduos com a própria cidade. Esta mentalidade urbana estava na base da reprodução da cidade com sua dinâmica e seus mecanismos próprios de defesa, eleição de representantes governativos, organização da vida coletiva e produção de simbolismos e referenciais próprios. Era necessário assim adornar a cidade para mostrar o esplendor de sua civilização e as preocupações estéticas que permeavam o acondicionamento de sua infra-estrutura, que visava melhorar a comodidade, a segurança e a higiene, tinham uma dimensão psicológica muito importante.

Concretamente, esta busca estética também se traduziu na criação no espaço urbano de um espécie de jogo de perspectivas nos eixos de circulação que conduziam aos espaços abertos. Outra preocupação estética que moveu a criação de um estilo arquitetônico próprio foi a de se criar na moradia um sentimento de bem-estar e de orgulho que fosse capaz de suscitar em seus moradores e na população a sensação de harmonia entre o viver e o trabalhar. Esta harmonia objetivada na cidade era entendida como um incentivo para os laços de solidariedade estreitarem-se ainda mais. Sem dúvida, o objetivo da potencialização da vida comunitária teve que esperar muitos séculos para se concretizar, pois, como já dissemos, nas primeiras fases de constituição das cidades medievais, a renovação urbana estava muito atada à necessidade da proteção e da subsistência.



A partir do final do século XIV iniciou-se um período de estagnação do complexo da cidade de Florença: a atividade construtiva passou a limitar-se a melhoramentos, ampliação ou renovação das estruturas consideradas ultrapassadas funcional ou esteticamente.

Mesmo assim, no século XIV, por exemplo, a cidade de Florença apresentava a unidade funcional e estética, da regularidade e da ordem, objetivada durante o

século anterior. A cidade rodeada pelas muralhas compreendia: uma área central, criada sobre a antiga estrutura romana, caracterizada por um alto nível de concentração das edificações, por poucas áreas verdes e pela presença de todas as funções urbanas da época, a de centro religioso, político e comercial; uma área entre os dois primeiros círculos de muralhas, e uma terceira área compreendida entre as duas últimas muralhas, seguindo as diretrizes urbanísticas dos burgos surgidos fora do primeiro círculo comunal e organizada em bairros dispostos ao redor das igrejas e dos conventos que estavam antes fora dos muros. Observava-se que a estruturação de Florença tinha como base os percursos territoriais correspondentes às portas principais e às pontes. Estes marcos espaciais criavam como que diretrizes espaciais e, ao longo das vias suscitadas por estes marcos, surgiam praças, onde estavam a estrutura que podia ser considerada como destinada a cumprir a função de contato e troca entre o território circundante e a cidade: mercados, comércio no varejo, albergues, hospitais e banhos públicos. As igrejas e ordens religiosas estavam entre estas vias e lugares centrais e a rede viária interna organizava-se em função das residências de cada bairro.

Ainda que cada cidade medieval toscana possuísse uma paisagem única, a organização do espaço de todas elas correspondia a finalidades políticas bem definidas: exaltação do poder da comuna e controle dos bairros que a ameaçavam através de sua marginalização no espaço da cidade, ou de seu fracionamento mediante aberturas notáveis. A rua, nesse sentido, não tinha apenas uma única função também durante os séculos XIII e XIV na Toscana: além de lugar do encontro e da circulação, ela era também um dos instrumentos de uma estratégia política. Por este motivo, elas foram classificadas segundo seu tamanho, adquirindo diversos nomes, como *chiassi*, *androne* e *vicoli*. Esta classificação implicava a formulação de uma hierarquia de ruas segundo sua importância e, a partir dela, a comuna decidia quais as ruas seriam vigiadas pelos seus funcionários (Racinet, 1996).

A imagem, no entanto, continuou sendo um recurso impar para a afirmação da supremacia do governo comunal em seu território e para o próprio processo de produção das cidades, o que também explica a importância da arte neste período histórico. Nas igrejas franciscanas, por exemplo, a importância dada às pinturas é

notória desde o início da consolidação da ordem³⁵. O gosto pela imagem chegou inclusive a adentrar nas casas, onde havia usos de vários tipos de arte, tanto pinturas como, nos aposentos mais importantes, a decoração mediante tapetes e afrescos.

v. Espaço privado e espaço público

A morfologia sóciopolítica da cidade medieval pode ser caracterizada, sobretudo, pela existência dos centros de decisão e de execução das atividades sociais mais importantes e por bairros de residência dos grupos sociais influentes econômica e politicamente nas áreas próximas a esses centros de poder. A polarização sóciopolítica do espaço urbano é uma das principais características das cidades medievais toscanas, e, de uma maneira geral, italianas. Em Florença, por exemplo, ficaram famosos os Ginolli, Rucellai, os Medici e as grandes linhagens com suas casas, palácios, *loggia* e torres, que ocupavam espaços estreitamente delimitados pelos pórticos e átrios enlaçados por ruas.

Neste sentido, o espaço urbano encontrava-se segmentado de maneira que as camadas sociais pertencentes ao topo da hierarquia social empreendiam uma segregação espacial: a apropriação do espaço variava segundo a posição econômica, social e política que cada família ocupava no interior da sociedade urbana. Dessa forma, o espaço das cidades toscanas constituía uma unidade espacial que não era homogênea, sendo objeto da dominação e da exclusão social, administrativa e cultural que se produzia em uma morfologia cujo principal componente material era o bairro. Assim, o espaço conjunto da cidade definia-se pelas relações que se estabeleciam entre as compartimentações espaciais, já que nenhuma área poderia ser entendida ou considerada isoladamente. Os bairros, apesar de não apresentarem a segmentação por classe social característica das cidades contemporâneas, possuíam a segmentação social em seu interior, agrupando a população segundo seus ofícios mas também favorecendo a predominância das famílias mais ricas nas áreas consideradas mais centrais das cidades.

³⁵ Os dominicanos demoraram para valorizar a imagem como uma forma de comunicação, dando mais ênfase ao uso erudito das palavras.

É importante relevarmos e compreendermos melhor, no entanto, que o conteúdo da compartimentação espacial das cidades estudadas seguiam, fundamentalmente, a divisão por setores funcionais, já mencionada anteriormente nesse trabalho. O espaço urbano toscano nos séculos XIII e XIV definia-se assim através das relações entre as compartimentações em setores funcionais, ou seja, entre os espaços marcados especificamente por um certo uso que a população fazia deles. Eles se constituíam principalmente devido ao uso e, na maioria das vezes, às decisões e regulamentações jurídicas ou institucionais que costumavam aceitar a segregação já existente. Eram diversas as funções que existiam nesse período: sociais, culturais, econômicas, militares e étnicas. No aspecto social, havia os bairros residenciais das camadas mais ricas, que ocupavam terrenos maiores e destinavam uma parte deles a jardins e pátios, que não eram vistos nos bairros mais populares. No aspecto cultural, existiam bairros episcopais, monásticos ou universitários. No plano econômico, dava-se a divisão por ofícios, a função primordial do mercado, do porto fluvial ou marítimo. No aspecto militar, alguns espaços eram organizados segundo a existência de fortalezas, por exemplo. No universo de referências étnicas, ocorreu, em cidades como Pisa, a agrupação em torno da etnia de origem, que suscitou a formação dos bairros de estrangeiros e judeus. Devemos ainda considerar que o espaço urbano toscano estava segmentado pela presença ou não dos espaços lúdicos, como as tavernas, os banhos e as casas de prostituição. Havia ainda o cemitério, que muitas vezes era utilizado como um lugar de encontros proibidos ou de dormitório para os vagabundos e mendigos da cidade. Nessa rede espacial, alguns marcos materiais contribuíam para a reprodução da dinâmica urbana medieval: as muralhas, as portas, os hospitais de isolamento, as fontes, o mosteiro etc.

Dentro dessa realidade de criação de segmentações do uso dos espaços existentes pela população, criando e produzindo novos lugares na cidade, consolidou-se nos séculos XIII e XIV a compartimentação do espaço em espaço privado e espaço público. Estes foram sendo cada vez mais demarcados jurídica e sociologicamente no processo de reprodução da sociedade urbana pautada pela referência cidadina. Vale ressaltar que, ao observarmos o espaço urbano como um tecido social caracterizado por múltiplas relações, somente podemos definir o espaço privado a partir de sua

relação com o espaço público, pois os limites de cada um eram delineados mutuamente, um pelo outro.

De uma maneira geral, portanto, o poder comunal das cidades toscanas começou a empreender uma política que visava afirmar a demarcação cada vez mais presente entre o espaço privado e o público. Tratava-se, em primeiro lugar, da necessidade encontrada pelas comunas de demarcar no espaço seu nível e formas de poder. O governo comunal, em pleno processo de constituição e consolidação do exercício de uma soberania sobre o território da cidade, tinha como um de seus objetivos e prerrogativas afirmar-se enquanto autoridade suprema cidadina, para também gozar de um poder concreto e material que não se restringisse apenas a pairar solto no ar ou nas linhas que compunham os estatutos comunais.

Procurando desempenhar um papel mais concreto na produção e dinâmica da cidade, o governo começou intervindo no sentido de impor aos detentores do espaço privado restrições, que acabavam por submetê-los ao interesse público. Sem dúvida, os costumes e a tradição feudal apresentavam certa resistência a este tipo de política, concretizada sobretudo na lentidão para a tomada de decisões. Em Florença, por exemplo, a comuna teve que lutar contra o poder das corporações de *Calimala*, *Arti*, *Cambio e Lana* para fazer valer perante estas instâncias sociais seus mandatos e requisições. Ainda que essas resistências tenham ocorrido, a necessidade de uma discriminação clara entre o espaço público e o espaço privado era premente, pois as comunas dependiam da permanência e do sucesso da dinâmica urbana que se desenvolvia pautada na afirmação da liberdade individual combinada a uma produção do coletiva do espaço. Foi pensando na viabilização das atividades sociais, comerciais e produtivas realizadas na cidade que as comunas esforçaram-se em colocar à disposição da população urbana as fontes, os poços, os banhos etc, ampliando o espaço público em detrimento do privado e fornecendo à população urbana os serviços que a comunidade necessitava. O governo de Siena, por exemplo, edificou um estabelecimento de banhos fora da cidade e, para os cidadãos terem acesso a eles, foi aberta uma estrada, que ampliou por sua vez o âmbito de extensão das vias públicas controladas pela comuna (Racinet, 1996).

Dessa maneira, procurando exercer o poder sobre a cidade, o governo comunal passou a preocupar-se com a irrupção nas ruas de torres adicionais e pontes, por

exemplo, as “pontes” aéreas que ligavam dois edifícios privados, no sentido de delimitar e garantir o acesso e a prevalência do espaço público sobre um uso privado não autorizado. Esta preocupação era fruto e expressava a consolidação de uma consciência da esfera de poder do governo público e das ações privadas, particulares, e que se consolidou mediante a própria separação entre estas duas esferas.

Assim, os estatutos de 1309, promulgados em Siena, proibiam, por exemplo, expressamente a construção sem autorização prévia dos *pretori* de um edifício que ameaçasse ocupar um terreno em vias públicas ou de outro domínio das comunas. Os tintureiros de Pisa, por exemplo, tinham permissão para estender seus tecidos nas ruas, com a condição de que não os colocassem em uma altura em que um homem a cavalo pudesse bater a cabeça. Essas eram todas medidas tomadas no sentido de fazer prevalecer a ordem pública em detrimento de interesses privados isolados.

Como já dissemos, um dos focos espaciais de maior preocupação pelos governos comunais foram as ruas, pois elas eram, por excelência, o espaço aberto a todos os tipos de estímulos sociais: elas tinham uma importância ímpar no cotidiano das cidades, pois nelas os habitantes circulavam ou realizavam atividades que envolviam toda a comunidade, fosse a conversa, fossem as festas, danças etc. As ruas eram portanto um espaço público por definição: todos tinham acesso a elas, embora fossem de classes sociais, partidos ou religiões diferentes. Por isso mesmo elas eram também o principal espaço onde ocorriam os conflitos sociais. Além disso, as ruas constituíam os pontos de apoio da própria segmentação do espaço, pois eram elas, em grande medida, que definiam os limites do bairro e do espaço público e privado. Nelas, o contato entre a fronteira do espaço privado e reservado da casa com o espaço público de livre acesso estava muito explícito. Não obstante, eram também as ruas que condicionavam a circulação de produtos e pessoas e moldavam o tecido espacial das cidades. Devido sobretudo a este último fator, elas eram utilizadas também pelos governos comunais para estes empreenderem mudanças na trama espacial, condicionando trajetos, formação ou fragmentação de bairros e interferindo, assim, na apropriação do espaço pelos moradores das cidades.

Por estas razões, as comunas começaram a classificar as ruas segundo seu tamanho, como já mencionamos anteriormente, e os imóveis e bens urbanos que elas abrigavam ou aos quais davam acesso. As ruelas medievais, por exemplo, podiam ser

consideradas tanto privadas como públicas, pois eram dotadas de fossas laterais que as tornavam um foco de passagem e depósito de detritos, tendo sido interditas pelo governo de Luca, por exemplo, em 1308, para garantir a higiene da cidade. Note-se que a palavra *chiasso* em italiano, que poderia ser traduzida como uma rua pequena, deriva de *chiuso*, fechado, já que estas foram, na maioria dos casos, fechadas à livre circulação. Obviamente, estas medidas reconcionavam o uso que a população do local fazia anteriormente do espaço e implicavam no estabelecimento de uma adesão e um compromisso dos habitantes em participarem das decisões tomadas pelas comunas em prol da coletividade. Inclusive, no caso citado, para viabilizar o fechamento dos *chiassi*, o governo requereu aos proprietários das residências próximas às vielas que fechassem com tábuas ou com um pequeno muro as entradas das mesmas, e, por isso, o nome dessas vielas geralmente homenageava o artesão responsável pelo cumprimento das ordens. Este foi um pequeno passo rumo à apropriação do espaço público da rua por entes privados, pois estas ficavam fechadas para a livre circulação, sendo transitada apenas pelos seus moradores locais.

Outro dado que devemos considerar no estabelecimento das fronteiras entre os espaços é o da busca do domínio da esfera pública pelos interesses privados, que se configurava mediante atitudes que visavam a apropriação do espaço público para objetivos e usos privados, como a construção de pontes aéreas para unir casas de famílias nobres aliadas. O espaço privado ia definindo-se assim em oposição ao espaço público e vice-versa. Ou seja, a compreensão da distinção entre o público e o privado foi sendo estabelecida mutuamente, sempre com a população e os governos defendendo sua área de domínio em meio a um espaço urbano que ia se produzindo sem normas de ocupação e regulamentação ainda muito estabelecidas. No entanto, como já dissemos, a esfera do público e do privado foi sendo rapidamente distinguida, pois esta foi uma forma também de a sociedade aderir ao coletivo urbano e possibilitar seu desenvolvimento e crescimento. Assim, em Siena, por exemplo, logo se desenvolveu uma política de “proteção” dos cidadãos, manifesta em casos de intervenções e arranjos espaciais. Para demolir uma casa era necessário, por exemplo, que a comuna desse sua permissão e, por outro lado, se uma obra pública fosse incidir sobre uma propriedade privada, seu dono era necessariamente ressarcido.

vi. Espaço desportivo, lúdico e festivo

Uma das demonstrações de que a rua era vivida nos séculos XIII e XIV como um espaço público, usado por todos os habitantes da cidade, é o fato de as principais festas e comemorações da cidade serem realizadas nas ruas, envolvendo toda a população cidadina. Não eram poucos os dias do ano nos quais os trabalhadores de Florença, os empreendedores do setor da lã, os tecedores e os pedreiros deixavam o trabalho para irem à praça ou às ruas. Tratavam-se de festas religiosas, nas quais a cidade tomava consciência de sua própria identidade. A principal delas era a celebrada no dia 24 de junho, festa do santo protetor da cidade, *San Giovanni Battista*. Neste dia, ocorriam procissões durante as quais as confrarias religiosas representavam episódios da bíblia, as mercadorias mais valorizadas eram expostas fora das oficinas de trabalho, os tecidos apreciados eram estendidos como cortinas nas praças e, ao final da tarde, ocorriam as corridas de cavalo –o *palio*– pela cidade. Nesses momentos, as casas tornavam-se o pano de fundo de um verdadeiro palco público. As festas, na Toscana desses séculos, tinham um caráter teatral, pois os cidadãos avaliavam a aparência, os vestidos, arquitetura e gestos, como uma das melhores formas para os indivíduos demonstrarem seu próprio valor e poder.

A palavra *palio* deriva do latim *pallium*, antiga indumentária romana constituída de um pedaço de pano retangular que era vestido sem ser cortado ou costurado. Na Idade Média, o *palio* era usado para as pessoas receberem reis ou imperadores, sendo colocado na cabeça ou em mastros, levando a palavra *palio* a significar também bandeira ou estandarte. O *palio* era também na Idade Média o nome do prêmio que o vencedor de uma corrida de cavalos, realizada na cidade, sobretudo Pisa e Siena, recebia. Era de seda, lã ou veludo, tecidos valorizados no período. Com o passar dos séculos, a palavra *palio* passou a significar a própria corrida de cavalos, realizada até hoje em Pisa e Siena. Na primeira, pela importância das embarcações na história da cidade, a corrida é realizada com barcos, no rio Arno, e ocorre no dia primeiro de agosto, data da comemoração da santa protetora da cidade, Santa Assunta.

Hoje em dia a festa constituiu-se em uma corrida de flotilhas fluviais composta por quatro times, sendo que cada um representa um dos 4 bairros da cidade, resultantes de uma divisão do espaço urbano nos eixos norte-sul e leste-oeste. Procuram-se reproduzir as regras de jogo medievais.

Em Prato também há uma festa que recorda comemorações ou datas importantes simbolicamente na história da cidade. Trata-se, no caso, da festa de 8 de setembro, que, desde o século XIV rememora a festa de demonstração pública de uma relíquia trazida à cidade de Prato, desde a Terra Santa, por um jovem pratense, em 1141. A relíquia foi doada ao governo comunal quando o jovem morreu e a partir do século XIII, começou a ser realizada em Prato uma feira que durava 3 dias e atraía pessoas de toda a região. Era constituída por ritos cívicos e religiosos: depois do cair da tarde uma procissão, formada por membros do clero, das corporações de artesãos, o *Gonfaloniere*, o *Podestà* e outros magistrados, dirigia-se à catedral. O ápice da festa era a cerimônia de exposição da relíquia sagrada. Até hoje, no dia 8 de setembro, no cortejo participam pessoas de toda a Toscana.

IV. AS CIDADES MEDIEVAIS E A REDE ESPACIAL

“Na Itália norte e central, a independência e a soberania da cidade chegou ao seu limite. As cidades anexaram o território circundante e eliminaram os vestígios que restavam do feudalismo rural até que suas fronteiras tocaram as de outras cidades e o país inteiro converteu-se em um mosaico de cidades-Estado. A absorção das zonas rurais circundantes converteu-se em uma necessidade à medida que a cidade fazia-se mais e mais independente.”³⁶

“Caput et membra: a imagem favorita da eclesiologia da Baixa Idade Média pode ser aplicada à economia. A cabeça: a cidade; os membros: a região. Ambas viviam em simbiose.”³⁷

Desde o início deste trabalho, viemos caracterizando o processo de constituição e de desenvolvimento das cidades toscanas, considerando os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais (sobretudo religiosos), na tentativa de compreendermos como o espaço das cidades era organizado, hierarquizado e vivido pelos seus habitantes e agentes. Focalizamos, nessa perspectiva, os principais marcos espaciais urbanos, o uso que os moradores e seus agentes fizeram deles e as transformações que contribuíram para a criação de um espaço urbano historicamente novo, com suas especificidades. Os processos políticos de normatização da vida e do espaço das cidades também foram enfocados, em consonância com a consolidação da dinâmica econômica, comercial e produtiva.

³⁶ “*En la Italia septentrional y central, la soberania e independencia ciudadana se llevó al limite. Las ciudades se anexionaron el territorio circundante y eliminaron los vestigios que quedaban de feudalismo rural hasta que sus fronteras tocaban a las de otras ciudades y el país entero se convirtió en un mosaico de ciudades-estado. La absorción de las zonas rurales circundantes se convirtió en una necesidad a medida que la ciudad se hacia más y más independiente.*” (Pounds, Norman J. G. *Historia económica de la Europa medieval*. (Trad. Josep Maria Portella). Barcelona. Editorial Crítica. 1987. pg. 266).

Neste quarto capítulo, tentaremos explicar como a cidade medieval foi sendo produzida a partir de uma relação que ela criou com sua região e do estabelecimento de uma hierarquia no plano da cidade para com o campo e da cidade para com outras cidades. Esta hierarquia estava embasada em um sistema de rede e teceu também uma rede espacial. É preciso esclarecer que a analogia da rede deve ser entendida na realidade medieval, referindo-se à criação de uma série de relações articuladas entre cada cidade e seu meio rural próximo e entre todas as cidades. As relações eram definidas por sua vez pela importância e raio de ação e de poder de interferência de uma cidade perante outras.

A princípio, a relação que se estabeleceu entre a cidade toscana e seu entorno, o mundo rural circundante, tinha como principal motivação a necessidade de suprimento agrícola para abastecer a população citadina. Os habitantes das cidades, que cresceram em número a partir do século X, não tinham condições de garantir a sobrevivência através de uma produção agrícola própria, pois os terrenos eram restritos e a própria marca da vida urbana era a dedicação a atividades artesanais ou comerciais não vinculadas diretamente à terra. Fora o trabalho desenvolvido por cada indivíduo, os moradores das cidades dedicavam seu tempo às práticas religiosas e a várias atividades relacionadas à criação e reprodução da vida em comunidade, como as tarefas da administração pública, o cuidado com a defesa das muralhas, a construção e a manutenção dos bens públicos, como a fonte, os poços, as fossas etc. Dessa maneira, o morar na cidade caracterizava-se cada vez mais, à medida que a cidade foi crescendo e desenvolvendo-se, pelo distanciamento do homem em relação à atividade produtiva da terra.

A dependência com relação ao entorno rural fez com que o futuro das cidades fosse, a princípio, bastante incerto. Foi pela escassa produção agrícola em certas zonas rurais que muitas cidades medievais entraram em decadência. Para combater esta fragilidade era necessário, assim, que a administração urbana desenvolvesse estratégias para garantir a provisão de alimentos aos seus habitantes, passando a controlar e a dominar a área em torno das muralhas no sentido de submeter a população rural às necessidades da população da cidade. Neste processo, não poderia

³⁷ *“Caput et membra: la imagen favorita de la eclesiología de la baja Edad Media puede aplicarse a la economía. La cabeza: la ciudad; los miembros: la región. Ambas vivían en simbiosis”.* (Genicot,

deixar de ocorrer a consolidação da cidade dominante como o referencial econômico e político do campo circundante. Como esta dominação sócio-econômica baseava-se em uma organização da sociedade e do espaço diferencial, foi natural que, olhando para o horizonte, a população rural passasse a guiar-se territorialmente e simbolicamente pelo marco da cidade.

Um dado que tornava ainda mais necessário o domínio do campo pelos governos comunais é o de que o perigo e as situações constantes de guerra e invasões faziam com que a população urbana objetivasse manter-se praticamente por si mesma, pois a cidade podia ser saqueada ou destruída a qualquer momento, o que desestabilizaria os sistemas habituais de provisão alimentícia. Por esta razão, uma das prioridades das comunas sempre foi a construção de depósitos de bens não-perecíveis, procurando ter uma reserva que garantisse a alimentação em situações adversas. Ou seja, pairava no ar um anseio pela tranquilidade, que o morar urbano deveria garantir pela sua concentração em prol da manutenção e da defesa da comunidade. A busca por uma certa situação de auto-suficiência foi, portanto, para os cidadãos, um dos estímulos para sua milícia e sua administração política dominar o meio rural imediatamente circundante. A precariedade dos meios de transporte da época, por sua vez, tornava difícil o recebimento e a venda de produtos agrícolas provenientes de regiões distantes, o que fazia com que a região imediatamente fora do perímetro urbano fosse o primeiro alvo da dominação. O *contado* emergiu como a unidade territorial mais difundida da Toscana nos séculos XIII e XIV por estas razões, que aprofundaremos a seguir.

a. O *contado*

Temos dito ao longo do trabalho que a cidade medieval toscana não era uma entidade autônoma que se desenvolvia sem a interferência de seu entorno, pois a cidade existia como coletividade humana e definia-se pelo seu assentamento espacial, um perímetro e uma área de extensão que a vinculava à população camponesa. Portanto, é imprescindível abordarmos a apresentação do fenômeno urbano nos

termos da sua territorialidade, que estava fundada não apenas no espaço intra-muros como também na sua periferia e no campo ao redor.

Em linhas gerais, o *contado*, existente apenas na região Toscana da Itália, pode ser definido como o espaço compreendido pela cidade e seu entorno rural. O *contado* era uma unidade espacial constituída juridicamente, politicamente e territorialmente, sendo um dos principais frutos do processo de autonomização política das cidades medievais (que analisamos no segundo capítulo). Sua definição, por sua vez, como houve diversos momentos e contextos no processo de autonomização, também oscilou, sobretudo segundo o período considerado.

Primeiramente, focalizando as cidades toscanas em sua generalidade, ele foi entendido como o território onde vigorava a jurisdição do condado (daí a origem da palavra *contado*), no período em que os condes assumiram responsabilidades sobre o governo das regiões italianas, durante o final da Alta Idade Média. Posteriormente, o *contado* foi definido como o território que rodeava a cidade e, finalmente, como aquele sobre o qual recaía o poder comunal, incluindo as pequenas cidades e a área rural dominadas por este governo. Não é preciso ressaltar que esta última definição consolidou-se quando os governos comunais conquistaram definitivamente a autonomia da cidade.

Esse entendimento de *contado* foi fruto portanto da consolidação do poder comunal efetivada através da dominação política do espaço da cidade e, posteriormente, do processo de absorção jurídica e política da área rural pela área urbana, dando origem a uma unidade territorial onde vigoravam regras e normas comuns. Vale ainda ressaltar que, no entanto, o *catasto*, imposto fiscal medieval, era diferente segundo cada unidade englobada pelo *contado*: o imposto variou segundo o espaço da cidade, do campo e do domínio, que incluía por sua vez as cidades submetidas (Racinet, 1996). Este fato explicita uma certa hierarquização da importância de cada uma dessas áreas, revelando também que suas diferentes dinâmicas eram reconhecidas pela sociedade urbana medieval.

Como se pode facilmente supor, a aplicação prática das regras predominantes no *contado* enfrentava obstáculos, pois havia uma certa dificuldade no estabelecimento exato de seu limites espaciais. Estes muitas vezes podiam ter sido objeto de disputa de duas cidades, o que sem dúvida atesta ambições políticas que se

articulavam no exercício da soberania dos governos comunais. Houve muitas rivalidades, por exemplo, entre Pisa, Florença, Siena e Orvieto na demarcação de seus raios de ação. Por um lado, a delimitação das fronteiras era precária e pouco habitual num espaço marcado inicialmente pela dispersão e baixa densidade populacional. Por outro lado, cada vez mais as cidades procuraram ampliar os limites de seu *contado*, o que gerava guerras entre as comunidades para alcançarem maior domínio sobre o território.

A relação de troca e de contato entre a cidade e sua periferia iniciou-se a partir do século X, e o poder urbano não poderia ter se consolidado sem o estreitamento deste vínculo. Com o decorrer do processo de crescimento urbano, as cidades que adquiriram uma certa importância procuraram governar não apenas a si próprias como também o campo circundante, sendo seus habitantes de linhagens nobres os primeiros responsáveis pela sua introdução no universo feudal. Alguns deles eram nobres de primeira linhagem e possuíam já um domínio no campo. Outros, que haviam se enriquecido, passaram a comprar imóveis, direitos e senhorios rurais. Existiram assim iniciativas individuais, às quais as grandes comunas acrescentaram uma ação política: compraram povoados e castelos, obrigaram os senhores e as comunidades rurais a submeterem-se à sua autoridade e chegaram inclusive a substituir a personalidade governativa máxima, fosse ela laica (o conde) ou eclesiástica (o bispo). Este movimento iniciou-se antes mesmo do século XIII: na Itália, onde a tradição antiga e a proximidade com o Oriente urbano e comercial haviam feito com que a *civitas* fincasse suas raízes em um sentimento geral, este processo foi mais natural. E no momento em que os burgueses superaram em riqueza e poder político o bispo ou o conde, passaram então a verem-se diante de uma extensa área rural a ser para eles alvo de interesse (Genicot, 1970).

Outra política desenvolvida pelo governo comunal para incentivar a produção agrícola nas áreas próximas às cidades foi a de conceder direitos territoriais às zonas extra-urbanas limítrofes do espaço intra-muros. Os direitos consistiam em fazer uma espécie de doação de terras para entidades privadas, que se comprometiam a cultivá-las em troca da doação. Muitas áreas de produção e prados foram colonizadas dessa forma e passaram a integrar a área denominada *districtus* (às vezes também chamada de *campanea civitatis*), um testemunho espacial da relação estabelecida entre a cidade

e o campo e que tinha como principal “patrocinador” a associação entre o governo público e as pessoas privadas. No *districtus* viviam e trabalhavam os *rustici* e os *villani*, que asseguravam com o excedente de seu trabalho uma parte da subsistência urbana e, além disso, formavam uma reserva indispensável para o equilíbrio demográfico da cidade, com a qual estavam estreitamente associados pelos diversos serviços que elas lhes ofereciam: a população campesina podia frequentar livremente o mercado da cidade e foi muitas vezes beneficiada pela concessão, por parte da comuna, de direitos de cidadania a ela (Racinet, 1996).

Vale acrescentar que a situação de interdependência entre a cidade e as massas populares vizinhas foi um lugar comum da civilização medieval, mas foi na Toscana, com o surgimento do *contado*, que esta relação pôde adquirir uma dimensão espacial muito mais concreta e fazer evoluir a interdependência no sentido de estreitar seus vínculos fundamentais.

Para aprofundar ainda mais as relações entre o campo e a cidade, o governo comunal na Toscana desenvolveu uma tática segundo a qual, para substituir os nobres no campo, para pressionar aqueles que se recusavam a submeter-se à cidade, para ganhar partidários para a facção urbana e popular, para aumentar o número de contribuintes e para responder às exigências de ordem moral e religiosa, abolia-se toda forma de sujeição real ou pessoal como relação predominante entre a comuna e sua população, pois os governos procuraram conquistar adeptos, contribuintes e mão-de-obra trabalhadora através da criação de laços contratuais entre a autoridade comunal e as pessoas a ela submetidas. A comuna buscou efetivar assim seu poder sobre uma vasta parte da população através do aumento de sua credibilidade e não da criação de uma relação despótica ou gratuitamente autoritária de sua parte.

A partir do final da Baixa Idade Média, observa-se ainda que a penetração do mundo urbano nos campos começou a dar-se também sob a forma da compra de domínios territoriais pelo burguês: já que a posse da terra o enobrecia, ela foi utilizada como meio de obtenção de prestígio. Os burgueses também usufruíram da posse da terra rural para fugir das desvalorizações que se faziam frequentes com os problemas financeiros europeus relacionados às bancarrotas italianas. Além disso, a camada burguesa passou a especular dinheiro na produção da terra no momento em que as produções agrícolas ficaram mais valorizadas com a aceleração dos procedimentos de

intercâmbio e a elevação do nível de vida e do consumo nas cidades, que encareceu o preço de muitos produtos naturais. Possuindo uma propriedade no campo, o burguês enriqueceu-se ainda mais através da venda dos produtos naturais obtidos em suas próprias terras. Acredita-se que os maiores ricos da cidade tenderam a aplicar seu capital no campo comprando terras e disfrutando de direitos senhoriais. Na Itália, foram capazes de criar domínios típicos e modelares do sistema feudal: dessa forma também a comunidade urbana estendia sua influência pelos seus arredores (Genicot, 1970).

Muitos cidadãos começaram a ter negócios no campo através de uma espécie de associação entre nobres que possuíam um domínio e burgueses que dispunham de um capital. No caso da exploração de terras virgens, onde os trabalhos de melhora (diques, drenagens ou irrigações) e a intensificação dos cultivos (introdução da vinha, por exemplo) exigiam certos fundos, muitos capitalistas ofereceram estes fundos aos proprietários nobres em troca da repartição dos ganhos obtidos com a nova situação.

Para tornarem ainda mais vigorosa sua ascendência no campo, os burgueses associaram-se aos nobres realizando contratos de aluguel para a plantação e de pastos para a criação de ovelhas pelo sistema de arrendamentos em parceria. Na Toscana, o sistema de parceria começou a tornar-se uma regra. Em 1316, por exemplo, em Siena, 6.500 de um total de 15.000 proprietários eram arrendatários, dos quais 5.000 associavam-se mediante contrato de parceria (denominado na língua italiana *mezzadria*) (Genicot, 1970). Assim, produzindo novas relações de produção, a burguesia na Itália substituiu o anterior sistema de dominação servil e feudal pelo sistema de parceria (Lefebvre). Por meio desse novo tipo de contrato, fortaleceram-se os laços entre nobres e burgueses, laços que haviam marcado o processo de crescimento urbano dentro da própria cidade. Com esta nova forma de associação, a imbricação entre a nobreza e a burguesia penetrou a estrutura fundiária rural, que antes era dominada pelos vínculos de servidão feudais³⁸. O *contado* pode ser entendido assim como um fruto também do processo econômico e político-territorial

³⁸ Poderíamos aqui fazermos-nos a seguinte pergunta: a cidade submeteu o campo de tal forma que, para os habitantes rurais, a opressão comunal substituiu a opressão feudal? A resposta deveria ser negativa, porque, longe da cidade submeter o campo, ela e o campo trocaram mutuamente produtos, idéias, lucros econômicos e arrecadações fiscais. Estas trocas eram fundadas, de fato, sobre uma rede de relações.

caracterizado pela relação associativa entre nobres e burgueses, o que contribuiu para reforçar e incrementar a relação entre o campo e a cidade e o desenvolvimento da atividade comercial e produtiva como um motor contínuo da expansão urbana.

Dessa forma, podemos compreender porque as pesquisas mais recentes tendem a considerar que o progressivo domínio do espaço rural e a expansão do campo foram decisivos para o desenvolvimento urbano medieval. Primeiramente, os excedentes da produção agrícola chegaram às cidades através da retirada e transporte destes para os núcleos urbanos pela camada senhorial e, ainda que a tradição e a ideologia feudais tenham visto com receio o crescimento da classe dos comerciantes, a cidade e sua dinâmica consolidaram-se rapidamente como um componente do mundo feudal. Desde o início do renascimento urbano, a população rural usufruiu do fácil acesso ao mercado nas cidades próximas e o aumento da população urbana deveu-se em parte ao êxodo rural e ao suprimento de alimentos advindo da produtividade agrícola. Por essas razões, portanto, podemos dizer que a cidade medieval nasceu estreitamente integrada em seu entorno rural.

A inserção da população em uma verdadeira corrente de intercâmbios entre cidade e campo constituiu um dos fenômenos mais novos da época medieval e foi fruto da revolução comercial e urbana. A população camponesa passava a poder adquirir uma maior variedade de produtos confeccionados nas cidades: em primeiro lugar, porque parou de investir em certos produtos, principalmente os têxteis, já que podiam adquiri-los na cidade e que deviam dedicar-se abastecer de alimentos a população urbana; em segundo lugar, porque podiam adquirir certos produtos nas cidades, não tendo assim que serem totalmente auto-suficientes. Além do mais, o contato com a dinâmica urbana criou novas necessidades na população camponesa, como, por exemplo, o uso de tecidos apreciados, como a seda, e anteriormente adquiridos apenas mediante a sua importação de regiões distantes da Toscana e da Itália. Em Florença e Luca, a seda começou a ser confeccionada em larga escala pelos cidadãos, barateando o preço deste produto e tornando-o assim mais acessível. Os camponeses, por sua vez, ao venderem produtos agrícolas para os cidadãos, começaram a manejar o dinheiro, que antes era uma exclusividade do universo urbano. Tendo acesso ao dinheiro, tinham mais meios para adquirir mercadorias na cidade (Genicot, 1970). Vale ressaltar que o uso da moeda era uma das diferenças

marcantes entre a cidade e o campo durante toda a Alta Idade Média, e essa diferença começou, lentamente, a desaparecer.

Observando um dado da paisagem, constatamos que a relação campo-cidade baseou-se na mútua “colaboração” entre a economia feudal e a economia mercantil de cunho eminentemente urbana, e a muralha foi um símbolo espacial importante dessa relação, pois ela demarcava, simbolizando a existência do ponto de contato e de encontro entre os dois. A inter-relação proporcionou também a convivência e a influência direta entre dois espaços, com dinâmicas espaciais a princípio distintas e que durante séculos abrigaram, em escalas diferentes, o feudalismo e o pré-capitalismo. A convivência no processo de produção do espaço da cidade toscana nos séculos XII e XIII destes dois sistemas de produção ocorreu através de diversos fatos e de suas múltiplas relações, como, por exemplo, o de que “*a interdependência e a mobilidade social próprias do estado de espírito mercantil entreabriram também para os camponeses vias de saída que o espírito conservador da cidade antiga quase desconhecia.*”³⁹ Se havíamos visto como o espaço da cidade medieval consolidou-se como o lugar, por excelência, da mobilidade social na sociedade feudal, com a expansão urbana rumo ao campo esta característica estendeu, ainda que um pouco timidamente, seus limites.

Assim, não podemos dizer, por exemplo, que o fenômeno urbano de Siena se restringiu ao circuito fechado da cidade; o afresco de Lorenzetti mostra-nos claramente essa enganosa imagem de isolamento que a muralha pode suscitar no entendimento das cidades medievais. A visão que o pintor tinha da realidade social e espacial de Siena foi reforçada por ele mesmo em sua única obra laica além dos afrescos do Bom e do Mau Governo: sua decisão de pintar o porto de Talamone, a saída para o mar mais próxima de Siena e a mais importante. Como nos revela Lorenzetti, a cidade não era apenas o seu perímetro urbano, mas o seu território circundante constituía junto com ela um organismo político, econômico e social. O *contado* era, portanto, de fato, uma unidade sócioespacial.

Dessa forma, na constituição e luta pelo *contado*, identificou-se o início da criação de uma rede urbana regional, que pode ser traduzida primeiramente em uma

³⁹ Lopez, Roberto. *A cidade medieval*. Lisboa, Editorial Presença, 1988, pg. 83.

forma de controle ou de centralização das atividades por uma cidade. A cidade medieval toscana buscou, de maneira geral, estender sua área de influência, na tentativa de conquistar mercados e territórios que lhe proporcionassem maiores riquezas e poder político. Toda a história urbana da Itália do norte não foi mais do que uma série de conflitos conduzidos pelos governos urbanos para estender sua autoridade o mais longe possível, ou seja, até a área de influência das cidades vizinhas, pois a importância de uma cidade media-se pela capacidade desta exercer uma preponderância de fato, se não de direito, sobre um território. Advém daí uma estruturação hierárquica do espaço: o centro urbano centraliza as atividades de comando, da tomada de decisões políticas e econômicas, da atividade industrial produtiva e da realização de atividades religiosas e populares. O *districtus* e toda a área externa à cidade, mas pertencente ao *comado*, realiza atividades próprias, mas controladas pela administração comunal (que se localiza no perímetro urbano) e mobilizadas por forças que circulam pela cidade. O centro urbano torna-se assim o referencial político, econômico, cultural e espacial de toda a região sob seu domínio. Este processo significou portanto o início da divisão do trabalho entre o campo e a cidade, na medida em que cada unidade territorial caracterizava-se por desenvolver atividades distintas: o campo concentrava a função de produção de alimentos enquanto a sociedade urbana dedicava-se sobretudo ao comércio e à produção de bens confeccionados na pequena indústria. Não devemos no entanto reforçar, através das afirmações feitas, a concepção de que a cidade estava desintegrada do território: vimos como os interesses dessas duas dinâmicas espaciais e sociais com características, no geral, distintas, somaram-se e compuseram um quadro único e integrado.

A evolução do processo de desenvolvimento do *comado*, do setor industrial e do comércio contribuiu por sua vez para a expansão do raio de ação de certas cidades, que passaram a se relacionar progressivamente com outros centros urbanos. Desta evolução, foi se configurando uma rede espacial: uma cidade maior impunha-se como um centro de referência para as cidades-satélites que, mesmo exercendo uma plena autonomia jurídica, não conseguiam escapar à sua preponderância. O ponto final desta evolução foi o de elevar a cidade medieval a uma relevância sem precedentes na história.

No entanto, a centralidade que as cidades maiores (no nosso caso, sobretudo Florença) passaram a realizar -e esta é uma das características importantes desse processo- não configurou um processo apenas de polarização sócioespacial. Esta rede hierarquizada das cidades e de seus *contados* estava, em grande medida, sustentada sobre o desenvolvimento local de muitas pequenas cidades e é por isso que, na Toscana, o renascimento urbano foi marcado pela multiplicação dos centros urbanos. Isto porque, se analisarmos o processo de crescimento e desenvolvimento dessas cidades, veremos que, de fato, não era possível que uma cidade se desenvolvesse de maneira isolada, não construindo relações com outras, pois a ampliação dos mercados e da dinâmica comercial e o incremento das atividades produtivas dependiam, em grande medida, das trocas e da comunicação entre os centros onde ocorriam as transformações. A própria potencialidade da cidade no sentido de se afirmar como um conjunto jurídico, político e espacial independente se enriquecia e ganhava novas forças através do contato com outros mercados, governos e movimentos sociais e religiosos. O resultado e o motor desse amplo processo foi o surgimento de inúmeras novas cidades que passaram a se associar e a competir entre si, tecendo uma rede sócioespacial. Assim, a cidade não podia ser isolada de seu entorno rural e regional, pois os mercados se especializaram, se escalonaram, e ficaram embasados em uma divisão econômica e funcional dos núcleos urbanos e de seus *contados*.

Pelo fato das relações entre a cidade e o campo terem se multiplicado e se estendido, elas estão na base por sua vez da continuação do desenvolvimento do mundo urbano. Ao final, na Toscana, a cidade exercia sua autoridade sobre um conjunto regional. Nós gostaríamos de definir esse processo como a criação no espaço de uma rede hierarquizada de pólos urbanos interligados e alimentados por seus *contados*.

Como já vimos, a relação política e econômica entre as cidades e os *contados* não foi apenas associativa. Sobretudo no caso de Pisa, Florença e Gênova, foram muitas as guerras e estratégias de dominação que marcaram a relação entre estas cidades e outras menores da Toscana. Florença, sobretudo quando ocorreu sua grande expansão política e econômica, empreendeu uma política muito vigorosa de sujeição e domínio das cidades da Toscana. De um lado, havia o objetivo de derrotar cidades concorrentes (como em algumas épocas Pisa e Luca, mas sobretudo Siena) e, de

outro, o intuito de conquistar e ganhar novos mercados. Em 1254, apenas 4 anos após a constituição do governo autônomo da cidade, seus representantes empreenderam uma política externa avassaladora, conquistando outros núcleos urbanos. Neste ano, Pistóia, Poggibonsi e Volterra foram parcialmente ocupadas e totalmente controladas, e Pisa e Siena, suas duas rivais mais fortes, tiveram que reconhecer a perda de suas milícias e aceitar a vitória e a supremacia de Florença. Em comemoração às vitórias obtidas durante o ano e visando fazer justiça ao prestígio e sucesso obtido nas investidas militares, a comuna deliberou a construção de um edifício para o *Capitano del popolo*. Em 1261 até o próprio *Podestà* transferiu-se para o edifício, que ficou conhecido até o século XVI como o *Palazzo del Podestà*. Florença seguiu desenvolvendo uma política externa agressiva: em 1289, como nos conta Dante, Florença conquistou Campaldino, localizada no vale casentinense; em 1384, Arezzo foi praticamente vendida a Florença e, a partir de então, seguiu os passos desta.

Outro exemplo que gostaríamos de mencionar é o de Maremma, que foi, a princípio, uma cidade dominada por Siena, sendo seu *sitio* (cidade de colina) o dado fundamental para sua escolha como lugar de residência dos nobres sienenses. A preocupação com possíveis conflitos entre as duas cidades fez com que o governo sienense empreendesse uma intensa fiscalização do território de Maremma, destinada a preservar, entre os dois centros urbanos, a livre circulação de produtos, a criação e a exploração de minas e a transumância. Seu território é o que aparece no afresco de Lorenzetti, como um lugar quase sombrio, distante e suave.

Grosseto, por sua vez, cidade de planície, era um lugar importante para os sienenses pela intensa extração de sal na região. As cidades desta região entraram diversas vezes em conflito durante todo o século XIII, até que Grosseto submeteu-se definitivamente a Siena em 1336. Outras cidades toscanas diretamente subordinadas a Siena foram Montepulciano, Montalcino e Lucignano.

Com relação ao papel de Siena como uma das cidades mais poderosas da Toscana, devemos ainda lembrar que a região ao seu norte foi diversas vezes exposta a constantes invasões por parte dos exércitos florentinos, preocupando muito o governo comunal. Somente a partir do século XIII é que este começou a dedicar sua atenção à região sul, traçando um projeto de expansão nesta área. Em 1203, por exemplo, a família empreendedora dos Aldobrandeschi firmou um contrato destinado

ao comércio do sal, configurando assim nesta região a situação de seu domínio pelo governo sienense. Nela passaram a vigorar as leis jurídicas de Siena e estabeleceu-se que os condes nela residentes deviam visitar periodicamente a cidade dominante. Entre a cidade de Siena e seu *contado* existia ainda uma região intermediária, chamada Le Masse, que se caracterizava por submeter-se à igreja central de Siena na época de realização de cultos e festejos religiosos.

Devemos também mencionar o caso de Pisa, situada nas proximidades do rio Arno, que se consolidou como porta marítima de entrada e saída dos produtos, na Toscana. Já no século XI, como vimos, começou a expansão comercial pisana: a cidade obteve privilégios para comercializar com a Sardenha, por ter expulsado, com a ajuda dos genoveses, os árabes da ilha e, depois, construiu bairros comerciais em Constantinopla e estabeleceu estreitos vínculos mercantis com a Síria, o Egito e a África setentrional. A contínua rivalidade entre Pisa e Luca e, sobretudo, entre Pisa e Gênova provocou a decadência da atividade mercantil em Pisa. No século XIII, os genoveses chegaram a destruir o porto pisano e, desde então, a cidade converteu-se em uma espécie de apêndice da poderosa Florença (Samarkin, 1981).

A partir desses exemplos podemos constatar como as cidades estabeleceram relações de antagonismo ou aliança para enfrentarem as dificuldades das guerras e para incentivarem o desenvolvimento da atividade comercial ou dominarem certos setores da produção, ganhando a concorrência com a classe comerciante de outras cidades.

Um indicador importante dessa dinâmica é o de que o espaço urbano medieval teve sua espacialidade embasada na utilização da arquitetura como um instrumento de distinção da cidade frente ao campo e às outras cidades. O poder político urbano tinha como uma de suas prioridades a exaltação de sua espacialidade, considerada um recurso para a cidade ser reconhecida pelos membros estrangeiros e respeitada em sua região. Tratava-se sobretudo da realização de projetos urbanísticos que visavam engrandecer a imagem da cidade, e do seu poder comunal, frente às milícias e aos representantes de outras cidades. Estamos referindo-nos ao uso da estética da verticalidade para ressaltar a imagem da cidade na paisagem, tanto para demonstrar sua potência militar e política, quanto para fazer dela um ponto de referência, assinalando sua presença desde um ponto de vista distante. Estava em jogo também a

construção de um espaço com materiais e adornos caros e apreciados, no claro objetivo de demonstrar pujança econômica. Era considerado importante a imposição do poder de uma cidade por meio de seu destaque na paisagem, conseguido pela imagem da verticalidade: as torres e os campanários contribuíram para constituí-la, e os faróis tinham a mesma função nas cidades portuárias⁴⁰. A casa também participava, como vimos, da estética da verticalidade (Racinet, 1996).

A produção do espaço com o fim de criar uma imagem que reforçava a dominação do governo comunal em um espaço que ultrapassava as muralhas citadinas também ficou expressa no fato de que algumas cidades menores subjugadas à autoridade política de outra cidade maior, como *Montecarlo*, *Buggiano*, *Castelfranco di Sopra*, *Figline e Vicchio*, dominadas por Florença, Pisa e Luca, foram pensadas como sede para defesa militar e a construção de suas fortalezas seguiu as diretrizes do espaço da cidade dominante. Em *Castelfranco di Sopra*, por exemplo, a principal porta da cidade foi construída sob inspiração da porta de *S. Niccolò*, em Florença. Dessa forma, através do recurso da utilização de uma imagem espacial já criada e sua imposição em outro espaço, o governo comunal mostrou fazer do espaço um meio de expressão de seu poder no território, o que o reforçava. Nesse caso, estamos tratando também da apropriação do espaço como um meio de realização e efetivação de seu poder político.

As condições geográficas e políticas, por sua vez, interferiram para que os sistemas urbanos fossem criando uma hierarquia interna e uma concorrência, dentro da qual cada unidade procurava impor sua condição e sua imagem, adequá-las ou colocá-las explicitamente em conflito, estivessem as cidades próximas ou não uma da outra. Primeiramente, devemos considerar que os conflitos entre guelfos e gibelinos criaram diversas situações de guerras internas às cidades e entre elas mesmas. Somado a este fator, existiam as condições geográficas, determinantes em larga medida dos ramos principais de produção predominantes em cada cidade. Sublinhamos nos capítulos anteriores como a proximidade em relação ao mar favoreceu a atividade

⁴⁰ Nunca é demais lembrar, referindo-nos ainda aos vínculos simbólicos entre campo e cidade, que se defende que as torres altas nas cidades toscanas tiveram sua origem nas torres de vigia do campo e que, no simbolismo citadino, o tamanho da torre correspondia ao poder político desempenhado na cidade por parte da família que era sua proprietária.

comercial de importação e exportação de produtos exóticos em Pisa, ou como a proximidade com o rio Arno potencializou a capacidade produtiva têxtil em Florença. Os recursos naturais implicavam também em dificuldades ou facilidades que influenciaram no rumo que cada comunidade urbana foi tomando. A abundância da prata em Poggio Montieri, por exemplo, localidade próxima a Siena, suscitou sua exploração pela camada dominante de Siena.

A proximidade em relação a estradas e caminhos também direcionou uma certa ocupação do espaço na Toscana. Siena, por exemplo, assumiu relevância na rede de relações de comércio na Toscana devido a sua proximidade com a *Via Francigena*, que a punha em contato direto com Roma, ao sul, e Paris, ao norte. A existência de fortificações e de um sistema de proteção urbana organizado também eram aspectos fundamentais para a hospedagem de comerciantes que estavam viajando pela região, fazendo da cidade um ponto de parada e contribuindo para o incremento de seu comércio. Estes são todos exemplos do papel importante que o *sítio* e a *posição geográfica* assumiram na configuração desta rede medieval que estamos procurando explicar.

b. Redes de transporte e comunicação

Um fator determinante no estabelecimento da rede espacial na região da Toscana foi a malha de transporte e comunicação existente nos séculos da Baixa Idade Média, quando os mercados expandiram-se e as cidades começaram a crescer, pois ela influenciou, junto com outros fatores, no processo de tecimento dessa rede.

Primeiramente, como já vimos, devemos considerar que a proximidade em relação a estradas e caminhos direcionou uma certa ocupação do espaço na Toscana. Foi o caso de Siena, por exemplo, cujo comércio cresceu por sua proximidade com a *Via Francigena*. A existência de fortificações e de um sistema de proteção urbana organizado associados à proximidade da estrada foram fatores que atraíram a hospedagem de comerciantes, que estavam viajando, na localidade, fazendo da cidade um ponto de parada. A permanência de mercadores em seu território implicou por sua vez no incremento de seu comércio, e suas camadas burguesas emergentes

começaram a integrar-se na rota comercial de produtos, fazendo da cidade um centro próprio de acumulação de dinheiro e de desenvolvimento de atividades produtivas voltadas para o mercado. Siena começou a destacar-se no cenário bancário da região, constituindo-se em uma das principais cidades com movimento e investimento de capital da Toscana. Seus banqueiros foram dos mais renomados no século XIII.

O estudo de Siena revela-nos que a *posição geográfica* do núcleo urbano medieval é um dos fatores de explicação do papel de cada cidade no sistema social, econômico e espacial que se consolidou nos séculos XIII e XIV. Primeiramente, a posição nas proximidades de uma estrada facilitava a entrada e a saída de produtos na cidade, o que era essencial para o crescimento e o fortalecimento da atividade comercial. Neste sentido, o acesso a estradas acabava contribuindo para um processo de especialização funcional da cidade, pois ela crescia e constituía-se a partir de sua relação com o entorno, ou seja, desenvolvia-se, de uma certa maneira, de acordo com o que ocorria nos centros urbanos ou locais ligados a ela.

Sem dúvida, era decisivo para este movimento o contexto social, político, econômico e espacial que predominava na cidade, pois sem os estímulos internos o processo de desenvolvimento e de inserção em uma rede de relações não poderia acontecer. Mas, na medida em que este era “favorável”, ou seja, que as forças internas tivessem a potencialidade de florescer, o processo era estimulado. Por isso também vemos a emergência de cidades em que certos setores econômicos sobressaíram-se: a indústria têxtil, o sistema financeiro, o mercado de produtos raros etc. A especialização funcional só tinha sentido na medida em que era fruto de uma posição relacional com outros espaços, que podiam ser cidades, áreas ricas em recursos naturais ou regiões distantes produtoras de mercadorias inexistentes na Toscana.

Retomando mais uma vez a *posição geográfica* de Siena, queremos reforçar nossa afirmação de que a malha de transporte e comunicação foi essencial para promover seu desenvolvimento. Vimos que a facilidade do acesso à Roma, possibilitado pela *Via Francigena*, influenciou no progresso de suas atividades bancárias. Com Roma, Siena tinha uma relação sobretudo financeira, pois a corte papal era na época uma das instituições que mais requeriam empréstimos junto aos banqueiros italianos. O fato fez com que a classe dominante sienense se diferenciasse claramente em relação às de outras cidades italianas: a riqueza desta classe foi obtida

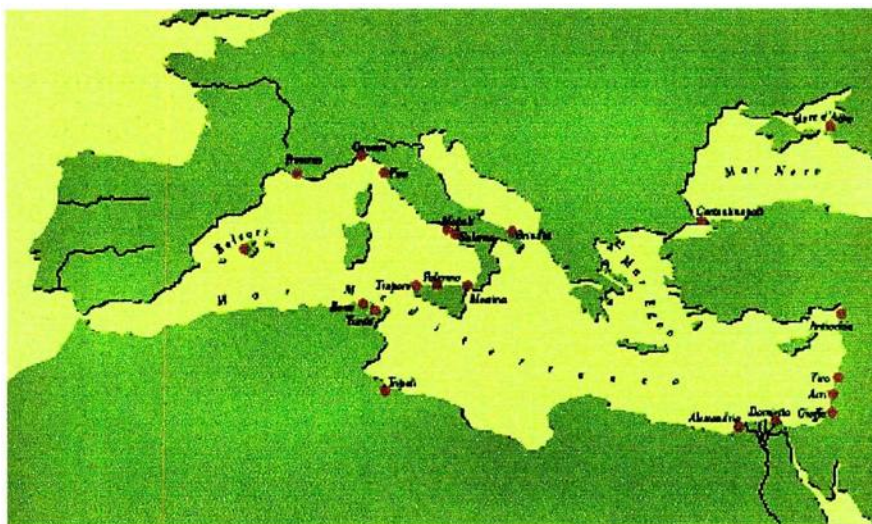
principalmente através da combinação entre a posse de terras e a aplicação financeira do dinheiro, o que fez com que os banqueiros sienenses fossem também os mais importantes representantes de sua classe. Não por acaso, a maior atividade dos banqueiros era o empréstimo de dinheiro à corte papal e às comunas, pois eles desenvolveram a habilidade de negociar com instituições, já que dispunham de grandes somas de capital acumulado e conquistaram fama e prestígio no trato com as autoridades máximas. Assim, por exemplo, de 1270 a 1280, o governo comunal de Siena esteve quase que completamente nas mãos da rica família sienesa Salimbeni. Outras famílias importantes no ramo bancário foram os Ranieri Bistugi, os Gallerani, os Tolomei, os Piccolomini e os Bonsignori. É sempre bom lembrar que, durante a Idade Média, na região que hoje corresponde à Itália concentrava-se a maior produção de dinheiro da época.

Outro fator que devemos analisar para entendermos o processo específico de desenvolvimento de cada cidade é o da localização próxima ao mar ou a um curso de água. Pisa, uma das cidades mais antigas da Toscana, devido à sua proximidade da costa e o fácil acesso à Roma e à Ligúria, tornou-se, no século XII, um dos centros comerciais e marítimos mais importantes da Itália. Como porto marítimo, ela conectava toda a região central italiana com o mar, contato possibilitado também pela passagem do Rio Arno em seu território. Era de Pisa que os produtos produzidos em toda a região da Toscana saíam para serem comercializados com outras regiões do Mediterrâneo e eram através dos portos pisanos que mercadorias orientais e européias eram descarregadas na Itália central. Pelo porto de Pisa passavam, por exemplo, as embarcações que traziam dois produtos alimentares de maior consumo na região: os grãos que vinham de Languedoc e da Sicília⁴¹ e o sal, que era importado também de Languedoc e das ilhas Baleares (Pounds, 1981). Do porto pisano saíam, por sua vez, vinho e óleo, linho, madeira, peles tratadas, o ferro da ilha de Elba e a prata da Sardenha. Os mercadores orientais traziam ainda à cidade especiarias e tecidos, peles da África para serem tratadas, prata da Sardenha, grãos do sul da Itália e madeira

⁴¹ A princípio, Pisa tentou viver apenas dos produtos da planície pisana e da região de Maremma, próxima à cidade. Mas a terra nesta área era de fato muito menos produtiva que a da planície do Pó e, apesar da política de exploração do campo bastante forte que seus cidadãos praticaram, Pisa teve que importar suplementos de grão da Sicília.

proveniente dos bosques da região de Maremma e do entorno pisano. Além disso, os navios fabricados em Pisa eram vendidos em todo o Mediterrâneo.

Assim, o comércio marítimo possibilitou o grande crescimento desta cidade, não apenas pelos negócios locais que ele possibilitou mas também pelo fato da cidade tornar-se a porta de entrada do mundo longínquo na Toscana. Nela circulava um grande fluxo de mercadorias e de capital escoados e aplicados em todo o território da região. Pisa adquiriu importância não apenas pelo movimento econômico interno que a caracterizava, mas também pelo fato de que ela potencializou, em uma certa medida, o desenvolvimento de toda a região. Outros dados que corroboram a inserção de Pisa nas rotas comerciais internacionais: sua classe empreendedora estabeleceu relações comerciais com o oriente, o mar Egeu, o Negro e o Mediterrâneo oriental; no século XII, Pisa possuía cônsules em Alessandria, Damietta, Antióquia, Trípoli, Tiro, Giaffa, Tunísia, Bugia, Bona, Provença, Córsega, Sardenha, ilhas Baleares e no território italiano, Palermo, Nápoles, Brindisi, Messina, Salerno e Trapani.



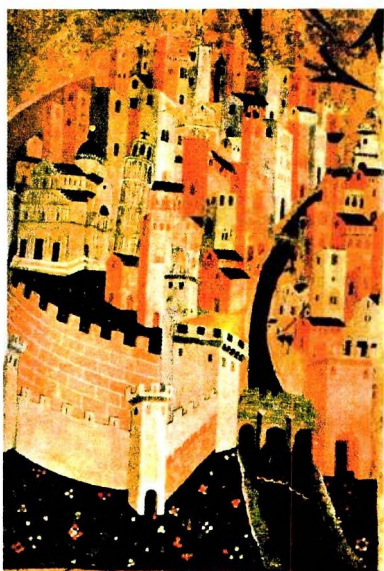
Mapa ilustrativo das cidades que mantinham relações comerciais com Pisa entre os séculos XII e XIII.

Tal conjuntura repercutiu e produziu também o desenvolvimento de uma unidade espacial própria de Pisa, característica de sua inserção na rede de relações comerciais com a região da Toscana e outras cidades marítimas. O complexo arquitetônico do Batistério, da catedral e da torre já haviam sido construídos no final do século XII, deixando marcas que permanecem até hoje como o símbolo mais forte da hegemonia das frotas pisanas. O *Camposanto*, por exemplo, foi um edifício unicamente destinado a abrigar os pisanos que voltavam de lutas e combates em alto mar para que pudessem repousar e celebrar suas vitórias e conquistas, sendo um símbolo da importância do porto marítimo como um dado mobilizador da dinâmica da cidade.

As formas de realização da atividade comercial, das relações sociais e da divisão do trabalho também são marcadas pela articulação da cidade no espaço, o que pode ser visto no caso pisano pela forma de aquisição de quantias que viabilizassem, primeiramente, o financiamento de guerras e, em segundo lugar, a construção de obras públicas pelo governo comunal. O *Duomo*, por exemplo, visava expressar a importância das conquistas territoriais para a população, e foi patrocinado pelo dinheiro conseguido nos inúmeros saques e conquistas marítimas que marcaram a história da cidade, juntamente com o dinheiro conseguido por impostos de 12% sobre o valor dos aluguéis cobrados sobre as propriedades urbanas⁴². O *Duomo* foi dedicado a Santa Maria, patrona de Pisa, e seu espaço passou a ser o lugar das assembleias populares. Vale ressaltar que o crescimento e a importância de cidades como Volterra, Grosseto e Massa Maritima deveram-se também à existência de um intenso comércio marítimo.

As vias fluviais, na Idade Média, eram muito importantes como meio de transporte e como recurso natural. Florença é um bom exemplo desse fato, pois seu desenvolvimento foi impulsionado pelo duplo uso da água do rio Arno: ela supria o abastecimento de água da população e era um recurso natural fundamental para o processo produtivo da indústria têxtil. Além disso, o rio era utilizado como a principal

⁴²Em outro momento, foi mencionada a realização de uma espécie de concurso para escolher os nobres e burgueses que emprestariam a maior soma de dinheiro à comuna para patrocinar as construções públicas. Através desse sistema erigiu-se o Camposanto, iniciado em 1278, e empreenderam-se outras obras, como a construção do círculo de muralhas, a ponte Spina, a principal da cidade, a manutenção de vias fluviais, a canalização de cursos d'água etc.



Detalhe da pintura *S. Nicola con veduta di Pisa del '300*, de autor anônimo do séc. XIV (Pisa, Igreja de São Nicolau). Podemos notar a importância do curso fluvial na configuração espacial da cidade.

via de escoamento das mercadorias têxteis para outras cidades toscanas e para o porto marítimo, de onde os tecidos eram exportados.

Diferentemente do curso fluvial, um dado natural e alheio às ambições sociais da população medieval, as estradas foram aproveitadas na Idade Média segundo o potencial de desenvolvimento econômico, político e social de cada cidade, pois nem todas as estradas foram utilizadas na mesma intensidade na Toscana. Em toda a bibliografia consultada tampouco encontramos menção à abertura de estradas novas no período medieval, o que leva os estudiosos a entenderem que a sociedade urbana deu novos usos às estradas antigas já existentes ao invés de empreenderem a construção

de novas vias de circulação terrestres. É importante considerarmos este fato na medida em que ele aponta a reorganização espacial medieval como relacionada ao legado da sociedade Antiga.

Também gostaríamos de ressaltar que a posição geográfica das cidades próxima a estradas não afetava na forma de produção do espaço de cada núcleo urbano apenas no que diz respeito ao âmbito econômico. É necessário salientar que as relações que ela possibilitava afetavam também o campo político e cultural: estando o núcleo urbano em um espaço maior, a estrada aproximava as cidades e potencializava as relações de troca não apenas de mercadorias e capital, mas também de pessoas, costumes, hábitos, tradições, movimentos e crenças religiosas e partidos políticos. Podemos constatar, por exemplo, em Pisa, já no século XI, a existência de um bairro judeu, assim como a presença na cidade de imigrantes de várias origens. Esse fato alimentava um certo espírito multicultural na organização da sociedade e do espaço urbano, contribuindo para o estabelecimento de novos vínculos e de uma atmosfera de diversificação social da população, de seus costumes, valores e crenças religiosas.

Ainda que tenhamos ressaltado e discutido nesse capítulo a importância e o papel da malha viária e fluvial para a consolidação de uma rede interligada de cidades

medievais na Toscana, devemos lembrar que no final do século XIV a Itália, a região mais desenvolvida do Ocidente da época, não havia superado o que os historiadores chamam de uma situação de “subdesenvolvimento” da região, pois a Toscana continuava sendo mais rural do que urbana, mais agrícola do que comercial e mais artesanal do que capitalista. Quando referimo-nos ao “renascimento urbano” na Baixa Idade Média, não podemos perder a noção de que ele representava praticamente uma revolução no antigo sistema feudal e agrário, mas isto não significou seu desaparecimento.

Uma das causas desta situação foi justamente a dificuldade de comunicação, pois a infra-estrutura de transporte era insuficiente para proporcionar um maior desenvolvimento das práticas comerciais e empreendedoras. No século XIII, haviam sido construídas mais ruas e pontes do que nos séculos anteriores, mas isto não representou uma quantidade suficiente para suprir e, muito menos, para incentivar a demanda. Os caminhos e os rios eram, frequentemente, inutilizáveis; os primeiros devido à falta de um revestimento que os possibilitasse resistir às intempéries e os segundos pela carência de conhecimento sobre as formas de se remediar o escasso fluxo de água nos verões e as violentas correntes no inverno. Por outro lado, as carroças e as embarcações possuíam uma capacidade de carga muito reduzida e eram pouco numerosas. Os deslocamentos demoravam muito tempo e os pedágios, por sua vez, elevavam muito o custo dos transportes. É preciso, no entanto, que façamos uma ressalva: os veículos locomoviam-se mais ou menos na mesma velocidade que os existentes no século XVIII (Genicot, 1970).

c. Relações comerciais e a configuração da rede

Estando inserida em uma rede de relações, a cidade era o produto do comércio regional e inter-regional. Elas eram o ponto de convergência do conjunto das relações comerciais e eram também os principais centros de manufatura. O crescimento em volume da manufatura confeccionada e do comércio foi acompanhado, portanto, da expansão dos centros onde estes eram realizados. Devemos também considerar que a

cidade não era só um centro de manufatura, mas também de consumo e, à medida que cresciam as fortunas dos mercadores e empresários, também aumentavam o volume e a variedade das transações (Pounds, 1981).⁴³

Por essas razões, as malhas da rede urbana começaram a ser tecidas concomitantemente a um desenvolvimento diferencial das cidades, como tentamos mostrar no item anterior. Vimos como na região da Toscana havia uma aglomeração *urbana* que se distinguia das suas vizinhas pela sua dimensão e pela amplitude das atividades nela realizadas. Estas cidades maiores geralmente acabavam suprindo certas necessidades das cidades menores próximas, o que fez com que crescessem e com que as cidades menores ou mais recentes também pudessem crescer e ocupar os espaços da região ainda vazios.

São vários os motivos que nos permitem hierarquizar as cidades medievais toscanas segundo seu papel e importância na rede urbana regional. Uma importante fonte de distinção entre as cidades era a extensão de seu distrito urbano, pois quanto mais importantes eram, maior a área de seu *contado* e das cidades dominadas. Outro indicador do grau de importância de uma cidade era, por exemplo, o de que uma capital reunia um número maior de conselheiros, juízes, milícia e escrivãos e hospedava uma corte e personalidades administrativas que gastavam muito. Geralmente essas cidades possuíam uma catedral que reunia mais clérigos e escolares que a maioria das outras. Por outro lado, uma praça comercial era mais forte em proporção direta com o tamanho de seus mercados e a variedade dos produtos nele vendidos, o que nos conduz a uma característica marcante da rede sócioespacial: as maiores cidades destacaram-se devido ao esplendor de seu comércio e de sua indústria e devido ao alcance internacional de suas finanças. Pelo fato do grande comércio predominar apenas em poucas cidades, havia muitos pequenos núcleos urbanos. Estes caracterizaram-se por possuírem por volta de 300 e 350 casas ordenadas ao redor de um mercado que florescia enormemente apenas uma ou duas vezes por ano, no período de realização da feira local. O comércio mais regional e local, no entanto,

⁴³ As verduras começaram a ser mais consumidas a partir do século XIII. Este produto alimentava o tráfico regional, pois era perecível. Por isso algumas aglomerações urbanas rodearam-se de hortas e vinhedos. Apenas o trigo e o vinho, que podiam ser transportados e armazenados, chegaram a alimentar um comércio de longa distância (Genicot, 1970).

penetrou os povoados e as regiões mais isoladas, sendo praticado em quase todas as cidades toscanas. Já as grandes aglomerações urbanas, talvez, na Toscana, unicamente o caso de Florença e, em menor grau, Pisa, podiam fazer jus ao título de cidade: contavam com uma ampla população, dedicavam-se quase nada à agricultura e eram a sede do principado, da província ou da diocese e de uma indústria e um comércio bastante fortes, que alcançavam escala internacional (Genicot, 1970).

Na Europa Ocidental houve de fato muito poucas cidades grandes, sendo que todas elas localizavam-se, durante os séculos XIII e XIV, na região norte da Itália e na região entre o rio Sena e o Reno. Na segunda região, estavam alimentadas por indústrias têxteis renomadas a oeste e metalúrgicas ao leste. Por outro lado, as cidades toscanas tinham sua prosperidade fundada na formação de repúblicas soberanas que geriam os assuntos de um vasto *contado* e bispados e, sobretudo, nos mercadores destacados por sua técnica, espírito empreendedor e acumuladores de uma importante soma de capital. As cidades italianas que podem ser consideradas grandes na época eram: Milão (200.000 habitantes), Florença (95.000), Bolonha, Veneza e Gênova (Genicot, 1970).

V. A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O HOMEM MEDIEVAL

“Seja por meio da arqueologia, da iconografia ou dos textos, a paisagem urbana apresenta-se a nós a partir de sinais que nos permitem captar suas linhas principais nas suas funções materiais, entendendo-as como manifestações das forças sociopolíticas das quais emanam.”⁴⁴

a. O Renascimento e as principais manifestações artísticas do século XIII

No estudo do espaço urbano da Toscana dos séculos XIII e XIV analisamos a paisagem da região, ressaltando seus marcos e sua configuração geral. O enfoque da paisagem insere-se neste trabalho na medida em que ela contempla uma expressão material e concreta dos processos sociais e espaciais que a modelam. A paisagem contém sobretudo a dimensão do modo como a dinâmica estudada expressa-se, o que sem dúvida representa uma parte dessa realidade. Ela é portanto uma das dimensões da produção do espaço que deve ser assim compreendida e analisada.

A paisagem medieval da região Toscana, em nosso caso, foi até agora resgatada através das formas espaciais que permaneceram até os dias de hoje e da pesquisa realizada por estudiosos especializados no tema. Agora, procuraremos analisar algumas fontes iconográficas que ou possuem representações da paisagem toscana nos séculos XIII e XIV assim como seus autores a viram, ou que possuem representações paisagísticas em um quadro que não tinha como motivo a retratação da

⁴⁴ *“Tanto si es por medio de la arqueología, la iconografía o los textos, el paisaje urbano se nos presenta a partir de señales que nos permiten captar sus líneas maestras en sus funciones materiales, entendiéndolas como manifestaciones de las fuerzas sociopolíticas de las que emanan.”* (Racinet, Philippe; Jehl, Georges. *La ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos V- XV)*. Barcelona. Omega. 1996, pg. 101.

realidade, mas cujo autor introduziu marcos espaciais que demonstram uma mudança da mentalidade da época, que por sua vez evoca uma nova percepção do espaço pelo homem medieval. O surgimento de uma nova percepção do espaço pode nos dar explicações a respeito do fenômeno urbano da região Toscana, e de como ele foi produzido, percebido e vivido pela sociedade.

O termo Renascimento diz respeito à recuperação de obras sobretudo literárias, filosóficas e teológicas da Antiguidade (com destaque para a produção grega), que inspiraram por sua vez uma nova e inédita leitura do mundo. Esse processo foi, ao mesmo tempo, uma consequência, uma manifestação e um incentivo à transformação profunda da mentalidade predominante na sociedade toscana da época. Nesse contexto é importante salientar que o Renascimento da arte medieval italiana a partir do século XII diz respeito a um processo de aumento considerável da produção artística, de mudança substancial de seu papel na sociedade e do surgimento de novos temas inspiradores, movimento este que foi acompanhado pela consolidação de uma nova forma de representação.

A grande maioria dos historiadores e dos estudiosos da arte identifica o início do Renascimento das artes no século XII, quando ocorreram os movimentos citados acima. Explicaremos a seguir quais foram suas características principais.

Um desses movimentos foi a recuperação de obras antigas, que haviam sido completamente esquecidas no período da ruralização da sociedade e da predominância absoluta de uma leitura religiosa restrita e impositiva pelas autoridades e pelos intérpretes eclesiásticos.

Com o desenvolvimento urbano particularmente a partir do século XI, observou-se, sobretudo com a criação de universidades laicas, um movimento de leitura das obras mais importantes e marcantes da história antecedente. Eram documentos, ensaios, tratados urbanísticos e artísticos, legislações e as mais diversas obras ligadas à filosofia, direito, medicina e literatura que começaram a sair das estantes das bibliotecas para serem consultadas. No período da Alta Idade Média, essa documentação foi banida da vida social e cultural, pois a Igreja dominava completamente a esfera do conhecimento e da espiritualidade. Mas o crescimento das cidades, movimentado pelo processo de ocupação de espaço vazios, pela necessidade de organização e de intervenção espacial, pela formulação de leis, regras sociais e

administrativas, pela criação de um sistema jurídico e pela diversificação cultural, fez com que a população, sobretudo, urbana procurasse desenvolver novos métodos de ação e de organização social, recorrendo, a princípio, à consulta das obras antigas, aos ensinamentos e descobertas feitas no passado. Aos poucos, aumentava a necessidade e o interesse pelo conhecimento e pela investigação, e os livros antigos foram um dos principais veículos de manifestação e desenvolvimento desse processo.

Nos ambientes eruditos e nas cidades maiores, começaram a se multiplicar as traduções de obras: começava assim o mergulho nos filósofos e poetas racionalistas, como Terêncio, Platão, Sêneca, Aristóteles, Virgílio, Sócrates, Lucano, Diógenes, Aristipo, Ovídio, Pitágoras, e outros. Os escritos desses autores abordavam aspectos da realidade que até então não eram percebidos, e mostravam ter uma certa aplicabilidade no cotidiano das pessoas. Foi assim sedimentando-se um apreço maior pela razão, que possibilitava a solução e a explicação de muitos problemas enfrentados na gestão e na organização das cidades. A natureza começou a ser um dos alvos de investigação e desenvolveu-se a visão do universo como uma organização quase matemática. Essa mentalidade caracterizou-se assim por ser mais atenta à natureza e ao homem quanto mais o século XII avançava; o homem com seus problemas concretos, materiais e espirituais. As pessoas passaram a ser convidadas em todos os campos do conhecimento a observar, raciocinar e ordenar: a razão começou a constituir-se no século XII no principal instrumento do entendimento do mundo e no século XIII este seu papel estava bem consolidado.

Assim, se no século XII havia um certo ar de entusiasmo e excitação característico de um momento de descoberta, no século XIII as pessoas queriam compreender com mais precisão, aprofundando-se na definição dos conceitos, das causas dos fenômenos e na defesa de uma posição mais estruturada frente à realidade. Dessa forma, até por volta de 1300, as personagens mais ativas e interessadas no uso da razão, os burgueses e os homens de negócio que tinham a necessidade de ver tudo com precisão e com seu preço bem definido e calculado, estavam em plena atividade. Como escreveu Genicot: *“Desde o princípio até o fim, o século XIII conheceu a*

*mesma admiração pela inteligência. Como consequência, ao contrário de seu predecessor imediato, brilhou mais pelo pensamento que pela arte.*⁴⁵

A razão triunfava também na gramática, que se propunha a explicar as causas da língua, os gêneros literários e outros fenômenos afim. Na medicina, os doutores não deixavam de dar diagnósticos com a maior exatidão possível, e a estética chegou a ser mais conceitual que sensível. Em tudo se valorizou a *ratio*.

No campo da espiritualidade, a fé na natureza e no homem não excluía a fé em Deus; ao contrário, se afirmava que a maior expressão da grandeza divina era a grandeza humana. No mundo terrestre e social, o cristianismo e a Igreja continuavam sendo soberanos, porque a valorização do humano passou a ser defendida pela Igreja na medida em que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus (*homo creatus ad imaginem Dei*). O aprimoramento de conhecimentos e a criação de grandes obras artísticas passaram assim a ser valorizados, pois demonstrando sua capacidade produtiva e criativa o homem estava demonstrando também a grandeza e a força de Deus.

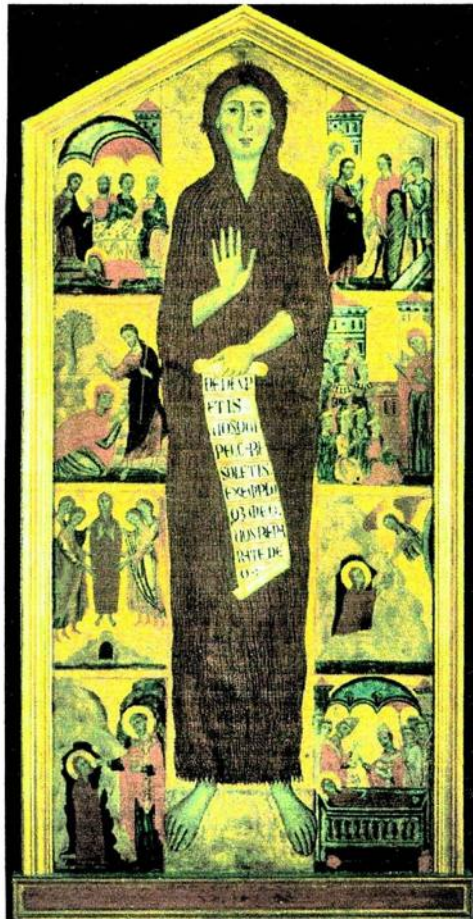
A crença no divino era portanto o caminho mais seguro de todos, e era a espiritualidade que revelava o significado profundo dos seres. Por essa razão, Cimabue, Pisano, Giotto, Simone Martini e outros artistas muito importantes desse período foram valorizados e reconhecidos pela Igreja, sendo depois denominados de precursores do Renascimento, pois deram início à valorização do homem e da natureza na arte, sendo sempre moldados pela religião (Genicot, 1970).

A valorização da natureza e do homem penetraram e se expressaram na produção artística através da representação de Cristo com características e corpo humanos e da introdução de elementos ou paisagens naturais nas pinturas. Nos retábulos ou cruzeiros de madeira que adornavam os altares, Jesus passou a ser representado com feições e gestos humanos. Esta mudança ocorreu sobretudo no século XII, marcando o início do Renascimento artístico italiano.

Um século mais tarde, as pinturas geralmente destinadas a narrar histórias bíblicas ou cenas da vida de santos começaram a conter modestas figurações da

⁴⁵ "Desde el principio hasta su fin, el siglo XIII conoció pues la misma admiración por la inteligencia. En consecuencia, al contrario que su predecesor inmediato, brilló más por el pensamiento que por el arte." Genicot, Leopold. *Europa en el siglo XIII*. Barcelona, Nueva Clío. Labor. 1970. pg. 159.

natureza, através da representação de elementos simbólicos naturais, como a árvore, o céu ou a água. Desse movimento, Giotto foi o principal representante, aprimorando a



Mestre da Madalena (ativo em Florença na segunda metade do século XIII), *A Madalena Penitente e Histórias de sua Vida*.

Galleria dell' Accademia, Florença

A vida da santa é narrada em cenas sucessivas no tempo, e a natureza é incorporada através da representação de alguns de seus elementos. O espaço ainda não está disposto em profundidade.

intenção e o hábito de fazer da natureza o cenário por excelência de seus afrescos, técnica que lhe possibilitou trazer para dentro da igreja as cores fortes do ambiente exterior observado pelo homem.

Uma terceira característica importante do Renascimento foi o uso da arte para representar a vida laica. Durante toda a Alta e o início da Baixa Idade Média, todas as pinturas tinham motivos religiosos, dedicando-se sempre à retratação do mundo celeste. No século XIV, Ambrogio Lorenzetti desconsiderou esta prática e produziu a primeira representação laica da Baixa Idade Média, que é justamente o quadro do Bom e do Mau Governo que analisaremos posteriormente. O uso da alegoria e do simbolismo medieval ainda estavam presentes em suas pinturas, mas seu tema foi extraordinariamente novo. Dessa maneira, o desenvolvimento do movimento renascentista acabou culminando na observação da realidade social, que constitui nosso objeto de reflexão para entendermos melhor o processo de produção das

idades toscanas. Todas essas novidades não teriam sua significação completa se não tivessem sido acompanhadas pela introdução da profundidade na representação do espaço, que logo encaminhou a redescoberta da perspectiva na arte, completamente esquecida pelos artistas românicos.

Para completarmos melhor o quadro das transformações culturais nos séculos XII, XIII e XIV que influenciaram e marcaram a constituição de uma nova mentalidade, não podemos nos esquecer do surgimento de uma nova categoria social em torno das escolas das catedrais e das universidades que, mais tarde, formaram, junto com a camada dos professores, um novo grupo social: o dos intelectuais. No mundo novo, havia a abertura para o pensamento, que formava pessoas com interesses e conhecimentos diferentes dos que haviam predominado até então. O universo de interesse do intelectual começou associado à categoria dos mercadores, contribuindo para o rompimento ou o enfraquecimento e desestabilização da organização tripartida da sociedade medieval regida pelo modelo feudal.

Nesse sentido, a arte produzida na Toscana dessa época, sendo uma das principais formas de expressão e desenvolvimento dessa transformação cultural, é interpretada por nós enquanto meio da aplicação e como continente de um novo conhecimento do mundo, que se relacionou à “descoberta” da consciência individual⁴⁶. Esta consciência individual foi um produto do desenvolvimento das ciências racionais no século XIII e esteve também relacionada à valorização da capacidade humana de pensar e criar. Ela deve ser pensada por sua vez em relação à potencialização dos sentidos na cidade e ao desenvolvimento do conhecimento enquanto atividade individual. A prática da consciência, do pensamento, se construiu na prática do mundo sensível da cidade, dando início a um processo de separação entre o mundo sensível e o conhecimento humano, a partir do momento em que o mundo sensível foi reconhecido como separado do próprio homem. A separação com relação ao *concebido*, segundo Lefebvre, teria marcado portanto o processo de constituição do capitalismo. Em relação a esse aspecto deve-se considerar que ocorreu durante a Baixa Idade Média uma passagem das Artes Mecânicas para as Artes

⁴⁶ No decorrer do processo histórico, realizou-se na cidade medieval o processo de individuação, definição das características individuais, do desenvolvimento pelo indivíduo de sua atividade do pensamento, que a analogia de Mumford da cidade medieval como o lugar da universalização do claustro ilustra e comprova.

Liberais, o que representou um reconhecimento social da *opção* perpassando a obra e, portanto, apontando para a “autonomia” conferida ao artista. Poderíamos então a partir daí falar de uma “dimensão ética da arte”, dada pelo fato de que se passou a reconhecer que a obra artística correspondia à realização de um trabalho no qual o próprio artista optava pelo que ia representar (Argan, 1992).

Para que possamos avaliar a importância geral desse processo de transformação por nós caracterizado, seus efeitos e sua manifestação na arte, mostraremos a seguir os principais empreendimentos artísticos ocorridos nas cidades mais importantes da Toscana, buscando enfatizar a inovação que seus autores introduziram.

Em primeiro lugar, começaremos falando de Arezzo, que foi um centro de criação artística a partir do século XII. Desde este século até o XV, as principais construções de importância artística realizadas nesta cidade foram a catedral gótica de São Donato e a Igreja de São Francisco. A primeira encontra-se no centro antigo da cidade. Ela abriga um importante políptico de Pietro Lorenzetti (que viveu de 1280 a 1348), irmão de Ambrogio, realizado nos séculos XII e XIII como parte da decoração da capela interior de Santa Maria, construída nestes mesmos séculos, e um crucifixo de Cimabue.

A Igreja de São Francisco, iniciada na segunda metade do século XI por iniciativa dos franciscanos, completada no final do século XIV, e decorada nos séculos XV e XVI, possui afrescos de Spinello Aretino, do final do século XIV, e de Piero della Francesca (1420-1492), que decorou parte da Legenda da Verdadeira Cruz. Este artista certamente inspirou-se na Arezzo quatrocentista para realizar a pintura, que contém uma verdadeira reprodução da cidade.

Em Arezzo, é importante salientar ainda A Igreja de São Domingos, localizada na Via Sasso Verde, que se constitui em um exemplo importante do gótico do século XIII. Nela encontramos um Crucifixo de Cimabue, pintado na época de sua juventude (cerca de 1260), antes do artista ir trabalhar em Florença e Assis. O Crucifixo se destaca pelo dramatismo e humanismo das formas: Cristo, no sofrimento da morte, parece curvar-se, contrair-se e endurecer-se na tensão da última respiração; a Virgem e João Evangelista parecem participar de seu drama.

Prato também foi uma cidade em que o renascimento artístico penetrou nas formas arquitetônicas. A obra de ampliação de sua paróquia, iniciada no século V, foi reiniciada por volta da metade do século XII, transformando a modesta construção em uma das igrejas romano-góticas mais importantes do território da Toscana. Desse mesmo período, existe na cidade um claustro românico, cujo campanário foi projetado no início do século XIII por Guidetto da Como.

A produção pictórica de Pisa é considerada uma das mais importantes do período, pois a cidade, pela riqueza e mão-de-obra concentrada, tornou-se um dos principais centros artísticos da época. Sua produção do século XII consiste principalmente em pinturas em madeira e miniaturas, sendo as duas formas de produção marcadas por duas matrizes culturais: a pintura desenvolvida a partir da segunda metade do século XI de âmbito umbro-romana e marcada pela busca da recuperação das soluções formais de origem paleo-cristiana e outra corrente de obras em que estão presentes diversas interpretações da arte bizantina da época. Na primeira corrente há uma certa insistência do artista em realizar contornos lineares, além de representar a figura humana de maneira monumental. Os modelos bizantinos são por vezes recuperados, sobretudo na forma da iluminação (*lumeggiatura*).

As principais obras do século XII em Pisa foram cruzeiros de madeira pintadas e alguns afrescos, localizados na igreja de San Zeno, sendo que houve uma produção de miniaturas a partir da metade desse século. O nome dos artistas pisanos atuantes na cidade neste século foram Ugone di Giordano, Adalbertus e Vivianus, sendo que os artistas pisanos que mais conquistaram prestígio social nos séculos XII, XIII e XIV foram Giunta Pisano, Enrico e Ugolino di Tedice, que costumavam receber importantes comissões do arcebispo Federico Visconti, considerado o homem de confiança da corte episcopal.

A produção pictórica pisana do século XIII é caracterizada, por um lado, pelas relações com a tradição bizantina da pintura de ícones e, por outro, pela introdução de elementos formais de matriz clássica, mediada às vezes pela observação direta da escultura antiga e às vezes pelo conhecimento da produção gótica francesa. No início do século XIII a introdução de elementos formais de origem bizantina combinou-se com a repetição de esquemas compositivos e soluções gráficas características da pintura sobre madeira do século XII. O artista de Luca Berlinghiero influenciou

algumas obras em Pisa sobretudo no segundo quartel do século: ele fazia uma interpretação dos modelos bizantinos tendendo a enfatizar a expressão emotiva das personagens sacras combinada a uma solução linear e simples de suas características fisionômicas. No mesmo momento, Giunta Pisano, fazendo suas cruzes pintadas, reelaborava o modelo bizantino do Cristo morto sobre a cruz com um aspecto muito dramático, introduzindo uma tensão do corpo e recorrendo à acentuação dos efeitos do claro-escuro. Sua produção obteve êxito e repercussão na produção artística pisana do século XIII. Seguiram em sua linha Ugolino di Tedice, Maestro San Pierino e Enrico di Tedice. Maestro di San Martino, por sua vez, reelaborou uma rica variedade de novidades culturais, demonstrando uma inédita sensibilidade pela representação naturalística da figura humana, aproximando-se assim de Cimabue (ativo em Pisa entre 1299 e 1301).

No século XII e XIII, como já vimos, as trocas comerciais e as relações culturais entre Pisa e o Império bizantino e a área do Mediterrâneo oriental foram intensas e tiveram grande impacto na vida cultural da cidade. No campo figurativo assistiu-se sobretudo ao fenômeno da reprodução e difusão em grande quantidade de imagens sacras sobre madeira que faziam alusão ao modelo oriental. A introdução do universo grego na cidade deu-se a partir da segunda metade do século XII, pois nesta época, no Império bizantino, havia um número alto de cidadãos gregos que permaneceram na região por longos períodos, jurando fidelidade ao imperador. Foi provavelmente por este caminho que o conhecimento da língua grega chegou até Pisa, com uma intensidade inédita no mundo ocidental de então. Foi por essa via que começaram as traduções, realizadas por Burgundi de Pisa, para o latim, de importantes obras da literatura grega e bizantina. Posteriormente, a aproximação de Pisa em relação à Grécia estendeu-se mais, a partir do momento em que os teólogos Ugo Eteriano e Leone Toscano começaram a discutir importantes questões dogmáticas na tentativa de unir a igreja latina e a igreja grega. O movimento foi acompanhado pela escolha de um pisano, chamado Giacomo, para ir, em 1190, à Grécia para ser o embaixador e o intérprete da igreja latina entre os gregos.

As técnicas e os gêneros utilizados em Pisa foram muito variados, pois, como vimos, na cidade havia povos com culturas e simbolismos muito diversificados, e a arte seguiu a mesma tendência de diversificação. Mas, no geral, vemos que, por um

lado, a decoração com objetivos mais monumentais esteve mais presente nos afrescos e nos mosaicos. Na cidade, os artistas que se dedicaram à realização de um grande mosaico entre 1301 e 1320 foram Francesco Pisano, Cimabue e Vincino de Pistóia. Nos edifícios sagrados recorria-se ao afresco como uma técnica que permitia a realização na parede de sequências narrativas de assunto bíblico e evangélico: cada pequeno quadro retratava momentos importantes da vida dos santos. O afresco também era utilizado na decoração simples de algumas paredes das igrejas. Nos séculos XIII e XIV, houve poucas obras móveis, apenas algumas pinturas em madeira (em têmpera com fundo de óleo). Estes objetos pintados eram no geral utensílios litúrgicos, como os frontais dos altares ou as cruzes; outros, menores, e quadrangulares, eram destinados a um uso devocional, público ou privado.

Um fato muito importante que caracterizou o desenvolvimento e a aquisição de prestígio social pela arte no século XIII foi a difusão da organização artística, expressa, sobretudo, no surgimento da *bottega*, uma oficina de arte estruturada da mesma maneira que as corporações, com uma hierarquia entre os mestres e os aprendizes. O agrupamento organizado e hierarquizado dos artistas culminou na constituição das chamadas escolas de pintura, ou seja, oficinas com diversos artistas que adotavam técnicas e estilos pictóricos semelhantes, dando origem a uma corrente pictórica específica em cada cidade. As mais importantes foram a de Florença, com Cimabue e Giotto, e a de Siena, com os irmãos Ambrogio e Pietro Lorenzetti e Simone Martini⁴⁷. Por isso também era raro que um artista originário de uma cidade trabalhasse em outra, pois seu estilo estava geralmente vinculado ao contexto artístico local.

Chegando em Cimabue, o principal precursor do Renascentismo toscano, chegamos também à cidade de Florença. Cimabue foi um artista florentino ativo no último quartel do século XIII e nas primeiras décadas do XIV, sobretudo na Toscana e em Assis. Em 1272 foi citado em um ato notarial de Roma e em 1301, foi encontrado em Pisa, ao assinar um contrato para a realização do políptico da igreja de Santa Clara. Entretanto, um ano após sua chegada em Pisa, o artista morreu.

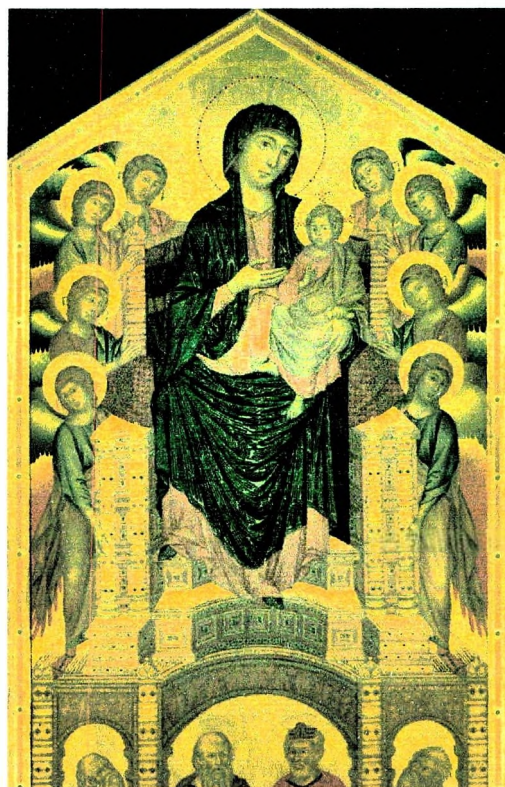
⁴⁷ Em Pisa, a *bottega* mais importante era formada por artistas que desempenhavam, além das obras artísticas, ações de caridade voltadas para o cuidado das almas da igreja de *San Jacopo degli Speronai*, que era caracterizada, como a maioria das associações religiosas, por uma estrutura de base familiar.

Como Giunta Pisano, Cimabue caracterizou-se pela sua natureza itinerante, preferindo viajar frequentemente e participar de diversas obras do que se dedicar a permanecer anos realizando o mesmo trabalho. Cimabue adquiriu muita fama no período medieval devido a sua participação em obras de muito prestígio, como a decoração do transepto da basílica superior de Assis, e pelo fato de ter criado soluções compositivas e formais inéditas naquele período. Costuma-se aceitar que Giotto foi um sucessor de Cimabue, o que veremos com mais detalhes nos dois últimos itens deste capítulo.

Os estudiosos indentificaram três correntes principais nas influências recebidas por Cimabue: a própria produção pisana sobre madeira do século XIII, a arte bizantina da segunda metade do século XIII e a pintura romana dos anos 70 e 80 do mesmo século. Primeiramente, observa-se que Cimabue trabalhou algumas composições formais introduzidas por Giunta Pisano, como a busca da naturalização do corpo humano através da utilização dos efeitos de claro-escuro e da forte iluminação, conseguida segundo as técnicas análogas utilizadas na pintura bizantina da época⁴⁸.

Cimabue empreendeu também a decoração monumental, encontrada nos afrescos da igreja São Francisco de Assis, realizados entre 1277 e 1280. Nessa fase, o artista inspirou-se na tradição decorativa romana, que o levou a realizar uma nova articulação dos espaços e da sucessão narrativa das cenas representadas. Mas, durante sua permanência em Pisa (1301 e 1302), o artista retornou à antiga técnica do mosaico, realizando o lado direito do mosaico do Duomo. Sua obra mais importante e reconhecida é a *Madonna col Bambino e degli angeli*, hoje no Museu do Louvre, em Paris. As outras obras de Cimabue são: o mosaico absidial de *San Giovanni Evangelista*, no Duomo de Pisa, o políptico com a *Madonna e dei santi* na igreja de Santa Clara de Pisa, a decoração da Basílica superior de Assis, um afresco na Basílica inferior de Assis (afresco da *Madonna col Bambino*), uma cruz pintada, pertencente ao Museu de Santa Croce em Florença, uma cruz pintada na igreja de São Domingos em Arezzo, a *Madonna col bambino*, hoje no acervo permanente do museu do Louvre

⁴⁸ Maestro de San Martino, já citado, também demonstrou nutrir uma preocupação com a construção de uma visão naturalística do corpo humano na representação sobretudo da figura de Jesus Cristo.



Cimabue (1272-1302), *Maestà* (1260), pintura sobre madeira, Galeria degli Uffizi, Florença. Nesta obra podemos ver o precursor de Giotto: o espaço da representação foi disposto simetricamente e já identificamos as noções de profundidade que serão mais desenvolvidas posteriormente.

em Paris, a *Madonna col Bambino* em *Santa Maria dei Servi* em Bolonha, o vitral com histórias da Virgem no Duomo de Siena e a *Madonna di Santa Trinità* na Galeria degli Uffizi em Florença.

Chegando agora em Florença, gostaríamos de ressaltar que a principal inovação na forma da percepção do espaço que podemos identificar na cidade é verificada no projeto arquitetônico de suas catedrais. A igreja de *Santa Trinità* foi a que abrigou as primeiras novidades do sistema estrutural gótico, que apareceram na Toscana apenas depois da segunda metade do século XIII. Estas inovações foram: a introdução da abóboda de berço, dos arcos agudos e das pilastras com feixes. Estas foram influências do gótico. No entanto, a arquitetura toscana dos séculos XII, XIII e XIV apresenta características diferentes da predominante no gótico europeu realizado no mesmo período, pois o espaço era projetado com outros objetivos: o espaço arquitetônico toscano foi marcado pela organização das partes que compunham o todo espacial de maneira a criar a sensação de harmonia, conquistada através da realização de uma composição simétrica, equilibrada e sem excessos decorativos. A linearidade das formas, por sua vez, concedia simplicidade ao conjunto, e as dimensões espaciais

eram calculadas de maneira que, ao final, o homem pudesse sentir-se acolhido pela edificação. As dimensões do espaço arquitetônico eram bem calculadas e projetadas, pois o arquiteto objetivava produzir um espaço praticamente à imagem e semelhança do espaço ocupado pelo corpo humano. Este foi um dos principais legados das transformações sociais e culturais da sociedade toscana.

Outro edifício em Florença que deve ser mencionado é o da igreja de Santa Croce, que começou a ser reestruturada e reformada em 1295. No projeto, havia a intenção de se criar na cidade um marco urbano disposto no espaço de maneira simétrica em relação à igreja de Santa Maria Novella. Com sua nova dimensão, o edifício estabelecia-se na tentativa de que o bairro ao redor se organizasse de acordo com o estilo decorativo da igreja. Algumas características da estrutura de Santa Croce eram tradicionais do esquema em T das grandes igrejas conventuais, mas o edifício possuía uma luminosidade e amplitude inovadoras na época, como a grande abertura dos arcos ogivais combinada à consistência volumétrica das pilastras. A amplitude interna faz com que o indivíduo sinta o espaço interno como uma unidade. Além disso, de qualquer ponto da igreja é possível percebermos que seu projeto arquitetônico foi marcado por cálculos que pudessem tornar o edifício geométrico. Na igreja, todas as relações espaciais eram reguladas por um estudo muito preciso das proporções, que resultou muito perceptível. Há duas figuras geométricas dominantes: o quadrado e o octógono e, ainda que todo o complexo construído seja de uma grandeza desconhecida e inexistente no século XIII, o conjunto possui dimensões bem calculadas e simétricas⁴⁹. Esta concepção do espaço não existia no resto da Europa, onde o gótico caracterizava-se pela criação de edifícios verticais com ambientes internos pouco iluminados pela luz do sol. A percepção do espaço era assim diferente na região da Toscana.

Outro exemplo da visão espacial de conjunto desenvolvida pelos artistas e arquitetos da época é o de que, em 1295, Arnolfo di Cambio, ao ser encarregado de empreender a ampliação do Batistério de Florença teve como objetivo a criação de

⁴⁹ Outra estrutura arquitetônica importante de Florença é o campanário de Giotto, projetado por ele mas apenas começado no ano de sua morte (1337). Sua construção foi prosseguida sob a direção de Andrea Pisano (1290-1349) e Francesco Talenti.

uma relação visual entre o Batistério e a nova catedral mediante a decoração em linhas verdes e brancas das partes do ângulo do Batistério e da fachada do Duomo⁵⁰. Em 1296, Arnolfo terminou o projeto de ampliação da igreja de Santa Reparata, que passaria a ser chamada de Santa Maria del Fiore em homenagem ao símbolo de Florença. É preciso compreender a importância da dimensão da nova catedral: pela primeira vez em Florença em edifício colocava-se como uma dimensão material e conceitual na escala de toda a cidade, sendo capaz de agrupar edifícios arquitetônicos diferentes, esparsos do panorama paisagístico anterior. Além disso, a nova catedral podia abrigar 30.000 pessoas, assinalando momentos de grande esperança do crescimento populacional urbano. A reconstrução da catedral, que contou com o trabalho de centenas de trabalhadores, durou mais de um século, e foi terminada apenas em 1436, quando Brunelleschi (1377-1446) finalmente dirigiu os trabalhos de construção de sua cúpula. O seu espaço interno, vasto, mensurado e calculadamente iluminado tornou-se, no uso do espaço, uma praça, um lugar de encontro da comunidade, contido entre o vazio da praça externa que circundava a catedral e o Batistério.

Não é por acaso que deixamos para discutir a cidade de Siena por último. Como afirmamos anteriormente, a construção de seu Palazzo Pubblico acompanhou o crescimento da cidade e a consolidação de seu governo comunal. No projeto arquitetônico, foi decidido que o material de construção devia ser o predominante na região, uma rocha com uma tonalidade marrom-terra, e que havia sido utilizada na edificação das casas já existentes. Combinada à cor característica da cidade e a decisão das medidas do *palazzo*, a comuna visava empreender um projeto que integrasse o novo edifício à cidade e que, ao mesmo tempo, lhe conferisse certo destaque na paisagem. Para isso, investiu-se também na realização da praça pública onde estava a entrada e a fachada do edifício, além da comuna coordenar e regular o processo de urbanização dos bairros ao redor. Estas eram todas medidas que tinham como objetivo criar um espaço urbano harmônico em seu conjunto, através da utilização de uma estética própria e personalizada.

⁵⁰ Posteriormente, dentro do Duomo, foram inseridas obras de Paolo Uccello (1436), Andrea da Castagno (1456), Giovanni Acuto, Niccolò da Tolentino, Luca della Robbia, Michelangelo (1553), Donatello, Antonio del Pollaiuolo, Giorgio Vasari (1511-1574) e Frederico Zuccari.

O investimento na produção de uma arquitetura bem estudada e calculada foi acompanhado pelo trabalho posterior de decoração interior do edifício. Foi justamente nessa oportunidade que surgiram os afrescos do Bom e do Mau Governo, de Ambrogio Lorenzetti, a primeira pintura laica de toda a Idade Média. Na ocasião da decoração interior, o *Governo dei Nove*, recentemente encarregado de gerir a cidade, entendeu que o edifício devia ensinar, através de sua arquitetura e da decoração de suas salas, quais eram os objetivos e valores do governo comunal. As pinturas nas paredes seriam praticamente a vitrine política de Siena e o discurso silencioso das virtudes da então atual administração. Foi neste contexto que a comuna patrocinou os afrescos de Lorenzetti, que analisaremos mais atentamente nos itens seguintes.

Na época, Simone Martini era o principal artista sienense. Ele teria sido designado para decorar a sala principal, onde eram realizadas as reuniões políticas internas e recebidos os hóspedes e as personalidades estrangeiras. Mas Simone Martini partiu na época para trabalhar na corte papal de Avignon, deixando o lugar para Ambrogio Lorenzetti, o segundo artista mais importante da cidade.

A Sala dos Nove encarna a mentalidade do governo que administrou Siena de 1287 a 1355 e que investiu em seu desenvolvimento econômico e artístico. Tratava-se do primeiro ciclo profano da história da arte e desenvolveu-se por vários graus descritivos com uma meticolosa determinação didática, como que deixando subentendido que não devia haver dúvidas sobre a mensagem proposta pelo governo. O afresco da Alegoria do Bom Governo está em melhores condições porque está no lado oposto à janela. A alegoria embasa-se no conceito da divisão de poderes entre o *governo*, figurado através de um velho sábio vestido com as cores de Siena (branco e preto), e a *justiça*, dotada do símbolo da balança. Estes dois protagonistas da administração do Estado agiam no mesmo plano, ainda que trabalhando em âmbitos de decisão diferentes. O *governo* munia-se das virtudes cristãs, enquanto a *justiça* era assessorada pela *sapienza*. Dos pratos da balança da *justiça* saem dois fios, depois reunidos pela figura da *concordia*, que dá os dois fios a 24 cidadãos, que os reconduzem ao *governo*, significando a separação dos poderes, segundo a antiga concepção aristotélica do Estado, revista pelo pensamento de São Tomás de Aquino, de que o governo deveria aproximar-se dos cidadãos, através da participação destes na gestão dos assuntos públicos. Do outro lado da figuração está colocado o exército com

alguns prisioneiros em “algemas”, um outro elemento fundamental do equilíbrio político.

Na parede ao lado, sobre a porta de acesso, encontramos o mural *Os Efeitos do Bom Governo na Cidade e no Campo*. A paisagem da cidade é concreta, identificável como Siena e seu território, representados com todas as suas peculiaridades e características. Na Siena medieval as atividades borbulham: as lojas, as manufaturas, a oficina. Os pedreiros constroem novos edifícios em uma cidade que cresce. O tráfego é intenso na estrada (a Francigena) que corta a cidade e o campo, assinalado pela intervenção respeitosa do homem que a usa para seu próprio benefício. Sobre toda a cena domina a *securitas*; sua presença atua para que os habitantes possam desempenhar tranquilamente suas funções.

Na parte oposta, com propósito sobretudo didático, estão representados *A Alegoria e os Efeitos do Mau Governo*, de maneira que o exemplo negativo possa fazer brilhar ainda mais os valores e ideais do governo comunal. O conceito que se quer explicitar é o da *tirannia*, ou seja, de um tipo de governo que não se preocupa com o bem da comuna, mas com seus próprios interesses. Para obter tal resultado, o tirano, que como os conselheiros têm seus vícios, procura neutralizar a *justiça* que, algemada e desnuda, encontra-se presa para agir. Ocorrem assim efeitos devastantes na cidade e no campo, que se reduzem a um cenário de angústias e violências, teatro de morte e destruição, onde ninguém trabalha e somente o ferreiro prossegue em sua mortífera atividade de construir armas. O importante ciclo de Lorenzetti está lesado pelo tempo e pelo pouco cuidado que as paredes tiveram, pois sua arte foi considerada como “primitiva” nos séculos seguintes.

Entremos agora em outra sala, o ambiente maior do *Palazzo Pubblico* que foi durante muito tempo destinada a abrigar as reuniões do Conselho Geral da República. Foi também a sala que inspirou o programa de decoração do edifício, através da obra grandiosa de Simone Martini: *la Maestà*. Esta foi iniciada em 1312, quando Duccio di Buoninsegna terminou sua grandiosa obra para o altar maior do Duomo, considerada na época uma obra-prima. Simone era neste ano um artista jovem que adquiriu fama e prestígio com a decoração de parte do *Palazzo Pubblico*. A obra encarnava a nova mentalidade de Siena, cortês e avançada no tempo.

A festa do palio, sobre a qual falamos no capítulo II, até hoje homenageia a santa admirada pelos sienenses: a Madre Celeste, cuja devoção na época medieval era celebrada pela *Maestà* de Simone Martini. A *Madonna* está posicionada no centro do quadro, sobre um trono real e circundada por santos. Dois anjos ajoelhados lhe dão uma cesta de flores, enquanto os santos sienenses lhe suplicam que proteja a cidade de Siena. A Virgem responde positivamente, sob uma condição: "*Diletti mei ponete nelle menti/che li devoti vostri preghi onesti/ come vorrete voi faro co(n)tenti/ma se i potenti ai debili fien molesti/gravando loro o con vergogne o danni/le vostre oration non son per questi/ne per qualunque la mia terra inganni*". Ou seja, a santa cuidaria da cidade apenas se os *potenti*, os ricos e poderosos, não praticassem nenhum mal contra os fracos e oprimidos, em uma evocação das prerrogativas do *governo dei nove*.

Na parte oposta à *Maestà*, Simone Martini realizou em 1328 outro afresco: *Guidoriccio da Fogliano na Conquista de Montemassi*. A pintura fez muito sucesso naqueles anos de política expansionista do *Governo dei Nove*. A representação evocou um tema que estava em voga no período mas que era novo na medida em que a pintura era concebida como um reforço e uma lembrança dos novos ideais políticos, sendo também uma obra laica. O afresco é considerado uma das grandes obras de Simone Martini.

Abaixo do *Guidoriccio* foi encontrado, há 20 anos atrás, um afresco de tema análogo, intitulado *Due Personaggi e un Castello*. Trata-se, provavelmente, de um dos últimos trabalhos de Duccio. Sobre este afresco foi pintado o *Mappamundi* de Ambrogio Lorenzetti, perdido há 3 séculos. Hoje, a mesma parede possui um afresco de 1529. Na mesma sala ainda podemos encontrar outros dois afrescos: a *Battaglia della Val di Chiana*, de Lippo Vanni, realizado em 1363 e a *Battaglia del Poggio Imperiale* contra os florentinos. As outras obras são posteriores ao século XIV.

b. São Tomás de Aquino e o neoaristotelismo

Explicamos no item anterior que durante boa parte da Idade Média os textos dos filósofos gregos e racionalistas foram praticamente esquecidos. Apenas permanecia viva na teologia católica a teoria de Platão, que embasava a leitura do mundo defendida pelos teólogos da Alta Idade Média. No entanto, como também dissemos no item anterior, a partir da segunda metade do século XII e começo do século XIII, a leitura de obras gregas começou a ser muito difundida, com destaque especial para as obras de Aristóteles, que acabaram causando muita polêmica. As traduções do grego chegaram à Toscana através dos filósofos árabes e vieram acompanhadas de comentários feitos por pensadores muçulmanos ou judeus, como Avicena, Averrois ou Maimônides. A influência destes pensadores permitiu não somente a recuperação do pensamento aristotélico no Ocidente cristão (até o ponto de Aristóteles ser considerado “O Filósofo” por excelência) como também a abertura de um importante debate filosófico e teológico sobre a relação entre a razão e a fé.

Averrois, por exemplo, um filósofo muçulmano que viveu em Córdoba durante o século XII, esteve preocupado em solucionar estas questões e defendeu a existência de uma dupla verdade: a que vem do dogma religioso e a que procede do intelecto humano. Ele negou assim a proeminência da verdade revelada (fé) sobre a verdade dedutiva (razão) e, com isso, questionou, através da utilização de argumentos filosóficos, as bases do pensamento religioso, tanto muçulmano quanto judeu ou cristão.

Na Toscana, o pensador grego mais difundido foi Aristóteles. Sua obra teve uma grande repercussão na região, promovendo o surgimento de vários questionamentos a respeito do papel da religião para o homem. Devido à profundidade das suas teorias e à variedade dos temas sobre os quais escreveu, como a lógica, a metafísica, a física, a ética, a teoria política, a biologia e outros, seu pensamento acabou incentivando, de certo modo, a revisão dos ideais e valores religiosos de então. Além disso, o redescobrimto de Aristóteles motivou um novo interesse pelo pensamento clássico, incentivado ainda mais com a tradução e reedição de autores como Ptolomeu, Galeno e Euclides.

A filosofia aristotélica baseia-se em princípios muito distantes dos cristãos predominantes na Idade Média. Primeiramente, dentro da concepção da física aristotélica, o mundo é entendido como eterno, e Deus constitui-se no motor imóvel do universo. Tal princípio entrava em conflito com o dogma cristão medieval, segundo o qual a criação do universo foi empreendida por um Deus demiurgo e controlador do destino do homem. Além disso, assim como nos postulados aristotélicos o mundo era entendido como eterno, para o cristianismo medieval o mundo tinha um início, o momento da Criação, e um fim, marcado pelo Apocalipse. Outra diferença entre o aristotelismo e a teologia católica era a de que, para o cristianismo, Deus não era apenas um motor da realidade, mas sobretudo um criador, que tinha o poder de julgar o comportamento dos homens no momento da morte. Dependendo do julgamento, o indivíduo era castigado ou recompensado.

Tomás de Aquino (c. 1224-1274) foi um dos principais frutos do florescimento dos estudos aristotélicos, sendo o autor de uma das obras mais importantes e reveladoras da transformação da religiosidade medieval: a *Summa Theologica*. Para podermos avaliar a importância de seu pensamento e seu papel transformador da mentalidade medieval, discutiremos os principais fatos de sua vida e suas principais idéias.

O pensador nasceu no castelo de Roccasecca, perto de Aquino (Reino das Duas Sicílias), e começou a estudar com os monges beneditinos da abadia de Montecassino; em 1244, abandonou esta ordem e ingressou na dos dominicanos. Prosseguindo em uma vida dedicada aos estudos, iniciou sua trajetória acadêmica em Paris, para onde se mudou em 1245 com o claro objetivo de desenvolver sua formação teológica sob a orientação de Alberto Magno. Tomás de Aquino obteve sua titulação como doutor em teologia em 1259. Posteriormente, voltou à Itália e lecionou em Agnani, Orvieto, Roma e Viterbo. Em 1269, voltou a Paris e três anos depois retornou ao território italiano, onde faleceria em 1274, com apenas 49 anos de idade. Ainda que o teólogo não tenha vivido e trabalhado muito tempo na Toscana, suas idéias alcançaram na Idade Média uma amplitude muito grande, chegando a penetrar todos os principais centros de ensinamento religioso.

As obras de Tomás de Aquino são, em geral, compostas por uma série de comentários sobre textos de outros autores, anteriores a sua época, como Pedro

Lombardo, Boécio, o Pseudo-Dionísio e, sobretudo, Aristóteles. Tendo se formado no momento de grande efervescência dos estudos aristotélicos e das consequentes polêmicas sobre sua incompatibilidade com a doutrina cristã, Tomás recebeu muitas influências dos pensadores gregos, pois eram estes os autores que mais estavam em voga e provocando debates no mundo acadêmico de então. A dificuldade de aceitação da filosofia grega pelo catolicismo, por sua vez, ficou expressa através da proibição, pelo concílio de Paris, em 1211, do ensino da obra de Aristóteles. Assim, por volta do início do século XIII, o Papado não havia aceitado os postulados de Aristóteles, considerando-os pouco convenientes aos seus interesses políticos, tanto que, em 1215, o legado pontifício, ao formular os estatutos da Universidade de Paris, proibiu a leitura da *Metafísica* e da *Filosofia Natural*.

Gregório IX opôs-se também ao pensamento aristotélico, mas mostrou-se menos severo que o papa anterior, proibindo apenas a divulgação das obras de Aristóteles que entravam em conflito com os dogmas eclesiásticos. Dessa forma, o estudo das obras consideradas inofensivas para a fé cristã esteve em parte permitido pela Igreja na época em que viveu Tomás.

Entretanto, o pensamento de Aristóteles divergia em muitos pontos do dogma cristão, permanecendo polêmico e provocando dúvidas e facções entre os intelectuais e teólogos europeus. Ainda que a partir de 1255, como dissemos, algumas obras de Aristóteles tenham integrado o plano de estudos da Universidade de Paris, o aristotelismo permaneceu sendo considerado herético, ainda por longos séculos, por importantes grupos da Igreja Católica.

Neste sentido, o papel de Tomás de Aquino foi essencial na “reconciliação” entre o pensamento filosófico e o teológico, pois ele buscou amenizar as contradições e embates entre esses dois pensamentos. O contexto de tensão entre a propagação da obra aristotélica e sua negação por parte da igreja foi, assim, de certa maneira, atenuado pelo teólogo, que procurou conciliar a tradição clássica e empirista do pensamento de Aristóteles com a tradição dogmática do pensamento cristão.

Isto foi possível graças, sobretudo, à sua discordância com relação às teses averroístas. Para Tomás de Aquino não existia conflito entre as duas supostas verdades, porque a razão encontrava-se sempre num plano inferior ao da fé. Através da lógica e da reflexão filosófica o fiel podia aprofundar sua fé, mas a verdade

revelada, divina, deveria sempre prevalecer. Dessa maneira, se a razão levasse a uma conclusão que contradissese a fé, o pensador deveria refazer seu pensamento e seu discurso, pois ele, sem dúvida, havia cometido algum erro (Cook, William R., 1985). Portanto, Tomás de Aquino acreditava que se a filosofia encerrava-se em si mesma (sem recorrer à teologia), ela estava condenada a cair no erro, equivocando-se principalmente quando contradizia o dogma religioso. Entretanto, o pensador não negou a independência do discurso filosófico, mas, ao contrário, buscou reivindicar o direito da filosofia de constituir-se em uma ciência própria, encarregada de resolver, através da observação e do raciocínio, os problemas que eram apresentados ao homem (Genicot, 1970).

Dessa forma, para combinar o aristotelismo com o cristianismo, Tomás de Aquino alterou um ponto básico do pensamento do filósofo grego. Se para Aristóteles a distinção entre essência e existência era puramente conceitual, para Tomás de Aquino tratava-se de uma distinção real. Partindo desse ponto de vista, o teólogo chegou à conclusão de que a essência das criaturas não implicava em sua existência; o que, portanto, nos leva a concluir que elas não existiam por si mesmas, mas sim devido a uma outra realidade. Essa seria a virtude divina principal: apenas em Deus podíamos encontrar uma identidade entre a essência e a existência, pois Deus era o ato puro de existir, existia por si mesmo e era o fundamento de todo ser criado e de suas existências contingentes.

Além de fazer convergir o aristotelismo para o cristianismo, Tomás de Aquino destacou-se pelo aperfeiçoamento da escolástica, muito desenvolvida nesse período do final da Baixa Idade Média, que se constituía em um método para analisar a realidade através do uso da lógica, da disciplina e da organização. Na escolástica, os temas (artigos) eram expostos de uma maneira dialética, com os argumentos a favor e os contrários (*sic et non*), levando a uma conclusão que se consistia na síntese das idéias expostas. Os argumentos *sic et non* pretendiam contemplar todas as possibilidades inerentes ao problema e mostrar as diversas alternativas que deviam ser testadas para que o tema fosse explorado com profundidade, levando a pesquisa ao seu limite máximo.

O processo completo da pesquisa, que se iniciava por uma pergunta e chegava a muitas outras, tornava-se, portanto, um processo dialético cuja principal intenção era

fazer com que a mente operasse em seu mais alto nível, podendo alcançar sua capacidade máxima de raciocínio. Na realização da síntese, o filósofo ou cientista deveria buscar resolver o problema proposto ou, pelo menos, concluir quais os princípios a partir dos quais o problema poderia ser resolvido.

A novidade da escolástica em relação aos outros métodos existentes na época medieval era a de que ela expunha a estrutura do raciocínio, trazendo à luz e reiterando que a forma de exposição e o conteúdo não deveriam ser dissociados. A escolástica não tinha como objetivo esconder o esquema e a estrutura; pois era a própria estrutura que ordenava e, assim, esclarecia melhor o pensamento. Com estas idéias, a razão humana era valorizada e o raciocínio enaltecido como uma das habilidades que o homem deveria desenvolver e aplicar em seu dia-a-dia. Assim, com a escolástica, Tomás de Aquino estabeleceu e propôs um método para o homem medieval, através de sua razão, pensar e descrever a realidade.

Foi justamente por esta característica que Erwin Panofsky (1993) viu na escolástica e na arquitetura gótica os mesmos elementos definidores do pensamento medieval. Uma das características da arte gótica é a de que ela pretendia ser completa e absoluta, no sentido de que tinha a intenção de dar forma, com a pedra e o vidro, a todas as verdades do cristianismo. Para conseguir alcançar uma visão total e abrangente da espiritualidade e expressá-la em sua amplitude, o arquiteto gótico, como num tratado escolástico, buscava fixar muito claramente a relação entre as partes e o todo, pois no estilo gótico estavam sempre presentes os princípios claros da subordinação das linhas, figuras e arcos, de tal maneira que cada figura, estátua ou história deve ser vista não apenas em sua unidade, mas sobretudo em relação e como parte de seu entorno, de sua situação. Cada objeto ou estrutura da igreja constituía-se, portanto, em função de sua relação com a disposição global das esculturas no conjunto da catedral. Aliás, assim como nos escritos escolásticos, a catedral gótica não pretende ocultar as linhas de sua estrutura. E da mesma forma que o documento escolástico constrói-se segundo um método lógico, sempre evidente para o leitor, na catedral gótica também são mostrados abertamente os elementos estruturais, como arcos arbotantes, pilares e nervos das abóbodas (Cook, William R., 1985).

No entanto, a recuperação do pensamento aristotélico por Tomás de Aquino, apesar de enfatizar o uso e a grandeza da razão, também defendeu a revalorização do

mundo sensível. A filosofia, para Tomás de Aquino, começava com a experiência dos sentidos, pensamento que significava uma mudança radical perante o idealismo neoplatônico de Agostinho. Um fato que também possibilitou a valorização dos sentidos pela escolástica de Aquino foi o de que a preocupação pela verdade ou falsidade da percepção sensorial estava presente em vários de seus escritos. Assim, encontramos, por exemplo, este tema no texto intitulado *Questões discutidas sobre a verdade*, cujos artigos IX-XII analisam as vias humanas do conhecimento. As questões que suscitam a discussão e iniciam o raciocínio de cada artigo são: *A verdade existirá nos sentidos?*, *Existirá alguma coisa falsa?*, *Existirá falsidade nos sentidos?* e *Existirá falsidade na inteligência?*⁵¹

Também na obra *Súmula Contra os Gentios* Tomás de Aquino explora a capacidade do raciocínio humano para entender as verdades divinas acessíveis e inacessíveis ao homem. Nesta obra o teólogo opõe-se à afirmação feita por Anselmo e Agostinho de que a verdade não reside nos sentidos; para Tomás de Aquino, o conhecimento sempre é mediatizado pelas capacidades sensitivas do homem. Assim, ele escreve, referindo-se aos sentidos, no artigo IX de *Questões discutidas sobre a verdade*:

“[Nos sentidos] a verdade se encontra como algo que resulta da atividade dos mesmos, pois a verdade está nos sentidos, na medida em que o juízo dos mesmos diz respeito às coisas.

*Contudo, a verdade não se encontra nos sentidos como algo que foi conhecido por eles. Pois, quando o conhecimento sensitivo emite um juízo correto sobre as coisas, é importante notar que este conhecimento sensitivo -ao contrário do conhecimento intelectual- não conhece a verdade através da qual julga corretamente. Pois, embora a faculdade sensitiva conheça e saiba que está agindo, não conhece a sua própria natureza, e conseqüentemente também não a natureza do seu agir e as relações deste último com as coisas, e por conseguinte também não a sua verdade.”*⁵²

Na Baixa Idade Média, assim como na filosofia, também na arte percebe-se

⁵¹ Santo Tomás de Aquino. São Paulo, Círculo do Livro. 1996 (Col. Os Pensadores). pgs. 111 a 124.

⁵² “Questões discutidas sobre a verdade. Artigo IX: A verdade existirá nos sentidos?”. In: Santo Tomás de Aquino. São Paulo, Círculo do Livro. 1996. (Col. Os Pensadores). pg. 112.

um renovado interesse pela percepção e pela capacidade dos sentidos como instrumento de revelação do mundo real. A iconografia gótica, por exemplo, já apresenta uma maior preocupação pelo mundo visível do que a existente no românico, marcado pela presença de um simbolismo e um hieratismo muito acentuados e embasados no contexto celestial e divino. No entanto, a partir do século XIII, começou a ser evidente o desejo dos pintores e escultores de se aproximarem do *mundo real*, através sobretudo da introdução das paisagens (que acabam se tornando uma espécie de cenário) nas representações religiosas e laicas e através também da humanização da simbologia religiosa. Os sentidos humanos começaram a ser valorizados justamente no período de crescimento das cidades, fato que certamente esteve relacionado à consolidação de uma nova forma de percepção do tempo e do espaço, relacionada à produção dos espaços urbanos.

Assim, à medida que o século XIII avançou e o processo de crescimento e desenvolvimento das cidades acentuou-se, a busca pela racionalização e medição das coisas, associada à criação de uma nova percepção do espaço e do tempo, contribuiu para um processo de transformação da mentalidade medieval sem precedentes. A influência da recuperação do pensamento aristotélico levou o homem do século XIII a preocupar-se com a união da física e da matemática e do quantitativo com o qualitativo. Esta atenção especial dada à medição e à quantificação expressou-se de diversas maneiras.

No plano da economia e da política, observamos a emergência do gosto pela precisão e pela cifra e, conseqüentemente, pela medição do tempo: nas cidades e no campo as comunas e os proprietários de terras utilizavam a todo momento agrimensores, e, um pouco antes de 1300, o relógio mecânico começava a marcar o tempo nas catedrais. Posteriormente, ele foi colocado sobretudo nas praças públicas.

Até o princípio da Baixa Idade Média, a Igreja era a reguladora e controladora do tempo por excelência, sobretudo nas áreas rurais: o campanário dava as horas e submetia todas as tarefas a um ritmo determinado através do sino, que avisava os camponeses sobre a hora dos ofícios religiosos, dos leilões a serem realizados no átrio da igreja, das apresentações de música e dança que aconteceriam na praça e dos óbitos na comunidade. Vale lembrar que o campanário constituía-se também em um

importante instrumento de defesa: sua torre era utilizada como refúgio em caso de invasão e seu sino advertia a comunidade quando o inimigo se aproximava.

À medida que o processo de crescimento urbano e de autonomização da cidade aceleraram-se, observamos que os habitantes das cidades começaram a desenvolver uma percepção do tempo diferente da que predominava no campo, pois os ritmos da vida cotidiana eram condicionados por atividades diferentes. Em primeiro lugar, nas áreas rurais o tempo era marcado sobretudo pelas estações do ano, pelas festividades do calendário religioso e pela sucessão das horas litúrgicas. Ainda que as horas litúrgicas e as festas religiosas tenham assumido na cidade medieval também um papel de elemento estruturador do tempo, nela a predominância de atividades mais diversificadas, não relacionadas tão imediatamente à natureza e criadoras dos chamados horários e turnos de trabalho, multiplicou as medidas do tempo, que passava então a ser regido pela dinâmica natural (o dia e a noite, o inverno e o verão) e pela dinâmica social. A organização da comunidade urbana, envolvendo atividades administrativas, reuniões políticas, relações comerciais e financeiras e de cuidado e vigilância do espaço rodeado pelas muralhas reconduzia e requeria a reorganização do tempo vinculado anteriormente apenas às atividades agrícolas.

Nesse sentido, no espaço urbano o relógio mecânico desenvolveu um papel estruturador. Na cidade, a reunião e a concentração de pessoas mobilizadas em atividades diferentes e, ao mesmo tempo, em relação ao conjunto do espaço e ao convívio social, tornava a marcação objetiva e precisa do tempo cada vez mais necessária. No campo, entretanto, era mais percebido o tempo externo e independente do homem e de seu grupo, uma consequência do vínculo estreito de dependência do homem em relação à terra e de um ambiente coletivo restrito quase sempre a uma família ou a um pequeno grupo de famílias. Neste sentido, devemos ressaltar que a convergência de uma tecnologia na produção do relógio mecânico com sua influência na estruturação e reprodução da vida cívica contribuiu para o triunfo da atalaia, o relógio colocado nos palácios municipais, sobre o campanário. Na cidade medieval, entretanto, o sino da igreja continuou sendo socialmente um ponto de referência imprescindível da vida cotidiana, mesmo nas regiões que tiveram maior desenvolvimento urbano, como é o caso da Toscana.

Outra transformação da mentalidade que o neoaristotelismo trouxe consigo foi a da sistematização do saber acompanhada da expansão do âmbito original da teologia e da filosofia para outras áreas do saber. Uma dessas primeiras áreas a receber a influência aristotélica foi a ciência jurídica. O próprio Tomás de Aquino dedicou parte de seus estudos ao Estado e às leis. Para o teólogo, o fim que deveria perseguir todo ordenamento jurídico era a realização do bem comum. Segundo o pensamento tomista, distinguam-se três esferas legais. A primeira era a da lei divina, que guiaria o homem para o aperfeiçoamento de sua natureza transcendente, como alma imortal. Esta lei divina não podia ser entendida pelo homem, mas apenas seguida segundo os sinais que os desígnios divinos enviavam. A segunda esfera legal, para o tomismo, era a da lei natural que estaria integrada por normas morais, como a conservação da vida, a geração e a educação dos filhos, o desejo e a luta pela verdade etc. Finalmente, a terceira esfera incluía as leis humanas, que seguiam os mandatos da lei natural mas dirigiam-se ao bem comum.

No que se refere às disputas então existentes entre os defensores da supremacia da Igreja e os do Império, Tomás de Aquino opinou de maneira conciliadora e, por isso mesmo, facilitadora do convívio da religiosidade católica com os avanços do pensamento racionalista e em prol do desenvolvimento econômico e comercial. Segundo o tomismo, nem o Estado estaria subordinado à Igreja, nem a Igreja ao Estado, pois as duas instituições atuavam em âmbitos distintos. A finalidade do Estado deveria ser a promoção do bem comum, enquanto a Igreja teria uma finalidade transcendente à vida material e social, um sentido e um significado sobrenatural. A relação entre ambos poderes poderia ser aplicada à relação existente entre a filosofia e a teologia (Mattos, 1996).

No campo do direito, assistimos, assim, a partir do século XII, a um processo de compilação de leis e de decretos que estavam dispersos e esquecidos nas gavetas medievais. O *Corpus Iuris Civilis*, por exemplo, do imperador bizantino Justiniano, serviu de base para a sistematização do direito civil na Itália. Tanto os monarcas quanto as autoridades municipais deram-se conta a partir de então como um *corpus* jurídico exaustivo e bem sistematizado era importante e conferia maior praticidade à vida civil. Os monarcas aproveitaram o direito romano assim para justificarem sua soberania, enquanto as comunas viram na adoção do *Corpus Iuris Civilis* uma

superação do regulamento feudal, pouco apto para a resolução das negociações e controvérsias comerciais. Por estas razões, Genicot escreveu: “*Na época do gregorianismo, os clérigos se haviam isolado dos laicos; agora eram os laicos, pela sua vez, quem se separavam dos clérigos e queriam arranjar a sós seus assuntos, promover seus interesses, impor sua língua e seus gostos. Apoiado no direito romano e no pensamento de Aristóteles, o Estado afirmava-se, no mesmo momento em que a Igreja acentuava suas posições teocráticas para salvar sua unidade. A natureza se afastava do sobrenatural, as ciências e a filosofia da teologia, a experimentação e a argumentação da revelação*”⁵³.

Não obstante, a Igreja Católica também participou ativamente destas tarefas de sistematização jurídica através da compilação do direito canônico. No início do século XII, este era uma mistura confusa, e até contraditória, de textos bíblicos e patrísticos, epístolas, bulas e decretos de sínodos e concílios. Mas, a medida que o tempo foi avançando, tornou-se mais necessária a compilação do *ius civile* como base do *Corpus Justiniano*, e, para o *ius canonico*, tomou-se como referência a *Concordantia discordantium canonum*. Esta obra, mais conhecida como o *Decretum*, era de autoria de um monge chamado Graciano, que fez esta compilação, em Bolonha, entre 1140 e 1150. O Decreto de Graciano foi rapidamente aceito como fonte jurídica da Igreja e alguns papas dos séculos XIII e XIV foram famosos comentaristas desta obra.

Dessa maneira, procuramos mostrar resumidamente como o tomismo e a escolástica em geral constituíram um verdadeiro renascimento dos estudos filosóficos e jurídicos, renascimento que foi acompanhado pela fundação de novos centros educativos preparados para o ensino de tais matérias. O dado importante a ser destacado é o de que este renascimento acadêmico centrou-se sobretudo no espaço urbano: “*esses centros de ensino se situaram, evidentemente, nas cidades; elas*

⁵³ “*En la época del gregorianismo, los clérigos se habían aislado de los laicos; ahora eran los laicos, a su vez, quienes se separaban de los clérigos y querían arreglar solos sus asuntos, promover sus intereses, imponer su lengua y sus gustos. Apoyado por el derecho romano y por el pensamiento de Aristóteles, el Estado se afirmaba en el mismo momento en que la Iglesia acentuaba sus posiciones teocráticas para salvar la unidad. La naturaleza se apartaba de lo sobrenatural, las ciencias y la filosofía de la teología, la experimentación y la argumentación de la revelación.*” Genicot. Leopold. *Europa en el siglo XIII*. Barcelona, Nueva Clío, Labor, 1970, pg. 252.

seriam, daí para frente, o lar de toda vida social e não os mosteiros, que foram decididamente postos de lado”⁵⁴.

No final do século XII, foi fundada a universidade de Bolonha, que fez da região norte da Itália o centro europeu mais importante do estudo do direito romano e do direito canônico. Seus alunos e professores formaram corporações, então chamadas de *studia generalia* ou *universitates magistrorum et scholarium*, com o objetivo de se protegerem e receberem, por parte dos governantes, o reconhecimento de sua autonomia jurídica e econômica. O ensino universitário básico residia nas faculdades de artes, onde os alunos aprendiam o *trivium* e o *quadrivium*. A conclusão destes cursos habilitava os alunos para o ingresso nas faculdades superiores de direito, medicina e teologia, que formaram grandes sábios nos últimos anos da Idade Média. A idéia do conhecimento como algo dinâmico, capaz de evoluir e fazer a sociedade progredir, foi sendo definitivamente consolidada.

c. As ordens mendicantes e a nova piedade

*“O século XIII, século repleto de guerras, ávido e mercantil, bebeu a mensagem dos novos frades como um sedento: em qualquer lugar onde existisse paz, solidariedade com os mais pobres e mais fracos. Não haveria mais patrões e senhores, somente amigos e amigas em Cristo: no mundo e na Igreja.”*⁵⁵

Apesar da importância que a religiosidade tinha durante a Idade Média, tanto nas cidades quanto no campo o catolicismo caracterizou-se por ser pobre. Os dogmas católicos eram muito pouco conhecidos e muito menos aprofundados, pois os fiéis recebiam um ensinamento religioso praticamente infimo: a pregação era pouco

⁵⁴ “Esos centros de enseñanza se situaron, evidentemente, en las ciudades; ellas serian, en adelante, el hogar de toda la vida social y no los monasterios, que fueron decididamente relegados.” Genicot, Leopold. *Europa en el siglo XIII*. Barcelona, Nueva Clio. Labor. 1970. pg. 170.

⁵⁵ “Il Duecento, secolo colmo di guerre, avido e mercantesco, bevve il messaggio dei nuovi frati come un assetato l’acqua: dovunque ci sarebbe stata pace, solidarietà con i più poveri e i più deboli. Non ci sarebbero più stati padroni e signori, solo amici e amiche in Cristo: nel mondo e nella Chiesa.” Beuys, Barbara. *Firenze nel Medioevo: vita urbana e passioni politiche (1250- 1530)*. Milão, RCS Libri. 2000. pg. 31.

explicativa e argumentativa. o que era agravado pelo fato das crianças não receberem instrução. Os estatutos sinodais praticamente não se preocupavam com estas questões, pois estava consolidado um entendimento impositivo e autoritário da religiosidade, que era compreendida como uma obrigação e um dever que o homem medieval possuía. Assim, o indivíduo não tinha que ser convencido de uma teoria, pois estava pré-estabelecido que ele a aceitaria e se submeteria a suas regras e objetivos.

A partir do século XI, entretanto, com o crescimento das cidades, a pregação começou a se tornar uma prática mais corrente, pois a coletividade do bairro reunia-se na paróquia, onde recebia algumas lições. No entanto, ainda que tenha ocorrido um desenvolvimento do discurso e das teorias explicativas católicas a partir desse século, a Igreja não conseguiu dessa maneira alcançar todos os fiéis, pois ela era mais uma tradição e uma obrigação do que um ensinamento e uma atitude espiritual desenvolvida ao longo da vida das pessoas. Muitos fiéis acabavam violando assim os deveres dominicais ou abandonando por completo a paróquia depois do evangelho, fortalecendo a religião mais como um código do que uma doutrina, sendo sua razão de ser menos o amor a Deus e ao próximo do que o medo da condenação.

Observava-se assim que, se por um lado, a Igreja tinha um papel quase que estruturador da vida do homem medieval, impondo hábitos, atitudes, valores e costumes, por outro lado, ela apresentava-se afastada dos interesses, anseios e pensamentos da população, permanecendo quase que impassível e cega frente às aspirações e necessidades práticas e concretas dos homens.⁵⁶

Se este fato ocorria a princípio de maneira isolada, entre famílias de camponeses e de senhores feudais espalhados no campo e regidos pela dinâmica da natureza, na cidade a concentração de pessoas movidas por um modo de vida de cunho eminentemente social e cada vez mais dinâmico econômica e politicamente, em que cada indivíduo vivenciava de maneira mais intensa seu papel social, acentuou-se a distância entre a religiosidade imposta e os fiéis, que a percebiam, assim, de maneira ainda mais abstrata. Na cidade, a praticidade da vida e a materialidade das ações tornava a religião católica tradicional ainda mais distante da realidade vivida pelo

⁵⁶ O clero medieval havia estado sempre muito preocupado com seus lucros e o aumento de seu poder, o que lhe deu menos oportunidade para pensar na educação do imenso número de fiéis que frequentava as igrejas e perceber sua distância em relação à população.

homem urbano. Pelo seu tamanho, sua economia baseada no dinheiro e sua estrutura social, as cidades trouxeram novos problemas de política, de moral e de direito, e impulsionaram o estudo e o progresso das ciências humanas. Justamente porque eram populosas, porque estavam baseadas em uma alta concentração de riqueza e porque contavam com muitos pobres é que elas acarretaram a crise da antiga organização católica, comprometendo em parte a espiritualidade defendida por esta, pois consolidava-se nas cidades o entendimento da religiosidade mais como uma atitude coletiva perante o mundo do que uma forma de contato exclusivamente individual com Deus.

Foi então a partir do século XI que surgiram com mais força os movimentos heréticos. A palavra heresia designava na Idade Média as idéias e os movimentos coletivos que pretendiam ou mudar o dogma religioso, ou defender algumas idéias que, na verdade, não eram nada incompatíveis com a verdade recebida pelos cristãos, ou ainda apresentar idéias que não haviam sido extraídas da principal fonte católica medieval, o Evangelho. No geral, esses movimentos, ao lado de seu aspecto religioso fundamental, tinham um caráter social e, muitas vezes, político. Muitos movimentos considerados heréticos receberam este nome porque iam de encontro aos objetivos do clero ao questionarem sua ambição por arrecadar mais recursos e capital. A contestação, às vezes estritamente religiosa, outras vezes de caráter político, por parte de diversos setores da sociedade medieval, levou a ortodoxia e a doutrina oficial da Igreja a uma situação de grave crise desde o século V até o início do século XIII, quando originaram-se e se consolidaram as ordens mendicantes, que veremos logo adiante.

Para combater os movimentos heréticos, a Igreja desenvolveu sistemas de controle, de inspeção e de punição para aqueles que ousassem divergir de suas idéias, pois o movimento herético tornou-se importante na medida em que as cidades agrupavam um número maior de pessoas que se reuniam para discutir e professar palavras de fé diferentes das proferidas pela Igreja Católica. Para combater esses movimentos, o Papa designava um certo número de padres para cumprirem o papel de inquisidores nas cidades, devendo ir de localidade em localidade à procura dos “infiéis”, que eram punidos quando encontrados. Em 1244, por exemplo, foi enviado para Florença o “caçador” de heréticos Pietro da Verona, um dominicano que, em

plena época de guerra entre guelfos e guibelinos, iniciou um longo período de captura incessante de infiéis na cidade. Dois anos depois, o frade dominicano partiu e os poucos heréticos que sobreviveram permaneceram na clandestinidade.

Concomitantemente à criação de mecanismos de controle e punição aos heréticos, a Igreja Católica, a partir do final do século XI, empreendeu um processo de revisão de sua teologia, uma espécie de redefinição dos seus principais pressupostos e métodos de conquista dos fiéis, o que foi incentivado, principalmente, pelas transformações sociais, econômicas e espaciais em curso. Aos poucos, ela foi dando seus primeiros sinais de mudança através da suavização de ideais demasiadamente fixos e impositivos, relativizando suas posições. Consolidava-se assim, dentro da Igreja Católica, a noção de que os fiéis, naquele momento deviam ser convencidos a participarem da vida religiosa, pois a religiosidade não era mais exclusivamente uma norma de conduta aceita e praticada por todo e qualquer homem. Os próprios movimentos heréticos demonstravam esse fato.

Nos séculos XIII e XIV esse processo manifestou-se através da defesa da vida apostólica como uma existência ativa, ou seja, os clérigos começaram a ficar atentos à vida cotidiana do homem medieval, discutindo seus males, suas capacidades positivas e interessando-se, em certa medida, pelas suas diversas necessidades e anseios. Por isso, a igreja passou a incentivar obras de misericórdia e a tomada de atitudes em que predominassem qualidades humanas como a sabedoria, a força, a justiça e a beneficência, que, assim, passavam a compor uma dimensão importante da vida religiosa. Era o primeiro passo rumo à constituição de um novo sentimento de piedade, sobretudo entre a população urbana. Este sentimento de piedade culminava também na valorização da caridade, como uma prática social e religiosa de redenção de pecados e encontro com o bem supremo.

Os clérigos começaram então a fazer leituras da Bíblia nas quais os gestos e as provas das qualidades humanas, como a bondade, a inteligência, o esplendor ou a virtude eram retirados dos textos sagrados para servirem de exemplo aos fiéis que compareciam às igrejas. Nesse período também é que se desenvolveu a arte da representação de cenas históricas da vida de santos, cujo objetivo principal era reforçar o pensamento de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. Tratava-se, dessa maneira, de a igreja recuperar o momento da criação e trazê-lo para

o imaginário medieval como um dos maiores exemplos da grandeza humana. Essa foi a forma encontrada pela Igreja para aproximar-se do fiel e conquistar sua atenção e dedicação. Nesse sentido, o novo papel da arte consolidava-se: primeiramente, a arte, um produto da grandeza do homem, devia ser valorizada e utilizada como exemplo da capacidade produtiva humana; em segundo lugar, ela foi um importante instrumento no processo de “conquista de fiéis” (outros diriam catequização), pois nas paredes das igrejas as imagens contavam histórias e passavam aos homens as mensagens que os padres e bispos tinham tanta dificuldade de transmitir plenamente. Dessa forma, portanto, a arte tornava-se um instrumento de interferência e dominação da vida comunitária, pois ensinava com imagens eloquentes quais as atitudes que os homens deveriam tomar. Foi sobretudo isso que fizeram os dominicanos e os franciscanos na Toscana.

Uma mudança ocorrida dentro da teologia e que se relaciona às transformações sociais no processo de renascimento urbano foi a de que os teólogos, no século XIII, começaram a distinguir os mercadores maus dos mercadores bons. A princípio a Igreja condenava expressamente os mercadores e empreendedores que lucravam com os juros e os empréstimos (ou seja, com a atividade bancária e financeira), considerando-os desafiadores do domínio divino sobre o emprego do tempo. Um século depois, a Igreja revia sua posição e aceitava essas atividades, já que elas eram um dos principais motores da prosperidade econômica das cidades que, por sua vez, permitia a aplicação do capital burguês nas ações da Igreja. Surgiu assim a idéia de que sem mercadores que transferissem mercadorias de um lugar para o outro, pessoas carentes, em situação de penúria, padeceriam de fome. Logo, também o lucro obtido pelos mercadores que transitavam por lugares longínquos era visto como uma justa remuneração pelo esforço e pelo perigo que eles corriam nas viagens de negócio.

Devemos compreender este processo de reestruturação da teologia católica, portanto, cujo principal fruto foi o surgimento das ordens mendicantes, em sua relação com o surgimento da burguesia. Em seguida veremos como as ordens mendicantes foram as grandes porta-vozes e motores da mudança da mentalidade e da religiosidade durante a Baixa Idade Média, contribuindo para incentivá-las. É preciso primeiro salientar que esta mudança, ainda que profundamente relacionada à valorização da

pobreza e do despojamento dos bens materiais, foi embasada no financiamento e na identificação da burguesia com a causa mendicante.

Vimos que no decorrer dos séculos XII e XIII, em consequência do desenvolvimento urbano na Toscana, surgiu uma nova camada social que alcançou grande relevo no resto da Idade Média, que desenvolveu por sua vez uma nova forma de vida no âmbito jurídico, político e econômico em comparação com a desenvolvida pela nobreza. Era a forma de vida burguesa, que suscitou necessidades culturais e religiosas que as instituições eclesiásticas já existentes não satisfaziam nem contemplavam, fato que deu origem, como vimos, a uma crise religiosa.

A crise tinha raízes institucionais, organizativas e sociais que se condicionavam mutuamente. A primeira consistia na incongruência entre a nova população e a organização paroquial existente, que era fechada e com suas tarefas muito bem estabelecidas. A constituição da Igreja e a mentalidade da época não permitiam por sua vez a existência de igrejas urbanas, pois desde o ponto de vista social como institucional as igrejas católicas tradicionais estavam vinculadas à nobreza. Na cidade, a relação desta igreja católica tradicional com a nobreza e o clero secular fazia com que as comunidades monásticas e os conventos tradicionais, muito comuns no período, aparecessem como uma espécie de corpo estranho na sociedade urbana, que caminhava cada vez mais rumo a uma diferenciação perante o campo. Assim, fazia-se necessária a constituição de uma nova associação religiosa, que se adequasse melhor às características da cidade.

Para superar a crise eclesiástica e religiosa nas cidades, o movimento ascético-monástico propôs-se assumir funções similares às que teve que desempenhar anteriormente em relação às camadas dominantes da época anterior. Ocorreu paulatinamente a união do mosteiro, tradicionalmente rural, com a cidade, no que poderíamos denominar de urbanização da vida monástica. As ordens mendicantes foram o resultado deste importante processo de transformação e, ao final do século XIII, elas haviam se convertido em uma instituição religiosa muito prestigiada e influente na sociedade urbana, sendo que com que suas importantes igrejas interferiram na dinâmica da sociedade urbana, criaram mais raízes para o estabelecimento de um novo modo de vida e modificaram a imagem da cidade, aspecto este que veremos no final deste ítem.

No século XIII havia diversas ordens mendicantes. As quatro principais eram: a dos dominicanos ou ordem dos pregadores (*Ordo Fratrum Praedicatorum*), fundada por São Domingos de Caleruega (1170 - 1221); a dos franciscanos ou irmão menores (*Ordo Fratrum Minorum*), fundada por São Francisco de Assis (c. 1182 - 1226); a dos eremitas agostinianos (*Ordo Eremitarum Sancti Augustini*), nascida da fusão de diferentes associações italianas de eremitas; e a dos carmelitas (*Ordo Fratrum Beatae Mariae Virginis de Monte Carmelo*), surgida no Monte Carmelo no século XII. A origem destas ordens teve pouca ligação, a princípio, com a cidade. A fusão dos diferentes grupos sob o conceito de ordem de mendicantes (*Ordo Mendicantium*) ocorreu devido à aplicação do direito eclesiástico, que passou a assim designar as correntes teológicas que se diferenciavam em alguns aspectos da tradicional teologia católica medieval. Nas cidades da Toscana, a ordem que mais teve importância foi a dos franciscanos⁵⁷.

Ainda que cada ordem mendicante tivesse sua particularidade, poderíamos apontar quatro aspectos inerentes a todas elas: a carência de uma propriedade e a obtenção, pela lei eclesiástica, do direito de mendigar, já que esta seria sua única forma de sustento; a permissão de associação à ordem por qualquer pessoa, independentemente do lugar de onde ela viesse; a pertença a um convento, com o objetivo de constituir uma associação dirigida por um mestre principal (constituição corporativa); e a incorporação da formação científica obrigatória aos clérigos destinados ao trabalho pastoral.

Dessa maneira, como podemos perceber, as ordens mendicantes tiveram como pressuposto a criação de uma nova estrutura, com regras e padrões próprios. Mas a principal novidade da ordem dos mendicantes foi a sua relação com a nova mentalidade que se construiu nas cidades medievais: uma comunidade carente de propriedade e que vivia de esmolas e de entradas monetárias fixas, geralmente concedidas pela burguesia, podia adaptar-se mais facilmente à vida da cidade. De fato, os grandes conventos urbanos dos mendicantes sobreviveram graças às pequenas doações dada pela população mais carente e às doações constantes por parte das camadas urbanas dominantes. Por isso também os mendicantes conseguiram parte de

⁵⁷ Os beneditinos tiveram importância na região Toscana, mas instalavam-se preferencialmente nas áreas rurais.

seu êxito devido à burguesia, sendo incongruente a afirmação de que estas ordens estivessem apenas comprometidas com os pobres e indigentes. Sua principal característica era a de difundirem uma religiosidade mais coerente com as práticas comerciais, produtivas e dinâmicas predominantes nas cidades medievais.

De certa maneira, podemos dizer que a fundação das ordens mendicantes foi acompanhada de uma espécie de democratização das funções piedosas, pois se até então apenas os senhores feudais pertencentes à camada nobre podiam apresentar-se como fundadores das igrejas e dos monastérios, a partir de então as camadas sociais alheias à nobreza podiam participar em uma obra que continuava sendo merecedora de muitos méritos na sociedade medieval: a construção e decoração de igrejas. Foi devido a este propósito, por exemplo, que Giotto recebeu sua comissão para decorar a igreja de São Francisco em Assis ou a de Santa Croce em Florença.⁵⁸

A relação das ordens mendicantes com a burguesia é um dos temas de destaque no entendimento de seu processo de ocupação e localização no espaço urbano medieval. Jacques Le Goff defende que as ordens mendicantes adotaram a estratégia consciente de fundarem seus conventos nas áreas imediatamente fora das muralhas, no *districtus*, com o objetivo de conquistarem fiéis entre a população mais marginalizada, ou seja, os imigrantes recém ingressados nas cidades que ainda não haviam começado a participar da vida paroquial urbana. As ordens teriam tido como finalidade a integração desta camada na cidade, com o objetivo também de oferecer a seus componentes os primeiros socorros e ajudas materiais e espirituais. Mas pesquisas recentes têm apontado um rumo diferente para explicar a localização das ordens mendicantes na periferia das cidades: este foi o local ocupado por elas porque nessa área havia uma maior disponibilidade de terrenos, que eram então mais baratos e estavam desocupados e livres⁵⁸ para a construção de um edifício grandioso. Outros historiadores ainda, como W. Simons, acrescentam a resistência das paróquias e do clero secular, como um dos elementos que ofereceram obstáculos à fixação das ordens mendicantes dentro das cidades. Para ele, as ordens queriam instalar-se no interior da

⁵⁸ Uma quantia alta de capital era necessária para empreender o estabelecimento de uma ordem mendicante em uma cidade: havia o custo da construção e da decoração e da constituição da organização acadêmica (Racinet. 1996).

cidade, mas sofreram proibições e impedimentos por parte da Igreja tradicional. Para completar, segundo ele, as ordens estavam voltadas sobretudo para a população rica e poderosa.

Segundo nosso ponto de vista, a interpretação de que as ordens mendicantes foram muito condicionadas pelos limites oferecidos pelos preços altos dos terrenos e pela dificuldade de sua aceitação pelos habitantes mais poderosos das cidades, incluindo membros do clero secular, parece-nos pertinente. Acreditamos que essa face do problema somou-se à questão da localização próxima à população pobre e carente, que estava em consonância com as novas propostas religiosas defendidas pelos mendicantes.

Ainda no que diz respeito à localização das ordens nos espaços urbanos, devemos ressaltar o fato de que as ordens mendicantes tiveram importância urbanística na cidade, pois dotavam o espaço urbano de símbolos religiosos ao dispor, habitualmente, no espaço seu complexo de edificações em forma de triângulo, elemento simbólico religioso, sendo que o baricentro era geralmente a igreja ou a sede da comuna. A precisão da disposição em um sistema de vértices marcou um período em que mais se desenvolveram intervenções urbanísticas que visavam direcionar a forma de organização dos espaços citadinos (Guidoni, 1992).

Como afirmamos anteriormente, uma das principais atividades desenvolvidas pelas ordens mendicantes era a caridade. Além desta, as ordens embasavam-se na prática da pregação e da penitência. A permissão para se realizar a pregação causou uma importante discussão dentro da igreja católica no século XI, pois as ordens mendicantes reivindicavam esta permissão, negada por muitos bispos e autoridades religiosas. A pregação constituía a principal atividade destas entidades religiosas e era natural que elas quisessem a exclusividade de seu desempenho. A pregação era um tema fundamental da Idade Média, pois, como já afirmamos anteriormente, o trabalho começou a ser valorizado na sociedade medieval apenas no final da Baixa Idade Média, sendo a pregação a principal virtude do homem que possuía a vocação religiosa. Ela era assim entendida como inerente à própria religiosidade.

A polêmica chegou a referir-se a direitos um pouco menos valorizados, como o da jurisdição paroquial, sobretudo nas competências do culto divino público, no direito de enterro e no poder de confissão. Mas, através da atuação conjunta do papa e

da sociedade urbana, as ordens mendicantes acabaram conquistando esses direitos. Os papas, ao contrário do que se poderia esperar, promoveram e incentivaram a conquista no plano jurídico dos direitos antes reservados apenas às paróquias e, na qualidade de ordem suprema, de *episcopus orbis*, o papa tinha o poder de decisão sobre o assunto. O direito à pregação praticamente laica, ou seja, livre a todos, foi combatido pelos bispos, que queriam ter a exclusividade dessa tarefa. Mas o papa estendeu esta competência também às associação das ordens mendicantes. Por esta razão também, os teólogos e membros das ordens mendicantes retribuíram a “ajuda” papal na época, passando a defender o primado da jurisdição papal e ver no papa a fonte de todo o poder espiritual. Como nos parece natural, o papado buscou e conquistou assim uma verdadeira legião de defensores nas cidades. E os mendicantes, que mobilizavam grande parte da população urbana, com sua mobilidade e cultura “popular” acumulada, passaram a gozar e usufruir de uma maior capacidade para obter e difundir informações, sendo mais eficientes nesse campo que os clérigos e bispos seculares. Por isso mesmo, os mendicantes acabaram incentivando e convencendo uma extensa massa da população urbana a cooperar na catolização dos gregos, nas viagens das cruzadas e na luta contra as heresias (Racinet, 1996).

Assim, enquanto o clero tradicional estava preocupado com seus lucros e prestígio, os frades mendicantes se preocupavam com os problemas da população das cidades e foram os primeiros a exercitar um verdadeiro “cuidado das almas”. Os frades por exemplo não hesitavam em juntar-se às batalhas nas ruas, em defesa do partido dos guelfos. Desde muito cedo assim, em Florença, as igrejas eram as verdadeiras praças públicas, o lugar sagrado onde nos momentos de angústia as pessoas reuniam-se para trocarem opiniões e refazerem suas regras de convívio social (Beuys, 2000).

As ordens mendicantes exerceram uma grande atração e suscitaram muita confiança na população das cidades toscanas sobretudo porque não pretendiam impor rigorosamente seus ideais. Ao contrário do que fazia a Igreja, eles procuravam demonstrar um profundo interesse pelas atividades laicas e profanas dos cidadãos, o que sem dúvida atraía a população, que estava atarefada em desenvolver seus próprios métodos de convívio social e controle político da cidade. Para as ordens mendicantes também, quem não desejava abandonar completamente sua vida para servir

unicamente a Deus via-se contemplado, pois as teorias dessas ordens valorizavam justamente a compatibilidade da dedicação à vida espiritual com o empenho altruístico em prol dos interesses e anseios das comunidades citadinas. Nesse sentido, as ordens mendicantes contribuíram para a consolidação de uma mentalidade muito preocupada com a questão social. E, ao mesmo tempo, contribuíram para a criação de uma nova piedade, pois a atuação voluntária e dedicada do fiel para com os pobres e necessitados da sua cidade estava imbuída de um sentimento de compaixão para com o outro, sobretudo para com o indivíduo que padecia, o que aproximava o indivíduo caridoso a Deus e ao bem supremo. A caridade e a bondade passaram assim a serem muito valorizadas.

O catolicismo também sustentava o valor da pessoa e da dignidade de todo o indivíduo. No entanto, o ideal da vida cristã da Igreja Católica defendeu, durante um longo tempo, a reclusão do indivíduo e seu isolamento da vida laica e material, o que sem dúvida não era plenamente compatível com o modo de vida urbano, pautado no enriquecimento das relações sociais estruturadas e potencializadas pelo desenvolvimento de múltiplas atividades laborais e políticas com intuito sobretudo prático. A Igreja Católica chegava quase a propor a criação de uma espécie de fortaleza espiritual por cada indivíduo, que, assim, renunciaria ao mundo material e social, ou, no mínimo, o menosprezaria.

Mas a reclusão não foi abolida pelas ordens mendicantes nas cidades, continuando a ser uma forma de prática religiosa no meio urbano, que expandiu-se do século XI ao XVI em toda a cristandade. Esta forma de devoção, aparentemente bastante paradoxal, inspirada na clausura monacal, consistia no homem assumir a solidão em um meio que por natureza fazia o possível para favorecer a vida em relação com os outros. Enquanto que a reclusão podia ser uma forma de penitência ou de castigo – uma mulher culpada de assassinato condenada a forca, tinha, por exemplo, sua pena atenuada pela reclusão- não tinha necessariamente como finalidade o rompimento do laço social, mas, ao contrário, o objetivo de valorizá-lo através da caridade e das atividades de beneficiência. Enquanto o eremita foge da cidade em troca de uma vida contemplativa, o recluso e, sobretudo, a reclusa, -já que esta prática foi muito mais desenvolvida pelas mulheres a partir do século XIII-, podia manter um contato permanente com a sociedade. Ainda que estivesse isolado pelas rezas, o

recluso dedicava uma boa parte de seu tempo a dar conselhos e exortações aos habitantes das cidades. Ele podia ser visitado e consultado; e, se praticava a caridade, a sociedade também cuidava dele, dando-lhe alimento e esmolas. Os reclusos urbanos medievais pertenceram geralmente à camada social mais rica e, inclusive, aqueles que podiam dispor de ingressos importantes costumavam doar parte de seu dinheiro para as obras de beneficência pública (Racinet, 1996).

Vinculada à emergência das ordens mendicantes esteve a criação das confrarias. Entende-se por confraria uma corporação eclesiástica composta de fiéis, predominantemente leigos, que se associam com a intenção de se dedicarem à vida cristã através de obras de caridade e de uma rígida disciplina. Trata-se de verdadeiras organizações reguladas por um estatuto e que tiveram, em alguns casos, a propriedade de bens. Elas possuíam um chefe que recebia o auxílio de um padre.

Foi Pietro da Verona, o caçador de heréticos em Florença, que, em 1244, fundou duas confrarias religiosas na cidade. A primeira delas, a *Confraternita della Fede*, foi desfeita logo que o frade conseguiu praticamente extinguir o número de heréticos em Florença. Mas a segunda, a *Compagnia Maggiore della Vergine Maria*, cresceu muito rapidamente. Dela surgiu a confraria *Santa Maria del Bigallo* que, por sua vez, deu origem à célebre *Confraternita della Misericordia*.

As confrarias eram organizadas no mesmo modelo que os governos citadinos: elas compunham um microcosmo hierárquico, caracterizado pela presença de priores, capitães, conselheiros, tesoureiros, que organizavam com a comunidade da paróquia as procissões e as atividades religiosas em cada bairro. Por isso cada confraria tinha seus próprios santos, o que reforçava os vínculos coletivos do bairro, que se afirmava assim segundo também a sua identidade religiosa.

Uma característica das confrarias era a de que, aqueles que assistiam às missas não eram afastados da cerimônia religiosa, chegando a subir nos altares e participar das rezas e cantos. Este dado foi uma das mudanças introduzidas no decorrer dos séculos XII e XIII. Na *Confraternità delle Laudi*, por exemplo, nos atos litúrgicos eram cantadas as *laudi*, antigos hinos em louvor à Virgem Maria e a todos os santos, até então reservados apenas para o clero. As *laudi* inclusive foram transcritas para a língua vulgar (Beuys, 2000).

As confrarias religiosas incentivaram o surgimento de confrarias leigas, que costumavam reunir-se para prestarem ajuda aos pobres e doentes das cidades. Estas reuniões eram realizadas nas próprias igrejas ou capelas.

Em uma confraria, a devoção significava sobretudo dedicar o pensamento e as ações não apenas ao mundo espiritual, mas também ao mundo terreno. A novidade dessas organizações estava justamente no fato de que seus membros deviam desenvolver atividades fora do âmbito da igreja e do círculo familiar. Elas eram, no fundo, iniciativas sociais que se organizavam em grupos separados, cada qual dedicando-se a uma função própria: uma confraria dedicava-se ao cuidado dos doentes, outra auxiliava os condenados à morte, outra prestava socorro aos cidadãos pobres ou dedicava-se ao sepultamento dos mortos.

Outro aspecto das confrarias a ser ressaltado é o de que elas estabeleciam normas de comportamento que visavam regular e normatizar a vida cotidiana dos cidadãos. As confrarias, por exemplo, proibiam os jogos de carta e de dados, a frequência demasiada às tavernas, os amores secretos e também a briga ou discórdia com vizinhos e demais cidadãos. A adesão a uma confraria implicava assim em uma opção pela vida em paz. Isto é muito importante se considerarmos que estamos tratando de um período de guerra e batalhas incessantes dentro e fora das cidades. Estas organizações, portanto, acabaram desempenhando um papel social, pois desenvolviam uma verdadeira ação política e social, no sentido de que buscavam mostrar que paz e concórdia não deviam ser uma utopia abstrata, mas uma alternativa real, estimulante e praticável no mundo dos homens. O fato dessa predisposição para criar métodos de convívio existir já no início do processo de renascimento urbano indica a importância e força deste processo. Dessa forma, temos procurado mostrar que, a partir da metade do século XIII, junto às igrejas paroquiais urbanas, os conventos das ordens mendicantes consolidaram-se como o novo centro das atividades religiosas da sociedade urbana.

Em 1244, Florença, quase que completamente livre dos heréticos depois da estadia de Pietro di Verona na cidade, tornou-se também um dos espaços da consolidação da ordem dominicana na Toscana a partir do século XIII. A entrada e a permanência cotidiana da ordem dominicana na cidade ocorreu, mas só posteriormente a igreja de Santa Maria Novella (das ordens dominicanas) foi

incorporada ao perimetro muralhado de Florença. Juntamente com esta ordem, estabeleceu-se na cidade a ordem dos franciscanos.

Assim, a partir da instauração do Primo Popolo, ou seja, da primeira república, cresceu o número de fiéis que enchiam as ruas da cidade para ouvir as pregações dos frades mendicantes. Eles começaram a pregar um novo ideal de pobreza, que conquistou muito prestígio entre a população urbana, o que permitiu que, em pouco tempo, surgissem por volta de 12 comunidades religiosas de mendicantes dentro das muralhas florentinas.⁵⁹

Instalando-se no meio das massas, em plena cidade, os dominicanos objetivaram consagrarem-se como porta-vozes da espiritualidade no mundo urbano, movidos pelo objetivo de avivarem as luzes da revelação divina com a ajuda da experiência e do raciocínio. Já os franciscanos diziam-se dispostos a acolher todos os seres, fossem eles sensíveis ou não, *"porque, como o sol, eles 'dão testemunho de Deus', e porque, como as estrelas, 'foram formados por ele' e são 'claros, lindos e bonitos'. Intérpretes e guias de seu tempo, as ordens adotaram como objetivo oferecer ao Criador a razão e as ciências, os homens, os animais, as flores e os elementos; em uma palavra 'louvar a Deus com todas suas criaturas'."*⁶⁰

Assim, sobretudo a ordem mendicante dos franciscanos contribuiu para estreitar os laços entre a espiritualidade, a cidade e a atenção pela vida material percebida pelo homem através dos seus sentidos. Os sentidos revelavam ao homem o aspecto geral de sua realidade, compreendida depois pelos critérios e fundamentos da religiosidade. As cidades eram sentidas pelo homem mediante seus sentidos, que lhe possibilitaram representá-la da forma como era percebida. Assim, no estudo da Baixa Idade Média, a palavra renascimento parece alcançar um amplo significado, possuindo um poder quase que de síntese das linhas gerais que marcaram os processos da sociedade e do espaço da Toscana desse período. Ela se refere ao renascimento da

⁵⁹ Os franciscanos, cujos sermões escritos aos camponeses alemães foram conservados, advertiam aos fiéis que as esmolas e as peregrinações não os salvariam das chamas eternas, a menos que estes atos fossem fruto de uma verdadeira conversão (Genicot, 1970).

⁶⁰ "(...) porque, al igual que el sol, ellos "rinden testimonio a Dios", y porque, como las estrellas, "han sido formados por él" y son "claros, preciosos y hermosos". Intérpretes y guias de su tiempo, las órdenes adoptaron por objetivo ofrecer al Creador la razón y las ciencias, los hombres, los animales, las flores y los elementos; en una palabra: "alabar a Dios con todas sus criaturas". Genicot, Leopold. *Europa en el siglo XIII*. Barcelona. Nueva Clio. Labor. 1970. pg. 167.

cidade, da sociedade urbana, da percepção do espaço urbano pelo homem e do amplo movimento de expressão desse florescer social e humano. Mas um dos dados mais importantes dessa realidade é o de que estamos tratando do renascimento de um sentimento geral de urbanidade que, era peculiar de seu tempo, diferente do criado em tempos históricos passados e futuros: tratava-se do nascimento de uma nova cidade, com características e formas espaciais próprias.

d. A visão idílica da natureza

Segundo nossa análise do processo de produção das cidades medievais toscanas e das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que estiveram a ele relacionadas, a percepção do espaço pelo homem medieval sofreu importantes alterações. Até então, a vida fundamentalmente agrária desenvolvida pelos camponeses servos da gleba e os nobres cavaleiros e senhores feudais estava fundada em uma relação de submissão do homem às leis naturais, que impunham suas condições gerais.

Em primeiro lugar, o solo cultivado regulava-se por dinâmicas da natureza na qual o homem praticamente não tinha como interferir ou transformar, sobretudo no período da Baixa Idade Média, em que o principal recurso tecnológico utilizado para aumentar a produção no campo era o arado, o único invento agrícola importante dessa época. Em segundo lugar, o tempo da plantação, da colheita ou da coleta de frutos e de madeira nas florestas não podia ser controlado segundo os objetivos humanos, fato que submetia o homem à dinâmica temporal da natureza. Este contexto, associado à característica da quase desconsideração da vida material e concreta pela religião medieval, constituiu uma mentalidade social permeada pela noção de impotência e pequenez humana frente aos desígnios de um Deus autoritário e onipresente.

Nas cidades, por sua vez, como mostramos, a religiosidade, a dinâmica comercial, a agitação da vida política e a concentração de muitas influências culturais criava uma atmosfera substancialmente distinta da rural, pois esta atmosfera era marcada pela constante interferência humana nos assuntos da comunidade, do movimento de ocupação do espaço e de construção de centros culturais, religiosos e

políticos destinados à reprodução e incremento do convívio social. Este foi o principal motor e motivo da distinção entre a cidade e o campo. Não podemos dizer, no entanto, que eram espaços antagônicos, pois um interferia na dinâmica do outro, intercambiando produtos, pessoas, idéias, objetivos e culturas, assim como vimos na análise do *contado*.

Entretanto, não podemos tampouco dizer que estas diferenças não existiam de fato para o homem medieval. Elas estavam no seio de uma sociedade que desenvolvia novas formas de produção do espaço, nas quais a separação campo- cidade também configurou-se como um dos dados da realidade; separação fruto da distinção que era cada vez mais percebida. Três séculos antes, por exemplo, esta diferença não estava presente dessa forma na mentalidade medieval toscana, pois ela não tinha nenhuma importância na realidade do sistema feudal de produção da terra. Havia naquele período os pequenos burgos, mas sua identidade não era reconhecida pelo homem medieval, pois a cidade permanecia sendo apenas um lugar com uma concentração de pessoas um pouco maior do que a existente no campo.

A percepção das diferenças entre o campo e a cidade a partir do século XIII manifestou-se, por exemplo, nas palavras de Boccaccio, quando a personagem Pampinéia, do seu livro *O Decamerão*, procura convencer as amigas de sua cidade, Florença, a fugir para o campo, para poderem escapar da Peste Negra:

“ Não sei se parece a vocês o que a mim se afigura. Fugindo dos exemplos desonestos dos outros, como se foge da morte, iremos instalar-nos honestamente nos nossos lugares, nos arredores da cidade, onde, para cada uma de nós, há abundância do que possa ser indispensável. Ali teremos aquela festa, aquela alegria, aquele prazer que pudermos conseguir, sem ultrapassar, em ato algum, os limites da razão. Lá se ouvem os pássaros a cantar; vêem-se verdejar as colinas e as planícies; contemplam-se os campos, cheios de cereais, ondulando exatamente como o mar ondula; existem árvores de mil formas; descortina-se o céu mais abertamente; o céu, embora ainda enfurecido, nem por isso nos nega as suas belezas externas; essas belezas são muito mais dignas de contemplação que os muros vazios da nossa cidade. Además, lá o ar é muito mais fresco; das coisas necessárias à vida, nestes tempos, lá existe maior quantidade, e é menor o número dos aborrecimentos. Porque, muito embora também lá morram os trabalhadores do campo, como aqui morrem os

*habitantes da cidade, tanto menor é o desprazer, lá, quanto mais raros são, do que na cidade, as casas e os seus moradores.”*⁶¹

Observamos nesse texto alguns aspectos já mencionados por nós ao longo desse trabalho, como a valorização da razão, da beleza e a identificação com o campo. Aparece no texto, entretanto, um dado importante de ser ressaltado: a valorização e a idealização da natureza.

O discurso de Pampinéia obviamente devia-se à situação do medo da morte, e pode-se compreender que no contexto da expansão da peste pela cidade, as pessoas tivessem a vontade e o impulso de fugirem para outro lugar, assim como o mercador pisano Francesco Datini fugiu de Prato para Bolonha por medo de ser contagiado. Mas, no caso do texto de Boccaccio, a descrição do refúgio ganha contornos de deleite e idealização, importantes de serem notados.

O campo é visto por Pampinéia como um lugar privilegiado, pois repleto de natureza: apenas nele são percebidas as colinas, o céu, os pássaros, as árvores. Estes elementos, existentes certamente nas cidades medievais, não são vistos pela personagem em Florença, o que indica a percepção de uma ruptura entre os dois “ambientes” que não se justificava de uma maneira tão evidente. Nesse momento, o distanciamento do homem urbano perante a natureza revela-se muito mais enquanto uma percepção do mundo do que como um dado concreto da realidade. A personagem parece colocar assim uma barreira, uma muralha que distancia a natureza de seu corpo, que habita a cidade. Esta visão não seria possível se o homem urbano não se sentisse longe da natureza ao morar na cidade.

Assim, para o cidadão, a cidade vazia mostrava-se triste e desagradável, pois muitos haviam morrido, haviam sobrado poucos laços sociais e a morte aproximava-se sem piedade. Mas o campo aparece no texto quase como se, ao evocar a natureza, o homem pudesse despojar-se dos seus pecados e ir ao encontro do divino, que nela parecia estar, alcançando ou aproximando-se da salvação. Nesse sentido é que a distinção entre o campo (identificado como o *locus* da natureza) e a cidade (o *locus* da atividade humana) engendrou uma idealização pelo homem da natureza, pois a própria natureza estaria ausente do espaço intra-muros.

⁶¹ Boccaccio, Giovanni. *O Decamerão*. (Trad. Raul de Polillo). Rio de Janeiro. Martins Editora, 1967. pg. 48.

O entendimento de como ocorria a relação homem-natureza, nos séculos XIII e XIV, na Toscana, é revelador pois constatamos que a aproximação com o sensível nas cidades medievais significou também sua própria valorização. Podemos observar este dado se notamos, por exemplo, que, nesse período, começou a ocorrer a transformação, constatada por Mumford: até esses séculos elas eram consideradas o lugar do sagrado e o campo o do profano (Mumford, 1961). Isso porque, durante toda a Idade Média na Europa, de uma maneira geral, predominou no imaginário a dicotomia entre a cidade, como o lugar da cultura, e o campo, como o lugar de uma vida selvagem. A cidade seria o lugar do homem: um espaço jurídico e ético, que transformava o homem em cidadão, um espaço que se pautava por finalidades religiosas e, finalmente, um espaço em que os costumes civis estavam embasados na existência de iguais direitos de cidadania para seus habitantes.

O campo por sua vez caracterizaria uma condição antagônica: a floresta contribuía para a manutenção do homem como ser animal, de costumes rústicos, um modo de vida selvagem comparado ao modo de vida urbano. Vale lembrar que, no que diz respeito ao campo, no imaginário medieval ele era povoado por duas realidades. Primeiramente, através da influência do judaísmo e do islamismo, o *deserto* - realidade geográfica dos povos do Oriente - passou a marcar o imaginário medieval pois foi incorporado ao universo de referência cristão. O *deserto* representava o lugar das provações e da vida errante e desprendida, oposta ao sentido da cidade. Segundo Paul Zumthor, ele remetia a uma vida cotidiana permeada por ameaças do além.

Em segundo lugar, as *florestas* também vieram a compor o imaginário medieval, através da literatura, como palco das aventuras cavaleirescas. Eram tidas como locais úteis aos trabalhadores, que aí podiam coletar frutos e mel, e aos oradores, que aí encontravam abrigo para os retiros espirituais. Em uma época em que a população e as cidades cresciam conjuntamente, o bosque era muito procurado como fonte de madeira e lenha para serem utilizadas nas construções⁶². A *floresta* compunha conjuntamente uma imagem de trevas, de um espaço que oprimia em razão de seu grande volume e de ser povoado por animais ferozes. Ainda que o *deserto* não tenha feito parte da realidade cotidiana do indivíduo do ocidente medieval e a *floresta*

sim, ambos os locais imaginários partiam de uma nítida oposição: cidade, lugar da vivência e produção de um espaço coletivo, e o mundo natural, um lugar de isolamento e solidão.

Como dissemos, essa oposição sofreu mudanças a partir do acentuado crescimento e desenvolvimento das cidades toscanas, pois o campo deixou de conter uma dimensão negativa, de primitivismo, para tornar-se sublime e grandioso devido à manifestação de uma natureza idealizada, ausente da cidade. Essa mudança foi fruto do distanciamento da natureza, vivido pelo homem urbano, levando-o a mitificá-la.

Um dado importante que veio somar-se a esse último foi o de que, na Europa, o antagonismo entre o campo e a cidade teria sido muito acentuado, enquanto que, na Toscana, a situação não foi a mesma, pois ainda que a idealização tenha ocorrido, ela foi acompanhada de um fato concreto: a penetração do universo urbano nas áreas rurais e vice-versa.

Como mostramos anteriormente, à medida que o campo e as cidades começaram a incrementar as trocas entre si, sobretudo a partir do século XIII, teve início um certo processo de incorporação do campo como um espaço relacional da cidade, acrescentado do fato de que o campo deixou de ser o lugar do homem selvagem e transformou-se no lugar supremo da natureza, agora valorizada e idealizada, porque distante da realidade urbana. Dessa forma, já no final do século XIV, ele não era mais na Toscana um espaço selvagem e menosprezado, mas sim acolhedor nos tempos difíceis e agradável pelo seu ar fresco e suas belas montanhas ou planícies. Era o início da visão do campo como o lugar do retiro das classes dominantes.

Le Goff, por exemplo, ao estudar a literatura da Baixa Idade Média italiana, observou que esta não afirmou a existência de uma oposição entre o campo e a cidade, pois no amplo processo de urbanização a cidade estendeu seus domínios até o espaço rural. Já explicamos que na Toscana não houve o afastamento da classe dos nobres da cidade; pelo contrário, a cidade também assumiu a função de um espaço onde conviviam harmoniosamente burgueses e guerreiros, enquanto que, no resto da Europa, predominava a contraposição entre a cidade - lugar de morada de artífices e comerciantes - e o campo - sede da residência de nobres e cavaleiros em grandes

⁶² Informa Le Goff (1994) que no século XIV a floresta italiana já havia sido completamente destruída.

castelos localizados em meio às florestas, como amplamente temos visto. Deve-se destacar que no próprio afresco de Lorenzetti existe essa percepção do espaço da cidade de Siena como vinculado ao território extra-muros.

Um outro aspecto que já abordamos anteriormente e que nos cabe agora apenas ressaltar é o de que, com o aumento e o aprimoramento das relações de troca, ocorreu a ampliação da situação de diferenciação entre a temporalidade dos fenômenos naturais, ditada pelos fatores que escapavam ao controle da sociedade, e a temporalidade produzida socialmente e enriquecida pelos sistemas diversos de operações financeiras, especulação imobiliária e monetária, sobrevalorização forçada de alguns produtos etc.

Com o desenvolvimento do comércio assistiu-se, por exemplo, à retomada da prática do empréstimo, atividade financeira na qual a burguesia encontrou uma forma de ganhar não somente através do trabalho produtivo, como também através da manipulação do tempo, ou seja, cobrando juros por sobre o dinheiro contabilizados pelo passar de um dia.

Nesse movimento, também a ideologia religiosa que pregava ser o trabalho o criador de riquezas teve de incorporar a atividade do prestador de dinheiro, o banqueiro, que ganhava sobre o tempo, consolidando a princípio um conflito teórico entre o tempo do empréstimo e o tempo religioso, pertencente a Deus, que depois foi equacionado através de ajustes dentro da teologia católica. Aos poucos, ela aceitou a atividade de empréstimo e inclusive incorporou-a em seus métodos de arrecadação de capital.

Conferir um valor ao tempo foi sem dúvida uma forma dos mercadores, empreendedores e a burguesia de uma maneira geral aumentar seus lucros e sua acumulação de capital. Era também uma forma desta classe social controlar em parte a dinâmica da sociedade, ao produzir uma referência sócio-temporal para intermediar as relações de troca realizadas por ela. Para uma sociedade, entretanto, fundamentada em uma religiosidade que conferia apenas a Deus o domínio e o controle da medição do tempo, a ocorrência desse fato e sua aceitação pela Igreja significava uma mudança importante.

Defendemos então que na arte toscana dos séculos XIII e XIV manifestou-se a transformação da mentalidade social sobretudo no que diz respeito à formação de uma

forma nova do homem interpretar a distinção entre o campo e a cidade e à constituição de um novo ponto de vista sobre a natureza, tendo sido ambas as mudanças afetadas e acentuadas pela transformação do conteúdo da religiosidade.

Observamos ainda que uma nova prática sócioespacial esteve associada a todas as transformações ocorridas nesses dois séculos: a da produção do espaço urbano e a da reordenação do espaço rural. O primeiro estava em processo de amplo crescimento, apoiado na emergência dos governos citadinos autônomos (que enriqueceram e delimitaram os espaços públicos, cada vez mais valorizados pela sociedade urbana como o *locus* das diversas formas do convívio social), no estabelecimento de novas redes espaciais de comércio e na concentração de pessoas e de produtos culturalmente diversificados no espaço dentro das muralhas.

No que diz respeito ao espaço rural, ele sofreu algumas transformações devido aos processos em curso; viu, sobretudo, o aumento da produtividade nas propriedades, associado à ocupação de espaços antes vazios, e o crescimento do intercâmbio com a cidade.

Na arte, ficou ressaltada a expressão destes fatos através da formalização da vivência sócioespacial perspectica, tanto da cidade com suas ruas tortuosas, quanto do campo, modelado pelas fileiras de ciprestes, dando início à representação em perspectiva dos espaços pictóricos e a representação da natureza e da vida laica, que veremos em seguida através da análise das pinturas de Giotto e Ambrogio Lorenzetti. Poderíamos então dizer que através da arte a vivência sócioespacial foi sendo formalizada⁶³. Segundo nossa abordagem, portanto, a nova relação entre o homem medieval e a natureza estendeu-se até à obra artística.

Para concluir, resgatamos o texto do filósofo francês Henri Lefebvre, que salientou a complexidade da relação entre os processos sociais em curso na Toscana e as modificações na arte, remetendo-nos justamente para o período estudado e evocando a redescoberta da perspectiva no desenho: *“Assim foi a invenção da perspectiva na Toscana nos séculos XIII e XIV. Não somente na pintura (Escola de Siena) mas antes (ou primeiramente) na prática, na produção. O campo muda: passa*

⁶³ A consolidação do governo centralizado (Estado Moderno) está relacionada ao estabelecimento do poder para além do domínio urbano e tem sua base na constituição da propriedade privada.

do domínio feudal ao domínio dos arrendatários; os caminhos de ciprestes levam das propriedades exploradas pelo sistema de arrendamento à habitação do senhor, onde se aloja um administrador; pois agora o proprietário mora na cidade onde é banqueiro, grande comerciante. A cidade muda, o alinhamento, o horizonte. Nesta produção de uma nova época, a perspectiva não se separa de uma transformação econômica; crescimento da produção e das trocas, a emergência de uma nova classe, a importância das cidades, etc. Mas o que efetivamente se passou não tem a simplicidade de encadeamento causal. O novo espaço foi concebido, engendrado, produzido pelos e para os príncipes? Pelos ricos negociantes? Por um compromisso? Ou pela cidade no que diz respeito a ela mesma? Mais de um ponto resta obscuro. A história do espaço (como a do tempo social) está longe de estar esgotada.”⁶⁴

⁶⁴ “Ainsi l’invention de la perspective en Toscane, au XIII^e et XIV^e siècles. Pas seulement en peinture (école de Sienne) mais d’abord dans la pratique, dans la production. La campagne change: passe du domaine féodal au métayage; des allés de cyprès conduisent des métayers à la demeure du maître, où siège un régisseur; car le propriétaire habite en ville, où il est banquier, gros commerçant. La ville change, avec des implications architecturales: la façade, l’alignement, l’horizon. Cette production d’un nouvel espace, le perspectif, ne se sépare pas d’une transformation économique: accroissement de la production et des échanges, montée d’une nouvelle classe, importance des villes, etc. Mais ce qui s’est passé n’a pas la simplicité d’un enchaînement causal. L’espace nouveau a-t-il été conçu, engendré, produit par et pour des princes? Pour des riches marchands? Par un compromis? Ou par la ville en tant que telle? Plus d’un point reste obscure. L’histoire de l’espace (comme celle du temps social) est loin d’être épuisée!” Lefebvre, Henri. *La production de l’espace*, Paris. Anthropos, 1986, pg. VI.

e. A percepção do espaço urbano pelos pintores italianos do Trecento

Durante toda a Alta Idade Média, a produção cultural esteve muito vinculada ao clero, principal patrocinador da vida intelectual e das manifestações artísticas nesse momento. No século XIII, no entanto, esse quadro foi alterado: em primeiro lugar, porque a burguesia desenvolveu seus próprios meios de expressão e começou a investir na arte como uma forma de demonstrar e disseminar seus valores e interesses, originários de uma nova concepção de mundo. Em segundo lugar, as formas de representação artística foram alteradas porque as obras de arte começaram a ser patrocinadas pelas *comunas*, sendo a arte nesse caso um veículo e um modo de expressão da imagem que os governos pretendiam transmitir de si mesmos para a população.

A princípio, a produção artística a partir do século XIII começou a ser financiada e valorizada pelos membros da igreja, sobretudo os das ordens mendicantes, pela burguesia, que pagava para os artistas decorarem suas casas ou projetarem suas lojas, e pela comuna, que gastava importantes somas de dinheiro na construção e decoração dos palácios comunais. Assim, a encomenda e a compra de obras de arte representavam um investimento social para os mercadores e banqueiros, pois a arte consolidava-se como uma forma de manifestação do poder político e econômico dessa nova classe, que encontrou nessa prática uma forma de afirmar seu *status* social perante a sociedade. Como já dissemos também, a obra de arte nesse período era um importante instrumento de divulgação e propaganda dos valores comunais, desempenhando, portanto, mais esta função.

Vale esclarecer que ao mesmo tempo em que o patrocínio da produção artística pela burguesia representou uma ruptura com a antiga ordem feudal, ordem na qual a igreja estava associada estreitamente com a nobreza, o investimento na arte pela burguesia também interessava às ordens mendicantes, pois fazia das igrejas localizadas nas cidades um palco de manifestação da grandeza e da criação humanas, concepção religiosa que, como vimos, sedimentou-se a partir do século XIII.

Culturalmente e na prática, portanto, o desenvolvimento que a produção artística toscana sofreu esteve vinculado à constituição e consolidação dos valores burgueses embasados na criação de uma nova mentalidade religiosa.

Mas o aspecto mais importante relativo às transformações ocorridas na arte no período foi o de que elas implicaram no surgimento de uma percepção do espaço nova historicamente e que esteve profundamente vinculada à “redescoberta” da cidade como uma forma de a sociedade organizar-se no espaço. Ou seja, o processo de constituição, crescimento e desenvolvimento da economia, da política, da cultura, da sociedade, vinculados e produtores de um espaço urbano, provocou mudanças na mentalidade característica do antigo sistema feudal de produção. A mudança de mentalidade que queremos destacar nesse trabalho é a da forma da percepção do espaço pelo homem.

Uma outra dimensão desse problema é a de que a identificação do mercador, da comuna e da ordem mendicante com a realidade urbana foi, em primeiro lugar, alimentada e enriquecida pela produção artística dos novos criadores do século XIII, pois suas obras começaram a representar os espaços urbanos, colocando-os no centro dos interesses sociais e culturais. Em segundo lugar, é importante também ressaltarmos que o desenvolvimento da arte medieval e a profunda transformação que empreenderam artistas como Giotto, Lorenzetti, Duccio ou Simone Martini fortaleceram o reconhecimento social da burguesia, pois a arte pré-renascentista propagava os ideais burgueses e tinha a cidade como foco de atenção e de admiração. Em terceiro lugar, e de especial importância, foi o fato de que o processo de produção das obras de arte e de sua exposição, nos palácios e nas igrejas principalmente, mas também na decoração das casas e adornos públicos urbanos, congregou e mobilizou um grande volume de artesãos e de capital, fomentando ainda mais o crescimento da economia urbana e o processo de ocupação do espaço da cidade.

Ao multiplicaram-se os edifícios comunais que deviam ser projetados e decorados, as igrejas das ordens mendicantes, com seus novos temas de discussão e atividades próprias, e os espaços públicos urbanos, como a praça, a rua ou o mercado, os artistas cresceram em número e em produção. Este dado, associado ao fato de que a arte já havia sido consolidada como um dos principais meios de expressão e de reforço dos laços sociais, muito fundamentados nas atividades religiosas, conferiu um

papel agregador à arte medieval sem precedentes. É por isso também que ela é considerada essencial no estudo da Idade Média: foi um tempo no qual a arte foi um fator importante no sentido de contribuir para o enriquecimento da relação da sociedade com a cidade, pois através de sua realização o artista desenvolvia um certo conhecimento sobre a sua cidade e podia expressar seus sentimentos por ela.

Os mercadores florentinos, por exemplo, não se limitaram a investir seu capital em transações financeiras e nas rendas obtidas através do comércio. Eles estavam certos de que nenhuma renda poderia assegurar a eles e à sua cidade uma fama eterna quanto investir em produtos artesanais e em obras de arte. Desse modo, enquanto existissem financiadores, as igrejas, as esculturas e os afrescos alimentariam com a sua imponência e beleza o orgulho de todos os habitantes pela sua cidade. E, nos períodos de crise, a arte estimulava a vontade de resistência contra um mundo de inimigos. O segredo da união interna da comuna florentina, como também já observamos, não era o temor e o medo, mas as convicções comuns que a comuna propagava na vida cotidiana da cidade e que os artistas expressavam com suas obras-primas. O papel da arte para o cidadão, portanto, era o de agente da identificação deste com sua comunidade. Parecia assim que a arte embelezava a cidade quando era também a cidade que embelezava a arte, conferindo-lhe valor e identidade.

Um fato de especial relevância para explicar o papel importante da arte para a sociedade urbana da Toscana é o de que a política urbana no período estudado, como já vimos, atuou na cidade não apenas para melhorar sua estrutura e dotá-la de meios para higiene, circulação, defesa ou proteção, mas também para “embelezar” ou consolidar uma imagem espacial própria a cada cidade. Essa criação da imagem esteve embasada, nos séculos XIII e XIV, no uso de materiais de construção locais, “típicos” ou fáceis de serem encontrados no entorno da própria cidade e também mediante o patrocínio de artistas locais que se destacavam na época pela qualidade de seu trabalho e pelas inovações que inseriam, levando estes artistas e as suas cidades a adquirirem uma fama regional ou internacional.

Uma grande preocupação estética, “*de simetria, desejo de arranjar belas perspectivas*” (Guidoni, 1992) moveu, por exemplo, as intervenções urbanísticas e assim as formas espaciais das cidades da Toscana. A busca da produção de uma trama espacial pautava-se por uma opção estética caracterizada pela criação de arranjos

perspécticos, levando a que ganhasse corpo entre a sociedade da época uma imagem espacial que apareceu na pintura como uma forma de representação do espaço, cujo principal resultado foi a “redescoberta” da perspectiva no desenho.

Nessa linha de pensamento, recuperamos o exemplo de Siena, onde o domínio do território ocupou grande parte dos expedientes e da política das comunas. Nesta cidade havia a preocupação tanto com a manutenção das vias de comunicação, estradas e caminhos, quanto com a medição e a divisão das terras conquistadas. Quem financiava todas essas despesas era o governo da cidade, ainda que fossem os próprios habitantes locais que realizassem as intervenções. As representações pictóricas de territórios dominados pela comuna deviam decorar as paredes dos aposentos do *Palazzo Pubblico* e foram uma importante maneira de estruturarem o conhecimento do espaço conquistado, de visualizá-lo e demonstrá-lo. Assim como na igreja, nos edifícios públicos a arte também era utilizada como um recurso didático: narravam a história ou expunham os objetivos do governo através de imagens facilmente compreendidas. Devemos considerar que a época medieval sempre foi um período imagético, ou seja, valorizador da figuração visual e menos atento às palavras.

Assim, uma das formas das comunas mostrarem para a população os territórios sob seu domínio, ou recentemente anexados, era incorporá-los simbolicamente ao imaginário da população, que ia até os palácios para verem os feitos representados nas paredes. Foi por isso que muitos governos comunais da Toscana pagaram a ida de pintores aos locais recém-dominados para que eles depois pintassem-nos para a população poder ver, pois a prática de pintar um território recém-conquistado implicava uma tomada de conhecimento dos lugares com o objetivo de posse (Frugoni, 1983).⁶⁵ Devemos ressaltar também que esse fato comprova que a arte medieval estava estritamente vinculada aos processos sociais,

⁶⁵ Vale esclarecer também que não somente a pintura contribuiu para a inserção da região dominada pela cidade no imaginário social da população sienense. Uma festa também consolidou uma identidade comum à cidade e ao território. Era realizada no dia 15 de agosto, data em que uma delegação de cada posse sienense se dirigia à cidade, mais precisamente à catedral, para trazer o recenseamento ao qual a posse estava sujeita. Para a comemoração cada comunidade devia trazer uma vela, cujo peso equivalia aos bens possuídos, equivalência estabelecida pelos próprios proprietários. Até o ano seguinte, as velas ficavam expostas na igreja, quando um novo recenseamento era realizado e divulgado através da festa de 15 de agosto. Três dias antes e três dias depois da celebração uma feira tomava grande parte das ruas da cidade, representando um encontro do rito político e eclesiástico com a atividade comercial.

econômicos e políticos relacionados ao processo de “renascimento urbano”, pois ele explicita uma articulação entre a consolidação do domínio do território citadino pelo poder político e o uso que o próprio governo fez da arte. Dessa forma, Zumthor concluiu que, na Baixa Idade Média, “*normatividade perspéctica e normalização política coincidem*”⁶⁶

Já dissemos que durante a Alta Idade Média as representações de espaços não possuíam nem profundidade nem perspectiva, caracterizando-se por aplicar as prerrogativas às avessas, vale dizer, dispendo as imagens maiores no segundo plano e as menores no primeiro. Além disso, do século V ao século XII, a pintura medieval esteve estritamente vinculada ao universo religioso e não demonstrava nenhum interesse por temas, objetos ou figuras humanas. Assim, as personagens bíblicas tinham uma feição inexpressível e quase sempre com os mesmos traços; tampouco estavam elas dispostas em um espaço que as contivesse, que se relacionasse com elas, pois não importava a verossimilhança, mas a mensagem religiosa transmitida. Era muito importante também a utilização de materiais valiosos nas pinturas, como o ouro, usado para pintar o fundo das cenas, pois considerava-se que, ao tratar de temas religiosos, o homem devia empregar os materiais naturais mais nobres e valorizados, como uma forma de demonstrar seu respeito e admiração pelo mundo sagrado. E, até o século XIV, não foi realizada nenhuma pintura laica na Toscana, e na Europa de maneira geral, da qual até hoje se tenha conhecimento. O afresco de Lorenzetti marcou assim uma fase artisticamente inovadora, somando-se ao trabalho de outros artistas que introduziram transformações também consideradas revolucionárias.

De maneira geral, na Toscana, as primeiras menções à cidade que apareceram nas pinturas a partir do século XIII consistiam em imagens de alguns dos símbolos da cidade, sobretudo a da muralha. Estas referências à cidade –porque de fato não se tratava de focalizar a cidade, mas apenas mencioná-la na cena– estabeleciam constantemente uma analogia entre as muralhas citadinas e os muros de uma casa, não passando a cidade de uma reprodução do espaço da esfera doméstica.

A cidade medieval, no geral, foi também representada, durante toda a Idade Média, junto com textos e itinerários de viagem, e era considerada, nesse caso, um

⁶⁶ Zumthor, Paul. *La misura del mondo: la rappresentazione dello spazio nel Medio Evo*. (Trad. Simonetta Varvaro). Bolonha, il Mulino, 1995, pg. 810.

ponto de referência e de localização muito útil. Por isso a representação da cidade esteve vinculada ao desenvolvimento da cartografia.

Concomitantemente, foi também muito comum a associação da cidade com a idéia de proteção, levando a que muitas representações fossem caracterizadas pela presença apenas das muralhas para indicarem a presença de um núcleo urbano. Não importava portanto a representação de seu interior, mas apenas a menção a seu círculo de muralhas para transmitir o sentimento de abrigo e de proteção que a ela estavam associados. Ainda assim era habitual a existência de alguns edifícios dentro dos espaços murados, mas o que realmente era mais importante era a menção ao seu caráter de lugar fortificado.

Pode-se entender essa analogia na medida em que já explicamos como a muralha consolidou-se na Idade Média como um sinônimo do sentimento de alegria e tranquilidade, pois, no início do processo de crescimento das cidades, ela era vista apenas como um espaço de proteção. A igreja era, nesse contexto, a grande responsável pela proteção da fé espiritual no espaço urbano. Tanto as suas portas como as da cidade eram fechadas durante a noite; a igreja era, ela própria, uma cidadezinha espiritual.

Apenas a partir do século XIV o artista começou a interessar-se pelo mundo interno às muralhas, como fachadas de casas e pessoas. Os elementos constantemente presentes nas descrições e representações de cidade passaram a ser portas e bastões, torres, campanários de igreja e edifícios, mostrando já um maior interesse do artista pelas características das cidades, num período em que também ele já possuía mais habilidades e recursos cognitivos para conseguir dispor melhor o espaço na tela plana e, assim, alcançar um maior grau de verossimilhança.

Citando ainda as idéias de Zumthor, vale mencionarmos que a percepção que a sociedade medieval teve do espaço, de forma geral, esteve apoiada nas noções de luz e de harmonia. A luz teria sobretudo um sentido revelador, pois era a visibilidade que dava existência a um ser, sendo associada também à presença do Bem divino. Essa percepção da luz teria sido perdida, segundo Zumthor, pela sociedade moderna. Assim, no imaginário medieval, o espaço à noite ganhava uma significação diferente do espaço à luz do dia, sendo considerado pouco transparente, muito misterioso e

atemorizante: “a geografia da noite não é a mesma que a do dia, pois a noite cobre o inimigo escondido”⁶⁷. Nessa medida, a arte medieval seria um trabalho para ser visto e contemplado, sendo sobretudo uma demonstração, o que nos ajuda a compreender e elucidar o fato de ser a cegueira muito ridicularizada na Idade Média. Não por acaso, no século XIII, avançou-se muito nos estudos a respeito do percurso da luz e do arco-íris, tendo sido o espelho um objeto dessa época bem como a invenção das lentes para os olhos, ocorrida em 1280. Não podemos entretanto deixar de lembrar que ocorreu a formação de uma outra percepção do espaço, pois, como viemos observando, as transformações sociais e espaciais que marcaram os séculos da Baixa Idade Média, sem dúvida, trouxeram novos elementos e características às formas de percepção do espaço e de sua representação artística.

Procurando enfocar nesse momento do trabalho essas inovações na arte, começaremos pelo exemplo da escola de pintura de Siena, que foi um dos centros de ensino artístico mais importantes do século XIII e XIV na Toscana e onde ocorreram muitas mudanças no campo da arte. A principal delas foi o retrato de Siena e da panorâmica da comarca circundante da cidade realizadas por Ambrogio Lorenzetti, que são as primeiras vistas pós-clássicas derivadas essencialmente da experiência visual e não da tradição, da lembrança ou da imaginação.

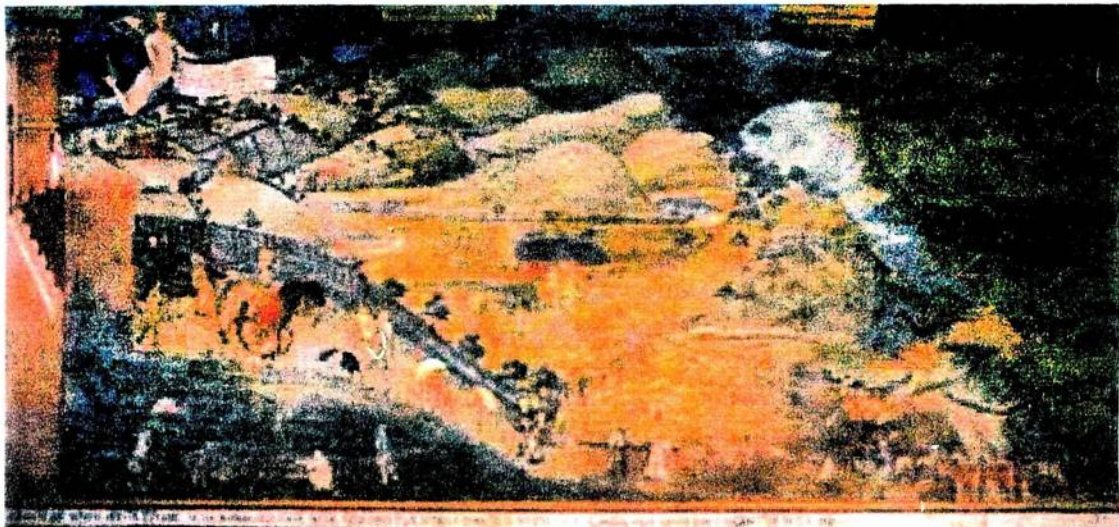
O fim do governo dos Nove no ano de 1355, em Siena, após a condenação dos antigos dirigentes, que haviam praticado ações egoístas e tirânicas, serviu de inspiração para o tema do afresco do Bom e do Mau Governo de Lorenzetti. Nele verificou-se o final da representação em fundo de ouro e o aparecimento na pintura de personagens da realidade cidadina, que não mais se restringem a padres e fiéis.

Como já dissemos no item anterior, o afresco do Bom Governo foi conservado em muito melhores condições, pois está localizado em uma parede da sala do palácio onde incide pouca luz. Ele costuma ser analisado pelos historiadores, estudiosos da arte e pesquisadores em geral como um importante documento das transformações que ocorreram na época, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista das renovações artísticas. Costuma-se estudar também esta obra pois a representação do Mau Governo parece ter tido apenas a função didática de servir como modelo de

⁶⁷ Zumthor, Paul. *La misura del mondo: la rappresentazione dello spazio nel Medio Evo*. (Trad. Simonetta Varvaro). Bolonha, il Mulino. 1995. pg. 388.

comparação para ressaltar as qualidades e vantagens do governo moderado e atento aos problemas da comunidade, considerando o fato de que a pintura deveria fazer a propaganda do Governo dos Nove.

No afresco de Lorenzetti vemos os nobres fazendo festa na rua, os artesãos desenvolvendo suas atividades, os construtores trabalhando no telhado de casas e interferindo no espaço, todos ao lado de velhos e crianças. A pintura ressalta a existência de múltiplos sujeitos sociais.

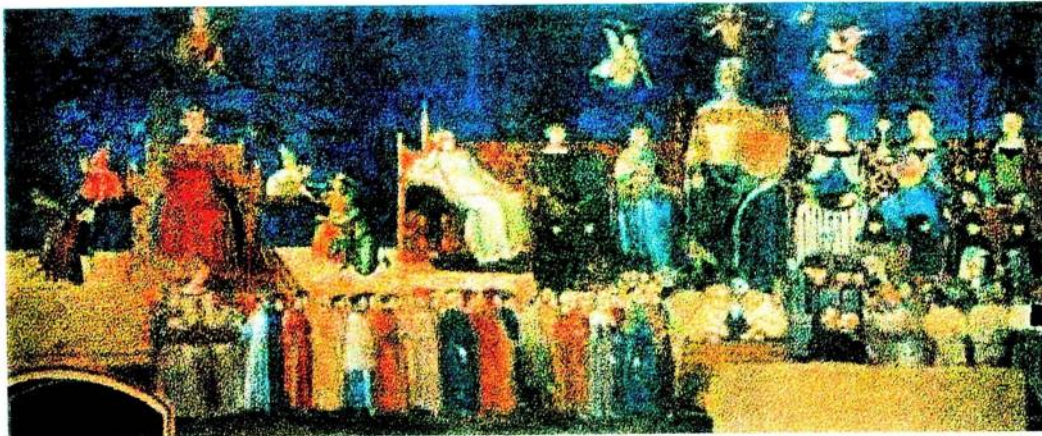


Ambrogio Lorenzetti, *Efeitos do Bom Governo na Cidade e no Campo*, 1338 - 1339

Vemos também presente na sua pintura a marca urbana da arquitetura característica do período e das cidades da Toscana, que chegamos a explicar no capítulo III. O afresco coloca-nos diante de uma retratação muito detalhada e atenta

aos mais diversos aspectos da realidade vista pelo pintor. Há uma importante quantidade de edifícios adornados com pinturas e janelas, conferindo um efeito de um espaço arejado e dilatado, não mais espremido entre as muralhas. Da mesma forma, neste afresco percebe-se o resultado de um estudo dos traços que compunham a arquitetura doméstica da época.

A influência da iconografia romana na arte de Lorenzetti também pode ser confirmada se observamos algumas figuras de sua Alegoria do Bom Governo: o artista ideou a figura da *Securitas* de seu Bom Governo segundo a *Victoria* romana, ainda conservada na *Accademia delle Belle arti* de Siena. A *Pax* do afresco, por sua vez, está vestida por um tecido com dobras e semitransparente, inspiração da mesma personagem romana.



Ambrogio Lorenzetti, *Alegoria do Bom Governo* (1338 - 1339).

Identificamos na cena a presença da *Pax* e da *Securitas*, concebidas à imagem das alegorias romanas. Esta é uma das provas da influência da arte romana na concepção artística do pintor.

Devemos ressaltar também que o ponto de vista de Ambrogio Lorenzetti, no afresco de Bom Governo, é o do ângulo aberto pelo *Palazzo Pubblico*, de onde se observava a praça principal, o espaço público onde circulava e se encontrava a população. A igreja principal, o Duomo, diferentemente da maioria das outras cidades toscanas, onde a localização do palácio era geralmente próxima à da catedral, está distante da praça. Em Siena o *Palazzo* foi planejado separadamente da catedral, porque as atividades religiosas e políticas não eram concebidas como subjugadas ou dependentes uma da outra. Por isso, elas não possuem características arquitetônicas ou decorativas semelhantes, sendo construídas, inclusive, com materiais de composição e

cores diferentes: a igreja apresenta o cromatismo em preto e branco e a sede da comuna é marrom-terra. Devido a esses dados é que podemos explicar porque no afresco de Lorenzetti a catedral aparece apenas como um pequeno marco no horizonte, reconhecível pelo seu cromatismo, que se diferencia da imagem do panorama da cidade em seu conjunto⁶⁸.

Outro dado fundamental que se vincula ao entendimento da cidade que viemos desenvolvendo é o da demonstração na narrativa do Bom Governo de Lorenzetti da profunda relação entre a cidade e o campo, onde a muralha aparece como o centro de um mecanismo de composição que delimita, mas não separa, o campo da cidade. Ela não tem o significado de uma barreira, mas sim o de uma fronteira que representa o limiar de um contato entre o interior e o exterior, demarcando o ponto de encontro da cidade com o território campesino. Essa percepção da realidade foi um traço do processo ocorrido na Toscana.

Pode-se dizer que Lorenzetti percebeu e revelou o conteúdo social da cidade medieval, marcado pelo intercâmbio entre a cidade e o campo e pela concentração de pessoas e de atividades diversas no espaço intra-muros, concentração essa expressa na representação das diversas atividades que as populações citadinas da região da Toscana realizavam: o trabalho artesanal, o comércio, a construção de casas, o transporte de alimentos e o lazer: a dança e a festa na rua, o passeio a cavalo.

A diferença entre a escola de pintura de Siena e a de Florença, que Guido da Siena e Coppo di Marcovaldo tinham iniciado, agudizou-se e chegou a constituir-se em uma marcada dicotomia com Duccio e Giotto. A arte de Duccio, e da pintura sienense de uma forma geral, poderia ser definida como lírica: suas figuras vêm-se movidas por emoções que as unem em uma comunhão quase musical. Fala-se em uma arte em coro, como se um conjunto de personagens cantasse uma música em completa consonância. A arte de Giotto, por sua vez, poderia ser qualificada como épica ou dramática: suas figuras aparecem ao observador como indivíduos que se relacionam entre si sem perder a individualidade, pois mesmo nas cenas em que há um número considerável de personagens constitui-se a imagem de uma multidão.

⁶⁸ Já mencionamos que o uso do solo da região circundante, além de um motivo prático, desempenhava também um papel psicológico: o de associar a cidade a uma cor, dando uma identidade à arquitetura e à imagem geral da cidade.

Duccio, sienense de tradição, empregava os traços bizantinos como todos os artistas que o anteceram na escola de pintura sienense: sua pintura caracteriza-se por basear-se no poder das linhas e das superfícies. Por esse motivo, o pintor cuida para as formas serem bem delimitadas por estas linhas e superfícies, inserindo-as em um ambiente que as preencham de corporeidade.

Giotto, diferentemente, sendo um florentino influenciado pela experiência romana, que o colocou em contato com Cavallini e com as fontes tardias antigas e paleocristãs, e pelas esculturas românicas, baseia-se no poder do volume, concebendo a tridimensionalidade como uma qualidade inerente aos objetos⁶⁹. Dessa forma, Giotto desenvolveu uma outra forma de conceber a tridimensionalidade ao considerá-la uma qualidade inerente a um ambiente, que concede aos indivíduos também esta tridimensionalidade. Assim, este artista tende a conquistar a terceira dimensão através da manipulação do conteúdo plástico do espaço mais do que do espaço por si mesmo. Ou seja, o espaço tridimensional de Giotto se concebe a partir do volume dos corpos e não pré-existe sem este volume.

O fato de Duccio e Giotto terem buscado resolver o problema da colocação em profundidade do espaço pictórico de maneiras distintas revela que estes artistas estavam preocupados e envolvidos pela mesma problemática: a de criar o que chamamos de “espaço pictórico”. Este problema havia estado ausente do panorama artístico europeu ocidental durante toda a Idade Média. Por isso, aqueles que procuraram ressuscitar esta prática são considerados os pais da pintura moderna, por que foram, de fato, aqueles que fundaram a concepção do espaço moderno em perspectiva. Assim, é preciso ressaltar que as características da arte de Giotto foram reconhecidas pelos historiadores da arte e estudiosos em geral como o grande passo rumo à criação do espaço moderno. A arte de Duccio, ao contrário, ainda que o pintor tenha sido movido pelas mesma ânsia de Giotto, permaneceu muito presa à tradição

⁶⁹ Vale esclarecer que a redescoberta da cultura antiga e sua leitura através da cultura gótica foi o principal impulso para criação do espaço moderno e tridimensional. Este chegou a ser definido por Panofsky (1993) como o espaço greco-romano visto através do temperamento gótico, pois Giotto e Duccio beberam, respectivamente, das fontes antigas e bizantinas para construir a noção do espaço como uma janela a ser vista pelo observador. É verdade que os monumentos antigos tardios e paleocristãos eram mais abundantes em Roma do que na Toscana, mas Giotto conseguiu absorver a consciência dos princípios fundadores dessa arte e interpretá-la segundo as preocupações centrais de seu tempo.

bizantina e, assim, teve um papel menos notório na formação dessa concepção do espaço.

É preciso reconhecermos também que, apesar de todas as deficiências técnicas das obras de Giotto e Duccio relativas à imprecisão e imperfeição da disposição em profundidade, elas apresentam a nós um espaço que não era mais finito e descontínuo, mas, ao contrário, infinito e contínuo. Esta imprecisão era produzida pelo fato de que a superfície pintada, ainda que deixando de ser opaca e impenetrável, manteve-se ainda muito presa à superfície plana da parede.

Assim, seguindo nossas idéias expostas, com a obra de Giotto e Duccio começa a superação dos princípios medievais de representação. A representação de um espaço interno fechado, concebido como um corpo vazio, significou uma revolução na valorização formal da superfície pictórica, pois a partir de então ela deixou de ser uma parede ou uma tábua sobre a qual representam-se as formas das coisas singulares ou as figuras, para transformar-se em um plano através do qual se apresenta a nós um espaço transparente, que podemos denominar de plano figurativo. Assim, a “visão através” começou de novo a se abrir e as cenas representadas tornaram novamente a ser a porção de um espaço sem limite, mas sólido e unitariamente organizado.

A infinitude era visualmente simbolizada nas pinturas de Giotto, e também de Lorenzetti, através da disposição de qualquer conjunto de linhas paralela convergindo até um único “ponto de fuga”, que pode ser portanto definido como o ponto situado no infinito onde as paralelas encontram-se. O ponto de fuga em um quadro está situado, portanto, exatamente na frente do olho do observador, constituindo-se no foco das paralelas que são objetivamente perpendiculares ao próprio plano pictórico. A continuidade é dada, por sua vez, pelo fato de que cada um dos pontos da imagem em perspectiva está claramente determinado por três coordenadas e pelo fato de que cada figura está disposta segundo uma série de magnitudes objetivamente iguais, equidistantes e que se sucedem em profundidade, transformando-se em uma série de magnitudes decrescentes separadas por intervalos que podem ser calculados mediante uma única fórmula matemática (Panofsky, 1993).

No que diz respeito às bases da matematização das regras de composição do espaço pictórico, gostaríamos de mencionar que todo o período medieval foi

caracterizado pela existência de uma distância muito grande entre a teoria ótica e a prática artística. Alguns autores alto-góticos, como Vitellio, Johannes Peckan, Roger Bacon e Roberto Grosseteste, perpetuaram e desenvolveram a técnica da ótica, mas a perspectiva medieval era uma teoria matemática da visão, relacionada com a astronomia e muito distante da representação gráfica. Nos séculos XII e XIII, entretanto, impulsionado por intermediários árabes, o Ocidente latino familiarizou-se com a ótica clássica.

Primeiramente, a aproximação entre a teoria ótica e a prática artística foi realizada por Duccio e Giotto, que concederam à superfície pictórica a qualidade de transparência além do plano. Somente assim foi possível conceber a idéia da interposição do plano transparente entre o objeto e o olho, e a construção da imagem perspectivada como projeção central. Quando Brunelleschi e Alberti, posteriormente, descobriram o meio de tornar esta idéia real, convertendo com isso a perspectiva de teoria matemática da visão em teoria matemática do desenho, foi necessário distingui-las, o que deu origem à *perspectiva pingendi* ou *perspectiva artificialis* (o método matemático do desenho) e o uso dos adjetivos *naturalis* e *communis* para designar a teoria matemática da visão.

Na pintura de Giotto, o principal traço “revolucionário” foi a introdução da perspectiva, que permitiu a reprodução dos sinais e das marcas caracterizadores da cidade representada e que foi fruto e produziu, como já dissemos, o desenvolvimento de conhecimentos a respeito do espaço da cidade. A perspectiva significava, em primeiro lugar, que o artista expressava e desenvolvia uma percepção mais “realista” da cidade, porque mais ciente e preocupada com suas características, resultando em uma representação verossímil. O artista toscano, assim, teria representado a cidade italiana da maneira mais aproximada à realidade que ele podia conseguir, abandonando a procura da figuração, até então predominante, de cidades ideais⁷⁰ ou estereotipadas, ou seja, uma representação mais preocupada com a indicação da existência abstrata da cidade do que com a cidade em si mesma. Outra característica das novas formas de representação, além da introdução da perspectiva, foi a de

⁷⁰Em Giotto prevaleceu a imagem do espaço como um palco que serve de suporte para a ocorrência de uma cena (Frugoni, 1983). Não podemos, no entanto, limitarmo-nos a essa constatação, pois em Giotto o espaço também roubava a cena, dava sentido ao que fosse representado e nele as personagens transitavam e se manifestavam.

combinar esteriótipos ou figuras típicas de cidade com particularidades de um espaço com nome e endereço próprios. A representação passou, assim, a conter a cidade em “essência” e a cidade no particular. Na vida social, por exemplo, isso reverberou e foi percebido conjuntamente, pois a perspectiva foi responsável pela inspiração de um sentimento de identidade do cidadão para com o espaço da cidade que habitava, pois ela fazia com que este desenvolvesse formas de apurar seu olhar sobre ela, podendo notar assim suas singularidades.

Em segundo lugar, a perspectiva recriou a noção de espaço pictórico, não sendo mais este concebido como um plano inerte, mas como uma caixa que continha objetos e pessoas, ou ainda como uma janela, por onde o observador enxergava uma interpretação da realidade.

Para compreendermos melhor o teor dessas afirmações, aprofundaremos o conceito de espaço pictórico e o de perspectiva, pois esses revelarão a mudança da percepção espacial que ocorreu naquele período na Toscana. Panofsky assim define o espaço pictórico:

“Pode-se definir um espaço pictórico como um âmbito aparentemente tridimensional, composto de corpos (ou pseudo-corpos, como as nuvens) e interstícios, que parecem estenderem indefinidamente, ainda que não sempre infinitamente, detrás da superfície pintada, objetivamente bidimensional; o que quer dizer que esta superfície pintada perdeu esta materialidade que possuía na arte medieval tardia. Deixou de ser uma superfície de trabalho opaca e impenetrável – dada por uma parede, uma tábua, uma tela de linho, uma folha de pergaminho ou de papel, ou fabricada mediante as técnicas próprias do tecedor de tapeçarias ou do vidreiro- e converteu-se em janela através da qual acedemos a uma parte do mundo visível.”⁷¹

⁷¹ “Se puede definir un espacio pictórico como un ámbito aparentemente tridimensional, compuesto de cuerpos (o pseudocuerpos, como las nubes) e interstícios, que parece extenderse indefinidamente, aunque no siempre infinitamente, por detrás de la superficie pintada, objetivamente bidimensional; lo cual quiere decir que esta superficie pintada ha perdido esa materialidad que poseía en el arte altomedieval. Ha dejado de ser una superficie de trabajo opaca e impenetrable – dada por una pared, una tabla, un trozo de lienzo, una hoja de pergamino o de papel, o fabricada mediante las técnicas propias del tejedor de tapices o del maestro vidriero- y se ha convertido en ventana a través de la cual nos asomamos a una sección del mundo visible.” Panofsky, Erwin. *Renacimiento y renacimientos en el arte occidental*. Madri. Alianza Universidad, 1993, pg.182.

Comparar uma pintura a uma janela significa atribuir, ou exigir do artista, uma captação visual direta da realidade: uma intuição espacial. Esta noção rompe com as bases do pensamento da Alta Idade Média ao conceder existência real somente às coisas externas ao homem conhecidas diretamente por ele através da percepção sensorial ou de sua experiência psicológica. Não se acreditava mais, como se acreditou durante muito tempo, que o pintor devia operar “a partir da imagem ideal de sua alma”, como chegou a afirmar inclusive Tomás de Aquino. O importante era o artista partir da imagem percebida pelo próprio olho (Panofsky, 1983).

Para que a captação do mundo real pudesse ser transposta para uma superfície plana sem perder seu aspecto verossímil, era necessário que o artista desenvolvesse um método de representação do espaço em perspectiva, cujo significado precisamos explicar. *Perspectiva* é uma palavra latina que significa olhar através. Podemos tratar a perspectiva no sentido de uma intuição perspectiva do espaço, onde os objetos, como casas, móveis etc, estejam representados em esboço e onde todo o quadro tenha se transformado, de certo modo, em uma janela, através da qual nos pareça estar vendo o espaço. Essa qualidade pode ser encontrada na pintura de Giotto.

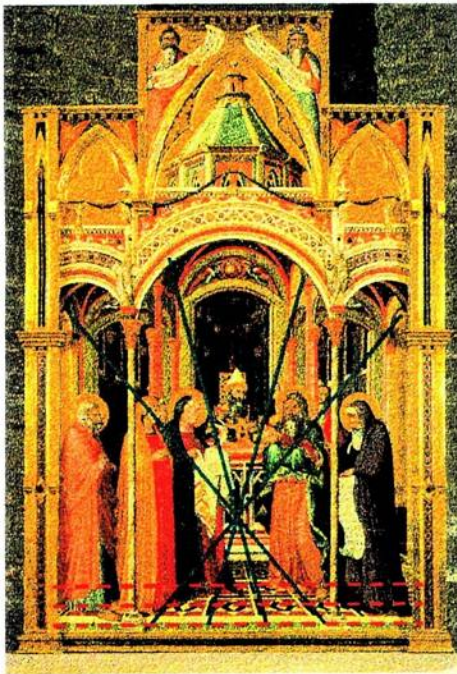
Mas a idéia da construção matemática e geométrica para representar o espaço foi aperfeiçoada depois do Renascimento. Ela consistia em representar o quadro como uma intersecção plana da pirâmide visual que se forma pelo fato de o artista considerar o centro visual como um ponto, para onde convergem as diferentes linhas dos objetos representados. Para o quadro em perspectiva é necessário que todas as ortogonais ou linhas de profundidade encontrem-se no chamado ponto de fuga, determinado pelas perpendiculares em relação ao plano horizontal da superfície pintada. Finalmente, as dimensões diminuem até o fundo segundo certa progressão, de maneira que, conhecida a posição do olho, cada dimensão é calculável à antecedente ou à sucessiva e é regressiva proporcionalmente. Foi no século XV que o processo de conhecimento dos princípios teóricos e práticos de construção da perspectiva, que havia sido iniciado por Giotto, avançou rapidamente, unindo-se também ao desenvolvimento da cartografia.

Mesmo que o aperfeiçoamento da perspectiva no desenho tenha ocorrido somente no século XV, seus princípios foram trabalhados por Giotto, sendo a perspectiva um fruto da prática sócioespacial da cidade medieval, e que “*ergueu-se*

como forma simbólica da cidade.” A representação prospetiva da escola de Florença exaltava uma imagem da cidade, expressando uma visão de mundo que “a cidade exhibe como o conteúdo secreto da própria figura.”⁷².

Dessa maneira, a aplicação minuciosa das leis geométricas descobertas no século XIII e XIV e desenvolvidas no século XV a partir dos estudos sobre a perspectiva acarretou uma imagem quase fotográfica das diversas realidades urbanas, mostrando que o espelho prospetico foi também um espelho mágico: no espelho das cidades prospetico de Giotto estão ao fundo as transformações culturais, políticas e econômicas que possibilitaram o surgimento dessa forma de percepção do espaço, ocorrida através da vivência das cidades.

Ainda que Giotto seja considerado o principal artista de seu período a avançar na construção do espaço em perspectiva, Ambrogio Lorenzetti também distinguiu-se pelos avanços na representação do espaço em profundidade. No quadro *Apresentação no Templo* podemos identificar marcadamente este fato.



Apresentação no Templo, Ambrogio Lorenzetti, 1342

Neste caso o pintor dedicou-se a uma obra religiosa, na qual a utilização do ouro permanece como uma forma de “sacralização” da cena. Mas a disposição espacial do altar foi estudada para parecer um encontro real dos santos, através sobretudo da colocação destes em um espaço em profundidade. Na figura ao lado desenhamos as linhas horizontais e verticais que permitem a construção da perspectiva: das linhas horizontais partem as diagonais que irão encontrar-se no ponto de fuga, ou seja, no ponto escolhido pelo artista para ser o centro da representação. Este ponto é o que dá a estrutura do quadro e organiza a disposição das figuras, e é a partir

⁷² Ambas as citações encontram-se em Rinaldi, Alessandro. “La formazione dell’immagine tra XIV e XV secolo” In: *D’une ville à l’autre: structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIII e XIV siècle)*, Actes du colloque organisé par l’École Française de Rome (Rome – 1^{er} – 4 décembre, 1986). Paris, École Française de Rome, 1989, pg. 811.

dele que se originam as pirâmides visuais.

A importância de um quadro como este de Lorenzetti, reside, por um lado, no fato de que todas as ortogonais visíveis do plano de base estão pela primeira vez orientadas, bem claramente e com plena coincidência matemática, até um ponto. Por outro lado, o quadro é importante porque o artista valorizou o plano de base. Este já não é a superfície de base de uma caixa espacial fechada à direita e à esquerda que acaba em duas margens laterais do quadro, mas uma franja de espaço que, ainda que limitada detrás pelo velho fundo dourado e na frente pela superfície do quadro, pode ser, entretanto, pensada tão ilimitada quanto se deseje.

Há um dado que é ainda mais importante: a superfície de base foi construída para que o observador possa apreciar mais claramente tanto as medidas como as distâncias dos diferentes corpos que se ordenam sobre ela. Uma característica fundamental para essa composição é a de que o pavimento é formado por ladrilhos em xadrez cuja forma ajuda no estabelecimento das distâncias, calculadas de acordo com o número de ladrilhos; distância que se constitui, por sua vez, no índice dos valores espaciais necessários para os corpos e os espaços vazios estarem colocados em um espaço em profundidade. Por estas razões, Panosky considera esse quadro como um dos primeiros exemplos do estabelecimento de coordenadas que estruturam o espaço moderno pictórico. Faltou-lhe, no entanto, um método para medir com igual precisão os intervalos em profundidade das chamadas transversais.

E comprovando a especificidade do processo de produção da cidade, dado pelo conteúdo das relações sociais associado ao *sítio* e à *posição geográfica*, com a arte, expresso através dela, ressaltamos que em um estudo sobre as imagens de Siena e Florença, verificaram-se duas diferenças significativas. Primeiramente, enquanto nas imagens de Siena as identidades fictícias, ou seja, não iguais à realidade, são pouco frequentes, nas representações de Florença são incorporadas mais imagens metafísicas, caracterizando um olhar mais voltado para a representação de uma cidade ideal, o que estaria relacionado a uma particularidade do contexto sócio-político dessa cidade, qual seja, o dos objetivos de poderio e conquista militar que compunham os interesses de sua classe dominante.

Em uma pintura de Giotto, por exemplo, há uma comparação da cidade de Florença com Veneza: esta continha a representação do *Palazzo Ducale* e de *San*

Marco venezianos com tijolos semelhantes aos do *Palazzo Vecchio* de Florença. Relações entre Veneza, Florença e Jerusalém também aparecem em construções destas cidades misturadas ou agrupadas aleatoriamente. Um exemplo muito marcante e bastante revelador é o da vista de Jerusalém com a inserção na pintura da cúpula de *Santa Maria del Fiore* florentina e em uma representação de Arezzo por Benozzo Gozzoli, na vista da cidade está o *Palazzo dei Priori* de Florença, aposto fictício que, ao que se sabe, indica o domínio de Florença sobre Arezzo. Essas representações expressam o imaginário e os interesses concretos do governo comunal e das camadas dominantes florentinas de sobrepujar política e economicamente outras cidades.

Ainda que a cidade de Florença tenha destacado-se especialmente pelas ambições de conquista e domínio do território toscano por parte de seu governo comunal, a cidade de Siena também enfrentou várias batalhas para conquistar terras ou cidades vizinhas ao seu perímetro urbano. Este fato repercutiu em sua arte, que também dedicou-se a narrar algumas conquistas de sua armada. Por isso, no *Palazzo Pubblico* de Siena encontramos um famoso afresco de Simone Martini, artista expoente da época, pago pela comuna para pintar a vitória da batalha de conquista da cidade de Fogliano.



Simone Martini, *Guido Riccio da Fogliano*, *Palazzo Pubblico*, Siena.

Esta pintura que vemos acima possui alguns elementos a serem destacados, pois ela contribuiu com alguns avanços para a evolução da arte laica figurativa, mas permaneceu presa a outras características das formas de representação medievais. Simone Martini utilizou cores semelhantes às empregadas por Giotto, o que destaca a

sua pintura, dando-lhe uma grande vivacidade. Entretanto, a concepção do artista ainda estava vinculada a uma visão estilizada do espaço e do tema de representação: por um lado, a imponência do afresco é obtida sobretudo através da figuração do cavaleiro muito maior em relação ao espaço onde se encontra, o que revela uma posição “retrograda” em comparação com a arte de Lorenzetti e Giotto; e, por outro lado, o acampamento, a cidade de Siena e, por fim, a cidade de Fogliano, (seguindo da direita para a esquerda) compõem uma imagem abstrata, ou seja, simbólica, pois remetem às cidades em questão sem representá-las com traços e características reais. Este último dado vinha ao encontro de uma visão esquemática e pouco atenta ao espaço real e concreto.

Continuando a comparação entre a escola de pintura sienesa e a florentina, devemos ressaltar que a muralha nas representações da cidade de Siena parece ser o elemento fundamental para a realização de um governo moderado e atento às necessidades da população, enquanto que as representações das muralhas florentinas apontam para o sentido inverso, podendo ser explicadas, segundo Rinaldi, pelo fato de as muralhas florentinas terem sempre sido construídas antes da ocupação. Representando as muralhas como uma barreira ou uma divisão do espaço “artificial”, o artista transmitiu a imagem da muralha como apenas o resultado de uma política governativa impositiva, que efetuava uma espacialidade planejada. Neste caso ainda, a muralha ressaltaria a cidade como instância dominadora, que subjuga o campo.

Houve ainda uma outra novidade na forma de representação desenvolvida pela escola de pintura florentina, qual seja, a da experimentação de pintar cidades a partir da perspectiva de olhos que a sobrevoam, as chamadas “*vedute a volo di uccello*”, e que se articulam, segundo nossa análise, ao olhar com vistas para o profundo conhecimento do espaço ao qual a efetivação do poder político das comunas passou a vincular-se.

De uma maneira geral, assim, podemos dizer que, ainda que a arte das duas escolas tenham sido marcadas por características diferentes, ambas, no movimento geral, anunciaram a chegada da concepção moderna de espaço. Nesses dois casos, foi de fundamental importância a preponderância do papel do espaço urbano na sociedade, que recriou assim sua forma de perceber e representar este novo espaço. O espaço da cidade tornou-se o objeto da experiência, pois cada acontecimento estava

diretamente vinculado a um espaço singular, tornando-se, conseqüentemente, um dos centros de preocupação e atenção por parte do homem medieval da Toscana.

Associado a este fato, estava o de que, como vimos, a laicização da vida representou também uma dessacralização da natureza: o espaço durante a Idade Média foi perdendo o sentido de dom de Deus e a natureza foi sendo concebida como um objeto do qual o sujeito tinha a posse, contrariamente ao sentimento anterior, quando o amor pela terra superava qualquer tentativa de ousar dominá-la (Zumthor, 1995). Esse processo manifestou-se, segundo Zumthor, a partir do século XV, no fato de a paisagem enquanto uma unidade pictórica começar a existir nas representações artísticas, levando o autor a formular a hipótese de que *“talvez a paisagem inventada pelos Românticos foi para estes um substituto do sacro, a compensação de um excesso de razão.”*⁷³

Além disso, como mais um dado que denota a importância da experiência de uma nova forma de produzir o espaço para a sociedade medieval, devemos notar o fato de que o corpo humano tornou-se instrumento de medida nas transformações da forma de representação do espaço durante a Baixa Idade Média. Isso se deve ao fato de que, para representar com dimensões verossímeis o espaço, o homem tomava como referência da grandeza das figuras também seu próprio corpo.

Essa nova percepção do corpo teria sido acompanhada, paradoxalmente, por um distanciamento do homem em relação a esse mesmo corpo, processo expresso na difusão do garfo, das camisolas e do fechamento do banheiro (Zumthor, 1995), e que, pensamos, foi uma extensão do processo que tratamos no item anterior de distanciamento do homem em relação à natureza e sua conseqüente idealização.

Por esta razão também é que o tempo da narrativa predominou nas inovações na pintura toscana através da representação de gestos, permitindo, por exemplo, ter Lorenzetti inovado ao representar a cidade de Siena em sua cotidianeidade, reflexo da criação e concomitante percepção por parte do homem do tempo e do espaço sociais. Não por acaso, a Idade Média foi definida por Paul Zumthor como a civilização do gesto. A nova forma de percepção do corpo e do espaço reflete-se e expressa-se no fato de que durante a Idade Média “redescobriu-se”, ou seja, foi

⁷³ Zumthor, Paul. *La misura del mondo: la rappresentazione dello spazio nel Medio Evo*. (Trad. Simonetta Varvaro). Bolonha, il Mulino, 1995, pg. 86.

retomada, a prática do teatro, como um resultado da experimentação e recriação de novas formas expressivas.

Para continuarmos a tratar da emergência da percepção moderna do espaço devemos considerar a mudança ocorrida na religiosidade, que foi de suma importância para transformar a relação do homem medieval com seu entorno.

Primeiramente, gostaríamos apenas de ressaltar que não somente os espaços da cidade e do campo continham verdades e realização de desejos ou medos dentro do imaginário da sociedade medieval, mas também os sonhos, que eram considerados espaços por excelência da manifestação divina no cotidiano das pessoas. A vida cotidiana na Baixa Idade Média desenrolava-se em grande parte segundo uma busca da proximidade e contato com Deus, imbuindo os espaços de vivência de significados religiosos. A devoção era objeto de procuras de diálogos em torno de temas espirituais, de redenção dos pecados e de preces para o homem assegurar um lugar no mundo divino. Dentro dessa realidade, os sonhos eram mensageiros de profecias e de premonições do mal; não era somente lugar do divino, mas também do satânico. Consolidava-se através dos sonhos um espaço imaginário caro a cada um de maneira própria e particular e que se reproduzia durante a noite, numa elaboração e recriação das novas formas de produção do espaço das cidades medievais que ocorriam à luz do dia. Enquanto os espaços religiosos medievais, ou seja, a igreja, o mosteiro, o hospital permaneciam de velas apagadas à noite, na atividade onírica produziam-se outros contatos com a religiosidade e novos códigos e imagens sócioespaciais.

No caso específico das cidades da Toscana, a pintura de Giotto é especialmente rica para entendermos a relação entre a criação de uma nova percepção do espaço e a revolução na espiritualidade que representou a ação de São Francisco de Assis⁷⁴. As histórias que envolveram a doutrina franciscana interessam-nos particularmente em função de seu vínculo com a prática da cidade e com os aspectos relativos ao mundo sensível, fato de enorme importância na própria história da arte. Giotto acabou sendo o principal porta-voz de uma nova doutrina religiosa e a sua visão da arte também insere-se nesse contexto de redefinição da percepção do mundo

⁷⁴ A incorporação pela igreja dos preceitos franciscanos objetivou a arrecadação de fundos, doações e aumento do número de fiéis, num momento em que a igreja entrava em crise; crise que o esplendor da

sensível pelo homem medieval. Sem dúvida, a forma como Giotto concebia o espaço pictórico estava associada à transformação da espiritualidade empreendida pelos mendicantes, pois ambas complementavam-se. Por esta razão também os vínculos e a identificação da arte de Giotto com os ideais sobretudo franciscanos eram tão nítidos e divulgados.

A relação entre a arte de Giotto e a ordem franciscana pode ser percebida, em uma primeira abordagem, no fato de São Francisco ter reivindicado uma maior aproximação do homem a Cristo e a seu sofrimento, o que significou uma maior proximidade com o mundo sensível. São Francisco dedicou parte de seu pensamento e ação à valorização da natureza para o homem. A aproximação com o mundo sensível também significava a negação das benesses da aristocracia e da riqueza desmedida, que distanciavam o homem desse mundo sensível. Assim, São Francisco, filho de uma rica família de burgueses, renunciou a seus bens e pertences materiais para voltar-se para a pregação e o contato com o homem. Se analisarmos as obras de Giotto, veremos que a mesma preocupação e valorização da natureza eram inerentes à sua própria arte e às inovações que ele desenvolveu. Assim, seu Cristo tinha traços e sentimentos humanos; a bondade e a generosidade conduziam suas personagens a agirem e a natureza aparecia constantemente nas cenas representadas.

A necessidade de representar o sensível, no qual se incluiu como elemento de suma importância a representação do espaço da cidade e do campo, está na base explicativa do surgimento da perspectiva. As cidades com suas ruas estreitas e curvilíneas vieram exigir dos artistas uma evolução das próprias técnicas e de sua observação do mundo e do espaço ao redor. Esse dado foi acompanhado do maior interesse do homem em representar o espaço de maneira verossímil, quase realista. A importância desse evento se expressou daí para diante na arte italiana na necessidade do controle e da normatização do espaço a partir do século XVI pelo poder, que ocasionou a concepção do espaço *linear em perspectiva e geométrico*, processos

pintura de Giotto apaziguou. Essa mudança mudou a prática religiosa, pois os monges passaram a se relacionar mais com as cidades.

germinados na cidade medieval e que se intensificaram e ganharam mais expressão nesse século⁷⁵.

Para iniciarmos nossa análise das pinturas de Giotto, é necessário contextualizarmos suas obras. É importante assinalarmos que, ao contrário de Lorenzetti, Giotto não realizou nenhuma pintura laica, estando mais comprometido com o setor religioso da sociedade urbana. Por esta razão, a análise de suas pinturas remete mais à mudança da percepção do espaço expressa em uma leitura religiosa do mundo do que à mudança dessa percepção observada segundo uma visão laica da realidade. No entanto, as diferentes abordagens do mundo não se excluem; ao contrário, complementam-se.

Os dados da biografia de Giotto são especialmente escassos no que diz respeito aos seus primeiros anos de vida. Acredita-se que o artista nasceu em 1266, em Vespigniano Del Mugello, uma localidade nos arredores de Florença. Sua família era de origem camponesa. Logo nos seus primeiros anos de trabalho como artista, seus contemporâneos já o indicavam como criador de um estilo novo na pintura, sendo mencionado por Dante, Petrarca e Boccaccio em seus versos. No próprio *Decamerão*, na quinta novela do sexto dia, Boccaccio o descreve como um homem vivaz, perspicaz e elevado culturalmente, pois o pintor mantém no texto uma conversa com um doutor de ciência e doutrina civil. Giotto foi também amplamente divulgado e considerado em sua época e, tendo sido aluno de Cimabue, muito rapidamente superou seu mestre no que se refere à construção da verossimilhança.

Em sua biografia existem opiniões variadas a respeito de sua formação artística e da cronologia das suas obras. Vasari e Ghiberti defenderam que ele foi discípulo de Cimabue, enquanto outros estudiosos indicam a influência de Cavallini em seu estilo.

Nos afrescos de Assis (1296), sobretudo no ciclo referente ao Novo Testamento, notam-se os traços da influência de Cimabue, como a intensidade dramática, o sentido monumental e a grandiosidade da arte. Giotto entretanto reinterpreto estas características a partir de visão dos temas estudados, uma visão mais terrena e ligada à realidade. O estilo de Cimabue, por sua vez, deriva da arte bizantina: a colocação das figuras, o escasso interesse pelo espaço, os gestos e o

⁷⁵ Sobre uma antevisão do controle dos espaços urbanos, preocupação do distanciamento do homem em relação à natureza e com a guerra e a escravidão interessa a obra *Utopia* de Thomas Morus.

alinhamentos seguem ainda os cânones desta iconografia. Giotto, ao contrário, desde logo iniciou um processo de distanciamento em relação às influências orientais, ainda que tenha mantido alguns traços típicos de Cimabue, como a iluminação forte e as feições sérias das figuras. Enquanto trabalhava em Assis, Giotto viajou algumas vezes para Florença, onde pintou o *Crucifixo de Santa Maria Novella*, a *Madonna in Maestà* (localizada na Galleria degli Uffizi de Florença), a *Madonna de S. Giorgio alla Costa* e a tábua, hoje no Louvre, do *São Francisco Recebendo as Estimatas*. Era a época do início de uma relação estreita entre Giotto e a ordem dos frades mendicantes, que se tornaram os principais patrocinadores do trabalho do artista.

Acredita-se que em 1300 o artista mudou-se para Roma, onde entrou em contato com uma nova influência artística, o legado da arte antiga, pois em Roma predominavam os restos da Antiguidade. Na cidade, Giotto teria entrado em contato também com os principais artistas romanos, que buscavam afastar-se da iconografia bizantina e recuperar, ao mesmo tempo, a força e a dignidade das figuras, dando atenção às proporções da pintura clássica, cujos temas haviam sido recuperados por Nicola Pisano. O aluno de Nicola, Arnolfo di Cambio, foi, por exemplo, um dos principais influenciadores do estilo de Giotto.

Entre 1304 e 1306 Giotto viveu em Pádua, onde trabalhou na *Cappella degli Scrovegni*, de uma família de banqueiros muito rica. Neste momento suas inovações mostraram-se muito evidentes: as personagens mais humanas e expressivas, as cores fortes e alegres e a arquitetura pesada ao fundo eram muito diferentes das formas tradicionais da época. Enquanto os afrescos de Assis eram um pouco ingênuos, os de Pádua são dramáticos, possuindo um estilo compositivo mais apurado. Nessa fase começou a ser observada a imagem em perspectiva, que dá a impressão do espaço além do plano da imagem, na qual a cor cobalto no céu contribuía para a perspectiva exaltando o volume das representações.

Vale observar que o número e a qualidade dos financiadores desse período indicam a fama conquistada na época por Giotto, porque, depois de Pádua, o artista recebeu encomendas em toda a Itália: Ravena, Bolonha e Verona, Roma e Rimini. Depois destas estadias ele retornou a Assis para realizar os afrescos da capela superior de Assis, construídas nesse intervalo de tempo.

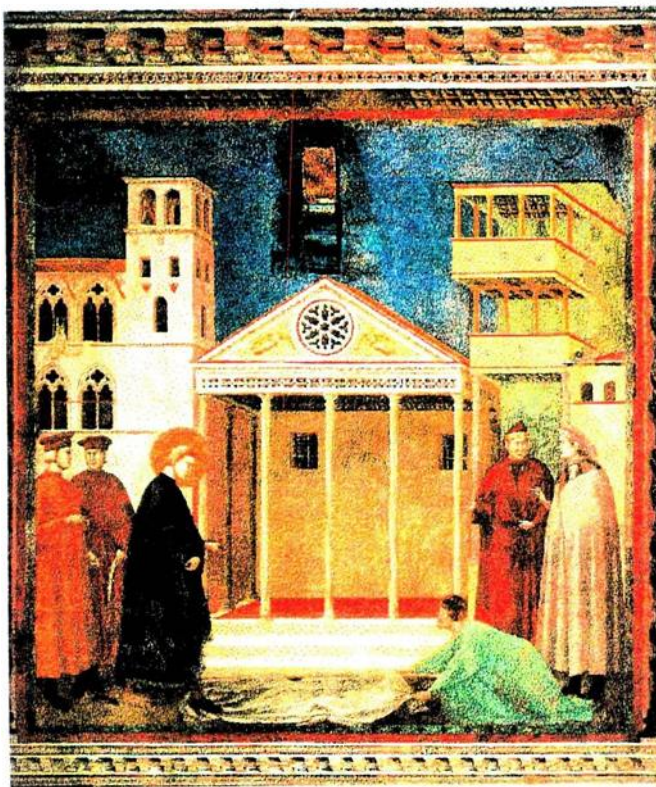
Entre 1320 e 1325 Giotto esteve em Florença, chegando ao ápice de suas inovações. Nesse período ele trabalhou na capela de ricas famílias florentinas, como a da igreja de Santa Croce, onde há obras de Giotto nas capelas *dei Peruzzi e dei Bardi*. Estas obras tiveram também grande repercussão no meio artístico da época. Nesse momento especificamente há algumas dúvidas sobre a autoria das obras reconhecidas como de Giotto, pois ele costumava realizar somente o desenho dos afrescos para depois seus colaboradores o pintarem.

Entre 1328 e 1333 Giotto trabalhou em Nápoles, realizando obras quase completamente perdidas. Nesse período o pintor chegou a ganhar bastante dinheiro, tal era seu reconhecimento. Em 1330, por exemplo, o rei Roberto d'Angiò nomeou-o seu familiar e lhe deu, em 1332, uma importante quantia de dinheiro. Em 1334 Giotto voltou a Florença, onde começou os trabalhos do campanário do Duomo, podendo demonstrar também sua habilidade como arquiteto, sendo nomeado o engenheiro oficial de obras da cidade. Em 1337, o artista morreu em Florença e foi sepultado solenemente.

Um dado curioso da arte de Giotto é a de sua relação com a arquitetura. De fato, em suas pinturas, a arquitetura é um dos dados fundamentais na construção de seu espaço pictórico. Veremos repetidamente que os edifícios costumam estruturar o ambiente pictórico, caracterizando-se também pelo peso de seu volume na dinâmica da cena. Costuma-se afirmar que Giotto foi muito influenciado pelo tipo de arquitetura desenvolvido por Arnolfo di Cambio, seu contemporâneo.

Giotto também foi bastante influenciado pelos ideais e a religiosidade de São Francisco. Enquanto Dante reproduziu mais o pensamento de Tomás de Aquino, Giotto esteve fascinado pelo mistério quase lendário que envolvia a figura de Francisco. Imbuído ele mesmo desse pensamento, ultrapassou a figura do realizador por encomenda de obras de arte, ainda que patrocinado, utilizando-se da possibilidade de pintar para transmitir seus próprios ideais. Esse dado vai ao encontro da afirmação individual do artista em contraposição ao papel submisso e restrito que era creditado ao artista medieval. Provavelmente por esta razão também é que Giotto foi um inovador, não se restringindo a ser um artesão a serviço de outros, fossem ele políticos ou religiosos.

A trajetória artística de Giotto partiu da influência bizantina, passada a ele por Cimabue, até aproximar-se ao classicismo. O artista então, imbuído dos preceitos clássicos, desenvolveu, a partir desta ótica, o naturalismo e o historicismo. O naturalismo reflete-se na tentativa de uma sempre maior aproximação do homem com a natureza; aproximação essa que deve configurar um quadro harmônico. A influência da Antiguidade encontra-se também no fato de que o artista procurou resgatar a natureza em sua pintura, mais através do processo de conhecimento histórico da arte antiga do que da observação propriamente dita da realidade. Assim, em oposição à arte estática e imóvel do período alto-gótico, Giotto concebeu uma arte em que o drama ocupa o lugar da tragédia, e o trágico e o maravilhoso são substituídos pelo dualismo da relação entre o divino e o humano. O objetivo assim deste artista não é contar uma lenda, mas narrar a história de São Francisco de Assis. Nos seus afrescos não vemos um santo solitário e apartado da sociedade, mas uma personagem histórica com dignidade e carisma, cuja principal importância não havia sido conquistada devido aos milagres realizados, mas sim devido aos atos realizados. Para Giotto não era o fato histórico por si só que determinava a auréola divina, mas a sua própria

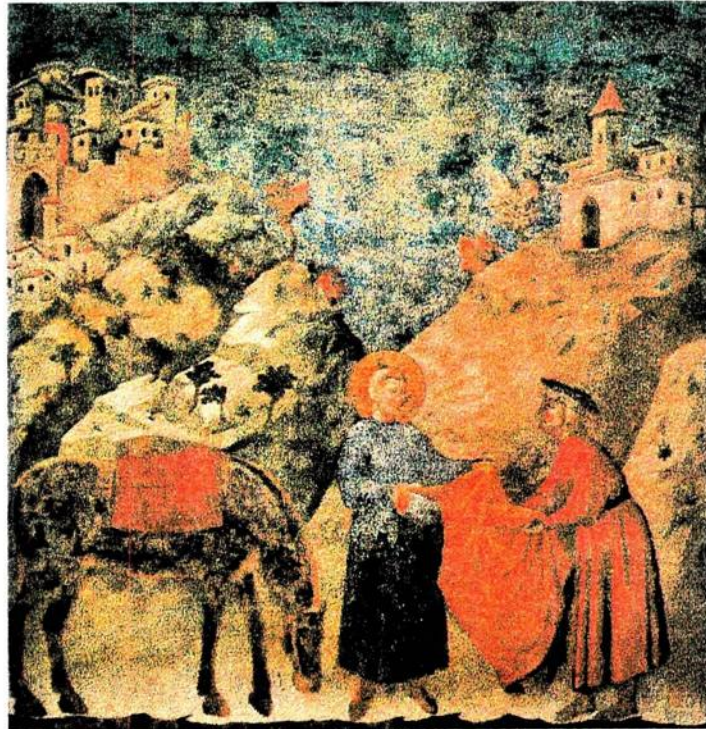


Giotto, *Homenagem a um Homem Simples*, Igreja de São Francisco, Assis.

ocorrência, que revelava assim, com nitidez, a realidade. Provém do mundo antigo a concepção da realidade em seu equilíbrio entre o divino e o humano, a universalidade da história e a pureza formal, despida de sugestões ou alusões.

No afresco *Homenagem a um homem simples* de Giotto, percebemos o papel preponderante da arquitetura na estruturação do espaço pictórico. A representação está definida por uma caixa espacial ao centro que delimita o espaço vazio à frente, a distância

entre o santo e o homem simples que o homenageia. Nas extremidades direita e esquerda da edificação central, predomina o sentido vertical, conseguido através da verticalidade dos homens e dos edifícios, tipicamente medievais, verticais ao fundo. Toda a estrutura do espaço fundamenta-se nessa relação entre o espaço vazio no centro e o espaço ocupado e vertical nos lados. A imagem da caixa espacial aplica-se bem a este caso.



Giotto, *O Dono do Manto*, Igreja de São Francisco, Assis.

O Dono do Manto é um dos principais exemplos da valorização da natureza por Giotto. Uma das atitudes “nobres” de São Francisco havia sido a doação de um manto para aquecer um homem pobre do campo. Giotto inseriu a cena em um ambiente natural. Na representação, como em toda a obra de Giotto, o volume compacto das figuras dá força à narrativa e ao objeto em si mesmo, de maneira a conferir-lhes corporeidade. Um dado fundamental é a estruturação do espaço: o santo está no centro porque é a personagem principal, mas o interessante é que as duas linhas do relevo acabam em sua cabeça, ressaltando sua importância e dando uma ordenação ao quadro pictórico. Constrói-se nesta ordenação um triângulo cuja base é

o céu e cujo ângulo termina na figura de São Francisco. A cidade ao fundo aparece mais como uma referência, uma imagem simbólica, do que como uma representação do real.

Ainda em Assis, encontramos um afresco que demonstra o conhecimento e a grande influência da arte Antiga na concepção formal de Giotto.



Giotto, *A Liberação do Herético Pietro de Assis*, Igreja de São Francisco, Assis.

Na *Liberação do Herético Pietro de Assis*, na igreja superior desta cidade, o caráter romano do cenário está indicado visualmente pela variação da coluna trajana, na parte superior direita da imagem. A presença desta coluna mostra que Giotto havia chegado a dominar a linguagem da escultura clássica até o ponto de poder utilizá-la fora de seu tempo.

Em Santa Croce, Giotto pintou com afrescos a Capela Bardi, uma das 10 capelas que compunham a catedral florentina. Nesta capela, narra-se a história de São Francisco, os fatos mais representativos de sua vida, assim como o artista havia feito em Assis: a renúncia aos bens materiais, a confirmação da regra pela instituição

eclesiástica, a missão evangélica no Oriente, o evento milagroso da estigmatização (o mais importante, que por isso possui maiores dimensões), a morte e os dois milagres realizados pelo santo após sua morte. Há também a representação das alegorias da Castidade, da Pobreza e da Obediência ao lado da representação de São Francisco. Parece evidente que estas três alegorias eram as que caracterizaram os ideais pregados pelo santo durante sua vida.

Nos afrescos da Capela Bardi da Basílica de Santa Croce é notória a maturidade alcançada por Giotto, sobretudo se os comparamos aos que o artista realizou anteriormente em Assis e que tratavam do mesmo tema. Vale a pena justamente compararmos os afrescos dessas duas capelas pois assim percebemos como, representando os mesmos temas e personagens, o artista reelaborou-os com uma maior unidade compositiva. A comparação mostra-nos as mudanças estilísticas e expressivas de Giotto.



A renúncia aos bens. Giotto, Basílica de Santa Croce, Capela Bardi, Florença.

No afresco denominado *A Renúncia aos Bens*, a presença da arquitetura unifica a imagem. O cruzamento em perspectiva entre os dois lados do edifício constrói uma rede tangente a uma reta perpendicular que incide sobre a figura do santo, acentuando sua importância. Por outro lado, do canto do edifício delineiam-se duas retas que caem sobre as figuras de duas mulheres posicionadas na extremidade

do afresco, formando assim um triângulo inscrito na luneta que encerra toda a cena. As linhas curvas que marcam o contorno das personagens contrastam por sua vez com as retas descritas, ao mesmo tempo que compõem um ritmo ao seguirem o andamento do semicírculo da luneta, que margeia e dá vida ao afresco.

No afresco de Assis (abaixo), o mesmo tema recebe uma representação diferente: a escolha de vida de São Francisco é bem definida por Giotto através de uma interrupção compositiva. De um lado vemos o jovem santo seminu que, levantando os olhos e as mãos ao céu, dirige-se a uma mão que sai do firmamento. Atrás dele está o bispo de Fogliano, que o cobre com um cobertor, e algumas personagens que parecem pertencer à ordem religiosa. A narrativa fica mais expressiva com a presença dos dois edifícios, cujos estilos arquitetônicos estão elaborados mas construídos ainda com uma perspectiva ingênua. O senso de volume dos edifícios, no entanto, compõe uma cenografia eficiente. Do outro lado está o padre com o povo de Assis ao seu lado.



Giotto, *A renúncia aos Bens*, Igreja de São Francisco, Assis.

Na Capela Bardi, uma cena muito semelhante destaca-se mais porque contém alguns detalhes que a tornam mais expressiva que a representação de Assis. Em primeiro lugar, há que se notar que o complexo arquitetônico ao fundo do afresco de Florença consagra maior unidade à cena. As personagens estão mais detalhadas e retratas com mais cuidado, seja nas suas vestimentas seja nas suas estruturas anatômicas. O padre executa gestos com maior movimento e o bispo parece quase abraçar o santo ao invés de cobri-lo. As personagens também são mais variadas: há elementos da ordem religiosa, outros de fisionomia mais doces e inclusive uma mulher com uma criança.

Por volta do ano de 1300, Florença já vivia os efeitos de um amplo florescimento econômico e cultural, sendo uma cidade relativamente rica, com uma burguesia mercantil e financeira sólida e estabelecida. Foi nesse contexto que se desenvolveu a arte e a figura de Giotto, que se tornou um símbolo e a principal imagem da segurança moral e material de seu tempo.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Pounds, o que mais distinguia a cidade medieval dos povoados da época e também das capitais das *civitates* romanas e das *pólis* gregas era a condição jurídica especial de que gozavam seus cidadãos. Em uma época em que a população rural estava presa ao solo, carregada de obrigações civis, forçada a prestar serviços e a pagar o *merchet* e o *heriot*⁶ ao morrer, o habitante da cidade era relativamente mais livre, pois podia mudar de localidade e de profissão quando desejava, educar seu filho e integrar-se em uma ordem religiosa sem ter que pedir permissão ao seu senhor. Neste sentido, realmente a cidade congregava em seu espaço uma população que tinha mais liberdades do que a camponesa.

Esta diferenciação da cidade para com o campo parece-nos ser apenas uma face da questão da identidade da cidade medieval toscana. A consideração de Pounds acena com um aspecto introdutório da questão, pois, como pudemos ver ao longo do trabalho, a cidade medieval toscana constituiu-se em um fenômeno muito mais complexo do que a simples reunião de pessoas caracterizadas por gozar de uma liberdade de ação e de pensamento maior do que a população moradora do campo. Cabe-nos compreender e explorar melhor esta problemática neste capítulo de conclusões.

Primeiramente, gostaríamos de abordar o tema discutindo alguns aspectos sociais que não definem a cidade medieval toscana. A princípio, podemos afirmar que os fatores demográfico e jurídico não explicam a cidade medieval. O critério da concentração demográfica em um espaço, ainda que importante e característico das cidades, não a caracteriza por si só. Como poderíamos definir o fenômeno urbano apenas pela aglomeração de uma população em um espaço? Qual a grande novidade de um agrupamento de pessoas que apenas o aumento quantitativo de indivíduos? Quantos povos não se agruparam, sem que isso significasse a produção e a

⁶ *Heriot*: direito do senhor de apoderar-se do animal ou dos instrumentos de trabalho quando o vassalo morria. *Merchet*: direito pago pelo vassalo ao senhor para dar sua filha em casamento.

constituição de uma cidade? A explicação desta consideração parece-nos bastante evidente.

Da mesma forma, a personalidade jurídica não explica a identidade da cidade medieval, sobretudo no caso da Toscana, que, como vimos, estendeu através da criação do *contado* os direitos jurídicos dos cidadãos a todos os membros dessa unidade territorial e política, morassem eles na cidade ou no campo. Assim, os povos camponeses também recebiam cartas de liberdade e eram administrados por uma entidade administrativa comum.

No que se refere ao aspecto jurídico, devemos também lembrar que dentro da própria cidade havia diferentes níveis de cidadania, já que os moradores das cidades gozavam de direitos políticos segundo a linhagem familiar à qual pertenciam. A principal diferenciação era a que se referia à possibilidade de participação na vida pública: somente os nobres e as famílias prestigiadas, os patricios, podiam aceder a cargos dessa esfera. Além deste critério jurídico de diferenciação social, havia o fiscal e o topográfico: cada habitante pagava uma determinada cota de impostos segundo o lugar em que morava, o que consumia e a atividade profissional que desenvolvia. O local de moradia definia-se no espaço urbano de acordo, principalmente, com a camada social à qual o cidadão pertencia e com a profissão que desempenhava, critérios que sedimentavam e constituíram a unidade social e territorial do bairro, muito importante na segmentação espacial da cidade medieval. No entanto, não podemos desconsiderar o fato de que o morador da cidade tinha mais liberdade de ação do que o habitante rural, pois o primeiro tinha maior acesso a uma rede econômica, política e cultural mais ampla. Este dado, na verdade, relaciona-se à multiplicidade das atividades desenvolvidas na cidade, um aspecto que devemos explorar.

Sem dúvida, a cidade medieval caracterizou-se, em uma larga medida, pelas atividades econômicas nela realizadas: a diferenciação entre uma cidade e um povoado reside justamente na concentração e na acumulação das atividades manufatureiras e comerciais no espaço ocupado, o que significa dizer que a tarefa da produção da terra não consiste uma prática urbana, ainda que nas cidades houvesse algumas hortas e jardins. Na cidade, a população urbana delega e depende da produção rural para reproduzir-se. A dedicação sobretudo à indústria, ao comércio e

aos serviços não é a única especificidade da cidade medieval toscana, mas certamente é uma das suas características.

Outro aspecto essencial para ser discutido é o de que, como vimos ao longo trabalho, nas cidades toscanas medievais a organização política da população associada à tentativa de incrementar e diversificar a produção artesanal e o comércio de produtos favoreceu e incentivou a criação de um espírito de comunidade, ou seja, de identidade da população com seus elementos e com o espaço urbano. Este é sem dúvida um dos aspectos singulares do processo de constituição das cidades medievais toscanas. A identidade de uma população com o espaço e com a dinâmica social existente alimentou um sentimento de apego à cidade, que se somou e foi também incentivado pela preocupação com a defesa do território circundado pelas muralhas. Este sentimento de pertença a uma comunidade foi crescendo à medida que as cidades medievais toscanas caminharam em direção a maior complexidade da vida política e da autonomia urbana assim como dos mecanismos de realização e de expansão dos setores de produção “industrial”, do comércio e do mercado financeiro. Este percurso estava baseado e alimentava por sua vez a criação de um sentimento de identidade, de reconhecimento pessoal e coletivo do indivíduo com a sociedade urbana, dando início a um processo de transformação dos meios de expressão artística e intelectual na sociedade.

Deparamo-nos então com outro critério de definição da cidade medieval da região estudada: o morfológico. Este critério elucida uma face de nossa problemática, e se evidencia na categoria geográfica da paisagem. A observação das cidades medievais toscanas revela-nos que o espaço das cidades reconhecidas juridicamente, fortificadas e organizadas espacialmente possuía, seja na construção de seus palácios municipais, seja na abertura das praças públicas, seja no complexo das muralhas, portas e pontes, uma monumentalidade, arquitetônica e artística, que não era encontrada no mundo rural. Este dado foi talvez a principal manifestação da unidade urbana, fundada no espírito de identidade do cidadão com sua cidade. Por esta razão, a caracterização e a análise da paisagem toscana, desde o estudo da forma da cidade, de seu sítio, da organização do seu espaço interior até a análise das obras de arte produzidas em seu domínio, constitui-se em um processo essencial do percurso de entendimento do espaço urbano na Toscana nos séculos XIII e XIV.

Com relação ainda à morfologia das cidades, mais especificamente o seu sítio, devemos fazer algumas considerações, pois existe uma tendência a se identificar a cidade medieval como uma comunidade situada no topo de colinas, ou em uma encruzilhada de estradas ou ainda nas margens de cursos fluviais. Sem dúvida, a localização da cidade medieval parece ter sido influenciada pelo entorno natural; no entanto, esta influência deve ser entendida mais como uma apropriação da coletividade humana no sentido de aproveitar os elementos naturais para realizar um uso deles que aumentasse as possibilidades de manutenção e desenvolvimento da comunidade do que como uma tentativa de se adaptar a estes elementos. O sentimento de permanente construção de uma sociedade organizada era tão importante quanto a existência de recursos naturais, pois o que seria de uma concentração populacional com facilidade de obtenção de recursos se esta não buscasse realizar e expandir sua própria civilização? Vimos também que a cidade medieval só pôde constituir-se da maneira como a vimos devido ao espírito empreendedor e cívico de seus protagonistas. Vale lembrar que os gregos e os romanos haviam deixado um legado prático e teórico sobre a cidade que estiveram presentes neste processo de constituição das cidades estudadas e, de maneira geral, de toda a Itália norte e central.

A análise das cidades medievais toscanas permite-nos verificar que, ainda que cada cidade possa ter se destacado em alguma função -militar, comercial, administrativa, produtiva etc- as cidades medievais no geral caracterizaram-se pela diversificação, a partir de uma atividade principal, das funções realizadas em seu espaço. Este movimento está relacionado à busca da população urbana em ampliar as atividades realizadas, seja para potencializar ou favorecer o desenvolvimento de sua principal função, seja para incrementar sua coesão sócioespacial e o compromisso de sua população com o corpo social e o espaço urbano. Esta característica constitui-se, para Racinet (1996), no principal fator que possibilita a permanência do fato urbano ao longo da história social, sem querer reduzir toda cidade a uma definição comum, válida igualmente para todos os períodos históricos. Para o autor, a diversificação das atividades funcionais seria um dos aspectos principais que permitem definir a cidade por si só, independentemente do período histórico considerado.

No caso das cidades medievais toscanas, o próprio autor reconhece que a acumulação e o desenvolvimento da produção artística no sentido de reintroduzir a

perspectiva no desenho demonstram que foi a coesão social, das mentalidades, das solidariedades e do espírito cívico urbano que constituiu o substrato principal da identidade das populações urbanas com suas cidades. Na Toscana, e também em toda a Itália do norte, a realização da cidade promoveu e baseou-se na criação de um sentimento cívico, que tem uma expressão importante na representação de Lorenzetti de sua cidade de Siena. O apego à cidade na Toscana tomou quase a dimensão de um amor épico, triunfal e inerente a todo indivíduo urbano. Neste sentimento reside também a explicação da força dos movimentos comunais na Itália norte e central e da ambição autonomista presente nas cidades toscanas. Dessa forma, a cidade medieval era um todo que velava primeiramente pela preservação do território e do sentimento urbano, o que explica a coesão da população em torno de objetivos comuns: a proteção do território a todo custo, o hasteamento da bandeira da autonomia política, a proliferação de grandes obras de arte incentivadas e patrocinadas pelos seus homens mais ilustres ou ainda a construção de palácios e de igrejas monumentais e a abertura das praças públicas. O espaço da cidade tornava-se assim o centro da vida social e o marco espacial de uma sociedade antes apegada apenas à extensão infinita de terras pouco cultivadas. Este movimento também originou grandes conflitos no interior das cidades, seja na disputa entre as camadas sociais, seja na luta pela constituição e manutenção de famílias no poder. À medida que as lutas cresciam, a cidade caracterizava-se por ser um ponto de concentração de uma relação política de forças. .

Nesse processo, a muralha materializou e concretizou uma particularidade da cidade medieval, que foi a constituição de um espaço que parecia ser uma “ilha protegida”, mas que, entretanto, só pôde ser levado a termo devido à relação com o entorno rural e com toda a região Toscana. A cidade no entanto não deixou de ser um referencial espacial, econômico e político, pois concentrou os movimentos de expansão econômica, de criação de formas governativas novas, de transformação da hierarquia social e de gestação de um sentimento e de um espírito de coletividade. Todos estes processos fundaram-se e se realizaram através da produção do espaço. Este espaço possuía uma forma própria, nova historicamente em si mesma.

Lopez, por exemplo, ao estudar a particularidade das cidades italianas do centro-norte, afirma que essas desempenhavam uma função animadora, como pólo vital do território que transcende os limites da muralhas. As cidades eram o centro

soberano da política, da economia, da vida intelectual e social também do território adjacente, não podendo existir sem os recursos naturais, econômicos e sociais que existiam no campo. Em grande medida, a dinâmica da cidade medieval definia-se pela sua relação com o entorno: tanto as mercadorias que eram trazidas do campo para o abastecimento da população ou o excedente agrícola, quanto pela exportação e comércio dos bens que nela eram produzidos. Devido a esse fato, a relação campo-cidade constitui-se na categoria-chave para o entendimento do fenômeno urbano medieval. A inserção da cidade em uma rede de relações comerciais, políticas e culturais foi essencial para promover a constituição do espaço toscano, seja do espaço rural seja do urbano. Por esta razão a cidade medieval é considerada como sede do início da acumulação primitiva do capital, pois neste seu processo de definição e de expansão, ela concentrou riquezas materiais, intelectuais e materiais, dando forma a um amplo processo de transformação social. E, como parte deste movimento, uma característica realmente importante das cidades medievais, como afirmou Racinet, foi a de ter realizado, em um espaço a escala humana, a síntese das realidades materiais e das exigências espirituais e morais que constituem uma civilização.

VII. FONTE DAS ILUSTRAÇÕES

a. Cidades Toscanas

Florença:

-Agenzia de Promozione Turistica e Congressuale (APT). Website:

<http://www.firenze.turismo.toscana.it/>

-Firenze by Net. Guida agli eventi e ai percorsi culturali della città. Website:

<http://www.mega.it/fbnit.htm>

-Galleria degli Uffizi. Website:

<http://www.uffizi.firenze.it/>

-Museo dell'Opera del Duomo. Website:

<http://www.thais.it/scultura/fmdodd.htm>

Siena:

-Comune di Siena. Website:

<http://www.comune.siena.it>

-Siena On Line. Website:

<http://www.sienaol.it/>

-Agenzia de Promozione Turistica e Congressuale (APT). Website:

<http://www.siena.turismo.toscana.it>

-Siena Arte. Website:

<http://www.sienaarte.it/>

-Guida della città. Website:

<http://www.emmeti.it/Toscana/Senese/Siena/index.it.html>

Pisa:

-La Torre di Pisa. Website:

<http://torre.duomo.pisa.it>

-Rete civica di Pisa. Website:

<http://www.comune.pisa.it/doc/welcome.html>

-Storie di Pisa. Website:

<http://www.alfea.it/storie>

-Medieval Art in Pisa. Website:

<http://museo.alfea.it/>

-La città di Pisa. Website:

<http://www.adm.unipi.it/pisa.html>

-Pisa On Line. Website:

<http://www.csinfo.it/pisa/online.htm>

Luca:

-Luca Virtuale. Website:

<http://www.Lucavirtuale.it/>

-Luca On Line. Website:

<http://www.Lucaonline.it>

-Luca Gallery. Website:

<http://digilander.iol.it/Lucagallery/>

-Guida 2000. Website:

<http://www.guideofLuca.it/index.htm>

-Rete Civica Lucchese. Website:

<http://www.comune.Luca.it/it-index.htm>

San Geminiano:

-Comune di San Gimignano. Website:

<http://www.sangimignano.com/>

Prato:

-Agenzia de Promozione Turistica e Congressuale (APT). Website:

<http://www.prato.turismo.toscana.it>

Pistóia:

-Soprintendenza ai Beni Artistici e Storici delle province di Firenze, Pistoia e Prato.

Website:

<http://www.sbas.firenze.it/>

b. Obras de Giotto

-Biografia e obras de Giotto. Website:

<http://www.christusrex.org/www1/francis/>

-Giotto, a cura degli studenti dell'Accademia di belli Arti. Website:

<http://www.bottega2000.it/maestri/giotto/giotto.htm>

c. Obras de Ambrogio Lorenzetti

-Siena Arte. Website:

<http://www.sienaarte.it/>

-Guida della città. Website:

<http://www.emmeti.it/Toscana/Senese/Siena/index.it.html>

-Comune di Siena. Website:

<http://www.comune.siena.it>

VIII. BIBLIOGRAFIA

- ÁLVAREZ, José Estébanez. *Las ciudades: morfología y estructura*. Madri, Síntesis, 1989.
- ANTAL, Frederick. *El mundo florentino y su ambiente social. La república burguesa anterior a Cosme de Médicis: siglo XIV-XV*. Madri, Alianza Editorial, 1989.
- ARCIDIOCESI DI FIRENZE. *Art, foi, histoire: guide de la Florence chrétienne*. Florença, Studio Editoriale Fiorentino, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- _____. *História da arte como história da cidade*. (3^o ed.) (Trad. Pier Luigi Cabra). São Paulo, Editora Martins Fontes, 1995.
- BALESTRACCI, Duccio. “Immigrazione e morfologia urbana nella Toscana bassomedievale”, In: *D'une ville à l'autre: structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII e XIV siècle)*, Actes du colloque organisé par l'École Française de Rome (Rome – 1^{er} – 4 décembre, 1986). Paris, École Française de Rome, 1989 (pgs. 87 – 105).
- BAREL, Yves. *La ciudad medieval: sistema social - sistema urbano*. (Trad. Enrique Solano e Maria-Jose Mendez). Madri, Instituto de Estudios de Admnistracion Local, 1981. (Col. “Hombre-Sociedad-Ciudad”).
- BASILE, Giuseppe. *Giotto: le storie francescane ad Assisi*. Milão, Electa, 1997.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. (3^o ed.) (Trad. Silvia Mazza). São Paulo, Editora Perspectiva, 1997.
- BEUYS, Barbara. *Firenze nel Medioevo: vita urbana e passioni politiche (1250-1530)*. Milão, RCS Libri, 2000.
- BOCCACCIO, Giovanni. *O Decamerão*. (Trad. Raul de Polillo). Rio de Janeiro, Martins Editora, 1967.
- BRAUDEL, Fernand. *Civiltà materiale, economia e capitalismo*. Turim, Einaudi, 1981.

-
- _____. *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo, Martins Fontes, 1986 (Col. O homem e a história).
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. (Trad. Vera Lúcia de O. Sarmiento e Fernando de A. Corrêa). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.
- CARLOS, Ana Fani. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 1990 (Col. Repensando a Geografia).
- _____. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre cidade e urbano*. São Paulo, Edusp, 1994.
- COOK, William R.; HERZMAN, Ronald B.. *La visión medieval del mundo*. (Trad. Milagros Rivera Garreta). Barcelona, Editorial Vicens-vives, 1985.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. (2º ed.) (Trad. Ephraim Ferreira Alves). Petrópolis, Editora Vozes, 1996.
- CLARK, Kenneth. *El arte del paisaje*. Barcelona, Seix Barral, AS, 1971.
- CROUZET-PAVAN, Élizabeth. "La ville et ses villes possibles: sur les expériences sociales et symboliques du fait urbain (Italie du centre et du nord, fin du Moyen Âge) In VIGUEUR, Jean-Claude Maire. *D'une ville à l'autre: structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII - XVI siècle)*, Actes du colloque organisé par l'École Française de Rome (Rome – 1^{er} – 4 décembre, 1986). Roma, Palais Farnèse, 1989 (pgs. 645 – 680).
- DIANA, Ester. "Elementi del repertorio architettonico tardomedievale toscano: i casi di Montecarlo, Buggiano, Castelfranco di sopra, Figline e Vicchio" In VIGUEUR, Jean-Claude Maire. *D'une ville à l'autre: structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII - XVI siècle)*, Actes du colloque organisé par l'École Française de Rome (Rome – 1^{er} – 4 décembre, 1986). Roma, Palais Farnèse, 1989 (pgs. 761 – 772).
- DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. (Trad. Antonio de Pádua Danesi) São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- _____. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. (2º ed.) (Trad. Maria Helena Costa Dias). Lisboa, Editorial Estampa, 1982. (Col. Nova História, nº 16).
-

-
- _____. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. (Trad. Maria Lúcia Machado). São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Eva e os padres (damas do século XII)*. (Trad. Maria Lúcia Machado). São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- _____. *La época de las catedrales: arte y sociedad, 980 – 1420*. (Trad. Arturo R. Firpo). Madri, Ediciones Cátedra, 1997.
- FASOLI, G.; BOCCHI, F. *La città medievale italiana*. Florença, Sansoni, 1973.
- FISCHER, Marta; PEDROTTI, Walter. *Atlanti della storia: Le città italiane nel medioevo*. Verona, Demetra, 2000.
- FRANK, Isnard Wilhelm. *Historia de la Iglesia medieval*. Barcelona, Herder, 1988.
- FRUGONI, Chiara. *Una lontana città: sentimenti e immagini nel Medioevo*. Turim, Giulio Einaudi editore, 1983.
- FRY, Roger. “Giotto” In: *Vision and Design*. Londres, Oxford University Press, 1981.
- GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento*. (Trad. Cecília Prada). São Paulo, EDUNESP, 1996.
- GATTO, Ludovico. *L'Italia nel medioevo: gli italiani e le loro città*. Roma, Tascabili Economici Newton, 1995.
- GONZÁLEZ, Maria Asenjo. *Las ciudades en el Occidente medieval*. Madri, Arco Libros, 1996.
- GENICOT, Leopold. *Europa en el siglo XIII*. Barcelona, Nueva Clio, Labor, 1970.
- _____. *La Noblesse dans L'Occident Médiéval*. Londres, Variorum Reprints, 1982.
- GRANOU, André. *Capitalismo e modo de vida*. Porto, Editora Afrontamento, s/d.
- GUIDONI, Enrico. “Estetica mendicante e teoria della città”. In: *La Città dal Medioevo al Rinascimento*. Bari, Laterza, 1992.
- GUIDONI, Enrico. “I conventi e lo sviluppo urbanistico” In: *La Città dal Medioevo al Rinascimento*. Bari, Laterza, 1992.
- GUREVITCH, Aron I. . *As categorias da cultura medieval*. (Trad. João Gouveia Monteiro). Lisboa, Editorial Caminho, 1990.
- HEERS, Jacques. *Fêtes des Fous et Carnavals*. Paris, Fayard, 1984.
- _____. “En Italie centrale: les paysages construits, reflets d’une politique urbaine”. In VIGUEUR, Jean-Claude Maire. *D’une ville à l’autre: structures*
-

-
- matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII - XVI siècle)*, Actes du colloque organisé par l'École Française de Rome (Rome – 1^{er} – 4 décembre, 1986). Roma, Palais Farnèse, 1989 (pgs. 279 – 322).
- _____. *Le Travail au Moyen Age*. Paris, Presses Universitaires de France, 1965 (Col. “Que sais-je?”).
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. (4^o ed.) (Trad. Carlos N. Coutinho e Leandro Konder). São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992.
- HIBBERT, Christopher. *Florence: the biography of a city*. Londres, Penguin Books, 1994.
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. (Trad. Augusto Abelaira). São Paulo, Editora Verbo, EDUSP, 1978.
- HYDE, John K., *Società e politica nell'Italia medievale (1000-1350)*. (Trad. Maria Lida Buonaguidi Paradisi). Bolonha, Il Mulino, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. “A ‘praxis’: a relação social como processo” In: Foracchi, M. M. e Martins, José de Souza (org.). *Sociologia e Sociedade*, RJ, LTC, 1977.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. (Trad. Alcides João de Barros). São Paulo, Editora Ática, 1991.
- _____. *Contribution a L'Esthétique*. Paris, Editions Sociales, 1953.
- _____. “Estrutura social: a reprodução das relações sociais” In: Foracchi, M. M.; Martins, José de Souza (org.), *Sociologia e Sociedade*, RJ, LTC, 1977.
- _____. *La production de l'espace*. Paris, Anthropos, 1986.
- _____. *La revolution urbaine*. Paris, Ed. Gallimard, 1970.
- _____. “La ville et la division du travail”. In: *La pensée marxiste et la ville*. Paris, Casterman, 1972.
- _____. *O direito à cidade*. (Trad. Rubens Eduardo Farias). São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros na Idade Média*. (Trad. Antonio de Pádua Danesi). São Paulo, Editora Martins Fontes, 1991.
- _____. *O apogeu da cidade medieval*. (Trad. Antonio de P. Danesi). São Paulo, Editora Martins Fontes, 1992.
- _____. *O imaginário medieval*. (Trad. Manuel Ruas). Lisboa, Editorial Estampa, 1994 (Col. Nova História, nº 13).
-

-
- _____. *Os intelectuais na Idade Média*. (Trad. Margarida Sérvulo Correia). Lisboa, Gradiva, s/d.
- _____. *São Francisco de Assis*. (Trad. Marcos de Castro). Rio de Janeiro, Record, 2001.
- _____. ; DE SETA, Cesare. *La città e le mura*. Bari. Editori Laterza, 1989.
- LONGHI, Roberto. *Breve pero autentica historia de la pintura italiana* (1ª ed. 1914). Madri, Visor, 1994.
- LOPERA, José Alvarez; ANDRADE, José M. Pita; ANTÓN, Pedro; GARRIGA, Maria Teresa; RÓDENA, Maria Dolores; SILIÓ, Fernando; PUENTE, Joaquín de la; MAZA, Francisco Sáinz de. *História geral da arte: pintura I*. Madri, Ediciones del Prado, 1995.
- LOPEZ, Roberto. *A cidade medieval*. (Trad. Júlio Soares Pereira). Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- MACKAY, Angus; DITCHBURN. *Atlas de Europa medieval*. (Trad. Jerónima Garcia Bonafé). Madri, Ediciones Cátedra, 1999.
- MARTÍN, Antonio Zárate. *El espacio interior de la ciudad*. Madri, Editorial Síntesis, 1991.
- MASTERS, Roger. *Da Vinci e Maquiavel: um sonho renascentista (de cómo o curso de um rio mudaria o destino de Florença)*. (Trad. Maria Luiza de A. Borges). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- MATTOS, Carlos Lopes. *Santo Tomás de Aquino*. São Paulo, Círculo do Livro, 1996, (Col. Os Pensadores).
- MELIS, F. *Aspetti della vita economica medievale (studi nell'Archivio Datini di Prato)* I, Siena, 1962.
- MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. (Trad. Heloisa Jahn). Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1965.
- MUMFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961.
- OCCHIPINTI, Elisa. *L'Italia dei comuni (secoli XI-XIII)*. Roma, Carocci, 2000.
- PALIAGA, F.; RENZONI, S.. *Le chiese di Pisa: guida alla conoscenza del patrimonio artistico*. Pisa, 1991, (pgs.35 - 43).
-

-
- PANOFSKY, Erwin. *La perspectiva como forma simbólica*. Barcelona, Tusquets, 1985.
- _____. *Renacimiento y renacimientos en el arte occidental*. Madrid, Alianza Universidad, 1993.
- PECCATORI, Stefano; ZUFFI, Stefano. (Trad. Victor Gallego). *Art book of Giotto: la fe en el hombre y en la historia*. Milão, Editorial Electa, 1999.
- PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. (4^o ed.) (Trad. Lycurgo G. da Motta). São Paulo, Editora Mestre Jou, 1963.
- _____. *Le città del Medioevo*. (Trad. Maurizio Grasso). Roma, Newton & Compton Editori, 1997.
- POUNDS, Norman J. G. *Historia económica de la Europa medieval*. (Trad. Josep Maria Portella). Barcelona, Editorial Crítica, 1981.
- PREVITALI, G. *Giotto e la sua bottega*. Milão, Editoriale Fabbri, 1967.
- RACINET, Philippe; JEHEL, Georges. *La ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos V-XV)*. Barcelona, Omega, 1996.
- RAVEGGI, Sergio. “Gli aristocratici in città: considerazioni sul caso di Firenze (secc. XIII-XV). In: *D'une ville à l'autre: structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII e XIV siècle)*, Actes du colloque organisé par l'École Française de Rome (Rome – 1^{er} – 4 décembre, 1986). Paris, École Française de Rome, 1989 (pgs. 69 – 86).
- REDI, Fabio. “Pisa medievale: una lettura alternativa delle strutture esistenti” In: *D'une ville à l'autre: structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII e XIV siècle)*, Actes du colloque organisé par l'École Française de Rome (Rome – 1^{er} – 4 décembre, 1986). Paris, École Française de Rome, 1989 (pgs. 591 – 607).
- REDON, Odile. *L'espace d'une cité. Sienne et le pays siennois (XIII – XIV e siècles)*. Rome, Palais Farnèse, 1994.
- RENOUARD, Yves. *Le città italiane dal X al XIV secolo*. (Trad. Roberto Perelli Cippo). Milão, Biblioteca Universale Rizzoli, 1997.
- RINALDI, Alessandro. “La formazione dell'immagine tra XIV e XV secolo” In: *D'une ville à l'autre: structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII e XIV siècle)*, Actes du colloque organisé par l'École
-

-
- Française de Rome (Rome – 1^{er} – 4 décembre, 1986). Paris, École Française de Rome, 1989 (pgs. 773 – 811).
- RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris, Folio Essais, 1990.
- SAMARKIN, V. V. *Geografia histórica de Europa occidental en la Edad Media*. Madri, Akal, 1981.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.
- _____. *Por uma Geografia nova*. (3^o ed.). São Paulo, Hucitec, 1990.
- SILVA, José Borzacchiello da (org.). *A cidade e o urbano: temas para debates*. Fortaleza, EUFC, 1997
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- WALEY, Daniel. *Siena and sienese in the thirteenth century*. New York, Cambridge University Press, 1991.
- ZUMTHOR, Paul. *La misura del mondo: la rappresentazione dello spazio nel Medio Evo*. (Trad. Simonetta Varvaro). Bologna, il Mulino, 1995.

RESUMO

O espaço urbano na Toscana nos séculos XIII e XIV

O trabalho tem como objeto a análise do processo de produção das cidades toscanas nos séculos XIII e XIV. Para tanto, baseamo-nos na relação entre a História e a Geografia, tendo como foco de atenção a constituição do espaço urbano medieval. A dissertação procura ainda compreender a mudança da percepção do espaço pelo homem nesse momento histórico específico e na região estudada, analisando as representações pictóricas de Giotto e Ambrogio Lorenzetti. No estudo do fenômeno urbano toscano, vemos que as representações destes artistas, sobretudo devido à reintrodução da perspectiva no desenho, expressam a visão do espaço urbano engendrada na sociedade medieval. Ressaltamos que podemos observar uma relação entre o processo concreto de constituição das cidades medievais e a transformação da representação do espaço ocorrida nos séculos XIII e XIV na Toscana.

Palavras-chave: espaço urbano medieval / cidade e pintura / Giotto e Lorenzetti

ABSTRACTS

Urban space in Tuscany in the XIII and XIV centuries

The subject of this work is to analyse the production process of the Tuscany cities in the XIII and XIV centuries. We base this study on the relation between History and Geography, by focusing on the constitution of medieval urban space. The text aims to comprehend the change in the perception of space in that specific historical moment and in the studied region, throughout the analysis of the Giotto and Ambrogio Lorenzetti pictorial representations. In the study of the Tuscany urban

phenomenon, we consider that the representations of those artists, especially due to the reintroduction of perspective in painting, express the vision of urban space conceived in the medieval society. We remark that we observe a relation between the concrete constitution process of the medieval cities and the transformation of the space representation that was introduced in XIII and XIV centuries in Tuscany.

Key words: medieval urban space / city and painting / Giotto and Lorenzetti

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

